UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PAULO RICARDO DE PAIVA E SOUZA

SOCIETAS AB PARES?

PERCEPÇÕES DE RELAÇÕES DE PODER E HIERARQUIAS EM REDES COM A PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

RECIFE
2018

PAULO RICARDO DE PAIVA E SOUZA

SOCIETAS AB PARES?
PERCEPÇÕES DE RELAÇÕES DE PODER E HIERARQUIAS EM REDES COM A PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisitoparcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Cultura Política, Identidades Coletivas e Representações Sociais

Orientador: Prof. Dr. Breno A. Souto´Maior Fontes

RECIFE
2018

Catalogação na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

P149s Paiva e Souza, Paulo Ricardo de.
Societas ab pares? Percepções de relações de poder e hierarquias em redes com a participação de organizações não governamentais / Paulo Ricardo de Paiva e Souza. – 2018.
229 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Breno Augusto Souto-Maior Fontes.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2018.
Inclui referências e apêndices.

1. Sociologia. 2. Organizações não-governamentais. 3. Hierarquias. 4. Poder (Ciências sociais). 5. Teoria ator-rede. 6. Relações de poder. I. Fontes, Breno Augusto Souto-Maior (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2018-129)

PAULO RICARDO DE PAIVA E SOUZA

***SOCIETAS AB PARES*? Percepções de relações de poder e hierarquias em redes com a participação de organizações não governamentais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em: 05/02/2018.

BANCA EXAMINADORA

_____
Profº. Dr. Breno Augusto Souto-Maior Fontes (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. Remo Mutzemberg (1º Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho (2º Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profª. Drª. Marina Félix Melo (1ª Examinadora Externa)
Universidade Federal de Alagoas

_____
Profª. Drª. Rosane Maria Alencar da Silva (Suplente Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho

Às minhas filhas, Mainá e Tiane, e ao meu filho, Miguel, sentidos de minha vida;

Ao meu irmão, Leonardo, a minha irmã, Vânia, aos meus sobrinhos Paulo e Daniel, a minhas sobrinhas Clarissa, Dora e Guita, fontes de alegria;

A Jaime, Paco, Beatriz, Caio, Heitor e Mateus, família que ganhei;

Ao meu pai, **CELEDÔNIO**, quem eu queria que estivesse comigo neste momento;

E a minha mãe, **VALDEREZ**, de quem herdei certa teimosia e sem isso não teria chegado a lugar nenhum.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, **Breno Fontes**, por sua paciência, suas conversas e suas aulas;

Aos **meus professores** e às **minhas professoras no PPGS**, que contribuíram significativamente com os conhecimentos que levaram a conclusão deste trabalho;

Ao Prof. **Rogerio Medeiros** e à Profa. **Marina Melo**, pela orientação precisa quando tudo não passava de um projeto;

A **Dori** e **Julien**, pela grande ajuda na reta final;

A **minha turma**, brilhante e generosa. Sem vocês, o caminho teria sido mais pálido, mais tortuoso e com menos conteúdo;

A **Christiane Bôa Viagem**, quem me apoiou na trajetória deste trabalho;

Aos Entrevistados e Respondentes, aqueles que deram corpo ao estudo.

Àquela que sempre será norte e luz; de quem continuarei sempre orientando e a quem eu devia esta tese, que traz muito do que aprendi com ela: **Rosa Pedro**;

E o maior agradecimento, eu me permito reservar a quem me inspira e dá rumo à minha vida, e com quem sei que sempre posso contar, **ANAMARIA**.

RESUMO

Este trabalho parte da asserção de que relações de poder e hierarquias são observadas em ambientes coletivos – notadamente, redes – que se apresentam como arquiteturas de tendências horizontais. Assim, o estudo tem por objetivo descrever como são percebidas as relações de poder e as hierarquias em redes de ONGs ou com a participação delas, segundo o olhar de seus diversos operadores (participantes, apoiadores e facilitadores). É um estudo qualitativo, descritivo, preocupado em visualizar um quadro, não geral, mas significativo das percepções sobre as relações internas daquelas redes, podendo, assim, descrevê-las de forma a compreender o olhar de seus operadores em relação aos movimentos do poder, além de seu posicionamento diante daqueles considerados seus pares. A base teórica tem como foco principal os estudos de redes, destacando a Sociologia das Traduções (Teoria Ator-Rede), com base em autores como Michel Callon, Bruno Latour e John Law; e uma abordagem das Relações de Poder em ambientes coletivos, partindo do olhar de Georg Simmel acerca do Conflito e das Superordenações e Subordinações.

Palavras-chave: Redes Sociais. Organizações Não Governamentais (ONGs). Teoria Ator-Rede. Hierarquias. Relações de Poder.

ABSTRACT

This work rose from the assertion that power relations and hierarchies are observed in collective environments – notably, networks – that are known as architectures of horizontal tendencies. The objective of this study is to describe how power relations and hierarchies are perceived in NGO networks, or with their participation, according to the viewpoint of their various operators (participants, supporters and facilitators). The work was developed as a qualitative, descriptive study concerned in visualising a picture, which instead of being general, was significant regarding perceptions on the internal relations of these networks, thus being able to describe them in order to understand the viewpoints of its members in relation to the movements of power and their positioning in relation to their peers. The theoretical framework has as main focus the network studies, highlighting the Sociology of Translations (The Actor-Network Theory) , based on authors such as Michel Callon, Bruno Latour and John Law, and an approach to power relations in collective environments from the viewpoint of Georg Simmel on Conflict and Superordination and Subordination.

Key-Words: Social Networks. Non-Governmental Organizations (NGOs). Hierarchies. Actor-Network Theory. Power Relations.

RESUMÉE

Ce travail part de l'affirmation que les relations de pouvoir et de hiérarchies sont observées dans les environnements collectifs - notamment dans les réseaux - qui se présentent comme ayant une architecture horizontale. Ainsi, l'étude vise à décrire comment les relations de pouvoir et les hiérarchies sont perçues dans les réseaux d'ONG ou avec leur participation, selon le regard des différents acteurs (participants, supporters et facilitateurs). C'est une étude qualitative, descriptive, visant à définir un cadre, non pas général, mais significatif, des perceptions des relations internes à ces réseaux. Pouvant ainsi les décrire afin de comprendre le regard de ses acteurs en rapport aux relations de pouvoir, et au delà de comprendre son positionnement vis à vis de ceux considérés comme leurs pairs. La base théorique principal porte sur l'étude des réseaux, mettant en avant la Sociologie de la Traduction (Théorie de l'Acteur-Réseau), en faisant référence à des auteurs tels que Michel Callon, Bruno Latour et John Law. Ainsi qu´une approche des relations de pouvoir dans les environnements collectifs, à commencer par le regard de Georg Simmel sur les conflits et le Superordination et la Subordination.

Mots Clés: Réseaux Sociaux. Organisations Non Gouvernementales (ONGs). Hiérarchies. Théorie de l'Acteur-Réseau. Relations de Pouvoir.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: ORIGEM DA IDEIA DO ESTUDO, SUA IMPORTÂNCIA E METODOLOGIA 11

1.1 A ORIGEM DA IDEIA 11

1.2 A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO: POR QUE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, SUAS REDES E AS RELAÇÕES DE PODER E HIERARQUIAS POR DENTRO DELAS? 12

1.2.1 As organizações não governamentais e suas redes 14

1.3 A BASE METODOLÓGICA 18

1.4 A ORGANIZAÇÂO DO TRABALHO 27

2 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: CONTROVÉRSIAS E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO (OU, EM QUE AMBIENTE FOI DESENVOLVIDO ESTE ESTUDO) 29

2.1 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: UMA PERSONALIDADE POLÍTICA 30

2.2 ONGs E SUAS (ATU)AÇÕES COLETIVAS 40

2.2.1 Uma abordagem sobre redes: o que dizem os apoiadores globais das ONGs 42

2.2.2 Outra abordagem sobre redes: o que é dito para as ONGs no Brasil 50

3 A SOCIEDADE RETICULAR: ALGUMAS ABORDAGENS 63

3.1 UM BREVE PANORAMA SOBRE OS ESTUDOS DE REDE 63

3.2 O CAPITAL SOCIAL, A TEORIA DAS TROCAS E O ENGENDRAMENTO DAS REDES 75

3.2.1 O capital social e sua conexão com os estudos de redes 76

3.2.2 As trocas como elemento estratégico na distribuição do poder nas redes ... 87

4 O MOVIMENTO DO PODER 102

4.1 AS FACES DO PODER: UM BREVE OLHAR 102

4.2 O CONFLITO NAS REDES: UMA PESRSPECTIVA A PARTIR DE SIMMEL 116

4.2.1 O conflito e as interações sociais 118

4.2.2 A competição em Simmel 121

4.2.3 As formas de hierarquia em ambientes de tendências horizontais: a subordinação e a superordenação a partir de Simmel 124
4.3 A NATUREZA POLÍTICA DAS REDES E IMPLICAÇÕES EM SUAS RELAÇÕES DE FORÇA 128
4.3.1 Do político 128
4.3.2 Das relações de força 133
4.3.3 A estratégia do coletivo 140
5 ONGs EM AÇÃO: SEGUINDO AS RELAÇÕES DE SEUS OPERADORES REDE ADENTRO 145
5.1 ENTENDENDO O DESAPARAFUSAR DO GRANDE LEVITÃ 146
5.2 TRADUZINDO 150
5.2.1 De como fechar e manter fechadas as caixas pretas: estratégias nos processos de tradução 153
5.2.2 O Ator-Rede e além 161
6 *SOCIETAS AB PARES* 172
6.1 DANDO FORMA ÀS PERCEPÇÕES, PERCEBENDO AS TRADUÇÕES ... 172
7 ÚLTIMAS REFLEXÕES, PRIMEIRAS DISCUSSÕES 192
7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS 205
REFERÊNCIAS 210
APÊNDICE A – REDES ALCANÇADAS PELAS ENTREVISTAS E PELO QUESTIONÁRIO 220
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 223
APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS 228

1 INTRODUÇÃO: ORIGEM DA IDEIA DO ESTUDO, SUA IMPORTÂNCIA E METODOLOGIA

1.1 A ORIGEM DA IDEIA

A ideia para este estudo surge de uma experiência pessoal iniciada no final dos anos de 1980, quando participei da fundação de uma organização, a qual viria a se autodeclarar uma Organização Não Governamental, ou simplesmente, uma ONG. Ao longo de minha trajetória junto àquelas organizações, deparei-me com uma estratégia organizacional de desenvolver trabalhos por meio de ações conjuntas com outras organizações similares, as quais demonstravam interesses próximos, quando não iguais, aos da organização na qual trabalhava.

Essa forma colaborativa de atuar passou a ser uma referência de modelo de trabalho para todas as autointituladas ONGs com as quais tive contato dentro e fora do Brasil. Esse modelo, embora, possa ser apresentado com várias denominações – aliança, coalizão, articulação, coletivo –, era, e ainda o é, predominantemente conhecido, entre as ONGs, como o modelo de ação em rede.

Tal modelo é sempre apresentado como uma estratégia de atuação quando se pretende ir além de um projeto (ações de incidência politica - *advocacy* – local, nacional ou internacional, para citar um exemplo); que busca um alcance de metas, teoricamente, além da capacidade de uma única organização (resposta a problemas considerados de alta complexidade). Contudo, nota-se que as razões se apresentam também por outros interesses, de ordem não tão coletiva, como a ampliação da capacidade de cada organização mobilizar recursos para suas ações específicas, ou a ampliação do espaço político de cada instituição via suas relações com outras organizações.

Inúmeros documentos (INOJOSA, 1999; MARTINHO, 2003; FRANCO, 2009; MARTINHO; FÉLIX, 2011), escritos por profissionais e estudiosos do tema de redes e direcionados a influenciar e/ou nortear as ações em redes desse campo no qual as ONGs estão inseridas, apontam algumas características próprias – entendidas quase como obrigatórias – desse tipo de aglomerado organizacional. Entre tais características, esses coletivos – as redes – devem apresentar um caráter aberto, horizontal, desprovido de qualquer tipo de hierarquia, ou de centros estáticos de poder; devem ser estruturas democráticas, participativas e colaborativas. Alguns desses escritos indicam que a própria natureza das redes não comportaria a existência

do ‘poder’ e que aquelas características seriam condições *sine qua non* para seu reconhecimento como rede

O que pude perceber em três décadas de atuação profissional junto a ONGs, incluindo a participação em diversas dessas chamadas redes (mais de uma dezena. Locais, nacionais e internacionais), foi outro ambiente. As redes de ONGs, principalmente, e as redes das quais elas participavam apresentavam práticas de ação e relações internas que fugiam das características descritas anteriormente – presença de centros, inclusive estáticos, de poder, algum tipo de hierarquia, claras relações de poder, conflitos/competição, interesses individuais.

Baseado nessa experiência e interessando em compreender, por um caminho mais científico, as relações internas de uma rede com participação de Organizações Não Governamentais, com suas contradições e controvérsias, é que proponho este estudo, objetivando analisar como são percebidas, por seus operadores, as relações de poder e as hierarquias em redes de ONGs ou com a participação delas. Especificamente, os objetivos foram: identificar relações de poder em redes de, ou com a participação de organizações não governamentais, segundo o entendimento de seus diversos operadores (participantes, apoiadores e facilitadores); entender como são vistas as relações de hierarquia em redes de, ou com a participação de Organizações não governamentais, baseando-se na percepção de seus operadores; verificar como os diferentes operadores de redes de, ou com a participação de organizações não governamentais se posicionam diante das possíveis relações de poder e hierarquias existentes naquelas redes.

1.2 A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO: POR QUE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, SUAS REDES E AS RELAÇÕES DE PODER E HIERARQUIAS POR DENTRO DELAS?

O ponto central da análise que conduzi, como dito, está na percepção das relações de poder e hierarquias existentes em rede de organizações não governamentais ou com a participação delas. Parti do princípio de que tais relações existem, mesmo correndo o risco de concluir que essa era uma percepção só minha. Caso fosse essa a conclusão final, ainda assim, o estudo seria válido, pois haveria uma análise baseada na compreensão dos operadores daquelas redes. Uma percepção de quem, de alguma forma, estaria dentro dessas redes. A ideia, portanto, foi analisar esses operadores de redes (participantes, apoiadores e facilitadores) entendiam essas relações.

Minhas indagações foram: participantes de redes de ONGs ou com a participação delas percebem essas redes realmente desprovidas de centros de poder? Esse modelo associativo, que se pretende horizontal, é visto por seus membros como totalmente desprovido de hierarquia? Os nodos, por meio de seus representantes, entendem que sua participação em uma rede se dá a partir de interesses exclusivamente coletivos? Ou os pontos de atração passam por fortes interesses individuais das organizações membros? Os nodos de uma rede entendem que esta sempre gerará impactos maiores e/ou terá mais facilidade de responder a problemas complexos que suas organizações isoladamente? Eles – os membros – têm a percepção que há a necessidade de traçar estratégias para que sua participação em uma rede agregue valor à sua ação específica? E, por fim, há uma hipótese de que uma rede de ONGs, como uma ação coletiva, tende a invisibilizar a maioria de seus nodos, isso é percebido desta forma por seus membros?

A importância deste estudo está atrelada a dois pontos: o primeiro tem a ver com tais atores, esses que chamo de ONGs, cada vez mais reconhecidos na sociedade, ao ponto de gerar inúmeras definições sobre ele, e que tem estado à frente de diversas e significativas ações sociopolíticas, tornando-se objeto de diversos estudos e alvo de várias controvérsias; o segundo seria o interesse de muitas dessas organizações, além de outras, que atuam no ambiente social nesse modelo de ação coletiva, aqui chamado de rede, visto como um diferencial e descrito, por aqueles que defendem sua importância, como o modelo mais eficaz de atuação sociopolítica, por gerar mais impactos e, exatamente, por privilegiar relações mais horizontais..

As organizações não governamentais, ONGs, vêm demonstrando nas últimas décadas uma forte capacidade de atuação em diversas áreas de interesse social, influenciando grupos, comunidades e, não raramente, governos, em suas várias instâncias. Estudos sobre a atuação em rede das ONGs são escassos no Brasil. Temos o estudo de Breno Fontes e Klaus Eichner (2011) que trata de redes sociais e capital social de organizações do terceiro setor, abordando temas como poder e competição, a partir de um olhar clássico de redes sociais. É um estudo esclarecedor, que uso neste trabalho, mas que ainda não aborda o tema pelo percurso proposto aqui.

Outros escritos que encontrei – nenhuma tese ou dissertação –[1] não tratavam o tema a partir do olhar daqueles que operavam nas rede e a abordagem era a de defender a necessidade de não existência de relações de poder ou hierarquias em redes de maneira geral. Nada dirigido

[1] As buscas por trabalhos acadêmicos foram feitas no banco de teses da CAPES, considerando que aquela base de dados deveria conter todos os trabalhos defendidos nos mestrados e doutorados no país. Mesmo entendo que tal pressuposto possam ser excessivamente otimista.

especificamente a redes de ONGs, ou qualquer outra designação como organizações da sociedade civil, organizações do terceiro setor.

Vejo, portanto, no fato de conhecer as percepções dos operadores dessas organizações, atuando em rede, acerca das relações de poder e hierarquias um valor acadêmico, político, econômico e, sobretudo, social; vejo como um (contra)ponto de partida para entender melhor esses atores –ONGs e suas redes.

1.2.1 As organizações não governamentais e suas redes

O percurso teórico a ser seguido, com base no que foi dito até aqui, passa primeiro por apresentar este ator político-social, a Organização Não Governamental, ou simplesmente ONG. Diversos autores me deram suporte para isso, principalmente Leilah Landim, que me norteou na trajetória histórica dessas organizações no Brasil. Já agora, gostaria de situar os leitores do porquê da decisão de tratar esse ator de forma específica.

Paul DiMaggio e Helmult K. Anheier, em artigo intitulado *The sociology of nonprofit organizations and sector* (1990), apontam que as "funções, origens e comportamentos do setor sem fins lucrativos apresentam definição legal, herança cultural e políticas de estado específicas em diferentes sociedades nacionais" (1990, p. 137). E também propõem que para entender a origem dos setores sem fins lucro e as diferenças entre organizações sem fins lucrativos e organizações com fins de lucro ou organizações governamentais seria necessário uma perspectiva ecológica[2] no nível setorial – o setor como um todo –[3] (1990, p. 137).

As contribuições de DiMaggio e Anheier ajudam a refletir em como tratar esse ator social, o qual insistirei em chamar de ONGs, uma vez que elas são parte desse chamado setor sem fins lucrativos. Eles também afirmam que o estudo desse setor a partir de uma abordagem ecológica pode trazer ganhos aos resultados.[4] Além disso, eles se dizem "otimistas acerca do potencial da Sociologia para desenvolver uma compreensão mais sofisticada e mais empiricamente informada sobre as origens e comportamento das organizações sem fins lucrativos" (1990, p. 154).

---

[2] Os autores se utilizam da teoria da ecologia organizacional de Michael T. Hannan e John H. Freeman (Organizational Ecology. Cambridge: Havard Univ. Press, 1989) e que, grosso modo, examina o ambiente no qual as organizações competem e um processo de seleção natural ocorre (BAKIEV, E. Organizational Ecology. Apresentação em power point, 2012).

[3] Nota minha

[4] Esta tese não pretende seguir essa abordagem, aqui apresentada apenas como esclarecimento sobre o estudo dos autores em questão.

No caso específico desta tese, justificarei porque abordo um ator específico e não o setor como um todo, indo contra parte da visão de DiMaggio e Anheier,[5] e porque insisto no termo Organização Não Governamental que, creio, não pode ser entendido como sinônimo de Terceiro Setor, nem de Organização da Sociedade Civil, embora, organizações não governamentais possam estar compreendidas nesses universos, os quais me parecem mais amplos. Ainda quero tratar as ONGs a partir de um olhar político-social, entendendo essas organizações como atores que desenvolvem e operam estratégias políticas, oriundas que são, no caso do Brasil, dos movimentos sociais. O que nos leva a mais uma abordagem teórica, embora não de forma aprofundada, a das ações coletivas.

Leilah Landim, no inicio da década de 1990, escreveu que:

> The idea that nonprofit organizations, as a group, form a "sector" is uncommon to Brazilian sociological and economic thought. The substantial internal diversification of such a sector would not comprise one history, but rather specific and differentiated ones. Nonetheless, the concept of "nonprofit" is recently gaining visibility in Brazil. The redefinition of the role of the State, the advance of market-oriented policies, the issues of political empowerment, participatory and institutional democracy, pluralism, and ethnic and cultural identity are the themes at the center of the agenda for the 1990s (1993, p. 1).[6]

Landim antecipava, assim, o que deveríamos esperar desse tema nas décadas seguintes. De fato, com uma rápida pesquisa no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES podemos encontrar 61 registros que apresentam trabalhos relacionados a Organizações sem Fins Lucrativos. Também encontramos 314 registros que abordam Organizações da Sociedade Civil. Contudo, é possível encontrar 3560 registros para o termo Terceiro Setor. Percebemos que Landim estava correta quando dizia que o tema dessas organizações estaria em pauta, mas, pouco se menciona sobre a ideia de um 'setor' sem fins lucrativos. Na realidade, em uma busca rápida, quando se pede a frase exata "setor sem fins

[5] A abordagem ecológica me parece compatível com o encaminhamento que quero dar ao estudo.

[6] A ideia que organizações sem fins lucrativos, como um grupo, formam um "setor" é incomum para o pensamento sociológico e econômico Brasileiro. A diversificação substancial interna de tal setor não compreende uma história, mas sim algumas específicas e diferenciadas. Entretanto, o conceito de "sem fins lucrativos" está recentemente ganhando visibilidade no Brasil. A redefinição do papel do Estado, o avanço das políticas orientadas para o mercado, as questões de empoderamento político, democracia participativa e institucional, pluralismo e identidade étnica e cultural são os temas centrais da agenda para os anos de 1990. LANDIM, Leilah. Defining the non-profit sector:Brazil. SALAMON, L. M.; Anheier, H. K. (ed.). **Working papers of the the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project**, n, 9. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 1993.

lucrativos", nenhum registro é encontrado. Pouco mais de 20 anos depois do ensaio de Landim, o tema ainda não é visto no Brasil como um setor específico.

DiMaggio e Anheier (1990) já afirmavam que as origens e os comportamentos desse setor variariam conforme seu ambiente – países diferentes apresentariam situações distintas para o escopo dessas organizações (p. 144-147). Já em 1990 eles nos apresentam estudos que demonstram que poucos países usam a designação de setor sem fins lucrativos (*nonprofit sector*), embora, fosse possível identificar algumas equivalências (p. 144), tais como: *économie social*, na França; *the United Kingdom's voluntary sector*, no Reino Unido; ou *germeinnütizige Organisationen*, na Alemanha. Eles também abordam os diferentes tratamentos que essas organizações recebem em diferentes lugares, tornando difícil traçar um conjunto amplo de características comuns.

No Brasil, só muito recentemente foi aprovada a lei nº 13.019/2014[7] que institui o Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Esta lei:

> Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999. (SENADO FEDERAL, 2014)

Na verdade, essa lei não define o perfil das organizações que fazem parte desse universo. Ela apenas determina as características que aquelas organizações da sociedade civil devem apresentar para desenvolver parcerias com o governo. E mesmo essa lei traz o conceito de Terceiro Setor[8] para explicar o que seriam tais organizações da sociedade civil. Ou seja, no Brasil, continuamos sem uma definição específica de um setor, seja essa definição de um setor sem fins lucrativos, ou um setor de organizações da sociedade civil. Contudo, essa nova lei apresenta um conjunto de organizações, chamando-as de Organizações da Sociedade Civil, entretanto, mais uma vez, confundindo conceitos e colocando nesse universo a ideia de Terceiro Setor e dirigindo essa ideia às ONGs.

---

[7] Aprovada no dia 02/07/014 e sancionada em 31/07/2014 pela presidente Dilma Rousseff. Sofre alterações pela lei nº 13.204, de 15 de dezembro de 2014.

[8] O primeiro setor seria o público (governo, Estado); o segundo seria a iniciativa privada, com fins de lucro (as empresas, por exemplo); e o terceiro seriam as iniciativas privadas, sem fins lucrativos (ações vindas da sociedade civil, por exemplo). Encontrei ao menos um autor, Mario Aquino Alves, que, em seu trabalho *Terceiro setor: as origens do conceito*(2002), inverte a ordem, apresentando o primeiro setor como o mercado e o segundo como setor governamental. Entretanto, em todos os outros trabalhos que tive acesso os setores eram apresentados como descrito no início desta nota.

Cabe então, tentar entender como o Brasil está tentando organizar internamente esse setor, abordando essas organizações que apresentam uma identidade, para que não consegue estabelecer uma compreensão comum sobre ela.

Volto, então, ao artigo de DiMaggio e Anheier. Quando olho para este proposta de atuação que se apresenta nas ONGs, especificamente as Brasileiras, acho cabível concordar que tanto a origem como o comportamento dessas organizações podem – e normalmente assim o é – variar com o pacote de políticas locais, com os traços culturais encontrados nos países, ou mesmo nas diferentes regiões de países com as dimensões do Brasil, e seguramente estão atreladas ao perfil de seus fundadores e/ou operadores.

Contudo, organizações como ONGs, falo das Brasileiras em particular, mas ousaria dizer que é cabível às ONGs em geral, mesmo que pertencendo a este setor sem fins lucrativos, ou a esse grupo de organizações da sociedade civil, ou ao chamado Terceiro Setor, por todas as fragilidades que esses conceitos trazem e por todas as especificidades apresentadas aqui, deveriam ser estudadas a partir de uma ótica particular.

Abordar essas instituições como parte de um setor ampliado pode deixar passar características próprias, só encontradas nas ONGs. Não falo em estudá-las por área de atuação – saúde, educação, equidade de gênero, questões ambientais –, mas sim por seu ambiente política:[9] organizações da sociedade civil sim, mas com um viés sociopolítico definido, participativo, emancipatório, de defesa e promoção de direitos, assistencial em parte, mas transformador nos objetivos.

Cabe lembrar que o estudo está voltado àquelas organizações, mas em suas atuações coletivas: ONGs e suas redes. Essas redes podem ser vistas de duas formas: grupos sociais, aqueles grupos reunidos por um interesse comum, portanto, não necessariamente uma rede, diriam alguns; ou uma porção, um recorte específico de uma rede maior. Talvez uma rede parcial, como diria John A. Barnes, que ele entende como redes sociais que seriam "qualquer extração de uma rede total, com base em algum critério que seja aplicável à rede total" (1987, p. 166).[10] Então, as redes das quais falo neste trabalho também podem ser vistas como redes sociais, quando acompanhamos o conceito de Barnes, mas, como partes de redes maiores que se estendem a partir de cada nodo, membro da rede de ONGs ou com a participação delas.

Toda essa explicação é para justificar que este estudo optou por entender que tais grupos são vistos como redes, inclusive porque assim se definem. Para estudar redes, é preciso, muitas

[9] Seu "campo político", veremos mais adiante, como propõe a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG.
[10] Isso será abordado com mais profundidade no capítulo 3.

vezes, definir que parte da rede será estudada; criar uma fronteira que permita análises concretas, dentro do alcance do estudo. Neste estudo, as redes de ONGs ou com a participação delas, já se apresentam com fronteiras, em geral, concretizadas em sua Ideia-Força. Quem se põe sob aquela Ideia-Força e é aceito por todo o grupo, também posto sob a mesma Ideia-Força, pertence à rede. Aqueles que se identificam com a Ideia-Força, mas não se põe sob ela, ou não é visto pelo grupo como nessa condição, não pertence à rede, mesmo tendo conexões com membros da rede.

Mas tudo isso é mera definição/convenção para ajudar na compreensão das explicações. Redes, bem como ONGs, como será visto adiante são polissêmicas e não é intenção deste estudo fechar tal questão. Embora esses aglomerados de organizações sejam o objeto deste estudo e seja nas relações internas dessas coletividades que a tese se concentra; ainda assim, talvez seja mais correto apresentar este trabalho como um estudo no campo discursivo de redes em lugar de um 'estudo de redes'.

1.3 A BASE METODOLÓGICA

Este foi um estudo analítico-descritivo, o qual busca levantar como a construção das relações internas de poder e a presença de hierarquias são percebidas pelos operadores (participantes, apoiadores e facilitadores) de redes de, ou com a participação de ONGs, tomando como referência o próprio olhar daqueles operadores. Com isso, quero apresentar elementos que venham a contribuir com estudos futuros direcionados a uma compreensão mais aprofundada sobre o funcionamento daquelas redes. Destaco que o objetivo do estudo não estava em verificar nem se tais relações existiam (parto da ideia de que elas existem, baseando-me na experiência pessoal da qual falei no capítulo anterior), nem o grau de percepção, mas em analisar e descrever como são as percepções acerca das relações de poder e das hierarquias naquelas redes. Em outras palavras, como essas relações são traduzidas pelos operadores daquelas redes.

O primeiro passo metodológico da pesquisa foi uma ampla revisão da literatura existente sobre redes de ONGs ou com a participação delas, para me assegurar que o estudo não correria o risco de trazer conclusões já apresentadas anteriormente e que seus resultados contribuiriam para, ao menos, suscitar discussões acerca do tema tratado. A primeira parte dessa revisão foi feita antes da ida ao campo e ajudou na construção das perguntas para as entrevistas e para o questionário.

Uma vez no campo, o trabalho se concentrou na realização de entrevistas semiestruturadas, dirigidas a indivíduos participantes, apoiadores e facilitadores do que chamo de redes de ONGs ou com a participação delas. Tais entrevistas passaram por um processo de análise, o qual esteve atento às falas coletadas como pertencendo a um determinado contexto. Portanto, foi vital compreender o ambiente no qual cada entrevistado estava inserido (se representante de uma ONG, membro de uma rede; se participante de uma rede, mais não necessariamente representante de uma instituição; se um representante de um apoiador, encarregado das relações com as redes e seus nodos; se um facilitador de processos, internos e externos, de redes, ou se uma mescla de várias dessas características), bem como, o contexto de suas organizações – tudo a partir da visão dos próprios entrevistados.

A escolha dos indivíduos para as entrevistas inspirou-se em um método chamado por Robert A. Hanneman e Mark Riddle (2005) de *Alter Connections* (Conexões de Alter, Conexões com outros (?))[11], no qual se escolhe informantes[12] centrais e a partir desses, vai-se chegando a outros potenciais informantes.[13] Meu critério de organização dessa 'rede' de informantes foi o seguinte: (a) os primeiros cinco entrevistados foram selecionados a partir de um conhecimento pessoal – minha própria rede social – e eram representantes de ONGs em suas redes, ou de apoiadores de redes, ou, ainda, facilitadores de redes de ONGs ou com a participação delas, com participação/atuação, direta ou indireta, em ao menos duas redes, todos(as) sabidamente por mim, com posições influentes/relevantes (membro de direção/coordenação, tomador de decisões orçamentarias, facilitador considerado 'sênior' pelos apoiadores, etc.) em suas organizações e em ao menos uma das redes que participava; (b) a esses cinco entrevistados, foi pedido que indicassem, cada um, outros três potenciais entrevistados, pertencentes a outras organizações. Entre esses três indicados, foi escolhido um, o qual, além de apresentar a característica de participante de ao menos duas redes, participava ou tinha participado de, no mínimo, uma rede e atuado em uma instituição distinta de quem o indicou. Outro critério, menos rígido, foi buscar diferentes gerações de atuação (pessoas que iniciaram sua experiência nesse universo das organizações não governamentais em momentos distintos da história daquelas organizações).[14] Dessa forma, eu estabeleci o total de 10 (dez)

[11] Como não encontrei nenhum trabalho em português que fizesse uso dessa metodologia, tenho dúvidas sobre qual seria a melhor tradução.
[12] Para as entrevistas utilizarei a designação, "entrevistados". Isso evitará que sejam confundidos com aqueles que responderam o questionário, esses, por sua vez, chamados de respondentes.
[13] É um método que se assemelha ao "Bola de Neve", mas guarda suas diferenças. A principal, talvez, seja o fato do número de informantes ser decidido pelo pesquisador e não pela repetição de nomes, a 'saturação da rede', como no "Bola de Neve".
[14] A preocupação foi com o período experimentado pelos entrevistados e não exatamente com a faixa etária. Mas, com dito, esse foi um critério que considero interessante, mas secundário.

entrevistados, vinculados a 10 (dez) diferentes organizações, e poderia registrar a visão deles – os entrevistados – a respeito de, ao menos, 15 redes diferentes.[15]

Como suporte às entrevistas e buscando ampliar o número de redes alcançadas, foi distribuído um questionário com perguntas específicas permitindo múltiplas escolhas, mas também respostas abertas. Este questionário foi dirigido a 25 outras pessoas, por meio virtual. Parte dessas pessoas atuava ou tinha atuado nas redes apontadas nas entrevistas, mas a maioria atuava ou tinha atuado em outras redes, distintas daquelas. O processo de distribuição do questionário foi parecido com o critério de escolha dos entrevistados, mas com menor controle: (a) os primeiros cinco respondentes foram escolhidos por mim (3 no Brasil e 2 fora do Brasil)[16]; (b) o envio do questionário foi antecedido por um contato direto (telefone, *eMail*, ou qualquer forma de contato que fosse possível), pedindo que cada informante central enviasse o questionário a outros quatro potenciais respondentes de sua escolha, os quais eles soubessem que haviam atuado, ou atuavam, em ao menos uma rede diferente da sua (número mínimo de redes no caso do informante secundário era de uma, desde que fosse diferente das de quem o indicou. O do informante central continuou sendo o de duas de redes). Com o questionário a intenção era de alcançar, ao menos, 25 novas redes, permitindo que o estudo analisasse a visão/percepção dos entrevistados e respondentes sobre um total de, ao menos, 40 redes.

A aplicação do questionário ajudou a cruzar informações com as respostas das entrevistas. Embora, os dados coletados com os questionários fossem passíveis de uma analise quantitativa (de certa maneira, os das entrevistas também), e isso tenha sido feito, o foco principal esteve na análise qualitativa, o que foi possível pela possibilidade de indicação de mais de uma categoria, por respondente, em algumas questões, além da possibilidade de posicionamentos abertos em todas as questões (uma das opções era a de apresentar a opinião do respondente, para além das categorias sugeridas. Inclusive, combinando as duas possibilidades: escolha e opinião aberta). A análise quantitativa terminou por se mostrar superficial, apenas apontando tendências – categorias que apareciam com mais frequência – e ajudando em alguns cruzamentos com as entrevista (que tipo de operador tendia a perceber o que, por exemplo).[17]

---

[15] Ao final, pude obter a visão de mais de 15 redes, como poderá er visto adiante.

[16] A escolha por respondentes fora do Brasil teve como principal intenção assegurar a visão daqueles com experiências em redes multinacionais.

[17] Essa análise não se demostrou muito precisa porque nem todos os respondentes identificaram seu papel nas redes. Essa informação só se mostrou possível junto aos entrevistados e mesmo assim, a pouca quantidade de entrevistados e respondentes não asseguravam uma real demonstração de qualquer tendência..

A intenção maior era a de conseguir alcançar o número mínimo redes proposto para o trabalho: 40 redes. Eu quis formar um *corpus* que permitisse ter uma visão ampliada de como se davam as percepções em um número razoável de redes. A ideia não foi generalizar essas percepções, mas conseguir ter um espectro que permitisse analisar tais percepções em diferentes ambientes coletivos. 35 pessoas, descrevendo suas percepções em 40 redes com diferentes características, mas com a característica comum de apresentar entre seus membros as chamadas ONGs, já me pareciam dar uma ideia ampla sobre como eram percebidas as relações de poder e as hierarquias no interior daquelas redes.

As entrevistas foram realizadas como previsto, alcançando bem mais redes do que o número esperado. O questionário teve 17 retornos, oito a menos do que era previsto, em contrapartida, o alcance foi de 35 redes. Somadas as redes dos entrevistados, o corpus do estudo ficou com 62 redes, 55% a mais das intensões. A análise, então, seguiu na direção de entender como as percepções variavam em diferentes ambientes de rede. Por isso a possibilidade da escolha de várias opções distintas em algumas das questões apresentadas no questionário.

Como já dito, foram 10 (dez) entrevistas e 17 (dezessete) questionários respondidos. Tanto as entrevistas como os questionários buscaram as seguintes informações: 1) o perfil de cada entrevistado ou respondente; 2) sua visão sobre redes, em geral, e redes de ONGs ou com a participação delas, de forma específica; e 3) sua percepção sobre as relações construídas nas redes, especificamente as relações de poder e hierarquias.

No questionário, as perguntas eram diretas, embora, evitando-se deixar explicitas quaisquer definições ou quaisquer opiniões. Nas entrevistas, as quais eram semiestruturadas, as perguntas orientadoras foram apresentadas de forma a não transparecer os objetivos específicos do estudo. Os entrevistados sabiam que se tratava de uma tese que envolvia ONGs e suas redes, mas eram alertados que o interesse específico do trabalho – tema, objetivos e quaisquer outras informações que o entrevistado quisesse saber – só seria apresentado no final da entrevista. Isso tinha como intuito evitar algum desvio, mesmo que inconsciente, de suas ideias. As respostas conduziram a perguntas complementares, que aprofundavam o tema de interesse do estudo. Tentei não forçar os entrevistados, de modo algum, na direção do tema específico do trabalho. As perguntas norteadoras buscavam instigar o tema, mas perifericamente. O tema deveria aparecer espontaneamente, só então, poderia ser incorporado de forma mais direta às perguntas.

Uma vez que o tema aparecesse, a afirmação que inspirou este estudo – "toda rede tem que ser horizontal, desprovida de hierarquia e centros de poder e deve ser totalmente aberta" – era posta na entrevista. Para isso, tentei encaixá-la de modo a seguir o fluxo de perguntas e

respostas e não criar nenhuma ‘quebra’ na ‘conversa’. A pergunta que estava explícita nos questionários e que era introduzida, quando dada a chance, nas entrevistas era: qual a sua opinião sobre essa afirmação?

No questionário, essa questão aparecia como a quarta entre dez questões; deveria ter apenas uma resposta, mas, apresentava uma possibilidade de resposta aberta – todas as questões do questionário apresentavam essa possibilidade. Nas entrevistas, quando surgia a oportunidade de apresentar a questão, a resposta, totalmente aberta, norteava o diálogo a partir dali.

A análise das entrevistas foi feita com base em análise de conteúdos, mas não seguindo rigidamente todas as técnicas do método. Em um primeiro momento, tive a ideia de construir uma escala de percepção, mas desisti quando ficou claro que a questão não era o quanto, mas como as relações eram percebidas. Notei que o trabalho alcançaria melhor seu propósito se a ideia de percepção fosse realmente descritiva, acompanhando o raciocínio proposto pela Teoria Ator-Rede (ANT, por sua sigla em inglês), mais especificamente, proposto por Bruno Latour (2012). Eu preferi me concentrar naquilo que realmente se mostrava nas entrevistas, sem procurar sentidos encobertos nos discursos. O que de fato aparecesse definiria a percepção do entrevistado, sem graus de diferenciação, e permitindo que o trabalho mostrasse todo o escopo de possibilidades perceptivas.[18] Nas entrevistas, foram possíveis encontrar contradições. Essas contradições nas falas, contudo, contribuíam para entender a percepção do(a) entrevistado(a), não, necessariamente, para mostrar algo que estava sendo encoberto no discurso. Isso será melhor explicado mais adiante.

Para ajudar na compreensão da percepção de cada entrevistado, desenvolvi um método para me permitir definir o que seria o que chamei de ‘fala elaborada’ – aquela construída a partir de uma pergunta direta – e o que chamei de ‘fala não elaborada’ – aquela que surge como parte de uma resposta a uma determinada pergunta, mas que expõe a opinião do entrevistado sobre um tema que não estava diretamente ligado àquela pergunta. A ‘fala não elaborada’ serve como um elemento de reforço para a análise da ‘fala elaborada’, que, por sua vez, é a que define como o assunto é conscientemente percebido pelo entrevistado. A ‘fala não elaborada’ tende a reforçar essa conclusão, confirmando o que havia sido dito na fala elaborada, ou expondo alguma contradição. Cruzar essas falas – ‘elaborada’ e ‘não elaborada’, acredito, demonstrou como se dava a percepção de cada entrevistado, ou como/se eles traduziam sua compreensão sobre relações de poder e hierarquias no ambiente daquelas redes.

[18] Entendo que a partir de um estudo tradicional de percepção, a partir de uma escala os graus de percepção, bem como, trabalhando tradicionalmente com a análise do discurso, eu poderia ter desenvolvido um bom trabalho, mas a intenção realmente era descrever, com base em ANT.

Assim, a ‘fala não elaborada’ coerente com a ‘fala elaborada’ confirma/reforça o que seria a percepção do entrevistado sobre o tema em discussão, enquanto a ‘fala não elaborada’ contraditória pode dar indícios, ou mesmo confirmar, uma estratégia de tradução.[19]

A análise das ‘falas’ foi feita com base em categorias criadas a partir dos temas centrais do estudo: as relações de poder e as hierarquias. Essas categorias foram: (1) Características de uma rede de ONGs ou com a participação delas; (2) Tipos de relações encontradas em uma rede de ONGs ou com a participação delas. A partir dessas duas categorias, criei subcategorias para cada uma delas. Essas subcategorias tinham como função o refinamento do processo de análise, trazendo temas mais específicos.

Na categoria (1) – características de uma rede –, temos as seguintes subcategorias: (a) horizontalidade/hierarquia; (b) abertura; (c) centros de poder; e (d) centralidade. Já na categoria (2) – tipos de relações encontradas em uma rede –, temos: (a) conflito político; (b) conflito pessoal ou organizacional; (c) competição; (d) disputa por espaço; (e) influência; (f) prestígio/reconhecimento; e (g) dominação. Tanto as categorias como suas subcategorias foram elaboradas a partir do que surgiu nas entrevistas (não foram pensadas antes exatamente para não correr o risco de contaminar as entrevistas).

Abaixo, apresento alguns exemplos dos quadros que organizei para entender e descrever melhor como se davam as percepções.

Quadro 1 – exemplo das matrizes de análise das entrevistas

Entrevistado: 1 (participante; apoiador)	**Categoria: Características de uma rede** **Sub Categoria: Horizontalidade (hierarquia)**
Fala elaborada – afirmação primária (comentários meus)	**Fala não elaborada –dado contraditório ou coerente (comentários meus)**
“Não pode haver hierarquia” (quando perguntado diretamente sobre as características de uma rede, essa foi a primeira resposta).	• Naquele local não havia outra organização que pudesse responder pela rede; • Há outras organizações envolvidas, além dessa, mas não sei te dizer quais são agora; • Há lideranças;

[19] Sobre tradução, abordarei esse tema com mais profundidade no capítulo 5. Por agora seria interessante saber que o conceito para a Sociologia da Tradução diz respeito a “todas as negociações, intrigas, cálculos, atos de persuasão e violência, graças aos quais um ator ou força toma, ou faz com que seja conferida a si mesmo, autoridade de falar ou agir em nome de outro ator ou força (CALLON; LATOUR, 1981, p. 279).

	• Ele é maravilhoso e a gente chama ele para falar sobre a rede (porta-voz por decisão do apoiador)
	Subcategoria: Centro de poder
"se há centro de poder não é rede"	• O elemento convocador parte muito daí (falando de uma organização específica); • Ela tem uma centralidade, sem dúvida (também cabe em hierarquia e centralidade) • A pergunta é: não tendo ela e não tendo essa organização, a rede continua? (falando de alguém que é representante de um membro da rede)

Quadro 2 – novo exemplo, com outro entrevistado, das matrizes de análise das entrevistas

Entrevistado: 10 (participante)	**Categoria: Características de uma rede** **Sub Categoria: Abertura***
Fala elaborada (afirmação primária)	**Fala não elaborada –dado contraditório ou coerente (com comentários meus)**
"As reuniões são abertas ao público" "Não existe um processo formal"	• Mas precisa ser [...] (contraditório - referindo-se a algum critério exigido para ser membro) • Às vezes é um processo conflituoso, [...] porque não compreendem a dinâmica [...], então, têm organizações que se retiram (certa contradição porque o processo não é formal, mas existe).
Entrevistado: 10 (participante)	**Categoria: Tipos de relações** **Subcategoria: conflito político**
"É tudo muito horizontal" "não há conflito no nível pessoal"	• O único conflito que consigo enxergar é esse de concepção (coerente – existe o conflito político, mas não o pessoal); • Às vezes é um processo conflituoso, [...] porque não compreendem a dinâmica [...], então, têm organizações que se retiram (certa contradição – se o indivíduo/organização não entende, melhor é se retirar. Isso pode ser entendido como uma quebra de horizontalidade na rede e também serve para hierarquia. Na fala, a decisão não

	necessariamente do indivíduo/organização discordante, mas da rede).

*A ideia predominante de rede aberta entre os entrevistados é a daquela rede que permite novas adesões sem processos formais, que estão conectadas com o meio externo, sem obstáculos a novos participantes.

Com o questionário não foi possível esse tipo de análise, salvo quando havia respostas abertas. Mas, nenhum deles gerou dados que permitisse essa comparação entre as falas (respostas) dos respondentes. Outra característica do questionário, como já dito, é que algumas questões permitiam a escolha de mais de uma opção e ainda a possibilidade de uma opinião aberta. A intenção foi possibilitar que o respondente apresentasse todas as suas constatações/percepções identificadas nas redes nas quais participava ou participou, permitindo a descrição de variações entre diferentes redes.

A escolha de um questionário com essa característica foi feita a partir da ideia de um estudo qualitativo-descritivo. Como alguns respondentes (quase a totalidade – apenas um deles participava de só uma rede) atuava, ou atua, em diversas redes, eu queria que houvesse a possibilidade de serem apresentadas todas as formas que as relações eram percebidas por eles. Caso o respondente identificasse formas diferentes em redes distintas, era importante que isso fosse apresentado e, assim, garantisse uma descrição o mais ampla possível. Do mesmo jeito, era importante conhecer todas as características de rede identificadas pelos respondentes. A multiplicidade de opções permitiu que esse interesse fosse alcançado, ajudando a entender qual situação predominava entre as apresentadas em todo o universo de redes envolvidas.

Vale um esclarecimento quanto à definição do corpus do estudo com base no perfil dos entrevistados e dos respondentes, refletido na quantidade de redes alcançadas. Para entender a percepção, principalmente dos entrevistados, eu optei por buscar o entendimento de cada um deles em todos os ambientes de rede dos quais eles participavam, ou participaram, e cruzar isso com os diferentes perfis encontrados entre entrevistados e respondentes (participante, apoiador, facilitador ou mais de uma dessas características, além do aspecto geracional)[20]. Isso me daria um espectro mais amplo para análise: certa percepção aparecendo repetidamente e diferentes redes reforçaria a existência daquela prática de forma mais espraida. Essa decisão me levou também a tentar ouvir aqueles que participavam de redes de maior amplitude (nacionais, regionais,[21] globais). Essa característica poderia ser encontrada entre os que atuam no Brasil –

[20] O aspecto geracional só pode ser visto entre os entrevistados. Alguns dos respondentes, a maioria, não apontou essa característica e preferi não considera-la entre estes. Vale dizer que por geração, estou apontando o início das atuações no universo das ONGs e não a idade de cada um dos entrevistados.

[21] Por redes regionais entendo aquelas que atuam em regiões internacionais (América Latina, América do Sul, Europa, sudeste asiático, etc.).

como, de fato, foi, principalmente entre os entrevistados –, mas seria seguro encontrá-la buscando, nesse caso, respondentes residindo e atuando fora do território brasileiro.

Assim, pareceu-me importante essa preocupação com diferentes perfis e amplitude de atuação (número de redes nas quais participava) para garantir que as percepções alcançariam uma boa diversidade de realidades, já que o número de entrevistados e respondentes era limitado e se sua atuação fosse restrita a uma única rede, as percepções poderiam não representar um espectro suficientemente forte para permitir conclusões mais gerais.

Por fim, vale esclarecer que nenhum dos entrevistados ou respondentes será identificado – por um critério de simetria de tratamento já que alguns não apresentaram a autorização de uso da palavra e/ou divulgação de ideias por escrito –, inclusive todos serão tratados pelo gênero masculino, para dificultar ainda mais a identificação, além de ser feito tudo que for possível para que não sejam identificados por suas respostas – embora, em alguns trechos isso fique em risco pela dificuldade de evitar certos comentários que ajudariam em uma identificação. Em princípio, tento não identificar as redes, mas isso se mostrou muito difícil para algumas situações. Assim, em algumas passagens, permiti-me nomear as redes descritas, mas, sem identificar o autor da descrição, salvo em observações feitas por mim.

1.4 A ORGANIZAÇÂO DO TRABALHO

O trabalho está organizado em 7 capítulos, incluindo este primeiro, o qual funciona como uma introdução e apresenta a ideia, o tema, sua importância, os principais atores estudados, a metodologia e esta seção sobre sua organização.

O capítulo 2 vai apresentar o ator de interesse e o ambiente no qual foi desenvolvido o estudo. Está dividido em dois itens e seus subitens. No primeiro, é apresentado o ator que chamo de organização não governamental; um pouco de seu histórico; suas estratégias de atuação; suas controvérsias. No segundo item, a abordagem se concentra nas ações coletivas das ONGs; uma visão sobre redes formadas por essas organizações e redes das quais elas participam. Temos nesse item o olhar dos apoiadores de redes, a partir de textos deles próprios ou de seus consultores; e o olhar de quem facilita os processos de redes ou serve como referência para apoiadores, principalmente, aqueles apoiadores vinculados às empresas no Brasil. Nesse subitem, são tratados temas como redes, poder e hierarquia, a partir do ponto de vista daqueles autores.

O capítulo 3, com seus itens e subitens, é dedicado aos estudos de rede oriundos das ciências humanas, em geral, e sociais, em particular. No primeiro item, vejo os estudos de redes de forma geral, a partir do ponto de vista de vários autores; no segundo item, os temas abordados são: Capital Social e Redes de Trocas. Nele, é apresentada um panorama do que pode ser aplicado sobre rede às redes de, ou com a participação de ONGs.

O quarto capítulo traz como ponto central o Poder. A primeira parte do capítulo traz um panorama sobre o tema, apresentando diversas abordagens, de diferentes autores. O objetivo é situar o leitor no tema. A segunda parte é mais específica. Trata o Poder, ou melhor, as relações de poder, a partir do conflito e coloca-o no interior das redes. Tem em Georg Simmel o principal autor, porque é ele quem vai dar a base para entendermos o conflito em sua forma ampla e a competição como forma específica de sua manifestação. É nessa parte que trato de hierarquia, embora, esse seja um tema que pode ser visto de forma transversal em quase todos os capítulos. Por fim, na terceira parte do capítulo, abordo o poder do ponto de vista político. Especificamente, entendendo redes como ambientes políticos. Também trato aqui das relações de força que esse ambiente político suscita.

O capítulo 5 nos coloca de frente com a sociologia das traduções, trazendo a noção desse conceito, tradução, do ponto de vista de autores como Michel Callon, John Law e Bruno Latour. Seus itens e subitens trazem uma introdução ao tema e uma apresentação da Teoria Ator-Rede. A sociologia das traduções, mais ainda a noção de tradução, define, neste trabalho, a base do

que entendo por estratégias de negociação e convencimento encontradas nas redes de ONGs ou com a participação delas. Nessa abordagem vou me apoiar para realizar as descrições de como se percebem – ou como se traduzem – as relações de poder e hierarquias nas redes de ONGs ou com a participação delas. A própria decisão de fazer um trabalho descritivo foi inspirada nessa abordagem. A sociologia das traduções, ou a Teoria Ator-Rede, propõe uma aproximação sociológica pelas associações e traz as traduções como transformações feitas por atores (actantes, na verdade) acerca dos fatos postos na rede. Essas transformações são provocadas a partir de controvérsias e contribuem para manter as redes "vivas" e em movimento.

O capítulo 6 é um capítulo dedicado à apresentação dos dados. A ideia inicial era descrever esses dados, evitando conclusões ou comentários. No processo de escrita, isso se mostrou impossível. Naturalmente, as análises e os comentários emergiam. No capítulo, são trazidas as respostas das entrevistas e o cruzamento com os dados obtidos com o questionário. Os dados são apresentados muitas vezes pelas falas dos entrevistados, tentando expor a diversidade de visões e suas convergências. É uma análise qualitativa, mesmo que alguns números, mais ilustrativos, apareçam.

O sétimo e último capítulo traz o agregado das conclusões em forma de descrição. Há o cruzamento com as teorias (isso também pode ser visto no capítulo 6) e com os resultados das entrevistas e do questionário. É um texto mais livre que se pretende realmente descritivo. Nesse capítulo, os dados são todos entrecruzados e são apresentadas as conclusões, ou novas questões.

2 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: CONTROVÉRSIAS E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO (OU, EM QUE AMBIENTE FOI DESENVOLVIDO ESTE ESTUDO)

Neste capítulo, tentarei explicar em que ambiente este estudo se desenvolveu; os atores envolvidos e suas estratégias de atuação. É um capítulo dedicado ao ator social chamado aqui de Organização Não Governamental (ONG) e suas atuações coletivas. No transcorrer desse capítulo, trabalharei alguns pontos que são básicos para a compreensão deste trabalho: o que vem a ser ONG, ou, melhor, o que caracteriza, para este estudo, as organizações que estou chamando de ONG; o que nos dizem os apoiadores das ações dessas organizações sobre sua atuação de forma coletiva, o que chamarei aqui de trabalho – ou ação – em rede; e algumas das visões que predominam, que são basicamente hegemônicas, entre facilitadores, ou entre aqueles que inspiram os facilitadores dessas ações em rede das ONGs.

No primeiro item, vou tratar exatamente dessas organizações, as quais tiveram seu reconhecimento – ao menos de forma mais clara e abrangente – no Brasil a partir do início dos anos 1990, principalmente com o evento que ficou conhecido pelos nomes de ECO 92 ou Rio 92. Embora, seja preciso que eu me apoie em passagens históricas, não pretendo me aprofundar sobre a história das ONGs, nem no Brasil, nem fora dele. Existem inúmeros trabalhos, com ótima qualidade, dedicados a isso.[22] Tampouco vou defender uma definição única para ONG, embora, como já disse no parágrafo anterior, seja necessário deixar claro o recorte dado, neste estudo, à conceitualização desse ator social aqui chamado de ONG.

Em seguida, apresentarei a visão de algumas organizações e organismos nacionais e internacionais, os quais elaboraram uma série de produtos sobre o trabalho em rede envolvendo as ONGs. E, por fim, abordarei os escritos elaborados por aqueles(as) que atuam apoiando, facilitando, fomentando, por que não dizer, provocando as ações em rede no setor social, principalmente no que se refere ao desenvolvimento.

Esclarecendo que o que apresento no segundo item deste capítulo, especificamente em seus subitens, não representa necessariamente minha visão sobre o tema, mas sim a visão daqueles cujos trabalhos/escritos consultei para elaborar um escopo dos pensamentos que fluem principalmente entre muitos apoiadores de redes de, ou com a participação de ONGs. Na verdade, eu apresento tal compilação como ‘abordagens’. Estas abordagens estão divididas em

[22] Para a história dessas organizações no Brasil, recomendo, principalmente, os trabalhos da antropóloga social Leilah Landim.

duas perspectivas: uma que pode ser encontrada entre atores globais; e outra que predomina no Brasil, identificada, inclusive neste estudo, como vinculada principalmente a apoiadores de origem corporativa – institutos e fundações empresariais.

2.1 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: UMA PERSONALIDADE POLÍTICA

Já nos disse Leilah Landim, há tempo, que:

> Organização não governamental é expressão que traz a marca da polissemia, movendo-se num campo que se presta a várias apropriações ideológicas ou discursivas, possibilitando usos diversificados por diferentes atores – e, portanto, podendo constituir-se em objeto de polêmica e luta em torno desses usos. (1998, p. 25)

Quero, contudo, voltar-me não à expressão e sim à organização por trás dela. Estamos diante de um ator social com várias possibilidades de adequação, adaptação e/ou transformação. A tudo isso está sujeito o significado do termo ONG, empurrado por seu deslocamento pelas várias regiões do planeta, espaços da sociedade e mesmo pelos períodos históricos. A instituição que o adota sempre irá buscar as características que convêm a sua ação.

A designação Organizações Não Governamentais surgiu originalmente na Carta das Nações Unidas, em 1945,[23] quando da criação da própria Organização das Nações Unidas, a ONU, e designava aquelas organizações que tinham *status* consultivo junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC, por sua sigla em inglês) daquela organização multilateral.[24] Essa designação, provavelmente, foi atribuída para não definir aquelas organizações, as quais tinham direito a voz, mas não a voto, como atores que estavam fora dos governos, não sendo parte/representante oficial de qualquer dos Estados Membros da ONU, os quais são representados por instâncias governamentais.[25]

A partir dali, um número crescente de organizações – sobretudo, organizações da Europa Ocidental – passou a adotar essa designação para explicar sua atuação, mesmo fora do

[23] Este documento foi assinado em São Francisco, Estados Unidos da América, em 26 de julho de 1945, tendo entrado em vigor em 24 de outubro daquele mesmo ano. A referência às Organizações Não Governamentais surge no capítulo X, artigo 71, o qual trata do Conselho Econômico e Social – ECOSOC. Até o momento, não apareceram registros anteriores do uso dessa designação.

[24] Até hoje, a ONU mantém organizações da sociedade civil com *status* consultivo, junto ao ECOSOC ou associadas ao Departamento de Informação Pública das Nações Unidas (DPI, por sua sigla em inglês) e utiliza o termo NGO (Organização Não Governamental por sua sigla em inglês) para designar algumas dessas organizações (Informação disponível em http://www.un.org/en/sections/resources/civil-society/index.html).

[25] Como disse, isso é apenas provável. Não encontrei nenhum documento que confirme essa hipótese. Essa é apenas uma ideia compartilhada com algumas pessoas que participam de organizações que fazem parte desse grupo, incluindo uma organização que esteve na origem desse processo, a Save the Children.

ambiente da ONU. Essas organizações – algumas das quais já atuavam para além de suas fronteiras nacionais,[26] embora de forma ainda muito restrita ao seu continente – iniciaram, a partir de certo momento, a expandir suas ações por meio de parcerias com programas internacionais de cooperação para o desenvolvimento, fomentados pelas Nações Unidas e executados por intermédio de 'parceiros' baseados no hemisfério sul (FERNADES, s/d). Essas ações se dão, naquele momento, principalmente, em países da América Latina, onde a sociedade civil já demonstrava fortes sinais de atuação social.

Especificamente no Brasil, essas organizações com a designação de ONGs[27] ganharam força com a volta ao país dos exilados políticos e estavam atreladas aos embates ideológicos da década de 1970. Talvez por isso a existência de um forte laço entre aquelas organizações e o pensamento político com base no socialismo marxista.

> As atuais ONGs,[28] portanto, e como tem sido estudado, começam a existir em anos de regime militar. Acompanham um padrão característico da sociedade brasileira, onde o período autoritário convive com a modernização e a diversidade social do país e com a gestão de uma nova sociedade organizada, baseada em práticas e autonomia em relação ao Estado, num contexto em que sociedade civil tende a se confundir, por si só, com oposição política. (LANDIM, 1998, p. 29-30)

Aquelas organizações apresentavam-se no Brasil da década de 1970 – e seguiram na mesma direção na década 1980 e boa parte da década de 1990 – como de base esquerdista, com inspirações marxistas e com projetos de transformação social com um caráter político bem definido.

Organização Não Governamental, contudo, não é uma designação oficial, jurídica, embora já esteja no dicionário (HOUAISS; VILLAR, 2001, p 2079). "Tampouco possui densidade, enquanto conceito sociologicamente elaborado. Uma forma de pensar o significado da expressão ONG é considerá-la uma categoria construída socialmente", acrescenta Landim (1998, p. 24).

A partir do que foi encontrado nos registros da Organização das Nações Unidas (1945) e do que nos apresenta Landim, é possível ver que as ONGs, assim designadas, existem no mundo desde meados da década de 1940 e no Brasil, desde os anos de 1970 (LANDIM, 1998, p. 25). Mas foi com a realização, na cidade do Rio de Janeiro, em meados de 1992, da

---

[26] Novamente, cito a Save the Children, organização que surge originalmente no Reino Unido, mas que teve como sua primeira atuação garantir ajuda humanitária a crianças que se encontravam em territórios pertencentes ao lado perdedor após a I Guerra Mundial, consideradas as principais vítimas do embargo punitivo decretado contra aqueles territórios..

[27] Como já dito, a sociedade civil na América Latina e, portanto no Brasil, já tinha uma história de ações sociais. O que aponto aqui é o início do uso da designação Organização Não Governamental.

[28] A autora fala aqui de organizações na década de 1990 (observação minha).

Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que, por sua vez, provocou um movimento global na direção da organização de um encontro paralelo de organizações de várias origens, entre elas as chamadas ONGs, encontro esse chamado de Fórum Global, [29] que o termo e as ações dessas organizações passaram a ter mais espaço na grande imprensa brasileira, bem como, maior reconhecimento perante a sociedade em geral (MONTENEGRO, 1994; COUTINHO, 2004/2005).

Por ser um encontro de âmbito mundial, paralelo a uma conferência das Nações Unidas, o Fórum Global teve uma ampla cobertura dos veículos de comunicação de massa brasileiros e internacionais. A mídia brasileira, de maneira geral, ainda não conhecia aquele modelo de instituição, não convivia com suas práticas e não entendia seus objetivos. Entretanto, foi essa mesma imprensa que divulgou, a partir de uma compreensão própria – e, porque não dizer, em alguns momentos equivocada –, esse 'novo' ator social, em um misto de admiração e desconfiança.[30]

Também no final dos anos 1980, início da década de 1990, coincidindo, de alguma forma, com o advento da 'Rio 92', mas não necessariamente inspirado nele, houve uma crescente inserção dos setores econômicos, privados e com fins lucrativos, na discussão, elaboração e execução de programas voltados para o desenvolvimento social.[31] Com essa tendência, cresceu no Brasil o conceito de investimento social privado[32] e ganharam espaço nesse universo outros conceitos, oriundos, sobretudo, de modelos estadunidenses de gestão empresarial.

Ao mesmo tempo em que ganham força esses novos aspectos da ação social, a sociedade em geral começa a descobrir o caminho das associações civis sem fins lucrativos como uma opção para se organizar. Começam, então, os interesses de conexão dessas organizações com a

---

[29] Como já dito na introdução desse capítulo, o conjunto desses dois eventos, ocorridos paralelamente, ficou conhecido como ECO 92 ou Rio 92. Ambas as designações foram utilizadas pelos participantes – seja da CNUMAD, seja do Fórum Global – e pela mídia brasileira e internacional.

[30] Particularmente, atribuo a essa visão um tanto distorcida dos meios de comunicação de massa o surgimento do termo "ongue" – termo falado para ONG – referindo-se a essas organizações e que hoje é tão utilizado pela sociedade em geral e mesmo por quadros e estudiosos dessas organizações.

[31] Isso pode ser confirmado com o surgimento do GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, associação de investidores sociais do Brasil, como se apresenta (s/d). "Nascido como grupo informal em 1989, o GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas, foi instituído como organização sem fins lucrativos, em 1995" (GIFE, s/d).

[32] Há uma tendência a se confundir os conceitos de responsabilidade social corporativa com investimento social privado. Grosso modo, o primeiro diz respeito a um conjunto de políticas e ações voltadas à transparência e correção de [atitudes] de uma empresa junto a todos os públicos envolvidos com ela (investidores, funcionários, poder público, fornecedores, meio ambiente, comunidade etc.), enquanto o segundo, mesmo fazendo parte do conjunto de políticas e ações que definem a condição de socialmente responsável, está ligado especificamente ao investimento da empresa na comunidade. Ter um programa de investimento social isoladamente não determina, a meu ver, se uma empresa é ou não socialmente responsável.

crescente nova fonte financiadora, as empresas privadas, em sua maioria, naquele momento, transnacionais instaladas no Brasil.

Com o passar do tempo e as mudanças no cenário político brasileiro e global, a designação ONG tornou-se mais ampla. O foco nas questões políticas de base ideológica deu lugar a uma visão de formação e qualificação social. As ações apresentadas como alternativas passaram a ser olhadas como 'alterativas', que buscam se inserir no contexto oficial como forma de ganho qualitativo dos serviços públicos, seja por meio de incidências para influenciar na construção de políticas públicas, seja no desenvolvimento de novas metodologias de ação junto a diversos setores sociais (educação, saúde, geração de trabalho e renda, inclusão social, questões ambientais, entre outros).

O fortalecimento de conceitos como Responsabilidade Social Corporativa e Investimento Social Privado pode ser visto como o ponto de partida de certa influência dos representantes do poder econômico privado sobre as ações sociais. Paralelamente a isso, cresce um debate sobre a intencionalidade de negação que a designação ONG (Organização 'Não' Governamental) traz em seu nome, fortalecendo o posicionamento de quem optava por falar de Organizações da Sociedade Civil – OSCs. E, de novo com a influência do capital privado, ganha força outro conceito que também, naquele momento, vinha se sobressaindo: o de Terceiro Setor.[33] Uma terminologia utilizada para definir o setor que atua nas questões de cunho público, mas que é de caráter privado, embora sem fins lucrativos. [34]

O termo Terceiro Setor, acredita-se, surgiu no início da década de 1970, nos Estados Unidos, e teria como objetivo "identificar um setor da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos" (SMITH, 1991 *apud* ALVES, 2002, p. 1). Naquele país, o termo tem seu uso reduzido já nos anos 1980 (SMITH, 1991 *apud* ALVES, 2002, p.2). Na América Latina, contudo – talvez fortalecido pelo capital privado que, como já foi visto, inicia uma forte atuação naquele nicho compreendido como Investimento Social Privado –, o termo se mantem atual e é de uso comum a diversos atores e estudiosos da questão social, embora de forma confusa e desencontrada.[35]

---

[33] Os demais setores que justificariam a existência de um terceiro são assim apresentados: o primeiro seria o governamental, aquele de caráter público e com fins públicos; o segundo, no qual se encontram as empresas, seria o de caráter privado, com fins privados, ou seja, com fins lucrativos.

[34] Outro conceito muito comum em outras regiões do mundo é o de Setor Sem Fins Lucrativos. Este conceito, contudo, não encontro muita adesão no Brasil.

[35] Vale saber que muitos dos que usam e estudam o termo pouco abordam sobre sua origem e, por vezes, o fazem de maneira equivocada como atribui-la a Jonh D. Rockfeller III, em 1978, quando na verdade estudos de 1972 já davam conta do uso da expressão (Amitai Etzioni, por exemplo, publicou em 1972, na *Business and Society Review*, o artigo *"The untaped potential of the 'Third Sector'"*).

Assim, o termo Terceiro Setor abrangeria tudo aquilo que seria privado, porém com fins públicos, e sem fins lucrativos – ONGs e ONGIs,[36] mas também, hospitais beneficentes, algumas organizações religiosas, clubes, sindicatos, além de outras tantas organizações privadas, sem fins lucrativos. Nota-se aqui que o que se trata por Terceiro Setor é aquilo que foi, e ainda pode ser designado, como setor sem fins lucrativos – ou sem fins de lucro, ou não lucrativo (no inglês, *no-profit sector*), ou setor de caridade, ou setor independente, entre outros (ALVES, 2002). Essa designação, contudo, ganhou espaço no Brasil e na América Latina como sinônimo de ONG.

Outro olhar interessante sobre essa ideia de um terceiro setor foi trazido por Paulo Herique Martins, quando tratando sobre a Teoria da Dádiva:

> A leitura associacionista sugerida pela teoria da dádiva é decisiva para situar a sociedade civil não como um "terceiro setor" complementar aos dois outros setores – o Estado e o mercado – mas como uma experiência histórica particular, regida por mecanismos de organização e de regulação peculiares (que apenas se tornam evidentes quando são realçados os processos de pertencimento e de reconhecimento interpessoais presentes nas instituições primárias da vida social). Na verdade, caso fosse necessário reduzir a presente discussão a uma classificação por "setores", os teóricos anti-utilitaristas da escola francesa sustentariam a hipótese de que o primeiro setor foi constituído, desde sempre, pelas práticas associacionistas e comunitaristas inspiradas na dádiva (Mauss, 2003), sendo os outros dois setores – o Estado e o mercado –, vistos como secundários do ponto de vista histórico e social (2005, p. 50, grifo do autor).

O fato é que em 1999 foi aprovada a lei ordinária 9.790, de 23 de março, conhecida como Marco Legal do Terceiro Setor (BRASIL, 1999), dispondo sobre a qualificação de pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as OSCIPs, abrindo, assim, mais possibilidades para controvérsias sobre a designação ONG no Brasil.

Em seu artigo 1º, a Lei 9.790/99 diz que:

> Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei (BRASIL, 1999).

OSCIP, portanto, não define juridicamente nenhuma organização, apenas as qualifica para firmar 'Termos de Parceria' com o Poder Público, e ainda restringe essa qualificação a algumas organizações específicas, criando uma lista de organizações não aptas a requerer essa

[36] Organizações Não Governamentais Internacionais

qualificação, além de critérios/exigências a serem observados para o requerimento de tal condição.[37]

"OSCIP é uma primeira tentativa, nesse contexto, de organizar a relação Estado-sociedade; organizar juridicamente. [...] Para você acessar certos recursos, você tinha que ser OSCIP", disse-me o Entrevistado 3 deste estudo. E acrescenta: "é uma iniciativa de baixa proatividade das organizações. É uma iniciativa de governo" (ENTREVISTADO 3).[38]

Acrescento a isso que, de alguma maneira, no atual período político brasileiro – considerando aqui o período iniciado no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso até o atual momento – vê-se a desconstrução dessa visão do 'contra' e criam-se pontes de conversação e negociações entre essas organizações sociais, poder público e empresas com fins lucrativos, contribuindo para que os diversos matizes sociais interajam e desenvolvam ações articuladas. Essas articulações suscitaram 'uma onda' de revisão ideológica que, por sua vez, fomentou uma tentativa de deslocamento da ideia de negação – o "não governamental" – para a ideia de uma organização com mais flexibilidade de articulação.

Nessa direção, foi aprovada, em 31 de julho de 2014, a lei nº 13.019 (BRASIL), conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que inclusive altera o Marco Legal do Terceiro Setor.[39] Marco regulatório, este, provocado e intensamente discutido e defendido por aquelas organizações historicamente autodenominadas ONGs, aquelas que Thereza Montenegro (1994) chamaria de "originais". Ação esta justificada por essas organizações como tendo um caráter estratégico, como dito por um dos entrevistados – e um dos líderes desse movimento em Recife –, "pois seria mais fácil dialogar com o governo se o movimento fosse de maior amplitude e abrangesse o maior conjunto possível de organizações" (ENTREVISTADO 3).

Isso vem a fortalecer a proposta, já apresentada em parágrafo anterior, de nomear as instituições voltadas para o social de Organizações da Sociedade Civil ou OSCs. Cabe aqui uma explicação sobre isso, já que uma dos atores que fortalece essa visão é a própria Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG.

No início, quando o termo ONG começa a ganhar força no Brasil e na região da América latina como um todo, todos se entendiam como de esquerda (MONTENEGRO, 1994; ENTREVISTADO 3), fosse o movimento sindical ou as autodenominadas ONGs. A chegada

[37] Estas informações podem ser vistas nos artigos 2º, 3º, 4º e 5º da lei n 9.790, de 23 de março de 1999.
[38] O Entrevistado 3 tem mais de 30 anos de experiência em relações com ONGs, incluído atuação em grandes organizações nacionais e com a Associação Brasileira de ONGs – ABONG.
[39] A lei 13019/14 só entra em vigor em 23 de janeiro de 2016, já com alterações apresentadas pela lei 13.204, de 14 de dezembro de 2015 (BRASIL, 2015).

da esquerda latino-americana ao poder faz surgir matizes diferenciados dessa esquerda. “Já não tínhamos mais acordos” (ENTREVISTADO 3). Isso faz com que a sociedade civil organizada queira – ou mesmo, precise – se diferenciar entre si. O discurso sindical já não era o mesmo do das organizações vinculadas ao movimento negro, ou ao feminista, ou daquelas organizações que se entendiam como de diversas frentes (ENTREVISTADOS 3; 9).

Surge dentro da ABONG uma discussão sobre campo político. Uma forma de garantir essa distinção seria, então, especificar o campo de atuação política. As ONGs pertencentes ao que os membros daquela associação entendem como “campo ABONG” trabalhariam em um espectro político diferente de outras organizações, também autodenominadas ONGs, mas com viés político diferente. Segundo nos diz um dos dirigentes da ABONG:

> A ABONG, quando vai falar [...], cada vez mais a gente fala menos de ONG – parece um paradoxo porque somos uma associação (de ONGs) –; cada vez mais a gente fala de organizações da sociedade civil. [...] A gente quer se distinguir por alguns valores, algumas manifestações de princípios [...] em relação à ONG criada pelo parlamentar [...] ou por aquela que têm fins muito objetivos em reproduzir certos lugares que a gente quer questionar (ENTREVISTADO 3. Parênteses meu).

Entretanto, temos uma situação complexa: o espectro político que os membros da ABONG estão chamando de campo ABONG, diferenciando, por exemplo, do campo sindical, ou do campo de outras organizações autodenominadas ONGs, também é o espectro político de algumas organizações, da mesma forma autodenominadas ONGs, também críticas em relação ao posicionamento e a atuação daquelas organizações que reproduzem certos lugares questionáveis, segundo a ABONG, mas que não são membros da ABONG.[40] Essas organizações, mesmo não sendo membros, podem ser consideradas “campo ABONG”? Talvez, mas isso é tema para outro estudo.

O fato é que membros da ABONG, possivelmente tentando se afastar do termo ONG, e ao mesmo tempo buscando uma denominação mais específica que a de organização da sociedade civil, criam o termo “organizações de cidadania ativa” (IBASE, 2012). Essa denominação não parece apresentar eco entre as denominadas ou autodenominadas ONGs, ao

[40] Um exemplo que tenho próximo é o Auçuba Comunicação e Educação. Uma organização que sempre se alinhou conceitualmente e muitas vezes atuou em parceria com aquelas organizações aqui apresentadas como do campo ABONG, mas, segundo um de seus associados, “nunca se filiou à ABONG. No início, porque estava filiada a ABVP (Associação Brasileira de Vídeo Popular) e achou desnecessário ter vínculo com outra associação nacional, depois por negligência, talvez, ou mesmo preguiça. Mas a ABONG sempre foi vista como importante” (ENTREVISTADO 9).

menos não entre organizações alcançadas neste estudo, mesmo aquelas que participaram dos eventos que, possivelmente, geraram essa denominação.[41]

Voltando a outro termo que no Brasil – e na América Latina – converteu-se em 'quase' sinônimo de ONG, o Terceiro Setor, deparamo-nos com outra discussão conceitual. A ONU, considerada a criadora da expressão "Organizações Não Governamentais", apresenta o Terceiro Setor como sendo composto por organizações da sociedade civil e ONGs, sugerindo que o Terceiro Setor seria mais amplo que o universo das ONGs e destacando essas dentro do universo da sociedade civil, tratando-as de forma diferenciada, específica. Diz a ONU, em seu website, que "Sociedade civil é o terceiro setor da sociedade, junto com (os outros dois setores) o governo e o setor de negócios. Compreende organizações da sociedade civil e organizações não governamentais" (parênteses meus).[42]

> Se, por um lado, a possibilidade de todos adotarem um único termo Terceiro Setor – criou condições para que diferentes tradições de pesquisa pudessem "dialogar", o mesmo movimento de 'reduzir para conciliar' trouxe, para o "diálogo", vários outros problemas que a pesquisa jamais havia enfrentado. Dentre os principais desses "novos" problemas, o problema de como tornar comparável todo o Terceiro Setor, em termos globais; e o problema de como tratar como iguais formas organizacionais tão diferentes? (ALVES, 2002, p. 8. Grifos do autor)

Na tentativa de possibilitar caminhos metodológicos para os estudos dessas organizações – ou desse setor da sociedade, como veem alguns pesquisadores – Lester Salamon e alguns colaboradores, vinculados ao *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, apresentaram características que definiriam as organizações participantes disso que se aponta como terceiro setor: formalização; natureza privada; não distribuição de lucros; e participação voluntária (ALVES, 2002, p. 8). Nota-se que tais características se encaixam naquelas organizações denominadas, ou autodenominadas, ONGs.

> Dado que os cinco critérios acima permitem que se incluam ou excluam organizações e permitem que se deixem à margem outros arranjos societários que poderiam fazer parte do "Terceiro Setor", vê-se que a definição estrutual/operacional de que se vale o *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, apesar de ser instrumento interessante para aproximar vários e

---

[41] Os eventos em questão foram reuniões entre alguns membros da ABONG, para discutir o futuro daquelas organizações e a cooperação internacional no Brasil. Esse grupo ficou conhecido como "Grupo Pedras Negras" (IBASE, 2012).

42 Informação disponível no website da ONU, seção Civil Society: <http://www.un.org/en/sections/resources/civil-society/index.html>. (Tradução minha). O texto original é: *"civil society is the 'third sector' of society, alog with government and business. It comprises civil society organizations and non-governmental organizations*."

> diferentes "Terceiros Setores", em todo o mundo, mais esconde do que revela (ALVES, 2002, p. 8-9. Grifos do autor).[43]

Tudo isso veio a corroborar com a dificuldade de compreensão sobre a personalidade de uma ONG. De fato, por tudo que foi dito, não há como determinar, definitivamente, o que é – ou que deixa de ser – uma ONG. Contudo, há que se refletir sobre os movimentos que algumas organizações da sociedade civil executam em sua trajetória de ação/intervenção social e de militância sócio-política, trajetórias que as diferenciam de outras organizações, também ditas da Sociedade Civil ou do Terceiro Setor. Isso nos aproxima ao que a ABONG entende por "se diferenciar pelo campo político".

Revisitando algumas ideias abordadas até então: ONG não é uma personalidade jurídica, nem as designações de fundação ou associação civil sem fins lucrativos – ambas, nomenclaturas jurídicas – definem se uma instituição é ou deixa de ser uma ONG; a condição de OSCIP é uma certificação concedida pelo Governo Brasileiro, mediante uma série de exigências. Uma ONG pode ser ou não uma OSCIP. Designações que não são excludentes; Terceiro Setor aponta para um universo muito amplo, no qual não se diferencia um hospital beneficente de uma organização de cunho religioso;[44] o mesmo pode-se dizer da designação organizações da sociedade civil, mesmo que a ABONG acredite encontrar aqui uma guarita melhor para se distinguir de outras organizações autodenominadas de ONGs, mas que atuam em campos políticos diferentes e mesmo antagônicos; e a denominação "organizações de cidadania ativa" parece não ter se espraiado entre as organizações.

Isso me fez decidir por não usar nenhuma dessas designações e optar pela denominação Organização Não Governamental, ou simplesmente ONG,[45] por toda sua história e pela possível maior clareza que tanto a academia, como a sociedade, de forma geral, têm sobre esta denominação. A partir disso, torna-se fundamentalmente necessário fazer um recorte que esclareça quais organizações devem ser incluídas sob tal denominação neste estudo.[46]

---

[43] Alves (2002) apresenta diferentes visões, a partir de diferentes autores, sobre o que seria esse Terceiro Setor

[44] Os estudos fora do Brasil sobre o terceiro setor, algumas vezes apontam diferenças entre as áreas de atuação, não exatamente entre os tipos de organizações. E há autores que entendem que os estudos não devem diferenciar nem as áreas para que se possa entender o setor como um todo (DiMaggio e Anheier, 1990. *Cf*. item 1.2.1 deste estudo).

[45] Apenas como um reforço, o termo Terceiro Setor se diferencia de ONG por sua amplitude – ONGs podem estar contidas no que se entende por terceiro setor, mas são apenas uma parte dele. Mesmo que as organizações que se autodenominam ONG possam se diferenciar de diversas formas entre si, algumas das organizações que podem ser entendidas como do terceiro setor apresentam diferenças mais acentuadas (um hospital beneficente, sem fins de lucro, estaria, ao meu ver, conceitualmente mais distante de uma organização feminista, do que estaria uma organização de defesa de direitos à educação, por exemplo, já que as duas últimas partem do princípio conceitual da garantia de direitos políticos).

[46] Enfatizando a ideia de ser na perspectiva deste estudo e não em uma perspectiva geral.

A condição ONG, para este estudo, tem características específicas, que independem de qualquer outra designação jurídica ou certificado que a instituição possa vir a ter. Está sim, do ponto de vista aqui defendido, atrelada ao seu caráter sem fins lucrativos, à sua postura político-social, ao relacionamento construído com seus parceiros e ao comprometimento de seus participantes em relação aos propósitos de sua atuação. A denominação "Não Governamental" é vista aqui, mais do que uma negação, como uma afirmação, que busca manter sua capacidade de posicionamento político independente e a preservação de uma identidade quando de suas atuações, não raramente vista como muito próxima às dos governos.

Uma ONG não precisa mais, obrigatoriamente, definir sua posição política como radicalmente de 'esquerda', mas necessita demonstrar, claramente, embora vista como uma entidade sociopolítica, ser independente em relação a partidos políticos; não deve discriminar gênero, raça/etnia, posição econômica, ou credo; opta por ter um caráter participativo, tanto em relação aos seus membros como em relação ao público com quem dialoga; defende prioritariamente interesses coletivos, voltados ao desenvolvimento; e deve ofertar seus principais serviços à população, sobretudo aquela menos favorecida social, política e economicamente, sempre que possível, de forma gratuita.[47] Uma ONG não deve ser representante de classes ou categorias profissionais. Suas ações devem ser legitimadas pelo reconhecimento da sociedade ou parte dela – o público com quem ela se relaciona, por exemplo – e não, necessariamente, pelo governo ou pelo Estado; deve entender, preferencialmente, que a igualdade deve ser alcançada com base na "consideração de interesses" (SINGER, 1993);[48] e, principalmente, ONG é um ator voltado para a promoção e defesa dos direitos, sejam humanos, políticos, sociais, culturais ou fundamentais, de forma universal.

Esse é o perfil traçado, para esta pesquisa, do ator social com o qual ela está relacionada. Pelas entrevistas realizadas para o estudo, é um perfil próximo ao que a ABONG entende como o do seu campo político, desde que se considere esse campo político como não restrito aos membros ABONG – e aqui não estou afirmado que o é, apenas que isso não pode ser totalmente esclarecido nas entrevistas realizadas com aqueles vinculados a ABONG –, já que envolveria instituições para além daquela associação.[49] Mas, insisto, não há pretensão de encerrar a discussão sobre uma definição para ONG. A definição aqui sugerida, como já dito

[47] Posicionamento conceitual meu.
[48] Para entender melhor o conceito, ver SINGER, Peter. **Ética prática**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
[49] Na verdade, alguns associados ABONG não estariam no universo desse estudo. Embora eu reconheça aquela associação como a principal referência de conceituação para o termo ONG, mesmo que ela esteja reavaliando esse termo e reposicionando-se perante à sociedade.

anteriormente, tem a intenção de situar o leitor sobre o tipo de organização a qual o trabalho se dirige como ONG.

2.2 ONGs E SUAS (ATU)AÇÕES COLETIVAS

> À diferença dos sindicatos, das associações de moradores ou mesmo de movimentos sociais, as ONGs não podem falar ou agir em nome de terceiros. Fazem-no somente em nome próprio. Em consequência, não dependem do complexo jogo político implicado nos sistemas representativos para legitimar suas decisões. Mais ainda, sendo particulares, as ONGs podem, em princípio, multiplicar-se indefinidamente, em função das demandas e das iniciativas, sem que isto tampouco coloque problemas de legitimidade. (FERNANDES, 1994, p. 66-67)

Uma ONG, portanto e em princípio, fala por ela e por mais ninguém. Contudo, embora, como nos disse Rubens César Fernandes (1994), uma ONG não precise se preocupar com problemas de legitimidade, uma organização com finalidades sociopolíticas, engajada em ações de mobilização social e promoção e defensa de direitos, tendo como referenciais de atuação a participação democrática, o compromisso com o desenvolvimento social e a organização política dos setores ditos populares – como definidas as ONG para este estudo –, busca, em alguma escala, ter suas ações reconhecidas pela sociedade para assim ampliar as possibilidades de alcançar os resultados pretendidos.

Estratégias são pensadas e executadas por esses atores sociais, as ONGs, na direção desse reconhecimento. Algumas dessas estratégias seguem modelos próximos aos modelos apresentados pelas áreas da Comunicação e *Marketing*, em seus diversos campos – hoje bem mais amplos do que há algumas décadas –; outras foram desenvolvidas a partir de formas de organização visando à atuação na sociedade; mais comum ainda é mesclar essas duas tendências (Entrevistado 9). Nesse sentido, há bastante tempo – talvez, desde a origem do termo ONG –, conta-nos sua história, essas organizações tenham buscado uma interlocução com a população – o público – junto a qual pretendiam atuar, privilegiando modelos que propiciassem, ao mesmo tempo, o fluxo de comunicação e informação, além de uma arquitetura organizacional que corroborasse com seu 'pacto' de ação e mobilização social, articulação/colaboração, participação e democracia.[50]

[50] Tal afirmação pode ser confirmada em diversos estudos sobre ONGs (neste trabalho, foram utilizados os estudos de Landim, 1993, 1998; Fernandes,1994, s/d; Ranaboldo e Pinzás, 2003; Coutinho, 2004/2005).

Assim, muito antes do já citado Fórum Global, quando esse ator social, ONG, ficou mais conhecido no Brasil, uma forma menos individualizada de atuação dessas instituições contava com práticas globais que iam desde articulações momentâneas, até alianças mais duradoras.[51] A própria organização do Fórum Global foi inspirada em modelos que garantissem um espaço de trocas, com participação das mais diversas instituições de todas as partes do mundo. A este modelo de atuação, convencionou-se chamar, entre aquelas organizações, não unicamente, mas principalmente de atuação em rede.[52]

No caso específico daquelas organizações, e optando por uma definição simples, as redes nas quais elas atuam seriam uma articulação entre instituições, a qual busca alcançar um objetivo comum, ou trabalhar sob um tema comum. Mas, não foi com as ONGs que o termo rede surgiu; tampouco defendo essa conceituação como sendo a única, ou mesmo a definição mais correta de rede. O termo foi adotado pelas ONGs, perdura até os dias atuais e, provavelmente, seguirá sendo utilizado, como referência para suas atuações coletivas no Brasil e ao redor do mundo.

Tentarei mostrar ao longo do trabalho que uma definição tão resumida, como essa apresentada no parágrafo anterior, nem sempre encontra apoio quando se tenta definir o que seria rede de forma geral, menos ainda de forma específica. O termo abre possibilidades diversas; o tema é amplo; o conceito se viu apropriado por diversas disciplinas.

O que pude compreender o longo de anos atuando naquelas, ou junto àquelas organizações, e também quando coletando os dados que deram sustentação a essa pesquisa, foi que atuar de forma coletiva, nas autointituladas redes, transformou-se – ou sempre foi – em uma estratégia prioritária. O apoio a essa forma de organização passou, nos últimos 25 anos (tomando como referência o próprio Fórum Global, em 1992), uma prioridade de muitos agentes financiadores – ou parceiros apoiadores, como alguns preferem, ou simplesmente doadores, como alguns autores os definem. "Redes são vistas por alguns doadores como a solução de todos as suas preocupações"[53] (MENDIZABAL, 2008, p. 1).[54] Assim, cabe conhecer o olhar desses doadores/apoiadores/financiadores acerca da importância dessas redes.

---

[51] A organização internacional Save the Children é um exemplo dessas experiências. Inicia-se em 1919 e atua globalmente até hoje em uma aliança com quase 30 organizações (*cf.* www.savethechildren.net)..

[52] Além de redes, essas atuações coletivas de ONGs – ou com a participação delas – apresentam inúmeras designações: aliança, articulação, coalizão, entre outras. Entretanto, todos esses coletivos costumam se auto identificar, não importando a nomenclatura oficial, com a designação 'rede' (todas as entrevistas e observações feitas para este estudo sustentam esta afirmação).

[53] MENDIZABAL, Enrique. **Supporting networks**: ten principles. Opinion 107. Londres: Overseas Development Institute, jul. 2008. p. 1. (Tradução minha)

[54] Tal afirmação, embora pareça correta, é posta pelo autor de forma crítica, como veremos mais adiante.

2.2.1 Uma abordagem sobre redes: o que dizem os apoiadores globais das ONGs

Como vimos, a atuação em rede passou a ser uma alternativa atraente para aquelas organizações que aportam recursos na promoção do desenvolvimento. Notadamente, essa é uma área de atuação das ONGs – ao menos, a área daquelas organizações que este estudo chama de ONGs. Nesse universo de participação direta em ações de cooperação para desenvolvimento, encontram-se atores como agências governamentais de cooperação internacional, agências multilaterais – organismos do sistema ONU, ligados à OEA, ou à Comissão Europeia – e as Organizações Não Governamentais locais, nacionais e internacionais.

E o que viria a ser rede para esses organismos e essas organizações? Em comum, tais organizações e/ou organismos enxergam em rede uma forma organizativa que, reduzindo seus custos, potencializaria as ações de seus apoiados (RANABOLDO; PINZÁS, 2003; MENDIZABAL, 2006). Conceitualmente, contudo, a visão é variada; o escopo é amplo; dificilmente, chegar-se-ia a uma definição única. Entretanto, mesmo no aspecto conceitual, há coincidências entre os autores que produzem documentos sobre o tema, sobretudo, para as agências de desenvolvimento internacional (agências de cooperação governamentais e não governamentais e agências multilaterais). Para Ricardo Wilson-Grau, autor que surge com referência em vários documentos desses apoiadores, redes:

> [...] são grupos de indivíduos ou organizações autônomos que partilham um propósito comum e contribuem voluntariamente com seus conhecimentos, experiência, tempo, dinheiro e outros recursos para atingir objetivos mutuamente acordados. (2011, p. 163)

Em um documento produzido pela Overseas Development Institute (ODI),[55] rede é definida de forma ampla – sem a intenção de apresentar uma definição final – como sendo "estruturas formais ou informais que conectam atores (indivíduos ou organizações), que compartilham um interesse comum sobre um assunto específico ou que compartilham um

[55] ODI é uma organização registrada na Inglaterra e País de Gales, com atuação em mais de 40 países, que se apresenta como "um importante grupo de reflexão independente sobre desenvolvimento internacional e questões humanitárias" (tradução de texto retirado do website da instituição: "[ODI] is a leading independent think tank on international development and humanitarian issues") (<https://www.odi.org/about-odi>)

conjunto geral de valores"' (PERKIN; COURT, 2005, p. 2).[56] Para a Pact, [57] em publicação apoiada pela USAID,[58] "redes consistem de indivíduos ou organizações que compartilham informações, ideias e recursos para atingir metas individuais ou de grupo" (PACT TANZANIA, 2005, p. 6). A mesma USAID, em publicação própria, prefere entender que não haveria como apresentar uma definição por conta da abrangência que o conceito alcança, preferindo entender as redes por seu ambiente contextual e apresentar algumas características, bem como alguns tipos de rede, todos mostrando estruturas ou arquiteturas que conectam indivíduos ou organizações em prol de uma meta ou de um interesse comum (LIEBLER; FERRI, 2004).

Pode-se entender a partir disso que a conexão entre indivíduos e/ou organizações e o 'estar junto' por algo (objetivo, interesse, pensamento) comum são características dessas estruturas entendidas como rede por aqueles doadores/apoiadores de ações para o desenvolvimento. Esses doadores/apoiadores, por sua vez, são aqueles atores globais que logram recursos financeiros – seja por arrecadação direta, por meio de fundos internacionais operados pelas agências governamentais e multilaterais, ou, no caso de algumas ONGIs e mesmo agências multilaterais, por meio de estratégias próprias de mobilização de recursos (conhecido no meio de atuação dessas organizações como estratégias de *fundraising*); seja como operador da sociedade civil de fundos governamentais destinados à cooperação internacional (nesse caso, a organização que atua nessas operações são ONGIs que gozam de forte reconhecimento junto aos governos de seus países de origem) – e com esses recursos, desenvolvem programas e projetos de fortalecimento dessas atuações coletivas de forma local, nacional e internacional.

Portanto, as agências multilaterais, as agências governamentais de cooperação internacional e as ONGIs, atores que se encontram, em geral, na posição de arrecadadores ou operadores desses recursos, podem fomentar as ações em rede desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil, sobretudo, ONGs, por meio de diversos mecanismos. Os mais comuns seriam: apoio a uma organização específica para que ela, por meio de outros mecanismos, redistribua entre organizações menores ou de menor relacionamento com (ou de menor reconhecimento pelo) apoiador, e assim possam atuar coletivamente; apoio a um coletivo

[56] PERKIN, E.; COURT J. Network and policy processes in international development: a literature review. **ODI Work papers**, n. 252, Londres, ago. 2005. p. 2. (Tradução minha).
[57] Organização internacional de desenvolvimento, sem fins lucrativos, fundada em 1971, tem presença em mais de 30 países para melhorar a vida daqueles que pobres e marginalizados. Traduzido da página virtual da organização (<http://www.pactworld.org/our-promise>).
[58] Agência estadunidense para o desenvolvimento internacional (USAID, por sua sigla em inglês). (<https://www.usaid.gov/>)

de organizações instituído, com capacidade comprovada de gestão de recursos, para que este atue em rede; apoio a um coletivo criado para receber aqueles recursos, geralmente representado por um de seus membros, reconhecido como o com maior capacidade de gestão (ao menos, assim entendido pelo doador).[59]

Nesse fluxo de recursos, tem havido claramente uma preferência por apoiar ações em rede:

> Esto se debe no solamente a que las redes aportan al capital social de las instituciones – es decir que, en general, por su participación en la red quienes la integran pueden expandir sus capacidades para lograr ciertos objetivos – sino también a que aparecen como un instrumento muy versátil, que puede ser usado en la búsqueda de diferentes resultados, todos ellos vinculados al aumento en las capacidades de los integrantes de la red o de la red misma. (RANABOLDO e PINZÁS, 2003, p. 10)[60]

Dalberto Adulis, em um artigo escrito para uma publicação de um instituto empresarial que atua no apoio direto a redes vinculadas a ações da sociedade civil, aponta a atuação em rede como algo bastante promissor que combina "autonomia e inovação em torno de uma temática ou propósito comum aos seus membros" (2011, p. 134). Adulis ainda diz, citando Paul Engel (1993), que diferente das organizações tradicionais, uma rede não apresenta como atividade central "a elaboração de produtos ou a provisão de serviços, [...], mas promover o aprendizado social, a comunicação e a produção do significado compartilhado" (2011, p.134). Some-se a isso um atrativo para o apoio às redes que seria a ideia da possibilidade de alcançar resultados significativos com aporte de montantes menores de recursos, propiciado pela atuação coletiva (RANABOLDO; PINZÁS, 2003, p. 10; ENTREVISTADOS 1; 4; 9).

Adulis, ainda citando Engel, aponta quatro categorias nas quais as redes poderiam ser agrupadas: aprendizado conjunto; *advocacy* e políticas públicas; provisão de serviços; e gestão (2011, p. 134). Já C. Ranaboldo e T. Pinzás, baseando-se também em Engel, trazem-nos tipos de atividades que poderiam ser desenvolvidas por uma rede de ONGs. As quais seriam: Interaprendizagem; prestação de serviços; ação propositiva; fortalecimento institucional; e execução de projetos – esta última, agregada por eles próprios – (2003, p. 10 e p. 13-14). Os

[59] Outras formas de apoio existem, mas não é intenção deste trabalho aprofundar-se nessa questão.

[60] Isto é devido não só porque as redes contribuem para o capital social das instituições – ou seja, em geral, por sua participação na rede, aqueles que a integram podem expandir seus recursos para atingir determinados objetivos – mas, também porque aparecem como um instrumento muito versátil, que pode ser utilizado na busca de diferentes resultados, todos ligados ao aumento das capacidades dos membros da rede ou da própria rede. RANABOLDO, Claudia; PINZÁS, Teobaldo. **¿La unión hace la fuerza?** Estudios sobre redes en el desarrollo sostenible. Lima e La Paz: ICCO e ETC Andes, 2003. p. 10.

mesmos autores, agora citando Paul Starkey, ainda apontam que, entre os benefícios que se pode conseguir como participante de uma rede estariam:

> [...] i) el intercambio de información; ii) la coordinación que tiende a disminuir la duplicidad; iii) la vinculación entre instancias diferentes que no tendrían otra oportunidad de interrelacionamiento; iv) la concientización sobre determinadas temáticas como resultado de identificar problemas comunes; v) la generación de una masa crítica para propuestas en distintos niveles; vi) el apoyo para resolver problemas críticos; vii) la convergencia en un espacio común entre proveedores de recursos y demandantes de los mismos; y viii) el estímulo al reconocimiento y la identidad. (RANABOLDO; PINZÁS, 2003, p. 10)[61]

Ainda teríamos, segundo Adulis: "ampliação de acesso a informações, pessoas, conhecimento e recursos"; conexões, como consequência das interações atores de diferentes origens e organizações; cooperação, com base na atuação em parceria; efeito multiplicador, já que organizações participantes poderiam ampliar o impacto e a escala de suas atividades; eficiência, com a mobilização de recursos, redução das superposições de ação e intercambio de "boas práticas"; visibilidade crescente, oriunda da potencialização de capacidades, visibilidade e "relevância política" advinda do trabalho articulado; e apoio e suporte, com seus membros compartilhando espaços de colaboração com seus pares. (2011, p. 135-136)

Na mesma direção está o documento produzido pela Pact– especificamente sua representação na Tanzânia –, no qual encontramos que as redes surgem da necessidade de obter acesso ao poder, a recursos financeiros, informações, entre outras coisas necessárias a sua constituição (2005, p. 9). E, além de apresentar propósitos semelhantes – alguns, inclusive, iguais – aos já vistos nos parágrafos anteriores, acrescenta à lista algumas finalidades específicas, provavelmente decorrentes de características da região onde atua: "proteger organizações menores no grupo, reunir recursos parcos" (2005, p. 9).[62]

Chama a atenção que todos esses apoiadores concordam, e parecem ter interesse, em que as principais áreas da atuação coletiva sejam o aprendizado e as ações de *advocacy* (RANABOLDO e PINZÁS, 2003; VAN ZEE e ENGEL, 2004; PACT TANZANIA, 2005;

---

[61] i) o intercâmbio de informações; ii) a coordenação, que tende a diminuir a duplicidade; iii) a vinculação de instancias diferentes que não teriam outra oportunidade de inter-relacionamento; iv) a conscientização de determinadas temáticas como resultado de identificar problemas comuns; v) a geração de uma massa crítica para propostas em diferentes níveis; vi) o apoio para resolver problema críticos; vii) a convergência a um espaço comum entre provedores de recursos e os demandantes do mesmo; e viii) o estímulo ao reconhecimento e à identidade. RANABOLDO, Claudia; PINZÁS, Teobaldo. **¿La unión hace la fuerza?** Estúdios sobre redes em el desarrollo sostenible. Lima e La Paz: ICCO e ETC Andes, 2003. p. 10.

[62] PACT TANZANIA. **Building and Maintaining Networks and Coalitions**. Advocacy expert series. Dar es Salaam: Pact Tanzânia & USAID, 2005. p. 9. (Tradução minha).

ADULIS, 2011). P. Engel (1993) e Creech e Willard (2001) (*apud* VAN ZEE; ENGEL, 2004, p. 6) coincidem em parte quando propõem:

> Firstly, civil society actors want to *upgrade* their performance through collective action, when they perceive a lack of access to relevant knowledge to be a critical factor hampering their work. Networks are strong because they fortify creativity and critical thinking through dialogue and exchange (…). Secondly they want to *upstream* in terms of analysis and activities, to join forces and to search jointly for new ways of understanding and intervening in circumstances that are complex and defy simple analysis. Sharing strategies and deepening understanding by addressing global problems through knowledge of their local, national and regional contexts is possible (…). Thirdly they want to *upshift* their impact, to take the focus of their activities to a higher policy level, enabling them to participate in the public and/or government debate about development and to effectively influence policy making.[63]

Mesmo sendo *advocacy* e conhecimento (aprendizagem) atividades consideradas indiscutivelmente distintas, Adulis diz que "ao participarem de processos que estimulam a troca de experiências, a aprendizagem e a geração de conhecimento, as organizações da sociedade civil podem atuar de forma mais consistente e articulada" (2011, p. 135). Deste modo, o intercâmbio de experiências e metodologias contribui para que as organizações possam ampliar os resultados de boas práticas, disseminar conhecimento e "contribuir no processo de desenho e implementação de políticas públicas" (ADULIS, 2011, p. 135).

Assim, parece que a complexidade das questões de desenvolvimento, a necessidade do compartilhamento de experiência para além do universo direto de ação de cada um, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação (TICs), sobrecarregando-nos de informações e as claras intenções dos atores da sociedade civil em melhorar sua capacidade de atuar e ampliar seus recursos políticos – local, nacional e internacional (regional e global) – , traz a necessidade de apoiar ações em redes de conhecimento e de *advocacy* para o centro dos interesses da cooperação para o desenvolvimento moderna (VAN ZEE e ENGEL, 2004, p. 6).

Outra forma, sugerida por alguns autores, para compreender redes seria considerando suas funções (PORTES e YEO, 2001; YEO, 2004; YEO e MENDIZABAL, 2004; CREECH e

[63] Em primeiro lugar, atores da sociedade civil querem atualizar suas performances através de ações coletivas, quando percebem que a falta de acesso ao conhecimento relevante é um fator crítico que dificulta seu trabalho. Redes são fortes porque elas fortalecem a criatividade e o pensamento crítico através do dialogo e do intercâmbio; em segundo lugar, eles querem ir *a montante* em termos de análise e atividades, unir forças e pesquisar em conjunto novas formas de compreender e intervir em circunstâncias que são complexas e desafiam análises simples. Compartilhar estratégias e aprofundar a compreensão, abordando problemas globais através do conhecimento de seus contextos locais, nacionais e regionais, é possível; em terceiro lugar, querem aumentar o seu impacto, concentrar as suas atividades num nível político mais elevado, permitindo-lhes participar no debate público e/ou governamental sobre o desenvolvimento e influenciar eficazmente a elaboração de políticas. VAN ZEE, Arin; ENGEL, Paul. **Network for learning**: what can participants do? Leist: ICCO e ECDPM, 2004. p. 6.

WILLARD, 2001 *apud* ADULIS, 2011, p. 136). Partindo do exemplo de redes de pesquisa política, mas entendendo que esta visão pode ser aplicada a redes em geral, Mendizabal propõe um olhar alternativo:

> The attention to functions is important. If there is a strong relation between the functions networks play and their form then, on the one hand, structural reforms of networks are bound by the necessity to fulfil their functions and, on the other, changes in their functions and objectives are bound by their structure. Changing one and not the other might lead to a negative impact on the network and its objectives. Also, introducing new functions to certain networks might be counterproductive to the achievement of the network's original objective or to both old and new and those who depend on them. [64] (2006, p. 3)

A descrição de uma rede a partir da abordagem das funções, segundo Mendizabal, deve ter como ponto de partida o papel da rede, ou seja, se a rede desempenha um papel de apoio – ou suporte – ou de agência. Esses papeis atribuídos a redes, também chamados por Mendizabal como supra funções. O papel de agência seria exercido por aquelas redes que são trabalhadas por seus participantes para ser um dos, ou o principal agente de mudança na área definida como seu interesse principal (2006, p. 12). Nesse caso, o autor exemplifica com sendo aquelas redes cujos membros suprem-na com recursos que a permitirão cumprir esse papel de agência.[65]

Já cumprindo o papel, ou a supra função, de suporte (ou apoio), uma rede exerceria a ação inversa do descrito no parágrafo anterior: ela teria como função fortalecer seus membros, fornecendo-lhes os meios (recursos, capacidades) para que eles conseguissem alcançar seus objetivos (MENDIZABAL, 2006, p. 12-13). Em ambos os casos essas redes teriam em seus membros um interesse comum, e esses "papeis descreveriam a razão de ser" da rede. (MENDIZABAL, 2006, p. 12)

Seja no papel de agência ou no de apoio, é possível verificar anteriormente, segundo Mendizabal, diversas funções exercidas por redes: filtrar; amplificar; investir/prover; convocar; construir comunidades; e facilitar. (, 2006, p. 5). Pela função de filtragem, o autor entende que

---

[64] A atenção às funções é importante. Se há uma forte relação entre as funções que as redes desempenham e a sua forma, então, por um lado, as reformas estruturais das redes estão delimitadas pela necessidade de cumprir as suas funções e, por outro lado, as mudanças em suas funções e objetivos estão delimitadas por sua estrutura. Alterar um e não o outro pode levar a um impacto negativo na rede e seus objetivos. Além disso, a introdução de novas funções em certas redes pode ser contraproducente para o alcance do objetivo original da rede, ou para ambos, os antigos e os novos, e para os que deles dependem. MENDIZABAL, Enrique. **Understanding Networks**: the functions of research policy networks. Working paper 271. Londres: Overseas Development Institute, jun. 2006.

[65] No exemplo apresentado por Mendizabal, os membros de uma rede proviriam sua secretaria – ou a rede como uma entidade – para que essa pudesse desempenhar o papel de agente de mudança, nesse caso, influenciando em processos políticos, sem que isso represente um prejuízo para que eles – os membros – sigam com suas estratégias de influencia política. (2006, p. 12)

redes podem "decidir" que informações merecem atenção, garantindo um melhor gerenciamento de grandes volumes de informação. A amplificação procura tornar pequenas ações ou ideias em grandes elementos, com maiores alcances. Investir/prover é a função de oferecer aos seus membros as condições necessárias para que as ações sejam desenvolvidas. Convocar é a função de colocar atuando em conjuntos diferentes atores, organizações ou indivíduos, de diferentes origens. Construir comunidades busca promover e manter os valores e os padrões de uma rede (pode funcionar, por exemplo, par organizar uma comunidade de pesquisadores). E, por fim, facilitar significa ter a função de garantir mais efetividade e eficiência nas ações de seus membros. Nesta função, vale ressaltar um aspecto que o autor acreditar ser importante: toda rede tem, como parte da ação de sua criação, a intenção de facilitar algum processo, o qual, acredita-se, seria mais bem carregado em uma ação coletiva. Nesse caso da função "facilitar", apresentada pelo autor, trata-se de uma ação interna, de fortalecimento de seus membros para que suas ações individuais possam se tornar mais eficientes, contribuindo assim para tornar o processo da rede, como ator social único, mais eficiente. (2006, p. 5-11)[66]

Algumas dessas funções podem existir concomitantemente nas redes, entendendo que nem todas as redes conseguirão desempenhar todas elas ao mesmo tempo "e que algumas redes só poderão executar algumas delas: aquelas para as quais elas foram desenhadas" (MENDIZABAL, 2006, p. 5).[67] Para o autor, essa alternativa de enfoque para analisar as redes ajuda a compreender a esfera de atuação de cada uma delas. Uma rede de apoio – ou suporte – por exemplo, estaria mais voltada para questões internas, desempenhando funções como a de facilitar, construir comunidades e investir/prover. Enquanto redes de agência direcionariam suas atividades para funções externas como amplificar e convocar. De qualquer forma, o autor ressalta que essa abordagem é apenas um passo, o primeiro, na direção de ampliar nossa compreensão sobre redes de pesquisa em política, sua formação e o desenvolvimento de suas capacidades. Acredita Mendizabal, contudo, que outros estudos poderão olhar, a partir dessa mesma abordagem, aquelas redes que estão entre redes formais de pesquisa em política e "redes informais pessoais que 'fazem as coisas acontecer'" (2006, p.16, grifos do autor).[68]

---

[66] Este trabalho não se aprofundar nesse aspecto das redes, assim, para entender melhor essas funções e ter acesso a alguns exemplos, ler MENDIZABAL, Enrique. **Understanding Networks**: the functions of research policy networks. Working paper 271. Londres: Overseas Development Institute, jun. 2006. Disponivel em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/150.pdf>.

[67] MENDIZABAL, Enrique. Understanding Networks: the functions of research policy networks. **ODI Working paper**, Londres, n. 271, jun. 2006. p. 5 . (Tradução minha).

[68] *Ibid*. p. 16. (Tradução minha).

Doadores/apoiadores de redes, independente de sua forma de abordagem, parecem compartilhar de uma visão ao mesmo tempo funcional e estratégica sobre as redes. Por um lado, acreditam eles, as redes ampliariam os impactos gerados por seus membros em relação as suas ações individuais, por outro, os recursos a serem aplicados nesse modelo coletivo de atuação seriam menores do que aqueles necessários para mobilizar um número semelhante de atores da sociedade civil isoladamente. Essa parece ser a lógica primeira para a decisão de fomentar, ou mesmo de demandar uma atuação em rede.

Essa decisão "estratégica-funcional" nos conduz a um grupo de profissionais que surge, talvez, pela necessidade daqueles doadores/apoiadores em assegurar que seus objetivos sejam alcançados, lembrando que, não raras às vezes, esses objetivos coincidem com os objetivos daquelas organizações atuantes no final do processo. Aquelas que seriam os agentes do desenvolvimento, ou melhor, agentes das ações que contribuiriam, provocariam, cobrariam dos gestores públicos o que se entende como ações de desenvolvimento.

Esse grupo de profissionais é formado por consultores, ou facilitadores, atuantes no processo de organização e fortalecimento dessas redes. Esses mesmos profissionais, muitas vezes, funcionam como o elo de conexão dessas redes e seus apoiadores, mesmo que informalmente.[69] Também não raramente, são esses facilitadores que conduzem os processos de avaliação e monitoramento das redes em nome dos doadores/apoiadores. Além disso, vários dos escritos sobre ações em rede, voltados para o universo do desenvolvimento social, são produzidos por eles.

Portanto, esses profissionais findam por serem agentes da construção do pensamento tanto de doadores/apoiadores, como de redes com participação de ONGs – como estrutura coletiva –, e mesmo das ONGs – como atores individuais. Mas, o que dizem esses profissionais quando elaboram seus pensamentos teóricos? Em que se, ou em quem, estão baseados?

[69] Por vezes, os facilitadores são procurados e escolhidos pelas próprias redes, sem necessariamente acontecer uma intervenção dos apoiadores/doadores. Contudo, a maioria desses profissionais atua com base em um pensamento alinhado com a visão daqueles doadores. Uma característica que também interessa a rede, já que esta precisa "agradar" aos seus financiadores. Vamos trabalhar melhor esse tema em itens e capítulos posteriores.

2.2.2 Outra abordagem sobre redes: o que é dito para as ONGs no Brasil

Neste subitem, apresentarei algumas abordagens sobre redes desenvolvidas e defendidas por aqueles que atuam ou formam a base do pensamento dos que atuam como facilitadores de redes com participação de ONGs, sobretudo no Brasil. São profissionais e estudiosos que influenciam tanto doadores/apoiadores como algumas das organizações participantes de redes. Essa influência pode se concretizar nas ideias propriamente ditas – a forma como se compreende redes –, ou nas estratégias – o que deve ser feito para se alcançar alguns dos objetivos que se quer alcançar atuando como rede.[70] Mais uma vez, as visões apresentadas aqui não necessariamente representam o meu olhar sobre os temas abordados. Esclarecido isso, sigamos.

Por várias razões, a ideia de rede encontra um largo espaço para expansão entre as organizações que atuam nas áreas sociais – e do desenvolvimento, já que alguns autores gostam de separá-las. Uma delas seria o próprio interesse de compartilhar ideias, outra, a vontade de somar esforços. Paralelamente, também cresce o interesse de agências apoiadoras – doadoras ou financiadoras – em otimizar seus recursos, incentivando ações desenvolvidas por várias organizações em conjunto, de modo que a mobilização de recursos, os mais diversos, mas sem dúvida, prioritariamente o financeiro, também aparece como razão para o trabalho em associação. Isso tudo abordado no subitem anterior.

Essa interseção, atuação em rede/transformações sociais, tornou-se, assim, algo de interesse para além da academia. Junto com esse interesse do mundo cotidiano sobre redes, seguem-se muitas tentativas de conceituação para essas alianças ligadas a essas arquiteturas sociais. Em geral, podemos dizer que essas conceituações buscam por "traduzir"[71] qual seria a forma ideal[72] de trabalho coletivo, mantendo uma forte conexão aos valores primeiros daquelas organizações e, portanto, alimentada pela ideia da democracia e da participação irrestritas e da ética incontestável.

Nesse setor social, no qual estão inseridas as aqui chamadas ONGs, o modelo baseado na articulação e na colaboração ganhou adeptos, adequação de conceitos oriundos de vários

[70] Importante lembrar que nem sempre esses objetivos visam mudanças sociais ou impactos no desenvolvimento. Isso já foi visto no subitem anterior.
[71] Já apresento aqui o "traduzir" tanto no sentido de tornar compreensivo como no sentido utilizado pela Sociologia da Tradução: o de transportar, deslocar. Este último, como já dito anteriormente, será abordado com mais profundidade no capítulo 5 desse trabalho.
[72] Ideal ou real? Pergunta que pode surgir e pretendo responder, ou, ao menos, discutir, no final do trabalho.

campos do conhecimento, e algumas denominações. Rose Marie Inojosa, por exemplo, fala-nos sobre redes de compromisso social, apresentando-as da seguinte forma:

> A rede de compromisso social é aquela que se tece com a mobilização de pessoas físicas e/ou jurídicas, a partir da percepção de um problema que rompe ou coloca em risco o equilíbrio da sociedade ou as perspectivas de desenvolvimento social. Essa percepção ampliada da sociedade atrai essas pessoas para articularem-se em função de um propósito comum e as leva a definir, em conjunto, um objetivo comum, capaz de ser realizado através dessa sua articulação, com a preservação da identidade original de cada participante. (1999, p. 120)

Temos nessa visão uma ênfase dada à questão de 'juntar forças' para resolver problemas que afetam a sociedade de forma ampliada e a preocupação da preservação da 'individualidade'. Chama atenção aqui o fato de parecer que esse olhar aponta para um modelo baseado na necessidade de ampliar capacidades para atingir maiores resultados, sem a perda da autonomia.

Para Célia Schlithler, quem nos apresenta outra denominação:

> Redes de Desenvolvimento Comunitário podem ser definas como uma forma de organização pautada pela ética, com estrutura horizontal, orgânica e autônoma, onde a participação é incentivada, a diversidade é valorizada e o protagonismo é desenvolvido (2004, p. 20-21).

Na sua denominação de Rede de Desenvolvimento Comunitário, Schlithler acompanha o olhar de Inojosa, quando fala de uma rede orgânica[73] que seria aquela "constituída por entes autônomos, com objetivos específicos próprios, e que passam a se articular em função de uma ideia abraçada coletivamente" (INOJOSA, 1999, p. 118). Inosoja também vê a rede de compromisso social como uma rede orgânica que tem "como foco as questões sociais" (1999, p. 120). Tais redes são caracterizadas pela autora como apresentando: entes autônomos e que se articulam voluntariamente; uma Ideia-Força mobilizadora; abertura e trabalho baseado em pacto; preservação da identidade dos participantes (parceiros, como ela os vê) e a criação de uma identidade de rede; e o compartilhamento do controle. (1999, p. 120)

Tanto na denominação rede de compromisso social com na rede de desenvolvimento comunitário, a intenção que as justifica estaria na vontade de transformação social. Parecem ser denominação com conceitos muito próximos. As redes de desenvolvimento comunitário parecem estar mais voltadas para uma determinada comunidade e a de compromisso social para um objetivo específico. Mas o conceito de comunidade pode ser amplo e extrapolar a ideia

[73] Inosoja apresenta a denominação de rede orgânica e autônoma como sinônimos. Para ela a rede seria autônoma "ou" orgânica (op. cit., p. 118)

territorial,[74] e finda por trabalhar com base em objetivos específicos, como as redes de compromisso social. Outro ponto a se ter atenção é que nas redes de desenvolvimento comunitário estariam envolvidos o que Schlithler chama de "três setores", uma ideia que vem da visão setorizada da sociedade nos escritos sobre o Terceiro Setor.[75] Mas a proposta da denominação 'redes de compromisso social' não exclui a atuação colaborativa entre sociedade civil, governos e iniciativa econômica privada. Assim, talvez fosse correto entender as redes de desenvolvimento comunitário de Schlithler como um tipo de rede de compromisso social, denominação apresentada por Inosoja.

Outro alinhamento de Schlithler é com um olhar mais amplo sobre o conceito de rede apresentado por Cassio Martinho, quem, em uma publicação organizada por uma ONG,[76] preocupa-se em separar as iniciativas que seriam de redes daquelas de não redes, ainda que executadas articuladamente. Para Martinho, algumas "estruturas organizativas" mesmo que se autodenominem como redes, não o seriam dado a "sua arquitetura vertical, da decisão centralizada e de seu perfil não participativo e autoritário de gestão" (2003, p. 13). Partindo desse olhar sobre redes, não seria uma rede aquela articulação que não se apresente como uma arquitetura aberta, não hierarquizada, com descentralização de poder e com espaço participativo no processo decisório.

Martinho ainda se posiciona pela necessidade de se ter um conceito de rede para que, ao menos, seja possível a existência de um referencial para o debate e explica que o conceito de rede apresentado naquele trabalho diz respeito à rede entendida como um modo organizativo e não à organização vista como "'entidade' ou 'instituição'" (2003, p. 13, grifos do autor). Assim, para ele, o conceito de rede deve ser:

> [...] fundamentado em práticas e princípios democráticos, emancipatórios e empoderadores do ponto de vista político, inclusivos do ponto de vista social, sustentáveis do ponto de vista ambiental, abertos e polifônicos do ponto de vista cultural (MARTINHO, 2003, p.13).

O conceito de rede de que trata Martinho baseia-se em uma visão geral de rede, diferente das definições de redes de compromisso social e de redes de desenvolvimento comunitário

[74] Acredito, inclusive, que Schlithler também veja desta maneira.
[75] (...) "redes formadas por iniciativas de pessoas ou organizações que têm por objetivo provocar transformações sociais em determinada comunidade, por meio de articulação dos três setores." (SCHLITHLER, 2004, p. 20). Tais setores seriam o governo, as empresas com fins lucrativos e o Terceiro Setor (*cf*. item 2.1 deste trabalho).
[76] A organização em questão é a WWF (World Wildlife Fund) – Brasil, que se apresenta como "uma ONG brasileira, participante de uma rede internacional e comprometida com a conservação da natureza dentro do contexto social e econômico brasileiro" (disponível em: <http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/organizacao/>. Acesso em 10/02/2017)

apresentadas, respectivamente, por Inosoja e Schlinthler, que tratam de modelos específicos de redes, nos quais as redes seriam atores sociais ativos, mesmo que não institucionalizados. Inosoja, inclusive, aponta para uma "identidade de rede", embora isso não, necessariamente, signifique sua institucionalização,[77] nem um direcionamento prioritário para tal identidade em detrimento da identidade individual de cada membro da rede.

Ricardo Wilson-Grau, por sua vez, apresenta-nos o que ele chama de "rede de *advocacy*",[78] especificamente redes internacionais de *advocacy*, aquelas que "focam suas metas e funções em mudanças nas relações de poder entre sociedades" (2007, p. 2).[79] Wilson-Grau concentra sua análise na avaliação e monitoramento dessas redes, mas também elenca – o que provavelmente seria base de sua atuação como avaliador – uma série de funções dessas redes.

Na descrição do autor, essas funções estão voltadas a ações globais, já que ele trata de redes internacionais. Contudo, essas funções podem estar adequadas às redes de incidência política de atuação nacional e local. Assim, para Wilson-Grau, uma rede de *advocacy* apresenta, em geral, ao menos duas das seguintes funções: análise de problemas (no caso de uma rede internacional, essa análise seria global, mas a partir das perspectivas e conhecimentos regionais, nacionais e locais. No caso de uma rede local, por exemplo, esta análise pode ser baseada nas comunidades ou localidades específicas); filtragem, processamento e gerência de conhecimentos para seus membros; promoção de diálogos, intercâmbio e aprendizagem entre seus membros; formatação de agenda, buscando ampliar ideias pouco conhecidas ou pouco compreendidas; convencimento de pessoas e organizações; facilitação das ações de seus membros; construção de comunidade e, muitas vezes, um movimento de promoção e sustentabilidade de valores e padrões do grupo; mobilização e racionalização do uso dos recursos, para que seus membros possam executar suas ações; e fortalecimento da consciência, compromisso e solidariedade (2007, p. 2).

A partir dessas funções uma rede de *advocacy* buscaria: influenciar mudanças políticas institucionais, programas, práticas ou comportamentos; desenvolver a capacidade de pessoas e organizações da sociedade civil em exercitar a influência – ou pressão, nas palavras do autor –

---

[77] Sobre isso, Inosoja nos diz: "(...) preocupa-nos a tentação constante de institucionalização da rede como uma ONG. É mais difícil manter um trabalho de participação transformadora quando a rede deixa de ser aberta e conforma-se como uma pessoa jurídica, que terá estatutos, hierarquia e tenderá a limitar as parcerias." (1999, p. 135)

[78] "*Advocacy Network*" em seu texto original (WILSON-GRAU, 2007, p. 1).

[79] WILSON-GRAU, R. **Evaluating the Effects of International Advocacy Networks**. In: Advocacy Impact Evaluation Workshop (Evans School for Public Affairs, University of Washington), dez. 2007, Seattle, WA, EUA. p. 2. (Tradução minha).

para mudanças; e reestruturar a sociedade de forma que os indivíduos e/ou os grupos se envolvam em decisões que os afetam, mas que são tomadas por outros atores sociais (WILSON-GRAU, 2007, p. 2).

Temos, então, uma visão geral e três visões específicas de redes. Martinho estaria mais preocupado em uma conceituação que permitisse alinhar ideias – ou não – e que apoiasse um debate sobre redes. Inojosa, Schlithler e Wilson-Grau apresentam denominações específicas de redes, as quais teriam funções específicas que, por sua vez, desenhariam objetivos específicos. Entretanto, em todos os casos vemos que esses autores se aproximam, quando apresentadas algumas características compreendidas por todos como inerente a uma rede.

Uma rede é aberta. Martinho enfatiza que um de seus objetivos com aquele texto seria "estabelecer um conceito de rede com contornos mais precisos, enfatizando sua natureza eminentemente democrática, aberta e emancipatória" (2003, p. 9). Inojosa diz que as redes de compromisso social seriam redes autônomas – ou orgânicas –, tendo como uma das características ser aberta e trabalhar por pactuação (1999, p. 120). E para Schlithler, "as redes são sistemas abertos, isto é, espera-se e aceita-se a entrada e saída de membros" (s/d, p. 2).

Tanto Martinho, quanto Schlithler se utilizam do conceito de sistema para falar da característica de abertura de uma rede. Aquele enfatiza que a rede não apresenta um limite claro de sua extensão; não é composta por um número específico de nodos,[80] os quais definiriam o alcance dela, a rede. Segundo ele, "as redes não têm a propriedade de um conjunto finito de pontos (pelo menos, não se pode conhecer com exatidão os limites desse conjunto; no máximo podemos estabelecê-lo de forma arbitrária)" (2003, p. 21). Para Martinho, a caracterização de uma rede como um sistema aberto vai além da possibilidade de adesão ou afastamento de seus membros a partir de uma decisão autônoma; essa caracterização estaria na interação da rede com o meio externo ("abertura para o meio externo", nas palavras de Martinho). Ou seja. Estaria na capacidade de expansão da rede de forma infinita – pelo menos em termos de potencialidade.[81]

Inojosa trata dessa característica – a rede ser aberta – por um caminho muito próximo ao de Schlithler. Para ela, a rede se caracteriza em ser aberta pela possibilidade de novas

[80] Os termos nós, nodos, pontos (em uma representação gráfica), entre outros, são utilizados para se falar dos "membros" de uma rede – indivíduos, organizações, elementos que configurariam uma rede. Neste trabalho, farei uso das denominações nodos, membros e participantes, dependendo do contexto.

[81] Essa é uma diferenciação importante: o direito de ir e vir define, em si, uma relação com aquilo que Martinho chama de meio externo, mas não necessariamente define a totalidade dessa relação. Provavelmente, essa diferenciação esteja relacionada a uma visão geral de rede, encontrada nos escritos de Martinho e uma visão de um tipo de rede, apresentada por Schlithler.

adesões, sem necessariamente existir um compromisso formal para isso, mas sim compromissos simbólicos, bem como, "os parceiros permanecem enquanto estiverem mobilizados pelo mesmo propósito" (1999, p. 134).

Outra característica que aparece nos três autores é a questão de entender rede com uma estrutura não hierárquica (INOJOSA, 1999; SCHLITHLER, s/d; MARTINHO, 2003). Schlithler é ainda mais enfática nessa questão. Para ela redes sociais "são estruturas democráticas e horizontais (não piramidais) e, por isso, que convidam a uma vivência oposta à da subordinação tão impregnada em nossa cultura [...]. Nas redes sociais, não há hierarquia e, por isso, são todos igualmente importantes [...]" (s/d, p. 1).

Martinho diz que "a hierarquia se expressa, de forma bem evidente, na estrutura vertical da pirâmide. Da mesma maneira, a não-hierarquia pode ser exatamente representada pela arquitetura da rede" (2003, p. 17). Inojosa não é tão enfática, mas aponta uma preocupação quando trata do tema de participação transformadora, característica que ela acredita deva estar presente em uma rede de compromisso social:[82] "é mais difícil manter um trabalho de participação transformadora quando a rede deixa de ser aberta e conforma-se como uma pessoa jurídica, que terá estatutos, hierarquia e tenderá a limitar as parcerias." (1999, p. 135).

A eles, juntam-se Wilson-Grau, como autor único (2007; 2011) e em coautoria com Nuñez (2003), e Augusto de Franco (2009; 2012). Wilson-Grau e Nuñez apresentam o tema afirmando que, nas redes, a estrutura não é hierárquica (2003, p. 2) e Wilson-Grau, referindo-se a redes de *advocacy*, complementa: "uma rede de *advocacy* é livremente organizada e não hierárquica, com autoridade e responsabilidade fluindo dos e ao redor de membros autônomos" (2007, p. 3).[83] Augusto de Franco apresenta a questão da hierarquia nas redes de uma maneira mais contundente que os demais.[84] Para ele:

> A hierarquia é uma intervenção centralizante na rede social (ou uma deformação verticalizante do campo social) que permite excluir nodos (desconectar ou eliminar pessoas), apartar *clusters* (separar ou eliminar atalhos) e suprimir caminhos (obstruir fluxos, filtrar ou eliminar conexões). Sem fazer qualquer uma dessas três coisas é impossível erigir uma hierarquia

[82] É importante dizer que Inojosa apresenta o que ela chama de "redes tuteladas" e "redes subordinadas", as quais, diferentes da "rede autônoma ou orgânica", que apresenta uma participação transformadora, teriam uma "participação integradora" e apresentaria uma estrutura na qual caberia subordinações, dependências e, ´possivelmente, hierarquias. *Cf*. INOJOSA, 1999.

[83] WILSON-GRAU, R.. Evaluating the Effects of International Advocacy Networks. In: **Advocacy Impact Evaluation Workshop** (Evans School for Public Affairs, University of Washington), dez. 2007, Seattle, WA, EUA. Disponível em: <http://mande.co.uk/blog/wp-content/uploads/2008/12/evaluating-the-effects-of-international-advocacy-networks-ricardo-wilson-grau-20071.pdf>. p. 3. (Tradução minha)

[84] Isso não significa que estou afirmando que os demais autores não pensem na mesma direção – não teria como fazê-lo, pois não encontrei escritos que sustentem tal afirmação –, apenas digo que Franco se dedicou mais ao tema.

> (ou exercer poder sobre os outros: o que é a mesma coisa). Em redes totalmente distribuídas não há como fazer nada disso. (2012, p. 23)

Franco associa a hierarquia diretamente ao exercício do poder. Poder que o autor diz ser "uma medida de não-rede" (2009, p. 3). O poder, por sua vez, Franco associa a uma questão de centralização (2009, p. 2). Conectando esses três conceitos, o autor nos diz que "há poder, no sentido de poder de mandar nos outros, na exata medida em que há centralização, ou seja, hierarquização" (2009, p. 2). Segundo Franco, em uma rede totalmente distribuída[85] não haveria como existir o exercício do poder. Ou seja, não se poderia "I) obstruir (fluxos) ou 'filtrar'; II) separar (clusters) ou 'desatalhar'; e III) excluir (nodos) ou desconectar" (2009, p. 3, grifos do autor).

Mas vale entender o que Franco chama de poder. Para ele é fundamental diferenciar o que se entende por empoderamento do que se poderia chamar de apoderamento. Na visão do autor, a rede empodera seus membros, mas isso não significa, necessariamente, que um membro empoderado também seja um membro que controle ou apodere-se dos demais; que venha a "se apossar de um recurso tangível ou intangível estabelecendo um diferencial de acesso em relação a um conjunto qualquer de sujeitos e, a partir daí, estabelecer um poder sobre esses sujeitos com base na escassez desse recurso" (FRANCO, 2009, p. 14).

Na conceituação de Franco, é necessário que haja uma clara distinção entre o "'poder' que alguém recebe como influxo do campo social em que está inserido" (2009, p. 14, grifo do autor) e aquele "poder que alguém impõe obstruindo, separando e excluindo", o que seria, segundo o autor, o "poder hierárquico" (2009, p. 14-15). Franco aponta para o equívoco do uso da palavra poder quando é aplicada tanto a ideia de empoderamento como a ideia de apoderamento.

> Então alguém que tem mais influência porque entronca mais conexões (desempenhando o papel de hub e estabelecendo atalhos entre clusters), ou porque estabelece novos fluxos para o futuro, i. e., para inventar mais possibilidades de futuro (desempenhando o papel de inovador), ou porque aumenta seus graus de empatia por compartilhamento com os demais (desempenhando o papel de netweaver), não é alguém que se apoderou (obstruindo caminhos, derrubando pontes e eliminando conexões entre nodos) (FRANCO, 2009, p. 15).

Segundo Franco, entender que redes "não são distribuídas porquanto alguns membros nelas detêm muito mais poder do que os outros pelo fato de serem mais conhecidos ou mais

[85] Sobre distribuição nas redes, Franco se baseia, para exemplificar, nos diagramas de Paul Baran. *Cf*. em FRANCO, Augusto de. **O poder nas redes sociais**. São Paulo: Escola de Redes, 2009. Disponível em: <https://www.slideshare.net/augustodefranco/o-poder-nas-redes-sociais-2a-versao>.

seguidos e, assim, terem mais influência" (2009, p. 15) seria um equívoco no qual "estão incorrendo, em especial, os que estudam as chamadas "redes sociais" na Internet" exatamente por se utilizar a palavra poder tanto para tratar do empoderar-se, como do apoderar-se. E afirma:

> Ora bolas, isso só significa que eles estão mais empoderados (pela própria rede) do que os outros e não que eles tenham assumido mais poder (que não é um ente objetivável em si e sim uma relação que se estabelece em função de topologias mais centralizadas do que distribuídas) (2009, p. 15).

Assim, para Franco (2009, p. 15), estar empoderado pela rede não significaria necessariamente que exista, naquele nodo, uma maior capacidade para o exercício do poder (no sentido já dito de capacidade de obstrução ou geração de escassez de opções).

Não exatamente pelo mesmo percurso, Martinho vai descrever uma rede como um ambiente desprovido de hierarquias, dando ênfase a sua condição inerente de horizontalidade:

> Uma rede é uma arquitetura plástica, não-linear, aberta, descentralizada, plural, dinâmica, horizontal e capaz de auto-regulação. É uma forma de organização caracterizada fundamentalmente pela sua horizontalidade, isto é, pelo modo de inter-relacionar os elementos sem hierarquia. (2003, p. 42)

Martinho apresenta a rede como um padrão organizativo. Nesse padrão – rede – existiria uma ordenação de elemento sem a existência de um controle advindo de um centro específico. O padrão organizativo rede teria, assim, uma ordem proveniente de "uma dinâmica de auto-ajuste recíproco entre cada um dos elementos" (2003, p. 42) que a compõem, "em função de laços de realimentação" (2003, p. 42). Para o autor, os elementos da rede, seus nodos, buscam adequar-se ao que seria uma situação coordenada de funcionamento, a partir de seus erros e acertos, em "um processo intenso de movimento e rearranjo" (2003, p. 42). Não haveria, portanto, um elemento, ou um grupo específico de elementos, no controle desse processo. Aquilo que poderia ser visto como um centro de poder, ou que significasse a clara existência de hierarquias na rede. Assim, a organização em rede nunca estaria finalizada, mas sempre em processo (2003, p. 42).

> Por esse motivo, as redes são formas não-institucionais de organização. São mais parecidas com dinâmicas de organização espontânea do que com instituições caracterizadas por um conjunto de atribuições, papéis, regulamentos, cargos e departamentos. Em razão dessas características especiais, a rede requer um modo de operação distinto das formas tradicionais de funcionamento das organizações hierárquicas, burocracias e instituições. (MARTINHO, 2003, p. 43)

Os princípios do trabalho em rede incluiriam a participação voluntária, autonomia e diversidade. A participação voluntária demonstraria, para o autor, a capacidade de atuação sem

hierarquias. Cada membro de uma rede teria aderido àquela forma de organização quando e se assim o tivesse desejado. Não haveria obrigatoriedade nessa adesão. Seria uma decisão baseada na vontade de participação pela crença em um projeto proposto coletivamente.

Outro aspecto que o autor aponta como importante nessa condição participativa seria a "gratuidade". Esse aspecto seria importante porque: 1) demonstraria que as relações em uma rede não estariam baseadas na troca econômica; e 2) "fornece as bases para se compreender o espírito de cooperação que rege todo o trabalho" (2003, p. 44). A gratuidade seria, assim, a condição subjacente à participação na rede, uma vez que não se encaixaria "em lugar nenhum no arcabouço conceitual do Mercado" (2003, p. 44).

Sobre autonomia, Martinho a apresenta como o "fundamento do modo de operação" (2003, p. 44) de uma rede.

> A dinâmica da conectividade é baseada num princípio de ação autônoma: as conexões se fazem de forma não-linear e imprevisível, conforme a vontade, o interesse ou a decisão de cada um dos nós. Da mesma maneira, o trabalho em rede depende, a todo momento, da ação autônoma de cada um. Em suma, depende de participação ativa, sem a qual nenhuma iniciativa vai adiante. (2003, p. 44)

Entretanto, para o autor, o respeito à autonomia dos elementos de uma rede não significaria a não existência de "acordos e normas". As redes pressupõem, para seu funcionamento, de mecanismos que garantam as autonomias, preservando a ação individual ao mesmo tempo em que preserva a coletiva. Por esta razão, as redes estabelecem suas normas por meio de "pactos e consensos estabelecidos por todos" (MARTINHO, 2003, p. 44). Na construção do *modus operandi* de uma rede, com suas negociações coletivas, as quais levam em conta a autonomia de seus elementos, há que se considerar as diferenças existentes entre eles como outro fundamento de sua horizontalidade.

Considerar a autonomia e a diversidade dos nodos de uma rede, por sua vez, implica, segundo o autor, em "desafios gerenciais e operacionais à rede e irá resultar na conformação de outros princípios organizacionais que têm a função de garantir a horizontalidade do sistema" (MARTINHO, 2003, p. 44). Esses princípios seriam o da isonomia, da insubordinação, da multiliderança, da desconcentração de poder e da democracia. Tratarei desses princípios e em seguida retomarei o que o autor apresenta como dinâmica da conectividade.

A isonomia pressupõe uma condição de igualdade, em uma situação de equidade perante normas e leis. Em uma arquitetura horizontal, a isonomia garante que todos sejam iguais politicamente (MARTINHO, 2003, p. 45). Por insubordinação, o autor nos apresenta a ideia de uma arquitetura organizacional que garanta que todos os seus elementos estejam no mesmo

nível. Seria uma garantia da horizontalidade, com a existência de um único nível, sendo todos pares. “Não há cadeia de comando em redes; portanto, ninguém se subordina a ninguém, ninguém dá ordens a ninguém” (MARTINHO, 2003, p. 46). Esse princípio é reforçado por outro, o da desconcentração de poder. Para o autor, uma rede “dilui o poder”, fazendo com que cada nodo participante dela seja portador de parte desse poder. Entretanto, só a atuação coletiva da rede seria capaz de exercê-lo de forma plena. E acrescenta:

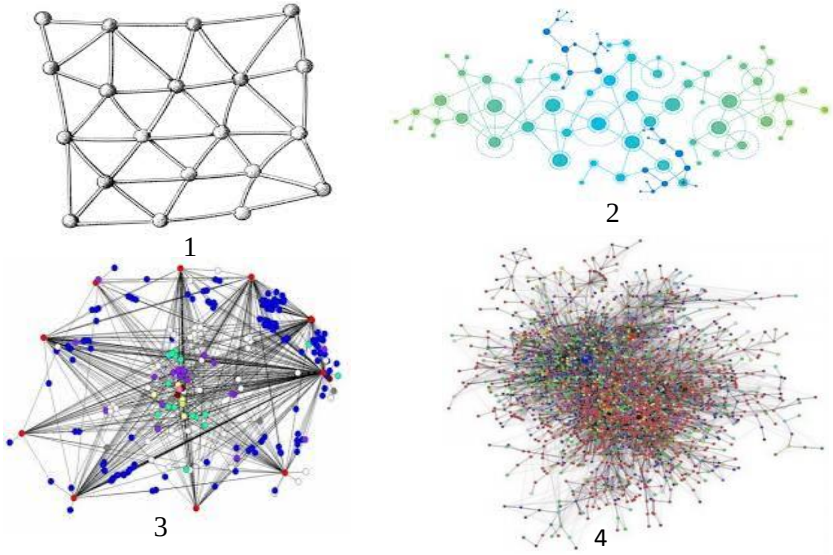
> Ao mesmo tempo, porém, em que distribui o poder, a rede também realiza uma operação de potencialização ou fortalecimento de cada um. Como cada nó, pelas propriedades morfológicas da rede, pode ser o "centro" do sistema, cada integrante da rede recebe um investimento de confiança e poder para cumprir tal função. Todo o poder da rede converge para cada nó, conforme as circunstâncias. Nesse sentido, qualquer participante da rede pode funcionar como "representante" da rede ou assumir-se como detentor de todo o poder. Ele deixa de ser um pedaço do conjunto, para tornar-se um meio pelo qual o conjunto se exerce. A rede está inteira em cada ponto (MARTINHO, 2003, p. 47, grifo do autor).

Essa condição se apresenta no princípio da multiliderança. Como não haveria, em uma rede, relações de subordinação e, como vimos, o poder estaria desconcentrado, uma rede seria, naturalmente, liderada pelo conjunto de seus nodos. E para que tudo faça sentido, o princípio da democracia garante o exercício de tomada de decisão compartilhada.

Voltando a dinâmica da conectividade. Para Martinho, essa é uma das características morfológicas da rede que demonstram o que seria a sua “propriedade organizacional mais característica”, a horizontalidade (2003, p. 17). Na conectividade, segundo o autor, pode-se perceber o quanto as conexões seriam mais importantes que os nodos de uma rede. Melhor explicando, não haveria rede sem conexões; um conjunto de elementos só caracterizaria uma rede na medida em que surgissem, entre eles, interconexões. As interconexões – ou linhas –, por sua vez, também podem variar de uma por nodo até, em uma situação hipotética, tantas conexões quanto nodos existirem – em uma rede infinita, se um nodo se conectasse a todos os nodos existentes dessa rede, existiriam infinitas interconexões. “A rede se exerce por meio da realização contínua das conexões; ela só pode existir na medida em que houver ligações (sendo) estabelecidas” (MARTINHO, 2003, p. 18, parênteses do autor).

Numa representação gráfica, essas interconexões seriam as linhas e os nodos os pontos ou entrecruzamento de linhas. Essas representações podem demonstrar desde uma rede simples, com poucos nodos, até redes mais complexas, com um número de nodos que poderia ser entendido como infinito. Alguns exemplos de representações gráficas de rede podem ser vistos a seguir (figura 1):

Figura 1 – Exemplos de representações gráficas de redes



Fonte: internet.[86]

Todos os nodos de uma rede teriam autonomia para decidir a direção e a quantidade de suas conexões; se permaneceriam ou não em uma determinada rede; teriam possibilidades de escolhas independentes uns dos outros. Quanto mais conexões os nodos de uma rede estabeleçam entre si, mais densa seria essa rede. Densidade de uma rede estaria relacionada, então, à relação entre o número de interconexões possíveis e o número de interconexões realmente produzidas na rede. Martinho traz a ideia de que quanto maior a densidade, maior seria a capacidade de uma rede produzir e que a capacidade de uma rede ultrapassaria a mera soma de seus nodos (2003, p. 20). O maior grau de densidade possível em uma rede seria, então, quando, na rede, cada um dos seus nodos tem conexão com todos os outros nodos da rede.[87]

O autor ainda nos apresenta a visão de que uma rede teria necessariamente uma arquitetura aberta, mantendo um constante relacionamento com o meio (2003, p. 21). O que determinaria não ser possível estabelecer o exato limite para o tamanho de uma rede – seu

[86] Representação 1 disponível em: <http://nepo.com.br/2012/03/28/os-principios-da-gestão-por-redes-parte-1/>. Acesso em: 23 dez. 2016.
Representação 2 disponível em: <http://www.matera.com/br/2014/12/18/redes-uma-nova-visao-para-invocacao/>. Acesso em: 23 dez. 2016.
Representação 3 disponível em: <http://celso-gomes.blogspot.com.br/2010/03/redes-artisticas.html>. Acesso em: 23 dez. 2016.
Representação 4 disponível em: <http://www.rebs.com.br/?tag-redes-sociais>. Acesso em: 23 dez. 2016.

[87] A densidade de uma rede é definida pela relação entre o número de conexões existentes e o número de conexões possíveis em uma rede. A densidade de uma rede é apresentada com valores que variam de 0 (zero) a 1 (um), com 0 (zero) definindo uma rede sem conexões e 1 (um) uma rede apresentando todas as conexões possíveis. Portanto, quanto mais próximo o valor de densidade de uma rede for de 1 (um), mais densa será a rede. A densidade de uma rede pode ser calculada a partir da fórmula:

$$D = \frac{2E}{n\,(n-1)}$$

Onde *E* é o número de conexões existentes e *n* é o número de nodos existentes.

conjunto de nodos conectados –, a não ser de forma arbitrária.[88] Essa condição de abertura permitiria uma capacidade expansiva exponencial de uma rede. Essa expansão, por sua vez, tem uma característica de não linearidade, segundo Martinho. Ou seja, cada nodo de uma rede pode expandir suas conexões em qualquer direção simultaneamente. Processo ampliado pela característica apresentada pelo autor como transitividade (2003, p. 28): a capacidade das conexões se expandirem, multiplicar-se, por meio de conexões já existentes (nodos se conectando por meio de conexões de suas conexões; ou conhecer o amigo do amigo).

Com base nessa discussão,[89] o autor diz ser possível entender porque uma rede seria um padrão organizativo com características de horizontalidade e com ausência de hierarquia. Como já vimos, para o autor:

> A morfologia da rede não comporta um centro. [...] Uma rede não comporta centro porque cada ponto conectado pelo emaranhado de linhas pode vir a ser centro, dependendo do ponto de vista, dependendo do ponto de partida do diagrama. (MARTINHO, 2003, p. 26)

O que vimos até aqui é um posicionamento sobre rede o qual a apresenta como uma arquitetura aberta, característica apresentada pelos autores utilizados como uma constante interação com o meio, preservando-se a possibilidade de ir e vir, bem como a capacidade de se conectar, conforme vontade de cada nodo, mantendo-se, assim, a autonomia e a diversidade desses nodos; rede seria um padrão organizativo sem presença de hierarquias; não apresentam centros; podem empoderar seus elementos, mas isso não significaria dar a esses membros a capacidade de se apropriar dos recursos da rede, ou determinar ações, decidir isoladamente ou a partir de um pequeno grupo, ou seja, não têm centros de poder. Redes são horizontais.

Outro aspecto importante que surge nos trabalhos de alguns desses autores é o caráter eminentemente político que as redes assumem quando – embora, não só – atuam no âmbito (expandido) da ação social.

> A Network is an eminently political act. Its fundamental function is to configure the power and action of its members into a collective force for social change. Typically, the purpose of a Network is expressed in terms of modifying positions and relations of power (…). Thus, the intended impact of a Network is expressed in its political purpose, rather than in institutional objectives (NUÑEZ; WILSON-GRAU, 2003, p. 1).[90]

---

[88] Este limite, Martinho chama de "Horizonte Crítico". Esse horizonte crítico seria o limite de percepção das fronteiras de uma determinada rede. Para entender melhor, ver MARTINHO, 2003, p.34-35.

[89] Martinho apresenta outras características sobre redes. Essas características poderão aparecer em algum momento da discussão, mas, nesse momento, parecem-me secundárias e não as abordarei.

[90] Uma rede é eminentemente um ato político. Sua função fundamental é configurar o poder e a ação de seus membros em uma força coletiva para mudança social. Tipicamente, o propósito de uma rede é expresso em termos de modificação de posições e relações de poder (...). Assim, o impacto pretendido de uma rede é expresso

Retornando a Martinho e aos princípios organizacionais que contribuiriam com a condição de horizontalidade das redes – isonomia, insubordinação, multiliderança, desconcentração de poder e democracia –, temos que o autor também os considera como de "caráter eminentemente político" (MARTINHO, 2003, p. 44). Essa parece ser uma característica que irá trazer certa identidade entre os autores abordados.[91] Rede é um exercício político.

No próximo capítulo tratarei das visões históricas sobre rede no ambiente acadêmico. Os estudos e as abordagens do conceito rede por alguns de seus estudiosos clássicos e contemporâneos. Também desenvolverei o tema do capital social, um conceito que é visto por muitos como inerente ao tema de redes.

em seus propósitos políticos ao invés de objetivos institucionais. (NUÑEZ, Martha; WILSON-GRAU, Ricardo. **Towards a conceptual framework for evaluating international social change networks**. 2003. p. 1.

[91] Não posso afirmar isso sobre Augusto de Franco. Não encontrei nenhuma afirmação sobre isso nos textos que consultei.

3 A SOCIEDADE RETICULAR: ALGUMAS ABORDAGENS

Neste capítulo será dedicado a uma revisão de literatura sobre redes, incluindo assuntos relacionados às relações existentes nelas. Mesmo que este estudo transcorra no campo discursivo de redes e não seja necessariamente um estudo de redes, acredito ser importante apresentar uma parte da trajetória desses estudo, já que alguns deles embasarão parte deste trabalho. No primeiro item tratarei especificamente sobre rede, a partir de uma visão mais clássica. Serão apresentados conceitos e abordagens desenvolvidos por autores como J. A. Barnes e Elizabeth Bott, referências nos estudos de redes sociais, entre outros, a partir de seus próprios escritos e também através da visão de outros autores. Será uma abordagem histórica. Uma construção de percursos.

A mesma proposta é feita para os itens seguintes, quando serão abordados os temas de capital social e rede de trocas. A intenção é situar o leitor sobre o que será a base para uma discussão mais crítica que terá lugar nas conclusões do trabalho.

3.1 UM BREVE PANORAMA SOBRE OS ESTUDOS DE REDE

Rede será um termo, e também um conceito, que vem nos acompanhando e seguirá assim ao longo de todo o trabalho. Desta forma, gostaria de fazer uma abordagem ao assunto do ponto de vista das disciplinas mais acadêmicas. Será uma discussão inicial, com a finalidade de permitir a construção de uma base conceitual a respeito de como os estudos de rede são desenvolvidos nas ciências sociais. O interesse agora é o de apresentar alguns aspectos do percurso construído por esses estudos, os quais virão a contribuir com o entendimento sobre as escolhas metodológicas e teóricas desse trabalho.

Como já existe um conjunto bem significativo de escritos, os quais dão conta da trajetória dos estudos de rede de maneira suficientemente aprofundada, não caberia aqui tentar construir algo novo sobre aquilo que já foi muito bem construído. Cabe, nesse momento, trazer à luz alguns aspectos dessa trajetória vindos de diversas frentes, mas, sobretudo, das ciências sociais, aspectos estes que mais interessam ao presente estudo. Assim, farei isso a partir de uma

compilação de autores, os quais nos brindam com um excelente conteúdo arqueológico e genealógico sobre o tema.

Abordar o termo ONG é uma tarefa complexa por conta de seu ecletismo e da polissemia da expressão, como nos apontou Leilah Landim;[92] abordar o conceito de rede não é tarefa mais simples, uma vez que esse é um tema que vem se "infiltrando" – para usar uma ideia de Barrat, Barthèlemy e Vespagnani (2008, p.1) – por diferentes disciplinas e mesmo por diferentes áreas de uma mesma disciplina, podendo, assim, ser analisado a partir de diferentes abordagens.

"O termo rede goza, actualmente, uma 'popularidade crescente' (MERCKLÉ, 2004, p. 3), é abundantemente usado na linguagem académica ou política e designa uma grande variedade de objetos e fenómenos" (PORTUGAL, 2007, p. 1, citação da autora). É um termo antigo cuja história de seus usos alcança o século XVII (RUIVO, 2000; MERCKLÉ, 2004 *apud* PORTUGAL, 2007, p. 1), logo, não pode ser tomado por um neologismo, criado pelos matemáticos, cientistas sociais, físicos, ou quem mais o use atualmente. Embora, sejam em dias mais recentes que o tema ganhou os espaços considerados públicos. Os movimentos sociais e a sociedade civil organizada o trouxeram para seu âmbito; a mídia o incorporou. Está na 'pauta'.

Como um conceito que se espraiou pelo universo acadêmico, o de redes não poderia estar livre de controvérsias. Barrat, Barthèlemy e Vespagnani, por exemplo, enxergam o campo de estudo de redes como tendo:

> (…) a long tradition in graph theory, discrete mathematics, sociology, and communication research and has recently infiltrated physics and biology. While each field concerned with networks has introduced, in many cases, its own nomenclature, the rigorous language for the description of networks is found in mathematical graph theory (2008, p. 1-2).[93]

Portanto, para eles, seria na matemática – ou pela matemática – que os estudos de redes teriam sua mais legítima abordagem. Além disso, Barrat, Barthèlemy e Vespagnani nos apresentam uma definição, ainda que geral, do que seria uma rede:

> In a very general terms a network is any system that admits an abstract mathematical representation as a graph whose nodes (vertices) identify the elements of the system and in which the set of connecting links

[92] *Cf*. item 2.1 deste trabalho.

[93] (O estudo de redes tem) "uma longa tradição na teoria dos grafos, matemática discreta (finita), sociologia e pesquisa em comunicação, e, recentemente, infiltrou-se na física e na biologia. Enquanto cada campo envolvido com redes introduziu, em muitos casos, sua própria nomenclatura, a linguagem rigorosa para a descrição de redes é encontrada na teoria matemática de grafos."

> (edges) represent de presence of relations or interaction among those elements (2008, p. 1).[94]

Mesmo reivindicando para a matemática o rigor da descrição de redes, Barrat, Barthèlemy e Vespagnani admitem sua absorção por outras disciplinas. Segundo Adrian C. Mayer, por exemplo, Alfred. R. Radcliffe-Brown, em sua obra *Structure and function in primitive society*, apresentou a estrutura social como uma rede de relações sociais efetivamente existentes[95] e "sustentou que esta estrutura deveria ser objeto da investigação do antropólogo" (1966, p.98).[9697] Radcliff-Brown viria a influenciar um grupo de estudiosos da Universidade de Manchester, precisamente do departamento de antropologia social (FONTES, 2012, pp. 54-55), onde seriam produzidos trabalhos importantes para o desenvolvimento do conceito de rede, notadamente o conceito de rede social.

Quando direcionamos o olhar para o campo de interesse deste trabalho – o campo das relações sociais –, encontramos uma expressiva diversidade de olhares, por vezes congruentes, por vezes, discordantes. Em muitas das situações, essas discordâncias têm se apresentado em aspectos específicos, sem apresentar demasiados conflitos entre as diferentes construções conceituais sobre o tema – um conceito que parece para alguém como mais adequado; interpretações um pouco distintas sobre um determinado conceito; nomenclaturas diferentes para conceitos semelhantes.

Independente dos diferentes olhares que se pode encontrar sobre redes, a realidade que se mostra hoje é o interesse sobre este(s) conceito(s) proveniente(s) de diversos campos do conhecimento. A este trabalho, como citado no parágrafo anterior, interessa sua aplicação em estudos de relações sociais, portanto, uma aplicação dentro do campo das ciências sociais, campo no qual vamos encontrar uma significativa utilização dos estudos de rede, sempre adequando-se às investigações das diversas disciplinas da área.

---

[94] "Em termos gerais, uma rede é qualquer sistema que admite uma representação matemática abstrata como um gráfico, cujos nós (vértices) identificam o elemento do sistema e no qual o conjunto de elos de ligação (arestas) representam a presença de uma relação ou interação entre aqueles elementos."

[95] Essa definição foi traduzida do texto de A. C. Mayer ("network of actually existing social relations"), contudo a expressão original em inglês é: "network of actually existing relations" (Radcliffe-Brown, 1952, p. 190). Portanto o termo "social" foi agregado por Mayer.

[96] MAYER, Adrian C. The significance of quasi-groups in the study of complex societies. In: BANTON, M. (ed.) **The social anthropology of complex societies.** A.S.A. Monographs, n. 4. London: Travistock Publications, 1966. p. 98. (Tradução minha).

[97] Contudo, no texto original de Radcliffe-Brown o que temos é: "*it is this that I regard it as my business to study if I am work, not as an ethnologist or psychologist, but as a social anthropologist. I do not mean that the study of social structure is the whole of social anthropology, but I do regard it as being in a very important sense the most fundamental part of the science*." (1952, p. 190) Mais detalhado que a interpretação de Mayer, admitindo outras disciplinas tendo a estrutura social como objeto de estudo.

A trajetória dos estudos de redes apresenta-se, assim, como fruto de produções multidisciplinares que, em algum momento de seu percurso (eu diria que mais recentemente), encontram-se, parecendo nos oferecer um campo de estudo interdisciplinar cada vez mais consolidado no universo acadêmico.

A ideia de trabalhar com olhares para o que se chamaria de redes sociais, por exemplo, remonta aos anos de 1930. John Scott (1991) "aponta dois campos absolutamente separados, o da Teoria da Gestalt e o da Antropologia Estrutural Funcionalista, como fornecedoras dos primeiros *insights* que proporcionaram toda uma série de estudos" (*apud* FONTES, 2012, p. 53). O movimento *Gestalt* teria, mais tarde, suas teorias incorporadas "por investigadores ligados às ciências exactas que traduziram rapidamente os princípios teóricos de seus precursores alemães em representações gráficas das relações interpessoais entre vários indivíduos e as reações que delas advinham" (KÖNIG, 1936 *apud* ANTUNES, 2012, p. 12).

Scott ainda apontaria Jacob L. Moreno – psiquiatra, psicólogo e educador – como um dos fundadores da disciplina Análise de Redes Sociais, baseado seus trabalhos na sociometria (1991 *apud* FONTES, 2012, p. 53). Por outro lado, Linton C. Freeman afirma que antes de Moreno, diversos pesquisadores no campo da educação infantil e da psicologia do desenvolvimento já trabalhavam com perspectivas que hoje formam "os princípios fundamentais da teoria e dos métodos da Análise de Redes Sociais" (FONTES, 2012, p. 53).

Nos anos 1940, pesquisadores estadunidenses voltavam seus interesses para entender os mecanismos que determinavam a hierarquia dos indivíduos dentro de suas redes. Já no "Reino Unido a discussão avançou para uma avaliação alternativa de mecanismos e processos de relação entre os indivíduos no seio das redes" (ANTUNES, 2012, p. 13). Contudo, olhando para os anos de 1930-40, Portugal nos diz que aqueles "autores não identificavam características morfológicas, úteis para a descrição de situações específicas, nem estabeleciam relações entre as redes e comportamento dos indivíduos que as constituíam" (2007, p. 3). Eram estudos que traziam em suas abordagens apenas um sentido metafórico no uso do conceito de rede (PORTUGAL, 2007, p. 3; FONTES, 2021, p. 90). É no início da segunda metade do século XX, que trabalhos como o de John Barnes (1954) e Elizabeth Bott (1957) – ambos vinculados à Universidade de Manchester – fazem com que o conceito de rede social ocupe um espaço importante nas teorias sociais.[98]

[98]Embora o conceito de rede social ganhe força justamente no fim dos anos 1950 e siga pelos anos 1960 com os estudos desse grupo vinculado à Universidade de Manchester, no qual outros nomes com o de James C. Mitchell

Parece existir certo consenso sobre ter sido o estudo desenvolvido por John A. Barnes, em Bremnes, uma comunidade pesqueira norueguesa, apresentado pela primeira vez em 1953,[99][100] que primeiro utilizou a noção de rede social. (PORTUGAL, 2007, p. 4). Mas tarde, Elizabeth Bott, em seu trabalho sobre família e redes sociais, chama "definitivamente a atenção da comunidade científica para o conceito de rede social" (PORTUGAL, 2007, p. 5), quando ela se posiciona dizendo que as relações familiares sofrem influência direta da estrutura da rede formada por atores externos à estrutura formada pelos membros de uma família. Para Bott, "a dinâmica da estrutura da família depende não apenas do comportamento de seus membros, mas também das relações que estes estabelecem com outros" (PORTUGAL, 2007, p. 5).

Mayer, por sua vez, entendeu que havia certa confusão no emprego dos termos rede e conjunto (1966, p. 98). Para clarificar os dois conceitos, os quais seriam distintos para ele, Mayer, em uma análise sobre os estudos de Barnes (1954) e de Bott (1957), afirma que Barnes via "uma rede como um campo social surgido de relações entre pessoas" (1966, p. 98). Estas relações se construíam sob critérios implícitos ao próprio campo (no caso específico dos estudos de Barnes esses critérios seriam amizade e vizinhança, os quais, por sua vez, levar-nos-iam aos critérios de parentesco e conexões econômicas) (1966, p. 98).

Barnes, segundo Mayer, afirmava que a rede seria ilimitada – o limite seriam as "fronteiras locais da comunidade estudada" – e não apresentaria "liderança ou uma organização coordenadora" (1966, p. 99). Uma pessoa poderia se relacionar com qualquer outra pessoa, a qual, por sua vez, poderia se relacionar com mais outras tantas. Essas conexões tenderiam a se agrupar em algum momento, assim poderiam se formar grupos, e essas interconexões – internas ao grupo – estariam apartadas da rede, já que outro critério foi agregado às interconexões que definiriam a rede (Mayer, 1966, p. 99).

Mayer, em sua análise, segue dizendo que Barnes tinha como primeiro passo em seu estudo a definição de rede e como segundo, a identificação de conjuntos de pessoas na base das interconexões proporcionadas pela rede. Cada conjunto seria diferente da rede em sua forma, pois estaria centrado em um indivíduo específico (ego) e formado por aqueles indivíduos que

---

poderiam ser agregados, o tema dos estudos de rede vive, naquela época, um momento de declínio em centros acadêmicos norte americanos, só vindo a se revigorar na década de 1970 (FONTES, 2012, p. 57).

[99] "The first draft of this paper was read at a meeting of the Association of Social Antropolists at Oxford, on 3 october 1953" (BARNES 1954, p. 39).

[100] Nesse estudo Barnes, que queria compreender "a importância das interações individuais na definição da estrutura social comunitária", delimita campos em que se basearia para estudar as relações existentes entre os indivíduos. Em pricípio, os campos foram o territorial e o industrial. Mas, Barnes percebeu que não seria suficiente e incorporou o campo que considerava os laços de parentesco, amizade e conhecimento entre os moradores. (PORTUGAL, 2007, p.4)

se conectaram ao ego com base em algum critério particular (1966, p. 99). Esses indivíduos, participantes de um conjunto, seriam, então, apenas parte da rede. Mayer afirma que o aspecto do estudo de Barnes a receber maior atenção seria seu olhar sobre rede e diz: "eu prefiro sugerir que Barnes concebe a rede como importante na medida em que é uma base para os conjuntos ao invés de um meio de descrevê-los, e que os dois são distintos" (1966, p. 99-100).[101]

Sobre Bott e seu estudo acerca das famílias e suas redes sociais, Mayer diz que ela fez uso do termo (rede) para trabalhar com os dois conceitos de Barnes:

> On the one hand, a family maintains relationships of friendship, kinship, and neighborhood with a certain number of other families; these constitute the family's network. On the other hand, each of the other families has its relations with yet other families, many of which are not connected to the initial family at all. Viewed, therefore, from the central family, there is a finite number of relations based on its own interaction, beyond which stretch further links (unbounded from this central family's viewpoint) which have nothing to do with it. Both the bounded and the 'unbounded' entities are included under the rubric network by Bott (…) (1966, p.100, grifos do autor).[102]

Para ele, seria mais claro se ela definisse as interconexões limitadas como um conjunto, entendendo que ela não o tenha feito, talvez, pela forma ambígua como Barnes utilizou a noção de conjunto em seu artigo: por um lado, de maneira indefinida, "para denotar, de maneira metafórica, as conexões de uma rede" (1966, p.100);[103] e por outro, para definir as conexões do ego, tendo ele, o ego, como centro (1966, p. 101). Sobre essa segunda definição, Mayer acredita ser o uso mais adequado para termo no tocante ao interesse da análise (1966, p. 101).

A análise de Mayer baseia-se nos conceitos, por ele utilizados, de quase-grupos (*quasi-groups*) e conjunto de ação (*action-set*). Para ele, o conceito de quase-grupos responderia às necessidades de análises nas quais os conceitos de grupo e associação não fossem adequados, dividindo esses quase-grupos em dois tipos: classificatórios e interativos. No primeiro, a classificação pode ser feita a partir de interesses comuns que seriam subjacentes ao que poderia ser visto como "grupo potencial" (1966, p. 97). Os quase-grupos interativos seriam assim definidos "por eles estarem baseados em um conjunto de interações entre pessoas" (1966, p.

---

[101] MAYER, *op. cit*. p. 99-100. (Tradução minha).

[102] Por um lado, uma família mantém relações de amizade, parentesco e de bairro [ou vizinhança] com um certo número de outras famílias; estas constituem a rede da família. Por outro lado, cada uma dessas outras famílias tem suas relações com mais outras famílias, muitas das quais não estão ligadas à família inicial. A partir da visão, portanto, da família central, há um número finito de relações baseadas em sua própria interação, além da qual se estendem mais ligações (ilimitadas do ponto de vista dessa família central) que nada têm a ver com ela. Tanto as entidades limitadas quanto as 'ilimitadas' são incluídas por Bott na rubrica rede. *Ibid.*, p. 100. (Colchetes meus).

[103] *Ibid.*, p. 100. (Tradução minha).

97).[104] Embora, apresentem certo grau de organização, diferem dos grupos e das associações (dois conceitos considerados por Mayer de grande importância para os antropólogos sociais) por serem egocentrados, com sua existência dependendo de uma pessoa como foco central de organização;[105] e por apresentarem as ações de seus membros como sendo relevantes só quando essas se mostrem como interações com o ego ou os seus intermediários[106] (1966, p. 97). Nos quase-grupos interativos, as interações acorrem, segundo o autor, por uma série de conjuntos de ação (1966, p. 98).

Conjunto de ação seria decisões, atitudes e estratégias dirigidas a garantir as interconexões necessárias que venham a permitir o alcance dos interesses de um certo ego. Partindo das interconexões desse ego com seus intermediários, uma série de conjuntos de ações expandiria essas conexões até limites bem mais distantes do que as conexões diretas daquele ego conseguiria alcançar. O resultado de uma série de conjuntos de ações, ou seja, o resultado dessas interconexões, as quais teriam como origem o ego e se expandiriam por meio de seus intermediários e dos intermediários desses, é o que Mayer apresenta como quase-grupos. Nisso, Mayer difere de – e mesmo questiona – Barnes, acreditando que essa denominação – quase-grupos – definiria melhor, naquelas circunstâncias, as relações entre os indivíduos do que a ideia de rede.

Mais adiante – provavelmente em resposta à análise de Mayer –, Barnes retoma a discussão sobre o conceito de redes sociais, acreditando que não havia se expressado com clareza em sua abordagem anterior, o que lhe pareceu ter contribuído para "uma grande confusão na literatura a esse respeito" (1987, p. 161). Ele entende que "cada analista, além de dar uma interpretação diferente às análises feitas por seus predecessores, apresenta versões mais refinadas à idéia [SIC] de rede social a fim de adequá-la ao seu problema particular" (1987, p. 161). E segue:

> Não distingui entre as características particulares de todas as redes [...] e aquelas características que estavam presentes na rede social norueguesa que descrevi. Alguns leitores, presumindo que aquelas características específicas e locais deveriam estar presentes em todas as redes sociais, sugeriram modificações para adequar o conceito a situações empíricas onde as mesmas estavam ausentes. Outros [...] não compreenderam bem o meu uso do termo rede social total, talvez porque deixei de me referir explicitamente a Radcliffe-Brown, de quem tirei a idéia. [SIC] (BARNES, 1987, pp. 161-162)

[104] *Ibid.*, p. 97. (Tradução minha).
[105] Nos grupos, essa organização seria mais difusa.
[106] Intermediários seriam aqueles indivíduos que interagem diretamente com o ego. O uso das denominações "ego" e "intermediários" por Mayer parece se equivaler ao que Barnes chama de "Alfa" e "contatos primários" ou de "primeira ordem" de Alfa (ver BARNES, 1987, p. 168).

Assim, pela visão de Barnes, podemos trabalhar com as noções de rede total e de rede parcial. Sobre rede total ele nos diz:

> Quer a rede possa ou não ser associada de maneira útil à "estrutura social", não podemos encontrá-la nem aqui nem ali. Independentemente de qualquer coisa, a rede é uma abstração de primeiro grau da realidade, e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde. Chamo-a de rede social total (1987, p. 166).

Assim, a rede social total seria o conjunto de conexões perceptível, ou alcançável, a partir de um indivíduo ou uma organização (se pensamos em uma rede egocentrada). Essas conexões incluiriam os nodos adjacentes, bem como suas conexões percebidas dentro daquele conjunto de conexões.

Já a rede parcial seria qualquer parte extraída da rede total com base em algum critério aplicável à rede total (BARNES, 1987, p. 166). Assim, formariam uma rede parcial indivíduos pertencentes a redes específicas, reunidos sob alguma razão particular, que fossem também parte da rede total – uma rede formada por afinidades políticas, ou religiosas, por exemplo.

Ainda esclarecendo o que entende por rede, Barnes nos apresenta uma noção de rede social desenvolvida na Antropologia Social (1987, p. 163), a qual tinha "em vista a análise e a descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupo e categoria" (1987, p. 163). Para ele, o uso do conceito de rede é fundamental quando um indivíduo apresenta conexões interpessoais que ultrapassam as fronteiras de um determinado grupo social ao qual ele possa pertencer (1987, p.163) como sua comunidade, sua família, seus colegas de trabalho. Assim:

> O conceito de rede social é apropriado em situações em que grupos persistentes [...] não estão formados, bem como em situações em que os indivíduos são continuamente requisitados a escolher sobre quem procurar para obter liderança, ajuda, informação e orientação. Deste modo, o emprego da rede social nos ajuda a identificar quem são os líderes e quem são os seguidores, ou a demonstrar que não há padrão persistente de liderança (1987, p. 163).

Outro ponto importante está na seguinte afirmação de Barnes: "A maioria dos antropólogos que empregaram o conceito de rede social estabelece uma diferenciação principal entre redes 'fechadas' e redes 'abertas'" (1987, p 163, grifos do autor).[107] Ele ainda apresenta um conjunto de exemplos para explicar tal afirmação. Os autores apresentados por Barnes não

[107] O texto utilizado para este trabalho foi publicado em português em 1987, mais o original, em inglês, foi publicado nos anos 1970.

necessariamente utilizam esta terminologia de aberto ou fechado, mas seguem, segundo ele, a mesma lógica. Assim, ele diz:

> [...], Bott (1957:60) afirma que quanto mais fechada for a rede, maior será a intensidade de segregação entre os papéis de marido e de esposa. Esta proposição foi expandida por Frankenberg (1966), que construiu um *continuum* de sociedades caracterizadas por vários graus de 'redundância social'. Schrivas e Béteille julgam que um dos efeitos da mudança social que ocorreu na índia foi a transformação de redes 'fechadas' em redes 'abertas'. P. Mayer (1961:289) contrasta a rede 'fechada' dos migrantes 'vermelhos' com a rede 'aberta' dos migrantes da 'escola', na África do Sul. A. C. Mayer elabora uma associação entre o que chama de campanhas eleitorais "suaves" e "duras" e esquemas de ações de ramificações curtas e longas, numa oposição provavelmente paralela à que existe entre redes sociais "fechadas" e "abertas" (1987, p. 163, grifos do autor)

Para analisar em que grau uma rede seria aberta ou fechada, segundo Barnes, é necessário ter-se uma medida de densidade. Relembrando o que já foi apresentado anteriormente,[108] porém, agora usando as palavras de Barnes, que entende densidade "como sendo a proporção das linhas diretas, teoricamente possíveis, que de fato existem" (1987, p. 173).

Ainda sobre a ideia de redes abertas e fechadas, Bott, na verdade, utiliza "as palavras", como ela mesma diz (1971, p. 59) *loose-knit* (malha frouxa) e *close-knit* (malha estreita, ou malha próxima). Essas ideias se baseiam nas interconexões existentes entre as conexões de um determinado ator social.[109] Assim, tomando por referência um ator social qualquer, quanto mais interconexões existam entre as conexões diretas desse ator, sem que esse ator precise intermediar essa interação, mais estreita será a malha (*close-knit*). Por consequência, a malha frouxa (loose-knit) é aquela na qual as interconexões diretas desse ator social qualquer pouco e em nada se relacionam entre si. Essas condições definiriam, para Bott, a conexidade[110] de uma rede (BOTT, 1971, p. 59).

Essa é a ideia de rede aberta ou fechada que Barnes diz haver em Bott e compara a conceituação que ela faz com a sua própria ideia de redes com malhas grandes e redes com malhas pequena (networks with large and small mesh) (BARNES, 1987, p. 171). Ou seja, para

---

[108] Sobre densidade, *cf.* subitem 2.2.2.

[109] Bott trata, na verdade, de famílias. Eu entendo que a mesma lógica utilizada para as famílias poder ser utilizada para outros atores sociais, sejam pessoas, organizações, etc..

[110] Do inglês "connectedness", que Bott define como "the extent to which people known by a family know and meet one another independently of the family" (a extensão em que as pessoas conhecidas de uma família se conhecem e encontram-se entre si, independentemente da família) (1971, p. 59). Uso a tradução "conexidade", encontrada nos escritos de Portugal (2007, p. 5) para não confundir com conectividade, que tem outro significado nos estudos de rede, além do que, a palavra em inglês para conectividade seria *connectivity*.

Barnes, quanto menor ou mais estreita for a malha – quanto mais interconexões existirem em uma determinada rede, quanto mais densa ela for – mais fechada seria a rede. O contrário definiria uma rede aberta, o que Bott chamaria de rede de malha frouxa e Barnes, redes com malhas grandes. Redes totalmente conectadas – de densidade igual a 1 –, seriam, para Barnes uma rede em estado de completude (BARNES, 1987, p.173) e seria uma rede fechada. A ideia de fechamento de uma rede em Barnes estaria, então, vinculada à ideia de densidade da rede, de proximidade entre seus nodos, a malha pequena, não, necessariamente, a conexões com o ambiente externo, menos ainda a possibilidades de novas adesões.

Parece-me que trabalhos como estes apresentados foram decisivos para consolidar o espaço acadêmico dos estudos de rede, mais especificamente os estudos sobre redes sociais. Desde então, são muitos os sinais desta consolidação, com os estudos de redes sociais experimentando um interesse crescente como área das ciências sociais ao longo das últimas décadas. O que se vê desde o final dos anos 1950 – com forte incremento a partir dos anos 1970, como nos diz Fontes (2012) – é um significativo número de artigos publicados nas principais revistas de ciências sociais; organização de eventos científicos internacionais sobre a temática; associações, fóruns de discussões, programas de informática, todos específicos para área.

Nos anos 1970, Samuel Leinhardt apresenta Redes Sociais como um paradigma em desenvolvimento (PORTUGAL, 2007, p. 80), abrindo uma discussão sobre a possibilidade da "existência de um novo paradigma nas ciências sociais" (PORTUGAL, 2007, p. 3). Sobre isso, Silvia Portugal tem a seguinte opinião:

> Não me parece que se possa falar da existência de um novo paradigma nas ciências sociais quando falamos de teoria das redes. [...] De facto, estamos perante um campo do conhecimento que está longe de ser apenas um método, um conjunto de técnicas sofisticadas para abordar a realidade social como alguns pensam. No entanto, não podemos falar de um paradigma no sentido kuhnuiano, em que uma teoria "esmaga" as concorrentes e enfraquece institucionalmente as suas rivais. [...] Por um lado, o espaço da teoria sociológica é hoje partilhado por perspectivas diferenciadas sem que se possa identificar um paradigma dominante. Por outro lado, o próprio campo interno da disciplina está longe de se constituir como uma teoria "unificada." (2007, pp. 8-9)

Outro debate importante para este trabalho é o que relaciona a estrutura social e a ação individual. Para Mercklé, por exemplo, a teoria das redes apresenta uma meso-sociologia, uma articulação entre o macro e o micro, que tenta, simultaneamente, "explicar o comportamento dos indivíduos através das redes em que eles se inserem e explicar a estruturação das redes a

partir da análise das interações entre os indivíduos e das suas motivações" (PORTUGAL, 2007, p. 9).

Isso nos remete a um aspecto que parece ser compartilhado por alguns estudiosos da teoria das redes, particularmente os dedicados ao tema das redes sociais[111]: a possibilidade dessa abordagem, estudos de redes, "resolver com sucesso um dos principais problemas da teoria sociológica, o da relação entre estrutura e agência" (FONTES, 2012, p. 119). A partir dessa abordagem, conseguir-se-ia superar a discussão sobre os fenômenos sociais tendo origem nas questões de cada um – uma visão individualista, a agência, o micro, ou na "orientação de padrões construídos socialmente (holismo)" (FONTES, 2012, p. 119), o macro, a estrutura.

> Orientações teóricas individualistas ou estruturalistas têm se debatido na busca por uma hegemonia paradigmática nas ciências sociais. São campos teóricos que apesar de reconhecerem a importância, quer da ação individual, quer da estrutura, segundo o caso, não conseguem construir uma agenda mínima de pontos convergentes que garantam o lugar devido à ação e à estrutura na fábrica social.
>
> As abordagens das redes sociais pretendem superar esta ponte, incorporando as contribuições das orientações individualistas e normativas (FONTES, 2012, p. 124).

Para Silvia Portugal, a ideia não é enxergar a "dimensão reticular" como algo acima, ou mais importante que a do indivíduo ou a da estrutura social, mas "reconhecer" que se pode transitar entre esses dois níveis (2007, p. 9). "Não haveria, portanto, orientações determinantes nas ações dos indivíduos a partir de suas escolhas ancoradas no cálculo racional" (FONTES, 2012, p. 93), tampouco essas ações derivariam unicamente de fatores advindos de "determinações localizadas na estrutura social" (FONTES, 2012, p. 93).

Os estudos de redes possibilitariam, assim, uma análise que procura resolver essa questão, como já dito, entre o micro-macro, considerando a legitimidade do "calculo racional", contudo, sob determinadas condições, "ou restrições", dadas pela estrutura social (FONTES, 2012, p. 93).

> Também haveria que considerar que a própria posição em uma estrutura de redes sociais possibilitaria o acesso ou restrição a recursos; a rede, ela própria, se constitui em um ingrediente da estrutura social, ao lado dos tradicionalmente analisados pelas ciências sociais. (FONTES, 2012, p. 93)

Ainda nesse encaminhamento, o de tratar de uma possível dissolução da dicotomia macro-micro/agência-estrutura, encontramos duas abordagens que, de alguma forma,

[111] Alguns autores trabalham a temática rede a partir de outras visões além das redes sócias. Verei isso quando discutindo sobre a Sociologia da Tradução.

destacam-se nos estudos das associações ou conexões sociais: a Teoria da Dádiva e a Teoria Ator-Rede. A primeira, sistematizada principalmente por Marcel Mauss, em seu *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* (primeira publicação em 1925),[112] teria um papel de destaque na crítica ao pensamento utilitarista, diz-nos Paulo Herinque Matins (2005, p. 49), "na medida em que conecta duas perspectivas aparentemente inconciliáveis:"

> de um lado, a idéia durkheimiana da existência de crenças coletivas que aparecem como uma obrigação moral supra-individual, o que leva a se valorizar o todo mais que as partes; esta idéia está presente em Mauss no momento em que ele sustenta a idéia [SIC] de sociedade como um fato social total e a dádiva como uma regra moral que se impõe à coletividade; de outro lado, ele escapa à tirania deste pensamento de totalidade ao observar que a experiência direta e inter-individual reorganiza o sentido e a direção do bem circulante, refazendo as estruturas e funções estabelecidas. Nesse caso, temos que admitir que as partes, isto é, os membros da sociedade possuem características peculiares que escapam à obrigação moral coletiva.
>
> Ao definir a sociedade como um "fato social total", Mauss compreendeu que a vida social é essencialmente um sistema de prestações e contra-prestações que obriga a todos os membros da comunidade. Mas entendeu, também, que essa obrigação não é absoluta na medida em que, na experiência concreta das práticas sociais, os membros da coletividade têm uma certa liberdade para entrar ou sair do sistema de obrigações – mesmo que isto possa significar a passagem da paz para a guerra (MARTINS, 2005, p. 49).

A Teoria Ator-Rede (ANT,[113] por sua sigla em inglês), Silvia Portugal a aponta como sendo, "no interior desse debate, uma das perspectivas mais sedutoras" (2007, p.9), a qual traz abordagens inovadoras ao debate acerca da "articulação entre o macro e o micro" (2007, p. 10). ANT foi trazida a nós, inicialmente, por meio das ideias e escritos de pesquisadores do Centro de Sociologia da Inovação, da Escola Nacional Superior de Minas de Paris – entre eles destacam-se Bruno Latour, Michel Calloun e Madeleine Akrich.[114]

É como base em um texto considerado paradigmático por Knorr-Cetina e Cicourel (1981 *apud* PORTUGAL, 2007, p. 10) que Portugal nos diz que "Calloun e Latour propõe uma visão dinâmica das relações macro-micro, na qual o conceito de tradução ocupa um lugar central" (2007, p. 10). Segundo ela, os autores afirmam que o importante seriam as relações de poder e

---

[112] No Brasil, esse texto pode ser encontrado na publicação usada neste trabalho: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005. Embora existam outras publicações dele.

[113] *Actor-Network Theory*

[114] Esses três autores são responsáveis por uma publicação intitulada "Sociologie de traduction: textes fondateurs" (2006), na qual reúnem textos da década de 1980 considerados como os textos que deram partida na construção do quadro teórico dessa área. Há outros autores com quem os três compartilham alguns desses textos, mas são Latour, Callon e Akrich que assinam a organização da publicação. Vale destacar também o pesquisador britânico John Law, vinculado a Universidade de Lancaster, que tem contribuído significativamente para o desenvolvimento dos estudos baseados em ANT.

os processos de tradução estabelecidos entre os atores e não a dimensão desses, recusando-se, assim, em fazer a "distinção entre 'indivíduos' e 'instituições'" (2007, p. 10).

> A actor-network theory tem procurado construir uma "sociologia das associações", por oposição a uma "sociologia do social", procurando conhecer o modo como elementos heterogéneos se relacionam entre si. Deste modo, tem desenvolvido um papel fundamental na análise da construção das redes e nas formas de sua manutenção e extinção (PORTUGAL, 20017, p. 10).[115]

Os estudos com base na análise de redes – ou sociologia das redes, ou sociologia reticular, dependendo do autor – têm nos apresentado uma perspectiva social na qual influenciamos e somos influenciados a partir de nossas interconexões sociais. Tais interconexões, que podem ser decisivas em nossos fracassos e nossos sucessos, estariam ao logo de nossa trajetória social.

Isso vale para nós enquanto indivíduos e também para as instituições das quais fazemos parte. Redes de organizações funcionam a partir dos mesmos princípios básicos de nossas redes individuais. Este trabalho, como já dito na introdução, interessa-se exatamente por estas redes de organizações, nas quais instituições, como as que chamo de ONGs, estão inseridas.

3.2 O CAPITAL SOCIAL, A TEORIA DAS TROCAS E O ENGENDRAMENTO DAS REDES

Até então, tenho escrito sobre ONG e redes, principalmente sobre os aspectos que os conectam. A partir dos diversos olhares utilizados até então, parecem-me ficar claras as controvérsias existentes nas diferentes abordagens desses conceitos. Tal apresentação – sobre ONGs e redes – foi feita a partir dos pontos que se mostraram para mim como mais importantes para o desenvolvimento do trabalho, não aprofundando aqueles temas que considero, embora importantes, secundários para o estudo.

A partir dessa seção – com continuidade nas seções seguintes –, tratarei de conceitos que contribuirão para uma análise teórica mais aprofundada, ou seja, tratarei dos campos que serão a base das relações existentes no interior das redes com participação de ONGs. Mais

[115] ANT será tratada como mais detalhes no capítulo 5 desse estudo, dedicado à Sociologia da Tradução.

especificamente, os temas que ajudarão a explicar as percepções sobre relações de poder e hierarquias naquelas redes.

3.2.1 O capital social e sua conexão com os estudos de redes

Segundo Augusto de Franco,[116] a Sociologia não compreendeu as redes, ou tentou entendê-las "a partir de conceitos inadequados ou impotentes para captar o que está além (ou seria aquém?) da representação" (2009, p. 4). Ainda segundo ele, este equívoco da sociologia já teria acontecido quando tratado o conceito de capital social. Para o autor, "a abordagem sociológica não entendeu que 'capital social' e 'rede social' se referem, exatamente, à mesma coisa" (2009, p. 4, grifos do autor). Aqui, estabelece-se uma controvérsia – ou mais de uma, se considerada a afirmação de que a sociologia não compreendeu redes.

Ainda sem querer discutir tal controvérsia – ou tais controvérsias –, o que farei no final do trabalho, mas já antecipando que o meu olhar segue um caminho distinto, gostaria de abordar o conceito de capital social. Se a visão acerca dos conceitos de capital social e rede social serem "exatamente a mesma coisa" não é um consenso, parece sê-lo a ideia de que há uma conexão estreita entre eles. A visão compartilhada por diversos autores (LOURY, 1977; BOURDIEU, 1986; COLEMAN, 1990; BAKER, 1990; PUTNAM, 1994 e LIN, 2001),[117] embora varie em aspectos específicos, é de que o capital social se encontra nas relações construídas pelos atores sociais, portanto, no âmbito de suas redes, notadamente, suas redes sociais.

Como este não é um estudo especificamente sobre capital social, não abordarei todas as ideias sob o tema. Entretanto, vale – e preciso fazê-lo – apresentar o que alguns autores desenvolveram sobre o conceito. O primeiro desses autores seria Pierre Bourdieu, quem aborda o tema 'capital' alegando que, "de fato, é impossível dar conta da estrutura e funcionamento do mundo social, a menos que se reintroduza o capital em todas as suas formas e não somente na única forma reconhecida pela teoria econômica" (1986, p. 15).[118][119] Para ele, o capital se

[116] Cujo algumo sobre o olhar a respeito de redes pode ser visto no item 2.3 deste trabalho.
[117] Para citar alguns autores utilizados nesse estudo.
[118] BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J.. **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Westport, CT: Greenwood, 1986. Disponível em: <http://www.socialcapitalgateway.org/sites/socialcapitalgateway.org/files/data/paper/2016/10/18/rbasicsbourdieu1986-theformsofcapital.pdf>. p. 15. (Tradução minha).
[119] A indicação das páginas segue o texto acessado pela internet, o qual está numerado de forma diferente do original.

apresenta de três formas: o econômico, o cultural; e o social. O primeiro pode ser convertido em dinheiro direta e imediatamente e estaria vinculado à ideia do direito de propriedade. O capital cultural poderia ser representado institucionalmente por qualificações educacionais (graus acadêmicos, por exemplo). Enquanto o capital social, construído por meio de conexões sociais, pode ser representado por "títulos de nobreza".[120] Tanto o capital cultural como o capital social, diante de certas circunstâncias, podem ser revertidos em capital econômico, aponta Bourdieu (1986, p. 16). Concentrar-me-ei, neste trabalho, na visão sobre capital social.[121]

> Social capital is the aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition – or in other words, to membership in a group – which provides each of its members with the backing of the collectively-owned capital, a "credential" which entitles them to credit, in the various senses of the word (BOURDIEU, 1986, p. 21, grifos do autor).[122]

Bourdieu ainda nos diz que essas relações, base do capital social, existem a partir do intercâmbio de capitais próprios, materiais e/ou simbólicos, de cada membro do grupo e são essas trocas que ajudam a manter tais relações. Além disso, esses ambientes de troca, ambientes nos quais o capital social se propaga, podem socialmente se estabelecer por meio de designações específicas, como nomes de família, ou de grupos específicos (comunidades, clubes, partidos políticos, entre outros diversos tipos de agremiações), e mediante "um conjunto de atos institucionalizantes, desenhados tanto para formar como informar aqueles que participam deles" (Bourdieu, 1986, p. 21).[123]

Importante dizer que, na visão de Bourdieu, essas relações de troca, por meio das quais flui o capital social, estão alicerçadas no reconhecimento da união dos aspectos materiais e simbólicos, não podendo, assim, reduzirem-se a relações objetivas como uma mera aproximação em um espaço físico, ou mesmo social e econômico. Há que existir um conjunto

---

[120] No texto em inglês é usada a expressão "title of nobility", a qual optei por traduzir literalmente. Trazendo para uma situação mais próxima a nossa realidade, podemos entender essa expressão como sendo a posição social de alguém.

[121] Para compreender melhor as outras formas de capital em Bourdieu ler BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. Disponível em: <http://www.socialcapitalgateway.org/sites/socialcapitalgateway.org/files/data/paper/2016/10/18/rbasicsbourdieu1986-theformsofcapital.pdf>.

[122] "Capital social é o agregado dos recursos reais ou potenciais, os quais estão ligados (associados) as posses de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo – em outras palavras, pertencimento a um grupo –, a qual provê cada um de seus membros com o apoio do capital adquirido coletivamente, uma 'credencial' que lhe dá direito ao credito, nos vários sentidos da palavra". *Ibid*., p. 21.

[123] *Ibid*., p. 21. (Tradução minha).

de fatores que define a existência e o acesso a esse capital social. O volume do capital social de uma determinada rede de relações está conectado ao volume de capital, econômico e cultural, de cada membro da rede, bem como de sua totalidade.

Manter essa rede de relações exige um esforço continuo de "institucionalização", entendido por Bourdieu como necessário para a produção e reprodução de relações duráveis e úteis que possam gerar benefícios, sejam materiais ou simbólicos. Assim, "(…) a rede de relacionamentos é produto de estratégias de investimento, individuais ou coletivas, consciente ou inconscientemente, dirigidas a estabelecer ou reproduzir relações sociais as quais são diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo (…)" (BOURDIEU, 1986, p. 22).[124]

A manutenção do capital social no interior dessas redes de relações, por sua vez, também exige um esforço contínuo de trocas materiais e simbólicas. Trocas essas que se transformam em elementos de conhecimento e reconhecimento mútuos, estabelecendo uma condição de pertencimento. De alguma forma, isso estabelece os limites de um grupo e faz com que cada membro daquele grupo se torne um guardião desses limites. A introdução de um novo membro, por exemplo, cria certo risco aos critérios de admissão estabelecidos pelo grupo, já que esse novo membro, caso seja resultado de uma aliança equivocada, poderia modificar o grupo e, assim, "os limites de intercâmbios legítimos" (BOURDIEU, 1986, p. 22).

Parece, dessa forma, que a preocupação com a aquisição e a manutenção do capital social de uma determinada rede, passa, seguindo a ideia de Bourdieu, por uma arquitetura que poderíamos entender com certo grau de fechamento, no tocante à admissão de seus participantes, ao mesmo tempo em que necessita manter sua conexão com o ambiente social em geral – certa abertura no tocante ao 'ambiente externo' –, inclusive, como estratégia para ampliação de seu capital, já que o capital social se reproduz por meio de constantes atos de socialização, por meio de contínuas ações de intercâmbio, o que permite com que o reconhecimento esteja sempre se afirmando e reafirmando-se (BOURDIEU, 1986, p. 22).

Outro aspecto a ser notado é o fato de que o custo dessas ações contínuas de socialização, seja em tempo ou energia, pode ser estabelecido, direta ou indiretamente, em forma de capital econômico. Esse custo só se mostra rentável com o investimento em competências específicas – "conhecimento de relações genealógicas e de conexões reais e a capacidade de saber usá-las" (BOURDIEU, 1986, p. 23),[125] por exemplo –, assim como a disposição em adquiri-las e mantê-las. O esforço para se relacionar e a disposição para adquirir uma competência com esse fim seriam, para o autor, parte integrante do capital social

[124] *Ibid*., p. 22. (Tradução minha).
[125] *Ibid*. p. 23. (Tradução minha).

(BOURDIEU, 1986, p. 23). Segundo ele, isso seria uma das explicações de porque as vantagens desse "labor" – o de acumular e manter o capital social – cresce, principalmente – mas não somente, já que há de se considerar também o capital econômico e o capital cultural –, de forma diretamente proporcional à quantidade do capital social já acumulado (1986, p. 23). De certa forma, vinculado à "posição estrutural"[126] do nodo (ator, membro) na rede.

A questão da representatividade é mais um tema abordado por Bourdieu. Segundo ele, grupos, de alguma forma, têm estabelecidas maneiras de delegar a um único membro, ou a um pequeno grupo de membros, todo o seu capital social, dotando aquele membro ou pequeno grupo de "*plena potestas agendi et loquendi*" (BOURDIEU, 1986, p. 23).[127] Ficando tal membro ou grupo de membros, fazendo uso do capital social coletivo, encarregado de agir e falar em nome de todo o grupo. Com a utilização do capital comum, essa representação – de um ou de poucos – poderia exercer um poder que ultrapassaria sua capacidade específica (BOURDIEU, 1986, p. 23). Dessa questão surge a preocupação em evitar que o mandatário (ou mandatários) do grupo acumule a maior parte – se não todo – do capital do grupo para si, pondo em risco as relações internas desse grupo por meio do exercício desse poder sobre o próprio grupo.

> If the internal competition for the monopoly of legitimate representation of the group is not to threaten the conservation and accumulation of the capital which is the basis of the group, the members of the group must regulate the conditions of access to the right to declare oneself a member of the group and, above all, to set oneself up as a representative (…) of the whole group, thereby committing the social capital of the whole group (BOURDIEU, 1986, p. 23).[128]

A necessidade dessa regulamentação também se dá pela característica de que o mecanismo de delegação e representação visto como uma forma de acumulação de capital para o grupo – entre outras razões, porque contribui para que membros dispersos e variados possam atuar como um único agente, indo além de suas limitações –, pode ser responsável pelo "desvio ou apropriação indevida do capital acumulado pelo grupo" (Bourdieu, 1986, p. 23).[129] A ameaça

[126] O conceito de "posição estrutural" refere-se à posição ocupada pelo ator em relação à totalidade de sua rede. Tal posição ajuda a compreender o grau de influência daquele ator em relação aos demais membros da rede e a rede como um todo.
[127] "Plenos poderes para agir e falar".
[128] Se a concorrência interna pelo monopólio da representação legítima de um grupo não é para ameaçar a conservação e a acumulação do capital, que constitui a base do grupo, os membros do grupo devem regulamentar as condições de acesso ao direito de se declarar membros e, acima de tudo, estabelecer-se como um representante de todo o grupo, comprometendo assim todo o seu capital social. BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J.. **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Westport, CT: Greenwood, 1986. p. 23.
[129] *Ibid*., p. 23. (Tradução minha)

estaria na possibilidade de que um subgrupo, ou um único membro, passe a ser o representante da totalidade do grupo e, assim, torne-se 'o mais reconhecido' naquele grupo.

O segundo pensador que quero apresentar é James S. Coleman. Ele nos diz existir uma "ficção amplamente perpetrada na sociedade moderna" (1990, p. 300),[130] a de que "[...] a sociedade consiste de um conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar metas que são atingidas de forma independente e que o funcionamento do sistema social consiste na combinação dessas ações de indivíduos independentes" (1990, p. 300).[131]

De acordo com o autor, isso se deve em parte ao fato do individuo ser o ator tangível na sociedade, em parte à influencia dos escritos de Adam Smith e outros teóricos da economia clássica, bem como de filósofos políticos dos séculos XVII e XVIII, sobre como pensar o social e a economia (1990, p. 301). Além disso, Coleman acredita que isso também possa advir das mudanças sociais que levaram a sociedade a um modelo de estrutura no qual os indivíduos agiriam de forma mais independente, teriam metas mais independentes e seus interesses seriam mais individualistas do que no passado (1990, p.301).

A posição de Coleman é que existe uma série de trabalhos[132] que demonstram existir uma forte relação das interconexões sociais construídas pelos indivíduos e o alcance de suas metas e interesses, inclusive – talvez, principalmente –no ambiente econômico. Seriam recursos adquiridos a partir da estrutura social na qual o indivíduo estaria inserido. Assim, indivíduos que não agem de forma independente, não atingiriam suas metas de forma independente, nem desenvolveriam seus interesses sobre bases totalmente individualistas (1990, p. 301-302).

Esses recursos, denominados pelo autor como "sócio estrutural" (*social-structural*, no original em inglês), são vistos por ele como bens de capital para os indivíduos e é a isso que Coleman chama de capital social (1990, p. 302). Ele acrescenta:

> Social capital is defined by its function. It is not a single entity, but a variety of different entities having two characteristics in common: They all consist of some aspect of a social structure, and they facilitate certain actions of individuals who are within the structure (1990, p. 302).[133]

---

[130] COLEMAN, J. S. Foundation of social theory. Canbridge, EUA: Harvard University Press, 1990. p. 300. (Tradução minha).

[131] *Ibid*., p. 300. (Tradução minha).

[132] Coleman apresenta como exemplo trabalhos de diversos autores. Alguns deles seriam: Loury (LOURY, Glenn C. A dynamics theory of racial income diferences. In: WALLACE, P.A.; LA MOND, A.M. (ed.). **Women, minorities and employment discrimination**, pp. 153-186. Lexington: Health, 1977); Lin (LIN, Nan. Social resources and instrumental action. In: Marsden, P.; LIN, N. (ed.). **Social structure and network analysis**, p.131-145. Beverly Hills, CA (EUA): Sage, 1982); Granovetter (GRANOVETTER, M. Economic action, social structure and embeddedness. **American jornal of sociology**, v 91, p. 481-510, 1985).

[133] "O capital social é definido por sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades, tendo duas características em comum: todos elas consistem em algum aspecto de uma estrutura social, e elas facilitam certas ações de indivíduos que estão nessa estrutura". COLEMAN, J. S. **Foundation of social theory**. Canbridge, EUA: Harvard University Press, 1990. p. 302.

O capital social, em geral, apresenta-se em situações baseadas em confiança.[134] A ausência dela definiria um ambiente de baixo capital social. A confiança, por sua vez, tem estado, não raramente, vinculada a formas de uma determinada sociedade se organizar: se em uma localidade específica, seus membros sentem-se seguros em deixar suas crianças brincando desacompanhadas em um parque porque sabem que há o costume de que cada adulto se preocupará com a segurança delas, uma vez que todos se conhecem, isso seria um indicador de existência de capital social. Esse seria um acordo existente entre os membros daquela comunidade, ainda que não expresso explicitamente – você cuida de meu filho e, em troca, eu cuido do seu. Assim, para Coleman, a organização social também constituiria o capital social (1990, p. 304).

Assim como Bourdieu, Coleman (1990) também trata do capital em três formas:[135] o capital físico, o capital humano e o capital social. Coleman desenvolve uma visão comparativa entre esses capitais dizendo que se o capital físico é criado a partir de modificações em coisas materiais, as quais, de alguma forma, facilitarão a produção de outras coisas, o capital humano vem de mudanças nas pessoas – formação intelectual, construção de habilidades e capacidades – que as permitem agir de novas maneiras.

"O capital social, por sua vez, é criado quando as relações entre pessoas mudam de maneira que facilitem a ação" (1990, p. 304).[136] O capital físico seria expresso de forma mais tangível; estaria nas coisas materiais; o capital humano, menos tangível, estaria representado nas habilidades, capacidades, adquiridas pelas pessoas; e o capital social, menos tangível ainda, apresentar-se-ia nas relações entre as pessoas. Ainda segundo Coleman, os três tipos de capital – cada um em suas particularidades – facilitariam a atividade produtiva.

O autor acrescenta que capital social e capital humano costumam ser complementares. Para que o capital social possa ser identificado nas relações é necessário que os atores possuam capital humano. Como já vimos, outro ponto importante na visão de Coleman é que ele propõe que o conceito de capital social seja compreendido a partir de sua função. Sobre isso, ele nos diz:

> The value of the concept lies primarily in the fact that it identifies certain aspects of social structure by their function, just as the concept 'chair' identifies certain physical objects by their function, disregarding differences in form, appearance and construction. The function identified by the concept

[134] Para entender melhor a categoria 'confiança' em Coleman, ler COLEMAN, James S. **Fundations of social theory**. Cambridge, MA (EUA): Harvard University Press, 1990, *passim.*

[135] Coleman apresenta essas formas de maneira implícita em seus escritos, enquanto Bourdieu o faz de forma direta.

[136] COLEMAN, James S. **Fundations of social theory**. Cambridge, MA (EUA): Harvard University Press, 1990. p.,304. (Tradução minha).

> 'social capital' is the value of those aspects of social structure to actors, as resources that can be used by the actors to realize their interests (1990, p. 305).[137]

Outro autor a tratar do tema é Ronald S. Burt. Ele também se utiliza da ideia da existência de três tipos de capital,[138] o financeiro, o humano e o social. Na verdade, Burt simplesmente se vale das definições desses capitais feitas por Bourdieu e Coleman.[139] A diferença em sua abordagem estaria na defesa da importância dos laços considerados fracos e dos laços potenciais em uma rede. Diferente de Coleman e Bourdieu, para quem o capital social emerge basicamente em redes mais densas, Burt (1992) defende a ideia de que "é a relativa ausência de laços, rotulada 'vazios estruturais',[140] que facilita a mobilidade individual" (PORTES, 1998, p. 120).[141] [142] Na verdade, Burt parece enxergar esses vazios mais como uma potencialidade de conexão do que uma ausência. Ele define os vazios estruturais como "a separação entre contatos não redundantes" (BURT, 1992, p. 65).[143]

Redes mais densas, embora também possam gerar capital social, tenderiam a restringir o surgimento de novas informações ou novos recursos, por conta das repetições nas conexões, levando as informações e os recursos a uma condição de redundância; vazios estruturais tenderiam a apresentar possibilidades de novos conhecimentos, novos recursos. Esta visão vai ao encontro, em certa medida, das afirmações de Granovetter em sua publicação *The strength of weak ties* (1973),[144] na qual ele diz que laços fracos seriam "indispensáveis às oportunidades

---

[137] O valor do conceito reside principalmente no fato de identificar certos aspectos da estrutura social por sua função, assim como o conceito "cadeira" identifica certos objetos físicos por sua função, desconsiderando as diferenças de forma, aparência e construção. A função identificada pelo conceito de "capital social" é o valor desses aspectos da estrutura social para os atores, como recursos que podem ser usados pelos atores para realizar seus interesses. *Ibid*., p.305.

[138] Embora Burt afirme existir mais que três tipos de capital, ele crê que os três utilizados em suas discussões seriam suficiente.

[139] Embora a nomenclatura dos capitais usada por Bourdieu (financeiro e cultural) se diferencie da de Coleman (físico e humano), podemos entender esses capital com definições próximas.

[140] O termo em inglês, originalmente apresentado por Burt, é *structural hole*, portanto "buracos estruturais". Optei por usar o termo "vazios estruturais", termo utilizado por alguns autores na língua portuguesa e que me parece mais sonoro.

[141] PORTES, Alejandro. Social capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual review of sociology**, Palo Alto, CA (EUA), v. 24, p 1-24, ago 1998. (Tradução minha)

[142] A publicação consultada foi uma publicação eletrônica, no formato "mobi". Essas publicações não têm paginação como em uma publicação comum (em papel), elas se dividem em "posições". Assim, o "p" significa a posição da citação no documento, na formatação usada no dispositivo (essa posição pode variar conforme formatação e/ou dispositivo). Nas referências, o texto é indicado em sua publicação original, ao qual não tive acesso.

[143] BURT, Ronald S.. **Structural holes**: social structure of competition. Cambridge, EUA: Harvard University Press, 1992. p. 65. (Tradução minha).

[144] Nas conclusões daquele trabalho, Granovetter alerta para o fato de que o modelo apresentado ali seria limitado, era "um fragmento de uma teoria" (1973, p. 1378), uma vez que se concentrava no tema "força dos laços", ignorando outros assuntos envolvidos na discussão.

dos indivíduos e sua integração nas comunidades" (GRANOVETTER, 1973, p. 1378).[145] Entretanto, há diferenças.

Para entender melhor o argumento de Burt, conheçamos antes sua visão sobre capital social. Burt faz uma análise sobre o capital social a partir do mercado. Manterei essa análise e mais adiante, transportarei essa visão para o universo das ONGs, com as devidas adequações.

Como já dito, Burt utiliza a ideia de capital financeiro, capital humano e capital social. De forma próxima ao que já vimos nesta seção, Burt (1992) diferencia o capital financeiro e o capital humano do capital social de duas formas: primeiro, o capital financeiro e o capital humano são capitais pertencentes ao ator exclusivamente; segundo, ambos os capitais são geralmente investidos na capacidade de produção – "trata-se do termo de investimento na equação de produção do mercado" (BURT, 1992, p. 58).[146][147] O capital social, por sua vez: só existe a partir de uma relação, ele pertence a essa relação, portanto, conjuntamente às partes envolvidas nela (se a relação se dissolve, o capital social deixa de existir para qualquer dos envolvidos); por meio das relações construídas com outros atores torna-se possível transformar capitais financeiro e humano em benefícios – "trata-se da taxa de retorno na equação de produção do mercado" (BURT, 1992, p. 58). [148]

Burt considera o capital social como o fator crucial em um ambiente competitivo. Todo e qualquer investimento – capital financeiro e capital humano – feito na produção de algo, só se materializa por meio das relações – capital social –, quando se tem o retorno desse investimento (seja em venda de um determinado produto, reconhecimento em alguma posição de liderança, ou credibilidade perante seus pares).

A compreensão sobre como se constrói esse capital social pode acontecer, segundo Burt, por dois caminhos:

> The first describes a network as your access to people with specific resources, creating a correlation between theirs and yours; the second describes social structure as capital in its own right. („„)
>
> (…) Where the first line describes network as a conduit, the second line describes how networks are themselves a form of capital social.
>
> (…)

[145] GRANOVETTER, Mark S.. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, mai. 1973, pp 1360-1380. p. 1378. (Tradução minha).
[146] BURT, Ronald S.. **Structural holes**: social structure of competition. Cambridge, EUA: Harvard University Press, 1992. p. 58. (Tradução minha).
[147] Essa paginação refere-se ao documento encontrado na internet e parece diferenciar da publicação original, a qual eu não tive acesso. O documento consultado, contudo, é fiel em seu conteúdo, como pude confirmar em uma publicação eletrônica, no formato "mobi" (formato que não apresenta paginação). O documento consultado está disponível em: <http://personal.stevens.edu/~jbao/BIA658A/Session5/burt.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017. Isso eve ser considerado para todas as citações dessa publicação.
[148] *Ibid*., p. 58. (Tradução minha).

> Both lines of work are essential to a general definition of social capital. Social capital is at once the structure of contacts in a network and resources they each hold. The first term describes how you reach. The second describes who you reach (BURT, 1992, p. 60-61).[149]

Burt optou por concentrar seus estudos no 'como', dedicando-se a entender as estruturas como capital social. É a partir dessa visão que ele desenvolve o conceito de "vazios estruturais" para explicar a relação entre laços potenciais – a separação entre os contatos não redundantes – para a expansão das redes e a construção do capital social.

Vimos anteriormente que laços fortes tendem a gerar contatos redundantes, reduzindo, assim, a possibilidade de mobilidade dos atores em uma rede e a geração de novos conhecimentos. Laços fracos, segundo Granovetter (1973), ou aqueles laços potenciais, segundo Burt (1992), por sua vez, possibilitam os contatos não redundantes. Vazio estrutural, como já dito, é o termo que Burt utiliza para definir a separação existente entre esses contatos não redundantes; tais contatos seriam potencialmente conectados por vazios estruturais. Assim, reforçando, "um vazio estrutural é uma relação de não redundância entre dois contatos" (BURT, 1992, p. 65).[150] Pode-se, então, interpretar o vazio estrutural como uma possibilidade de agregar benefícios à rede, evitando a superposição de recursos.

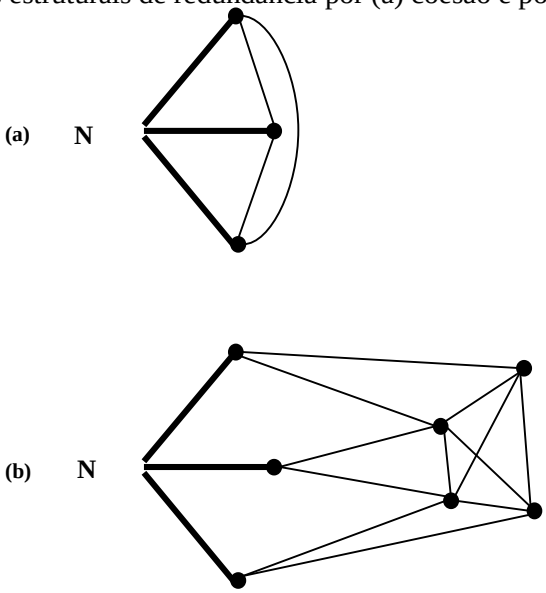
Vazios estruturais podem ser indicados por dois critérios: a coesão e a equivalência estrutural. Na verdade, a presença desses critérios indicaria a ausência dos vazios estruturais. Portanto, uma vez que não os encontramos, podemos identificar a existência de um vazio estrutural. Na coesão, dois contatos são redundantes quando eles apresentam relações fortes entre eles. Assim, se um ator "N" está conectado a outros atores fortemente conectados entre si, esse ator "N" tenderá a se beneficiar dos mesmos recursos. Melhor dizendo: esse ator "N" não terá variedade de oportunidades. Um exemplo é ter conexões com familiares, amigos muito próximos, ou parceiros em um relacionamento sólido. Já a equivalência estrutural se observa quando o mesmo ator "N" mantem contato com atores que não se relacionam entre si, mas que se relacionam com um mesmo agrupamento de atores. Em ambos os casos – sendo o primeiro

[149] O primeiro descreve uma rede como seu acesso a pessoas com recursos específicos, criando uma correlação entre os recursos delas e os seus; o segundo descreve a estrutura social como capital por direito próprio. (,,,) Onde a primeira linha descreve a rede como um canal (um condutor), a segunda linha descreve como as redes são, elas próprias, uma forma de capital social. (...) Ambas as linhas de trabalho são essenciais para uma definição geral de capital social. O capital social é ao mesmo tempo a estrutura de contatos em uma rede e os recursos que cada um detém. O primeiro termo descreve como você alcança. O segundo descreve quem você alcança. *Ibid*., p. 60-61.

[150] *Ibid*., p. 65. (Tradução minha).

referente a contatos diretos e o segundo, indiretos – existe forte possibilidade de superposição ou redundância de recursos.

Figura 2 – Indicadores estruturais de redundância por (a) coesão e por (b) equivalência estrutural.

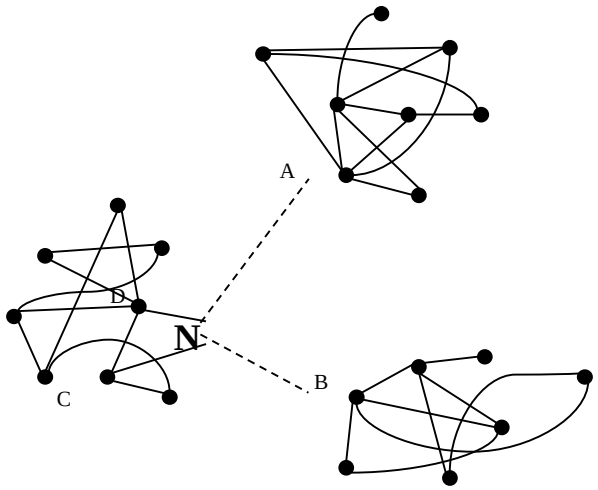


Fonte BURT, 1982, p. 66.

Na figura acima, pode-se ver ilustrado os dois critérios que indicam a redundância. No gráfico (a), temos a coesão: um ator "N" está conectado a três outros atores, os quais se conectam fortemente entre si. No gráfico (b), o ator "N" está conectado a três atores que não se conectam entre si, demonstrando a ausência de redundância. Entretanto, esses atores estão conectados a um mesmo agrupamento de atores, definindo uma situação de equivalência estrutural. As duas situações reduzem os potenciais benefícios que poderiam ser obtidos por "N" nessas relações.

Tomemos, agora, o exemplo apresentado na figura 3. Nela, temos três agrupamentos, de atores; as linhas sólidas representam laços fortes, conectando os atores em cada agrupamento; as linhas tracejadas representam laços fracos, conectando atores de diferentes agrupamentos. O ator "**N**" apresenta um padrão único de quatro laços: dois são fortes e representam conexões em seu próprio agrupamento; dois são fracos e cada um deles conecta "**N**" a um ator em cada um dos outros dois agrupamentos.

Figura 3 – Vazios estruturais e laços fracos



Fonte: BURT, 1992, p. 73.

Temos assim, segundo Burt (1992), três tipos de vazios estruturais na rede de "**N**": 1) vazio entre o agrupamento do ator "A" e qualquer outro ator no agrupamento de "**N**" (vazio entre "A" e "C", por exemplo); 2) vazio entre o agrupamento do ator "B" e qualquer outro ator no agrupamento de "**N**" (vazio entre "B" e "D", por exemplo); e 3) vazio entre os atores "A" e "B".

Na abordagem dos laços fracos feita por Granovetter (1973), as conexões fracas seriam aquelas que permitiriam a expansão de uma rede por meio de um ator como recebedor de benefícios, sem incidir no problema da redundância. Esses laços fracos seriam o que Granovetter (1973) chama de "ponte". Mas, enquanto Granovetter entende essas pontes como um caminho para o fortalecimento do capital social de uma rede,[151] Burt as enxerga como um possível caminho para a construção de conexões entre laços potenciais; uma forma de superar vazios estruturais e construir vantagens competitivas.

Claro que essas vantagens também se converteriam em capital social, o que, por ser possível apenas em relações, terminaria, embora, não necessariamente da mesma forma ou nas mesmas proporções, por beneficiaria toda a rede. Entretanto, o posicionamento de um ator como intermediário desse benefício, aquele que soube utilizar suas relações para superar os vazios estruturais – construir, de fato, laços com aqueles contatos potenciais –, tenderia a colocar esse ator em uma posição com certa centralidade na rede (novamente a ideia de "posição estrutural").

Sobre a diferença entre as abordagens de Granovetter e Burt, Dimitri Fanzito e Weber Soares nos dizem:

> Ao passo que Granovetter [...] encontra capital social nos laços fracos, pela capacidade que eles apresentam de aproximar e diversificar as informações e

[151] *Cf*. GRANOVETTER, 1973.

> os recursos internos de diferentes grupos [...]; Burt [...] reconhece que a eficácia do capital social nos laços fracos está na capacidade que os *intermediários* (pontes) têm de *bloquear* contatos e transações entre duas partes distintas (grifos dos autores) (2010, p. 33).

Seja como for a abordagem, Granovetter e Burt apontam para as possibilidades de agregar recursos por meio de contatos "mais distantes", utilizando a ideia de distância não pelo aspecto geográfico e sim, relacional. Essa obtenção de novos recursos, por sua vez, aponta para uma possibilidade de trocas. Lograr obter ganhos implicaria, em princípio, estar disposto a ceder algo em troca. Nos estudos de rede, essa temática é abordada na teoria das trocas, a qual se apresenta como um olhar de potencial aplicação quando se tratando de redes de, ou com a participação de ONGs. No próximo subitem, tratarei desse assunto.

3.2.2 As trocas como elemento estratégico na distribuição do poder nas redes

Seguindo a proposta didática de Randall Collins (2009) a teoria das trocas[152] estaria inserida na tradição sociológica denominada pelo autor como "racional-utilitarista" (2009, p. 107). Seu idealizador foi George Homans, quem afirmava que quanto mais interagissem os indivíduos, mais esses indivíduos se pareceriam, tendendo a convergir a um padrão comum (Collins, 2009, p. 118).[153] Homans, apresentado por Collins, explicou como grupos tenderiam a se acomodar em um padrão baseado no coletivo – adequando-se a um ritmo de trabalho, por exemplo, que fosse absorvido pelo grupo. Mas, essa pressão de grupo adviria do comportamento individual e exigiria uma clara condição de igualdade entre esses indivíduos (Collins, 2009, p. 118).

Diz-nos Collins que, para Homans, eram os indivíduos os responsáveis por tudo que acontece, por serem eles "as únicas realidades viventes" (COLLINS, 2009, p. 118) e que os grupos eram formados com base no que cada indivíduo pode fazer pelos outros. Assim, "o líder do grupo, a pessoa mais popular, é também aquele que mais interage com os outros membros

[152] O termo original em inglês é *Exjhange Theory*. Que pode ser traduzido por "Teoria do Intercâmbio". Optei por usar a tradução "troca" por encontrá-la em algumas publicações em português, entendendo que esse seria o termo mais utilizado. Assim, o termo "troca" será utilizado como tradução de e*xchange* para tudo que se referir a esta teoria ("oportunidade de troca"; "relações de troca", etc.).

[153] Minhas palavras para explicar a "lei de Homans". Em Collins o enunciado dessa lei é: "quanto mais os indivíduos interagem, tanto mais se tornam parecidos e tedem a conformar-se em um padrão comum" (COLLINS, 2009, p. 118). Em inglês, o enunciado é: "*the more individuals interact with each other, the more they come to like one another, the more similar they become to one another, and the more they tend to conform to a common standard*" (disponível em < https://quizlet.com/7046814/social-theory-flash-cards/>).

do grupo; ele ou ela é a pessoa que oferece mais recompensa às outras pessoas, e recebe o prestígio da liderança como uma recompensa extra" (Collins, 2009, p. 119). Essa visão explicaria a razão da necessidade de uma condição de igualdade na formação do grupo. Um líder constituído extra grupo, uma liderança institucional, não estaria obrigado a realizar essas trocas de recompensas para receber, em retorno, o reconhecimento do grupo sobre sua liderança.

Para Homans, ainda segundo nos diz Collins, os sistemas não seriam responsáveis por nada, os indivíduos estariam na base das movimentações sociais, e teria afirmado que "os verdadeiros princípios da Sociologia não são mais do que aplicações dos princípios da Psicologia" (COLLINS, 2009, p. 119). Essa posição seria, de certa forma, esquecida com a evolução dos estudos com base na teoria da troca, quando os sociólogos passam a se interessar pelas características sociais das trocas. Estudos que seriam liderados por Peter Blau (COLLINS, 2009, p. 119).

Blau, citado por Collins, dirá, a partir de um exemplo sobre uma situação de conversa inicial entre duas pessoas, que, em um primeiro momento, cada interlocutor tentaria demonstrar o quanto vale a pena conhecê-lo, buscando aumentar seu 'valor no mercado', para, mais adiante, depreciar, de alguma forma, suas virtudes na intenção de estabelecer uma possibilidade de condições equitativas nessa possível relação. Dessa maneira, estabelece-se um possível ambiente de barganha, de troca. Caso alguém se mostre muito acima do outro, essa potencial relação tenderia a não se concretizar (COLLINS, 2009, p. 120). Ou seja, seria preciso mostrar o valor de se investir na relação, a partir dos recursos de cada um, mas também seria preciso demonstrar que os recursos do outro seriam suficientes para que a relação não fosse desequilibrada.

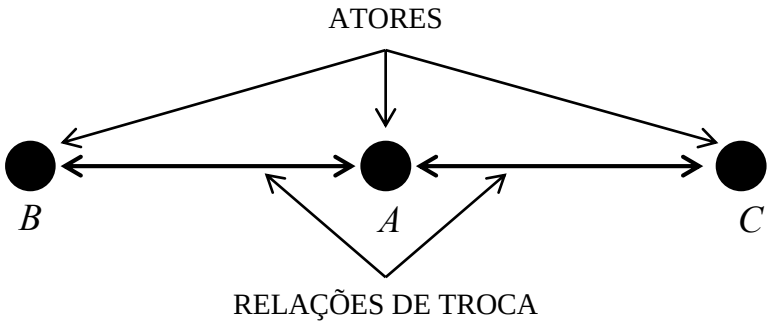
Mais adiante, estudiosos da teoria das trocas se debruçariam sobre o tema do poder. Karen Cook, Richard Emerson, Mary Gillmore e Toshio Yamagishi apresentam um estudo sobre redes de trocas (1983), no qual os autores analisam a distribuição do poder naquelas redes. Esse estudo trata das relações existentes entre a ideia de centralidade em redes e o poder distribuído nelas a partir da teoria das trocas, mais especificamente a partir de uma articulação entre a teoria sobre redes de trocas e os conceitos estruturais oriundos dos estudos sobre redes sociais (COOK et al., 1983, p. 276). Antes de abordar os resultados desse estudo, é importante entender como os autores definem "redes de trocas".

Baseado em um trabalho de Richard M. Emerson (1972 *apud* Cook, 1983, p. 277), pode-se dizer que uma rede de trocas teria cinco características: 1) ela existe a partir de um conjunto de atores, sejam esses atores indivíduos ou uma corporação (organizações, grupos, etc.); 2)

existe distribuição de recursos (algo com valor mensurável, seja físico ou simbólico) entre esses atores; 3) cada um desses atores tem um conjunto de oportunidades de troca com os demais atores participantes da rede; 4) pressupõe-se um certo grau de comprometimento entre os atores para o uso dessas oportunidades de troca;[154] e 5) os atores envolvidos devem estar conectados de maneira que as relações de troca convirjam para a formação de uma única estrutura de rede.[155]

Além dessas características, para que uma rede de trocas se estabeleça é necessário que haja ao menos duas relações de troca contingentes entre si. Com relações de troca, os autores querem se referir a relações entre os atores e não aos atores propriamente ditos (em gráficos de redes, essas relações seriam representadas por linhas, enquanto os atores – os nodos da rede –, por pontos).

Figura 4:- representação gráfica da condição mínima para se estabelecer uma rede de trocas



Fonte: produção minha.

Tais relações de troca podem ser positivas ou negativas. Considerando a estrutura mínima para a existência de uma rede de trocas (ver figura 2), as relações são consideradas positivas se elas forem dependentes entre si para que haja troca, ou seja, quando a relação de troca na conexão entre *A* e *B* só puder existir se existir a relação de troca na conexão entre *A* e *C*; e são negativas se uma relação de troca em uma das conexões definir uma relação de "não troca" na outra conexão. Dito de outra forma: a relação de troca existente na conexão entre *A* e *C* interfere para que deixe de existir a possibilidade de relação de troca entre *A* e *B*.[156]

[154] Sobre isso Cook et al dizem que nessas oportunidades de troca há um subconjunto de ações que é chamado de relações de troca. Espera-se, em uma rede de trocas, que os atores envolvidos comprometam-se a priorizar as oportunidades de troca por meio dessas relações de troca existentes no interior da rede.

[155] Falar sobre dádiva

[156] Cook et al apresentam como exemplo ilustrativo as seguintes situações: a) as relações de troca seriam positivas em situações como a de um fornecedor de matéria prima, um fabricante e um comprador. O fabricante só poderia vender ao comprador se o fornecedor lhe fornecer a matéria prima para a fabricação do produto; nas relações de troca negativas, o exemplo o de dois fornecedores e um fabricante. Uma vez estabelecida a relação de troca com um fornecedor, o fabricante poderia dispensar a relação de troca com o outro fornecedor.

Redes costumam ser maiores que o exemplo dado (apenas duas conexões) e nesse caso – o de redes mais amplas – pode-se ter redes puramente positivas, ou puramente negativas, ou ainda redes nas quais podemos encontrar exemplos de relações de troca tanto positivas, como negativas, as redes mistas. Cook *et al* acreditam que redes totalmente positivadas em suas relações de troca são raras por conta da existência frequente de alternativas de conexões. E complementam dizendo que suspeitam que estruturas mistas são as mais comuns (1983, p. 278). Redes de trocas que apresentam alternativas de conexões, ou alternativa de fontes de recursos, que permitam substituições de uma conexão – fonte – por outra, dizem os autores, "Introduzem algum elemento de negatividade ou competição [...] no sistema de troca" (1983, p. 278).[157]

Cook *et al.* também defendem a importância do conceito "conexões de rede". Para os autores, "O conceito 'conexões de rede' nos permite especificar as fronteiras de redes concretas e desenvolver uma teoria na qual eventos acontecendo em qualquer localização na rede têm repercussões previsíveis nas fronteiras da rede" (1983, p. 278).[158]

Os estudos de rede pela abordagem das trocas – e eu diria que isso valeria para a maioria dos estudos empíricos de rede – definem fronteiras claras que possibilitam análises empíricas, entretanto, os atores envolvidos nas redes, não raramente, desconhecem a extensão das conexões dos demais atores, membros da rede. Explicando melhor. Um ator **A**, participante de uma rede de trocas, definida por conexões com os atores **B** e **C**, pode não ter conhecimento acerca das conexões de e/ou entre **B** e **C**, bem como, **B** e **C** podem nem mesmo se conhecer (COOK *et al.*, 1983 p. 279).

Essa característica abordada no parágrafo anterior se mostrará importante para a concepção de como o poder pode atuar em uma rede de trocas. Em vários modelos de rede, os atores, normalmente, não têm consciência da sua real extensão; os elementos de influência da rede tendem a ultrapassar as conexões adjacentes de cada um daqueles atores.

> Frequently there are no consensually defined network boundaries, even though boundaries do exist. Thus, participation in a network typically is not based on "membership status". Instead, actors can be viewed as relatively autonomous decisions makers occupying "positions" in a structure which frequently extends beyond their own awareness (grifos do autor) (COOK *et al.*, 1983, p. 279).[159]

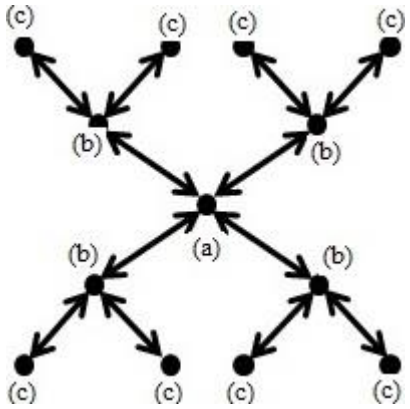
---

[157] COOK, Karen S.et al. The Distribution of Power in exchange networks: theory and experimental results. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 89, n. 2, set. 1983, pp. 275-305. p. 278. (Tradução minha).
[158] *Ibid.* p. 278. (Tradução minha).
[159] Frequentemente, não há limites de redes definidos consensualmente, mesmo que os limites existam. Assim, a participação em uma rede normalmente não se baseia na "condição de membro". Em vez disso, os atores podem ser vistos como tomadores de decisões, relativamente autônomos, ocupando "posições" em uma estrutura a qual frequentemente estende-se para além de seus próprios conhecimentos. *Ibid.* p. 279.

A importância do conceito de "posição" no estudo de uma rede de trocas estaria no fato de que ele ajuda a tornar mais simples a análise de redes mais complexas, além de ter se mostrado um importante determinante de comportamento nesse modelo de rede (COOK *et al.*, 1983, p. 279). A simplificação se dá na possibilidade de se analisar a posição a partir de gráficos residuais:[160] a posição seria definida pelo conjunto de um ou mais pontos cuja estrutura do gráfico residual seja isomórfica.[161]

Vejamos um exemplo: na figura 3 encontra-se uma representação gráfica de uma rede qualquer, com oportunidades de relações de troca; nesse gráfico, podemos ver três diferentes posições representadas pelas letras "(a), (b) e (c)"; nota-se que os gráficos residuais, identificados quando consideras apenas as conexões adjacentes de cada posição, são isomórficos.

Figura 5 – representação gráfica de uma rede de trocas com posições identificadas.



Fonte: produção minha.

Como um dos determinantes do poder em uma rede de trocas é exatamente a presença – ou ausência – de alternativas, a posição de cada membro pode definir o quão poderoso – ou o quão influente, quando entendendo influência como uma forma de expressão de poder – ele é em uma rede. Assim, observando a figura 3, em uma rede com relações de troca positivas, a posição central (a) tenderia a ter mais oportunidades de estabelecer tais relações, considerando suas conexões diretas e indiretas – as conexões de suas conexões. Desta forma, (a) tenderia a acumular maior poder em relação à (b) e (c). Já em uma rede com relações de troca negativas, a posição central de (a) não definiria, necessariamente, um maior número de oportunidades, uma vez que tanto (b) como (c) podem apresentar oportunidades estabelecidas fora da rede conhecida; oportunidades que podem determinar impactos diretos nas escolhas de (b) e de (c)

[160] Estruturas de representação gráfica resultantes da remoção de um ponto – ou uma parte – específico do gráfico principal.
[161] Tenha a mesma forma

e, assim, afetar, de alguma forma, as relações desses com (a). Lembrando que as conexões de (b) e (c) – ou seja, suas alternativas – para além da rede conhecida podem ser totalmente desconhecidas de (a).[162]

A partir de posição de um nodo em uma rede, podemos chegar a ideia de centralidade. Discutir centralidade em redes de troca pode nos ajudar a entender a ideia de centralidade em redes de forma geral; 'centralidade', por sua vez, é um conceito que regularmente aparece conectado ao conceito de 'poder'; assim como tais conceitos se apresentam próximos, a ideia de 'posição', a partir da teoria das trocas, também aparece intimamente relacionada a eles.

> Actors that face fewer constraints, and have more opportunities than others are in favorable structural positions. Having a favored position means that an actor may extract better bargains in exchanges, have greater influence, and that the actor will be a focus for deference and attention from those in less favored positions (HANNEMAN e RIDDLE, 2005, p. 10.2).[163]

Com dizem Hanneman e Riddle. é difícil existir uma simples definição para "'ter uma posição favorecida' ou ter 'mais oportunidade' ou 'poucas limitações". Contudo, eles afirmam que a análise de redes tem contribuído significativamente para que se possam compreender as diversas abordagens de 'poder' vinculadas à "posição em estruturas de relações sociais" (HANNEMAN e RIDDLE, 2005, p. 10.2).[164] Comecemos por entender melhor a relação entre centralidade e posição em um ambiente de redes.

Linton C. Freeman (1979) nos apresenta uma discussão sobre centralidade em redes sociais se valendo de termos e conceitos buscados na teoria dos grafos (ou teoria dos gráficos). Termos e conceitos daquela teoria que ele acredita poderem simplificar a discussão das propriedades estruturais das redes. Para acompanhar e compreender melhor os conceitos da teoria dos grafos usados por Freeman, tomemos a representação gráfica a seguir.

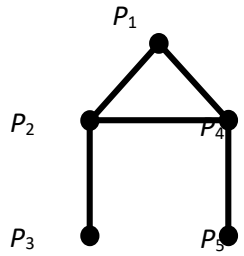
---

[162] Para compreender melhor a importância das posições em redes de troca *cf*. COOK, K. S.et al, p.279-281.

[163] Atores que enfrentam poucas limitações e têm mais oportunidades que outros estão em uma posição estrutural favorável. Ter uma posição favorável significa que um ator pode conseguir (extrair) melhores barganhas, ter mais influência, e que o ator será foco de deferência e atenção para aqueles em posições menos favorecidas. HANNEMAN, Robert A.; RIDDLE, Mark. **Introduction to social network methods**. Publicação online, 2005. p. 10.2. (Esta publicação apresenta numeração independente para cada capítulo, por isso a indicação 10.2 – capítulo 10, página 2. Disponível em:http://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/Introduction_to_Social_Network_Methods.pdf)..

[164] *Ibid*. p. 10.2 (Tradução minha).

Figura 6 – "Um gráfico com cinco pontos e cinco linhas".



Fonte: FREEMAN, 1979, p. 218.

Segundo Freeman (1979, p. 218), a teoria dos grafos nos diz que um gráfico seria um conjunto de pontos – ou vértices – e um conjunto de linhas – ou arestas –, conectando pares de pontos – vértices. A figura 6 é uma representação dessa definição, consistindo de cinco pontos e cinco linhas. Quando dois desses pontos estão conectados diretamente, diz-se que esses pontos são "*adjacentes*" (P_1 e P_2, por exemplo, são pontos *adjacentes*, assim como P_1 e P_4, P_2 e P_3, P_4 e P_5 e P_2 e P_4). A quantidade de pontos *adjacentes* que um determinado ponto possui chama-se de "*grau*" daquele ponto (P_2 e P_4, por exemplo, têm um *grau* de 3, enquanto P_1 tem um *grau* de 2. Já P_3 e P_5, têm um *grau* de 1).[165]

Para que dois pontos sejam alcançáveis entre si é preciso, obrigatoriamente, que exista um "*caminho*". Esse caminho é o que vai determinar a distância entre os pontos. Para que um caminho possa definir a distância entre um ponto P_x qualquer e um ponto P_y qualquer, é necessário que ambos sejam conectáveis por meio de uma linha ou de um conjunto de linhas – nesse segundo caso, passando por outros pontos conectados entre si. Se P_y estiver conectado a outro conjunto de pontos, sem nenhuma linha que conecte esse conjunto ao conjunto ao qual P_x está inserido,[166] a distância entre esses pontos seria considerada infinita.

O menor caminho entre dois pontos é chamado de "*distância geodésica*" ou simplesmente "*geodésica*". Na figura 6, para que P_5 alcance P_3 existem dois caminhos: através de P_4, P_1 e P_2 ou através de P_4 e P_2. A *geodésica* entre P_5 e P_3 seria, então, a segunda – através de P_4 e P_2. Quando um caminho inicia em um ponto P_x qualquer e termina nesse mesmo ponto P_x, temos um "*ciclo*". Na figura 6, o caminho encontrado entre P_1–P_2, P_2–P_4 e P_4-P_1 é um exemplo de *ciclo*. E, finalmente, Quando cada ponto de um gráfico é conectado a todos os outros pontos daquele gráfico, o gráfico é chamado de "*conectado*".[167]

[165] Nos estudos de rede, isso estaria próximo à ideia de "conectividade" de um determinado ator de uma rede.
[166] Caso isso seja transposto para os estudos de rede, é preciso entender que estamos falando de uma rede observável. Conexões podem existir em pontos não observáveis da rede.
[167] Alguns autores dos estudos de rede dizem que uma rede com essa característica é uma rede com grau máximo de densidade (densidade igual a 1).

Uma vez conhecidos esses termos da teoria dos gráficos, torna-se mais fácil entender o que Freeman nos trouxe sobre centralidade. Segundo ele (1979), a questão da centralidade estrutural relacionada à comunicação humana foi apresentada por Alexander Bavelas, em sua obra *A mathematical model for group structures,* (1948), e era direcionada a entender a comunicação em pequenos grupos. Para Bavelas, segundo nos diz Freeman (1979), haveria uma relação entre centralidade estrutural e influência dos pontos ocupantes dessas posições consideradas centrais sobre os processos grupais.

A partir dos estudos de Bavelas seguiram-se outros, conduzidos por diferentes pesquisadores. Ainda segundo Freeman, à época da publicação de seu estudo, a ideia de centralidade continuava a demonstrar importância e, dizia ele, parecia ser consenso o seu valor como "um atributo estrutural importante de redes sociais" (1979, p. 217).[168] E complementa:

> All concede that it is related to a high degree to other important group properties and processes. But there consensus ends. There is certainly no unanimity on exactly what centrality is or on its conceptual foundations, and there is very little agreement on the proper procedure for its measurement (1979, p. 217).[169]

Freeman (1979), então, procura apresentar como a centralidade estrutural pode ser medida. Na tentativa de apresentar os caminhos que permitissem medir a centralidade estrutural em redes, Freeman (1979) parte da ideia de ver a centralidade de duas maneiras: "centralidade do ponto" e "centralidade gráfica".

Enfatizando sua discussão nas propriedades estruturais de redes humanas de comunicação e valendo-se de termos e conceitos da teoria dos grafos – que ele acredita simplificar bastante as discussões sobre propriedades estruturais –, Freeman aponta três caminhos para medir a centralidade de um ponto – vértice – em uma rede. Para permitir que as discussões fiquem mais próximas às discussões relacionadas ao tema deste trabalho, a partir de agora, sempre que possível, tratarei os pontos – ou vértices – por 'nodos' e as linhas – ou arestas – por 'conexões' ou 'interconexões'.

Tomando uma representação gráfica para uma rede qualquer em 'estrela', a ideia de centralidade de um nodo nessa rede segue uma lógica simples: o nodo que ocupe o centro da 'estrela' – ou roda –, como pode ser visto na figura 7, ocupa a posição mais central possível.

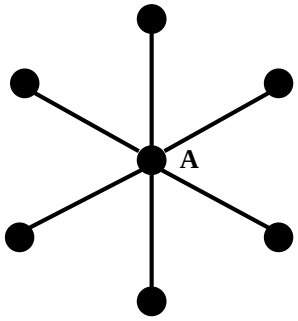
---

[168] FREEMAN, Linton C.. Centrality in social networks: conceptual clarification. **Social networks**, Lausane (NL), n. 1, pp. 215-239, jan.1979. p. 217. (Tradução minha).

[169] Todos admitem que ela está relacionada em alto grau a outras importantes propriedades e processos de grupo. Mas aí termina o consenso. Certamente, não há unanimidade sobre o que é centralidade ou sobre os seus fundamentos conceituais, e há muito pouco acordo sobre o procedimento adequado para a sua medição. *Ibid*.. p.217.

Assim, temos que a condição de centralidade de "**A**", em relação aos demais nodos da representação gráfica de uma rede observável,[170] parece ser evidente.

Figura 7 – Gráfico em estrela ou roda.



Fonte: produção minha

A questão estaria em conseguir determinar as condições em que essa posição era realmente "estruturalmente única" (FREEMAN, 1979, p. 219). Assim:

> Previous attempts to grapple with this problem have come up with three distinct structural properties that are uniquely possessed by the center of a star. That position has the maximum possible *degree*; it falls on the geodesic *between* the largest possible number of other points and, since it is located at the minimum distance from all other points, it is maximally *close* of them (FREEMAN, 1979, p. 219, grifos do autor).[171]

De acordo com Freeman (1979), os estudos sobre centralidade de um nodo nos apresentam propostas de medição a partir de seu "*grau*", sua "*distância geodésica*", portanto, sua capacidade de intermediação em relação aos outros nodos, e sua "*proximidade*" em relação à maioria dos outros nodos. Vejamos na citação seguinte uma explicação matemática para a afirmação de Freeman:

> - *centralidade de grau*, dada por $c_D(v_i) = k_i$, onde k_i é o grau no nó [nodo] v_i.
> - *centralidade de proximidade*, definida como o recíproco da soma das distâncias de v aos demais nós [nodos], ou seja, $c_C(v) = (\sum_{a \in V} d(v,a))^{-1}$onde $d(v,a)$ é a distância (tamanho do caminho de comprimento mínimo) entre os nós $v\ e\ a$.
> - *centralidade de intermediação*, dada pela proporçãodas geodésicas (caminhos de tamanho mínimos) entre dois nós [nodos] quaisquer que passam pelo nó [nodo] em questão, ou seja, $c_{B=} \sum_{a,b \neq v} \frac{g_{avb}}{g_{ab}}$, onde g_{ab} é

[170] Como já vimos anteriormente, é difícil determinar as fronteiras reais de uma rede social. Esses limites, em geral, são dados a partir de decisões ou escolhas metodológicas.

[171] Tentativas anteriores de lidar com esse problema trouxeram à tona três propriedades estruturais distintas, as quais são possuídas somente pelo centro de uma estrela. Aquela posição tem o *grau* máximo possível; ela se põe em uma distância geodésica entre o maior número possível dos outros pontos e, desde que ela está localizada na mínima distância em relação a todos os outros pontos, ela está maximamente próxima deles. FREEMAN, Linton C.. Centrality in social networks: conceptual clarification. **Social networks**, Lausane (NL), n. 1, pp. 215-239, jan.1979. p. 219.

> número de geodésicas entre $a\ e\ b$, e g_{avb} é o número dessas que passam por v (BORBA, 2013, p. 2, marcadores, grifos e parênteses do autor, colchetes meus).

Trasladando a discussão para os estudos de rede, a centralidade de um nodo em uma rede, então, poderia ser medida: por sua capacidade de construir conexões *adjacentes*; por sua capacidade de se posicionar na rede de forma que o fluxo de comunicação/informação passe o máximo possível por ele; e por sua capacidade de estar colocado na menor distância possível dos demais nodos da rede e, assim, reduzir sua dependência na comunicação com outros nodos.[172]

Continuando a seguir o pensamento de Freeman (1979), além da "*centralidade do ponto*" – *centralidade do nodo* –, temos a "*centralidade gráfica*" a qual vou chamar, nesse trabalho, de '*centralidade na rede*'. Nesse caso estamos falando da posição do nodo em relação a toda a rede. Essa visão é interessante quando temos uma rede que não poderia ser representada por um gráfico como uma estrela, por exemplo. Uma representação que não seria naturalmente centralizadora parece mais adequando quando tratamos de redes sociais em geral e redes com participação de ONGs em particular, as quais tendem a ser representadas graficamente com desenhos que demonstrem maior equidade nas posições estruturais dos nodos.[173]

Porém, "o termo centralidade quando aplicado a gráficos em sua totalidade não é explicitamente definido na teoria dos grafos" (FREEMAN, 1979, p. 227).[174] Para trazer para o tema do trabalho, entendamos um gráfico inteiro como uma rede no seu todo. Alguns autores (BAVELAS, 1950; FLAMENT, 1963; BEUACHAMP, 1965; SABIDUSSI, 1966 *apud* FREEMAN 1979, p 227-228), aponta-nos Freeman, vinculam a questão da centralidade à compacidade de uma rede, ou seja, aqueles autores relacionavam a centralidade de uma rede à aproximação entre os pares de nodos, ou seja, diz-nos Freeman sobre o olhar daqueles autores:

(FREEMAN. Para eles,

> A graph is compact to the degree that the distance between pairs of ita poits is short. Thus, for those who define centrality in terms of closeness, the graphic-theretic conception of compactness seems to be a natural extension of centrality idea.
>
> The four writers cited above seem to have reasoned just this way. All four have suggested that the graph-theoretic conception of compactness

[172] Os termos em ingçês utilizados por Freeman para definir essas capacidades foram: *degree*, *betweenness* e *closeness*. Para compreender melhor o tema *cf*. FREEMAN, 1979.
[173] Freeman conclui que todas as medidas propostas por ele admitem o mais alto índice de centralidade quando a representação gráfica é do tipo estrela ou roda; e o mais baixo índice é encontrado em gráficos *conectados*, com todas as conexões possíveis realizadas (FREEMAN, 1979, p. 231).
[174] FREEMAN, Linton C.. Centrality in social networks: conceptual clarification. **Social networks**, Lausane (NL), n. 1, pp. 215-239, jan.1979. p. 227. (Tradução minha).

> should be extended to the study of social network and simply renamed "graph centrality". Their measures are all based upon distances between points, and all define graphs as centralized to the degree that their points are all close together. They are all based on the inverse of the sums of the averages of interpoint distances (FREEMAN, 1979, p. 227).[175]

Para aqueles autores, então, uma rede centralizada seria uma rede mais densa – com "malha pequena" (BARNES, 1987), ou com "malha estreita" (BOTT, 1971). Uma alternativa a esta visão, sustentada por pesquisas sobre comunicação em redes sociais (LEAVITT, 1951; FAUCHEUX e MOSCOVICI, 1960; MACKENZIE, 1966; NIEMINEN, 1974; FREEMAN, 1977 *apud* FREEMAN, 1979, p. 227), trata da centralidade de uma rede inteira com base na tendência que alguns nodos demonstram em se posicionar de forma mais central que os demais. Segundo Freeman, nessa concepção a centralidade da rede como um todo deve indexar esta tendência (1979, p. 227). As medidas dessa abordagem seriam baseadas na diferença entre as centralidades dos nodos – qual nodo seria mais central que os demais. A isso, aqueles autores designaram como "centralização de uma rede" (FREEMAN, 1979, p. 227).

Leavit (1951), citado por Freeman (1979, p. 227)

> argued that the speed and efficiency of a network in solving problems as well as the satisfaction of participants and their perception of a leadership structure should be related to the tendency of a single point to be outstandingly central. Moreover, he showed that these relationships did, in fact, obtain for the networks he studied.[176]

Freeman, entendendo que nos estudos de redes sociais seria preciso trabalhar com medidas de *centralidade na rede*, propõe três formas obtenção dessa centralidade. Cada uma dessas medidas corresponderia a uma das formas de entender centralidade já apresentadas: *grau*, *intermediação* e *proximidade*. Freeman também diz que os índices de centralização na rede devem apresentar algumas características em comum:

> (1) they should index the degree to which the centrality of the most central point exceeds the centrality of all other points, and (2) they should each be

---

[175] Um gráfico é compacto na medida em que a distância entre os pares de seus pontos é curta. Assim, para aqueles que definem centralidade do ponto em termos de proximidade, a concepção gráfico teórica de compacidade para ser uma extensão natural da ideia de centralidade.
Os quatro autores citados acima parecem ter raciocinado nesta direção. Os quatro sugeriram que a concepção gráfico teórica de compacidade deveria ser estendida para os estudos de redes sociais e simplesmente renomearam-na "centralidade gráfica". Suas medidas são todas baseadas nas distancias entre os pontos e todas definem gráficos como centralizados no grau em que todos os seus pontos estão conjuntamente próximos. *Ibid.*, p. 227.

[176] argumentou que a velocidade e a eficiência de uma rede na resolução de problemas, bem como a satisfação dos participantes e sua percepção de uma estrutura de liderança, devem estar relacionadas à tendência de um único ponto de ser excepcionalmente central. Além disso, ele mostrou que esses relacionamentos, de fato, foram obtidos pelas redes que estudou. *Ibid*. p. 227.

> expressed as a ratio of that excess to its maximum possible value for a graph containing the observed number of points.[177]

Se não, vejamos. Se:

$$n = número\ de\ pontos$$

$C_x(p_i)$ = *uma das medidas de centralização do ponto apresentadas*

$C_x(p^*)$ = *o maior valor de* $C_x(p_i)$*para qualquer nodo na rede*, e

max $\sum_{i=1}^{n}[C_x\,(p^*) - C_x(p_i)]$ = *a máxima soma possível de diferenças na centralidade dos pontos para um gráfico de n pontos.*

Então,

$C_x = \frac{\sum_{i=1}^{n}[C_x(p^*)-C_x(p_i)]}{\max \sum_{i=1}^{n}[C_x(p^*)-C_x(p_i)]}$ seria um índice aceitável (FREEMAN, 1979, p. 228).

As discussões sobre centralidade estrutural em redes sociais, como podemos ver, utilizam-se fortemente de elementos métricos, com base em estatística e cálculos matemáticos. Para este estudo, contudo, o interesse concentra-se nas discussões conceituais, logo, não seguirei dando ênfase a esse aspecto métrico. O que podemos ver, e interessa mais a este estudo, é que a condição de centralidade de um nodo poderia, portanto, contribuir para ampliação de alternativas daquele nodo em relações de troca, bem como, poderia ser compreendido como uma condição que traria maiores oportunidades de influência em qualquer modelo de rede. Um nodo como maior número de conexões, posicionado de forma a intermediar significativamente o fluxo de informações e próximo o bastante de todos os outros nodos – ou, ao menos, a maioria deles – de maneira a obter um alto grau de acesso à maioria dos componentes da rede, tenderia a ser visto como um nodo mais central, segundo entende Freeman.

Essa questão de centralidade, sobretudo como apresentada por Freeman, contudo, é 'centro' de controvérsias, particularmente quando inserida no ambiente de redes de, ou com a participação de ONGs. Mais adiante – especificamente no capítulo 7 – voltarei ao tema, trazendo uma discussão baseada nas informações obtidas nas entrevistas e com o questionário aplicado para a pesquisa. No momento tratarei de outros aspectos.

Outra questão apresentada é a da 'dependência'. Segundo Richard M. Emerson, em uma relação díade, o poder de um nodo *A* sobre outro nodo qualquer *B* (P_{AB}) seria "o potencial de *A* em obter resultados favoráveis às custas de *B*" (1962; 1972 *apud* COOK et al., 1983, p. 284).[178]

---

[177] Eles devem indexar o grau em que a centralidade do ponto mais central excede a centralidade de todos os outros pontos; e eles devem ser expressos como uma relação desse excesso e seu valor máximo possível para um gráfico contendo o número de pontos observados. *Ibid*. p. 227.

[178] COOK, Karen S.et al. The Distribution of Power in Exchange Networks: Theory and Experimental Results. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 89, n. 2, pp. 275-3, set. 1983. p. 284. (Tradução minha).

Já a dependência nessa mesma relação (D_{AB}), acrescentando que *y* seria um recurso pertencente a *B*, seria a "função conjunta (1) variando diretamente com o valor de *y* para *A* e (2) variando inversamente com a disponibilidade de *y* para *A* a partir de uma fonte alternativa" (1962; 1972 apud COOK et Al., 1983, p. 285).[179] Assim, aparentemente, um nodo que demonstre ter mais alternativas tenderia a ser visto com maior independência e, por conseguinte, mais central em uma rede.

Os experimentos conduzidos por Cook et al. (1983), contudo, mostraram que o uso das medidas de centralidade do nodo, baseados na *intermediação* e *proximidade*, não geravam resultados significativos sobre as questões de distribuição de poder em uma rede de trocas com relações negativas. Nesse caso, os autores concluíram que, trabalhando com a ideia de que centralidade é uma função da posição de um nodo, seria necessário "desenvolver uma concepção mais geral de centralidade ou aplicar as medidas de centralidade correntes apenas em certos tipos de rede" (COOK et al., 1983, p. 298).[180]

A teoria do poder-dependência desenvolvida por Emerson (1962, 1972, *apud* COOK et al., 1983), contudo, focava-se em relações díades, ou seja, verificava o poder de um ator sobre outro baseado na dependência desse segundo em relação ao primeiro (COOK et al., p. 299). Seria necessário determinar o poder de uma posição baseado na dependência de toda a estrutura da rede em relação a uma dada posição (COOK et al., 1983, p. 299). Assim, Cook et al:

> [...] suggest (*a*) that a measure of such system-wide dependence on a given position in the network will turn out to be a measure of the "centrality" of that location and (*b*) that power of this location can be interpreted easily in power-dependence terms. Futhermore, […] suggest that such a dependency-based concept of centrality may be general, apply across all types of exchange networks, whether negatively connected, positively connected, or mixed (1983, p. 299).[181]

Cook et al ainda trabalham com a relação entre 'dependência' e 'vulnerabilidade'.[182] O experimento constou da remoção de nodos ou conexões (arestas) de uma rede para entender o grau de dependência da rede em relação àquele nodo. O resultado mostrou o enfraquecimento da rede estudada a partir da retirada de determinado nodo. A remoção desse nodo seguiu as ideias de posição e gráfico residual. Ou seja, com a retirada de um determinado nodo,

[179] *Ibid*., p. 285. (Tradução minha).
[180] *Ibid*. p. 298. (Tradução minha)
[181] [...] sugerem (a) que uma medida dessa ampla dependência do sistema a uma determinada posição na rede resultará ser uma medida da "centralidade" dessa posição e (b) que o poder dessa posição pode ser interpretado facilmente em termos de poder-dependência. Além disso, [...] sugerem que tal conceito de centralidade baseado em dependência pode ser geral, aplicando-se a todos os tipos de redes de trocas, seja negativamente conectado, positivamente conectado ou mista. *Ibid*., p. 299.
[182] Buscando identificar a "vulnerabilidade de uma rede (ou gráfico) pela remoção de um determinado ponto ou linha." *Ibid*., p. 299. (Tradução minha).

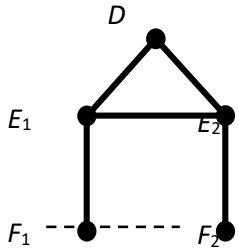
especificamente posicionado na rede, retirou-se também seu conjunto de relações e isso levou ao enfraquecimento, portanto, a certa vulnabilidade da rede.

O estudo tratou especificamente de redes de trocas, com relações negativas. Isso nos mostra que a dependência de uma rede a um determinado nodo pode ser demonstrada usando-se o conceito de vulnerabilidade. Entretanto, tal situação pode ser considerada como específica, nem sempre podendo ser aplicada a todos os estudos de rede.

Em relação a trocas positivas, nas quais há vinculo entre mais de uma relação de trocas (trocas entre *A* e *B* dependeriam de trocas entre *B* e *C*), Cook et al tratam a questão da centralidade, ligada à vulnerabilidade, a partir da ideia de Dependência no Nível do Sistema (*System-Leve Dependence*). Sobre isso, ele dizem: Essa concepção de vulnerabilidade também pode ser vista como uma abordagem útil para a medição da centralidade do ponto em uma rede de trocas que seja sensível à natureza das conexões que unem díades nas redes (COOK et al., 1983, p. 301).[183]

Tomemos o seguinte gráfico:

Figura 8 – gráfico com cinco posições em uma rede de trocas



Fonte: COOK et al, 1983, p. 300.

Sendo esta rede positivamente conectada em *E* (a relação de troca E_1-F_1 depende da relação de troca E_1-*D*), a retida de *D* da rede implicaria na redução da fluidez dos recursos existentes na rede. Assim, *D* pode ser identificado como um ponto de vulnerabilidade Desta forma, existe uma dependência em relação a *D p*ara que os recursos sigam fluindo em direção a posição *E*. Como existe forte dependência em *D* para a manutenção da fluidez dos recursos na rede como um todo, estabelecer-se-ia certa centralidade naquele nodo. Então, uma medida de centralidade de ponto baseada em *intermediação* e a partir dessa noção de vulnerabilidade, como medida de dependência de uma rede em relação a um nodo, parece ser consistente (COOK et al, 1983, p. 302).

Visto tudo isso, o que me pareceu interessante nessas abordagens de 'poder' e 'centralidade', vinculadas aos estudos de redes, é que diversos desses trabalhos partem da ideia

[183] *Ibid*., p. 301. (Tradução minha).

de que o poder de fato flui nas redes e que seria importante compreender como isso acontece, contrapondo-se, assim, a ideia de que ‘poder’ não seria – ou não deveria ser - uma categoria aplicável em um ambiente de rede.

No próximo capítulo tratarei das categorias ‘poder’ e ‘hierarquia’, abordando alguns temas vinculados a elas e trazendo uma análise dessas categorias nas redes, partindo de estudos de vários autores, porém, com ênfase nos escritos de Georg Simmel, de quem buscarei principalmente o olhar sobre o conflito.

4 O MOVIMENTO DO PODER[184]

Se retomarmos algumas discussões de capítulos anteriores, será possível notar que se estabeleceu uma certa controvérsia quando se tratando do cruzamento dos temas Poder e Redes. Vimos autores clássicos das ciências sociais abordando o tema diretamente; debatendo a fluidez do poder, a existência de nodos mais influentes, ou centralizados, ou mais bem posicionados, com vantagens sobre os demais nodos de uma rede, seja quando debatendo sobre redes, a partir de diferentes abordagens, seja tratando de conceitos como Capital Social'. Mas também foi possível ver autores questionando a existência de um poder centralizador, de quaisquer hierarquias, em uma arquitetura considerada horizontal e aberta, características, para esses autores, típicas de rede. E, por fim, vimos autores que abordaram o vinculo entre redes e organizações da sociedade civil sem, necessariamente, tratar o tema poder, ao menos, não o tema do poder fluindo nas redes. Até o momento, concentrei-me em descrever o ator considerado por este estudo, as ONGs, e suas redes, além de redes de maneira mais ampla. Também trabalhei com o conceito de Capital Social, como um conceito fortemente conectado aos estudos de redes.

Neste capítulo, abordarei os temas Poder e Hierarquia, buscando aproximar tal discussão aos estudos de redes e tratando de categorias, as quais entendo como vinculadas tanto ao contexto de discussão do capítulo, como ao interesse do trabalho como um todo.

4.1 AS FACES DO PODER: UM BREVE OLHAR

Já vimos o aspecto polissêmico do termo ONG e do conceito de Redes; com o Poder não é diferente. Ao logo de séculos, o poder tem sido interesse dos estudos que se enquadram nas chamadas humanidades, particularmente os diversos ramos das ciências sociais,[185] com distintos olhares e uma série de tentativas de conceituação/definição. São diversas as abordagens ao tema: as weberiana, marxista e simmeliana,[186] consideradas como um olhar

[184] Referência à obra de Sidney Tarrow (2009) O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.
[185] Não diferencio as clássicas das aplicadas ou qualquer outra que se enquadre no universo das ciências sócias.
[186] Esses autores abordam a temática em diversos dos seus escritos, em diferentes momentos de sua produção intelectual. O olhar de Marx sobre o poder está em quase toda a sua obra, sendo difícil apontar somente uma, ou mesmo algumas; a abordagem de Weber também é extensa, mas uma boa amostra pode ser encontrada em WEBER, Max. **Ensaios sociológicos**. 5ª Ed.. GERTH, H. H.; MILLS, C. WRIGHT (introd. e org.). DUTRA, W. (trad.). Rio de Janeiro, LTC, 2013; o pensamento de Simmel também pode ser encontrado em uma compilação

clássico; a perspectiva pluralista de Dahl (1961), o "olhar radical" de Lukes (2005), o poder simbólico de Bourdieu (2012), o tratamento foucaultiano (2003), incluindo a ideia de biopoder, e o olhar do poder emergindo especificamente em ambientes coletivos dado por Parsons (1957; 1963) e Arendt (1970); além de uma abordagem com base na Ciência Política (ou nas Relações Internacionais, como apontam alguns que optam por separar essas disciplinas) que nos apresenta o poder duro, o poder brando e o poder inteligente,[187] apresentada por Nye Jr. (2012).[188] Não vou me aprofundar em todas elas, mas acredito ser importante conhecer algumas; aquelas que se adequam, segundo meus critérios, à abordagem deste estudo, possibilitando, assim, um bom suporte teórico ao trabalho desenvolvido.

Começo por uma citação de Hannah Arendt em seu escrito *Da violência* (1970). Na verdade, uma citação de Arendt citando alguns importantes autores:

> "O poder," disse Voltaire, "consiste em fazer com que os outros ajam como eu quero"; está presente onde quer que eu tenha a chance "de impor a minha própria vontade contra a resistência" dos outros, observou Max Weber, lembrando-nos da definição de Clausewitz da guerra como "um ato de violência que se destina a compelir o adversário a fazer o que queremos". Essa palavra, explica-nos Strausz-Hupé, significa "o poder do homem sobre o homem". Voltando a Jouvenel: "Dar ordens e ser obedecido: sem isso, não existe Poder – na sua presença nenhum outro atributo é necessário para que exista... Aquilo sem o qual não pode existir: a sua essência é o domínio".
>
> (...) O poder, no entendimento de Passerin d'Entreve é a força "qualificada" ou "institucionalizada". Em outras palavras, ao passo que os autores citados acima definem a violência como a mais flagrante manifestação de poder, Passerin d'Entreves define o poder como um tipo de violência mitigada. Na análise final, o resultado é o mesmo. Será que todos os adeptos da direita e da esquerda, de Bertrand de Jouvenel a Mao Tsé-tung concordam no que diz respeito a um ponto tão básico da filosofia política como a natureza do poder? (p. 23, grifos da autora).[189]

O que Arendt parece nos alertar é sobre a dificuldade de se encontrar uma única forma de se tratar essa ideia chamada 'poder' com exemplos de definições originadas "da velha noção de poder absoluto" (ARENDT, 1970, p. 23). Arendt também nos lembra de que mesmo em

---

de sua obra: SIMMEL, G.. **The sociology of Georg Simmel**. WOLFF, K. H. (Trad.). Glecoe, IL (EUA): The Free Press, 1923.

[187] O termo original é *Soft Power*. Foi traduzido para o português de várias maneiras: poder suave, poder de convencimento, poder brando. Optei por utilizar a tradução "poder brando" porque é a tradução utilizada na versão em português da obra de Joseph S. Nye Jr. e é nesta obra que estou me baseando para abordar o tema.

[188] Estou ciente da existência de diversos outros autores tão importantes quanto os nomeados aqui. O que apresento é apenas uma amostra da amplitude do conceito. Além disso, nem todos aqui nomeados serão abordados nesse trabalho, enquanto outros ainda não citados, em contrapartida, poderão ser.

[189] O original desse texto foi publicado em inglês, em 1970. O texto utilizado nesse trabalho é um texto eletrônico, traduzido por DRUMMOND, Maria Claudia, digitalizado em 2004 e disponível em: <http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2014/02/harendtdv.pdf>. A paginação utilizada refere-se a essa tradução.

situações de poder absoluto é necessário que haja apoio: "Até mesmo o tirano, aquele que governa contra todos, necessita de quem o ajude a perpetrar a violência, ainda que sejam estas pessoas pouco numerosas" (1970, p. 26).

Embora a autora entenda a visão de outros pensadores sobre a necessidade de se distinguir palavras com 'poder', 'força', 'autoridade', 'violência', e o risco de se distorcer definições quando as usamos como sinônimos, ela pondera que essas palavras indicam meios que permitem que alguém governe alguém.[190] Poderiam, assim, ser consideradas sinônimos por sua função (1970, p. 27). Outro ponto – talvez dos mais interessantes –, trazido por Arendt, sobre o Poder, que nos remete, de alguma forma, ao que foi posto no parágrafo anterior, é quando ela o entende como algo coletivo:

> O "poder" corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder Jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está "no poder" estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se [SIC] o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, "o seu poder" também desaparece (1970, p. 27, grifos da autora).

E ela segue:

> (...) o poder, longe de ser o meio para a consecução de um fim, é realmente a própria condição que possibilita a um grupo de pessoas pensar e agir em termos de meios e fim. (...)
> (...)
> O poder não precisa de justificativas, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; mas precisa, isto sim, de legitimidade. A percepção dessas duas palavras como sinônimos não é menos enganosa do que a atual equação de obediência e apoio. O poder é originado sempre que um grupo de pessoas se reúne e age de comum acordo, porém a sua legitimidade deriva da reunião inicial e não de qualquer ação que possa se seguir (ARENDT, 1970, p.32-33).

Talcott Parsons (1963), assim como Arendt, trouxe a questão da legitimidade para explicar a sua visão de poder, bem como estabelece uma condição de coletividade para que haja seu exercício. Parsons, então, define o poder da seguinte maneira:

> Power then is generalized capacity to secure the performance of binding obligations by units in a system of collective organization when the obligations are legitimized with reference to their bearing on collective goals and where in case of recalcitrance there is a presumption of enforcement by

[190] No original, a autora diz "meios pelos quais o homem governa o homem" (1970, p. 27).

> negative situational sanctions - whatever the actual agency of that enforcement (1963, p. 237).[191]

Parsons, como visto, agrega a sua concepção de poder as ideias de generalização e legitimação. Para ele, alguém assegurar conformidade as suas vontades pelo uso de algum tipo de ameaça a partir de uma força superior, não significa o exercício do poder. A generalização, da qual ele fala, diz respeito a garantir conformidade a partir de algo mais amplo, que atinja todo o sistema de poder e não só de um ato específico de sanção, promovido por alguém que se encontre em uma posição capaz de impor sua vontade. Além disso, o meio usado deve ser "simbólico" (1963, p. 237-238).

A questão do simbólico também pode ser explicada abordando-se a ideia de legitimação. Nesse caso, a ideia do simbólico estaria conectada à garantia de algo que se apresente como "intrinsicamente valioso para a efetividade coletiva" (PARSONS, 163, p. 238). Alguém que cumpre uma obrigação não traz para si, necessariamente, nada de valor, contudo, no âmbito de uma coletividade, esse alguém possui como garantia um conjunto de normas e obrigações, as quais lhe dão expectativas para que, em outra ocasião, ele possa invocar essas mesmas normas e obrigações, referindo-se a outro alguém dessa coletividade.

A concepção de poder para Parsons estaria conectada a esses critérios – generalização e legitimação –, bem como a uma condição coletiva. Como base disso estaria o conceito de "obrigações recíprocas". Tal conceito seria. Para Parsons, "as condições a que estavam sujeitos tanto aqueles que se encontravam no poder como aqueles sobre quem o poder era exercido, que eram as condições da legitimação que lhes conferia aquele poder" (GIDDENS, 1998, p. 243). Para Parsons, não existiria o poder ilegítimo. Giddens diz que, na visão de Parsons, "todo poder envolvia um certo "mandato", que podia ser mais ou menos extenso, dava alguns direitos aos seus detentores e lhes impunha certas obrigações em relação àqueles que lhe estavam sujeitos" (GIDDENS, 1998, p. 243).

Analisando os escrito de Parsons, Anthony Giddens vai nos dizer que: "O elemento que Parsons estava preocupado em salientar era, então, que o uso do poder representava freqüentemente [SIC] uma facilidade para consecução de objetivos que ambos os lados em uma relação de poder desejavam" (1998, p. 249). Para Parsons nem autoridade nem força podem ser

[191] O poder, então, é capacidade generalizada para assegurar o cumprimento de obrigações estabelecidas pelas unidades em um sistema de organização coletiva, quando as obrigações são legitimadas por referência as suas orientações nos objetivos coletivos e que, em caso de recusa desse cumprimento, exista uma presunção de ações de constrangimento (coação) por meio de sanções situacionais negativas - seja qual for a real agência desse constrangimento (dessa coação). PARSONS, Talcott. On the concept of political power. **Procedins of the American philosophical society**, v. 107, n. 3, jun. 1963, pp. 232-262. p. 237.

vistas com forma de poder. A autoridade, contudo, na concepção de Parsons seria a base do poder.

Steven Lukes (2005) apresenta um olhar sobre o poder, – posto por ele como "visão tridimensional" – [192] a partir da análise da abordagem pluralista de Robert Dahl (1961),[193] que ele chama de "visão unidimensional",[194] bem como das críticas feitas àquela abordagem, o que ele define como "visão bidimensional".[195] Segundo o autor, Dahl, em seu artigo *The concept of power* (1957), apresenta o poder como sendo a capacidade de *A* ter poder sobre *B* na medida em que *A* consegue levar *B* a fazer aquilo que *B*, em outras circunstâncias, não faria (2005, p. 16).[196] E continua dizendo que Dahl descreve sua visão sobre relação de poder, ligeiramente diferente da anterior – o poder em si. Assim, relações de poder são descritas como "envolvendo uma tentativa bem sucedida por parte de '*A*' em conseguir com que '*a*' faça algo que ele normalmente não faria" (DAHL, 1957 apud LUKES, 2005, p. 16).[197] Para Lukes, a diferença entre os conceitos está na condição do poder potencial do primeiro – *A* tem a capacidade de – e do poder real do segundo – uma tentativa bem sucedida por parte de *A*. Isso seria a diferença entre ter e exercitar o poder. A abordagem de Dahl se concentraria, segundo Lukes, no segundo, o 'exercício do poder'.

Para Lukes (2005, p. 19):

> (…) this first, one-dimensional, view of power involves a focus on *behaviour* in the making of *decisions* on *issues* over which there is an observable *conflict* of (subjective) interests, seen as express policy preferences, revealed by political participation. (Grifos do autor)[198]

A segunda visão – visão bidimensional, segundo Lukes -, vem da crítica à abordagem pluralista. Lukes se baseia no trabalho de Bachrach e Baratz (1970 apud LUKES, 2005) que afirmaram que o poder teria duas faces: uma, aproximando-se da visão de Dahl, diria que o poder está relacionado diretamente com decisões concretas ou com aquelas ações que levam às tomadas de decisões; outra, trataria da "não tomada de decisões". É nessa segunda abordagem

---

[192] No original em inglês: *three-dimensional view* (LUKES, 2005, p. 15).
[193] Outros autores trabalharam em direções semelhantes à de Dahl, mas Lukes parece partir de Dahl para desenvolver sua própria visão.
[194] No original em inglês: *one-dimensional view* (*Ibid.*, p. 15).
[195] No original em inglês: *two-dimensional view* (*Ibid.*, p. 16).
[196] Interpretação a partir dos escritos de Lukes (*Ibid.*, p. 16).
[197] LUKES, Steven. **Power**: a radical view, 2ª ed.. Basingstoke, Hampshire (Ing.): Palgrave Macmillan, 2005. p. 16. (Tradução minha).
[198] (...) essa primeira visão, unidimensional, do poder envolve um foco sobre o *comportamento* na tomada de *decisão* acerca de *assuntos* sobre os quais existe um *conflito* de *interesses* (subjetivos) observável, visto como preferências políticas expressas, reveladas pela participação política. *Ibid*., p. 19.

que estaria, segundo Lukes (2005), a diferença entre as visões unidimensional e bidimensional do poder.

Na primeira face, o poder seria exercido quando alguém – indivíduo ou grupo – afetasse outro alguém em uma tomada de decisão, da qual o primeiro tenha participado diretamente; bem como no momento em que alguém despenda esforços na direção a limitar os valores políticos e as práticas institucionais em torno de assuntos que não afetem negativamente seus interesses, privando outro alguém de apresentar qualquer assunto que, uma vez tratado e decidido, possa prejudicar seriamente o conjunto de preferências do 'primeiro alguém' (BACHRACH; BARATZ, 1970 apud LUKES, 2005, p. 20).

Para Lukes, o ponto central daqueles autores seria: na medida em que um indivíduo, ou um grupo, tem a capacidade de criar ou reforçar obstáculos ao conhecimento público de conflitos políticos, esse indivíduo, ou esse grupo, teria poder (BACHRACH; BARATZ, 1970 apud LUKES, 2005, p. 20). Tal capacidade poderia estar em uma dimensão consciente ou inconsciente naqueles que a detém (LUKES, 2005, p. 20). Lukes vincula essa posição de Bachrach e Baratz à ideia que eles foram buscar em Schattschineider (1960 apud LUKES, 2005, p. 20) que afirma que todas as formas de organização política têm uma tendência a favorecer a exploração de alguns conflitos e suprimir outros, isso "porque organização política é a mobilização de bias". Assim, certos assuntos seriam organizados dentro da política, enquanto outros, fora dela. Essa seria, para Lukes, a contribuição do trabalho de Bachrach e Baratz, trazer a ideia da 'mobilização de bias', considerada por ele de importância crucial, para a discussão sobre poder (LUKES, 2005, p. 20).

A 'mobilização de bias' estaria conectada à "não tomada de decisão", ou, simplesmente, 'não decisão'. A postura nesse caso seria retirar da agenda de decisões temas que não fossem do interesse de um determinado grupo – ou pessoa –, a fim de manter seus privilégios por meio da manutenção do *status quo* existente – aquele conjunto de regras, crenças, posturas institucionais, que privilegiam certos grupos em detrimento de outros.

Lukes (2005, p. 21) aponta certa dificuldade em explicar, conceitualmente, essa visão bidimensional do poder pelo tratamento dado por Bachrach e Baratz ao termo "poder". Segundo Lukes, eles o utilizam em dois sentidos. O primeiro trataria o poder de forma genérica, alcançando todas as formas que alguém o usaria para assegurar o controle sobre outro alguém – *A* assegura a conformidade de *B*. Sobre isso, eles desenvolveram toda uma tipologia de tais formas – influência, autoridade, força, manipulação –, as quais eles enxergam como "tipos de poder" existentes em ambas as faces do poder. O segundo seria aquele que eles intitulam especificamente de "poder" e que seria um dos tipos de forma de poder. Nesse caso, a

conformidade de alguém em relação ao outro seria assegurada por meio de ameaças de sanções. Procurando evitar confusões, Lukes nomeou o primeiro de Poder e o segundo, Coerção.

Assim, o poder bidimensional, aponta-nos Lukes (2005), seria expresso: pela *influência*, quando um indivíduo, ou grupo, qualquer, sem uso de qualquer tipo de ameaça, aberta ou velada, leva outro indivíduo, ou grupo, a mudar seu posicionamento; pela *autoridade*, quando um indivíduo, ou grupo, fica em conformidade com a posição de outro porque reconhece naquele o mérito de ter um *status* de "comando"; pela *força*, quando um indivíduo, ou grupo, garante seus interesses eliminando qualquer possibilidade de outros optarem em concordar ou não com eles; pela *manipulação*, um aspecto da "força", na qual a conformidade com os interesses de um indivíduo, ou grupo, é conseguida quando aqueles que acedem desconhecem, ou não conhecem exatamente, a origem ou a natureza da demanda feita a eles; por fim, pela *coerção*, como já dito, quando um indivíduo ou grupo faz uso de ameaças de sanções para alcançar seus objetivos de conformidade com seus interesses.

Bachrach e Baratz afirmam que a visão pluralista do poder, enfatizava indevidamente as iniciativas, as decisões e os vetos, não considerando que o exercício do poder pode se dar, e muitas vezes o faz, restringindo o escopo das tomadas de decisões àquelas questões consideradas seguras (*apud* LUKES, 2005, p. 22). Além disso, Lukes afirma que os autores apontam que a 'não decisão' é, em si, uma decisão observável.

A visão bidimensional do poder envolve, portanto, a análise das decisões tomadas e das 'não decisões'. A primeira sendo uma escolha a partir de possíveis maneiras de ações e a segunda, a 'não decisão', seria uma decisão que termina por suprimir ou frustrar qualquer desafio ou ameaça de mudança nos valores ou interesses daqueles que se encontram na posição de tomadores de decisão (LUKES, 2005, p. 22).

A 'não decisão', então, seria uma forma de impedir demandas de mudanças nas condições que garantem a manutenção de privilégios e benefícios àqueles que, de alguma forma, já os detêm, antes mesmo que elas sejam ouvidas; uma forma de evitar que tais demandas sejam observadas nos ambientes de tomadas de decisões, mantendo-as encobertas, ou eliminando-as, antes que venham a ser expostas; ou, uma vez que todas as alternativas não funcionem, danificando-as, ou mesmo destruindo-as, no momento do processo político de sua implementação (LUKES, 2005, p. 22-23).

Uma diferença importante entre as duas visões – uni e bidimensional – está nos limites do que valeria como uma questão política. Enquanto para a abordagem pluralista, tais limites seriam definidos pelo sistema político observado – ou, como nos diz Lukes, pelas elites que fazem parte desse sistema, no qual se elegem as questões claramente importantes e observam-

se as tomadas de decisões sobre elas –, na visão bidimensional seria importante identificar, além disso, as questões potenciais, impedidas de se tornarem reais a partir de 'não decisões' (LUKES, 2005, p. 23).

O que essas duas visões trazem em comum é a "ênfase sobre o conflito observável real, aberto ou encoberto" (LUKES, 2005, p. 23).[199] Na visão pluralista, ou unidimensional, o Poder em situações de tomada de decisão só se apresenta na existência do conflito; para a visão bidimensional, isso seria igualmente verdade na situação de 'não decisão'. Sem a presença do conflito, seja aberto ou encoberto, não haveria como determinar se uma demanda seria real ou potencialmente ameaçadora a qualquer decisão, presumindo-se, assim, a existência de consenso e, portanto, a impossibilidade de uma 'não decisão' (LUKES, 2005, p. 23).

Lukes conclui:

> (…) that the two-dimensional view of power involves a *qualified critique* of the *behavioural focus* of the first view (I say qualified because it is still assumed that nondecision-making is a form of decision-making) and it allows for consideration of the ways in which *decisions* are prevented from being taken on *potential issues* over which there is an observable *conflict* of (subjective) *interests*, seen as embodied in express policy preferences and sub-political grievances (2005, p.24-25).[200]

A partir dessas duas visões – uni e bidimensional –, Lukes propõe um terceiro olhar, o que ele chamará de "visão tridimensional" do poder. Embora ele indique um avanço na visão bidimensional em relação à visão unidimensional – ou visão pluralista –, sua critica àquela visão se baseia em três considerações. A primeira é que ele enxerga a visão bidimensional ainda muito próxima à visão pluralista no argumento comportamental no momento em que ele, Lukes, acredita que há nela um compromisso forte com "o estudo do 'comportamento real' aberto, do qual 'decisões concretas' em situações de conflito são vistas como paradigmáticas" (LUKES, 2005, p. 25, grifos do autor).[201]

Bachrach e Baratz estariam interessados em como os "os defensores do *status quo*" exercitam o seu poder e o resultado disso sobre outros atores envolvidos no sistema. Lukes vê isso como uma visão do poder demasiado "individualista metodologicamente" (2005, p. 26). Para ele:

---

[199] *Ibid*., p. 23. (Tradução minha)

[200] (...) que a visão bidimensional do poder envolve uma crítica qualificada do foco comportamental da primeira visão (eu digo qualificada porque ainda é assumido que a não-decisão é uma forma de tomada de decisão) e permite a consideração dos caminhos nos quais as decisões são impedidas de ser tomadas acerca de questões potenciais, sobre as quais existe um conflito observável de interesses (subjetivos), visto como incorporado nas preferências políticas expressas e nas queixas sub-políticas. *Ibid*., p 24-25.

[201] *Ibid*., p. 25. (Tradução minha).

> (…) the bias of the system is not sustained simply by a series of individually chosen acts, but also, most importantly, by the socially structured and culturally patterned behaviour of groups, and practices of institutions, which may indeed be manifested by individuals' inaction (2005, p. 26).[202]

Lukes acredita que o poder de controlar a agenda política, bem como de eliminar questões potenciais, só poderia ser corretamente analisado "como uma função de forças coletivas e arranjos sociais" (2005, p. 26). Nesse caso, haveria que se levar em consideração o fenômeno da ação coletiva, pela qual se manifesta a política ou a ação de uma coletividade – algo que não se pode atribuir à decisão ou ao comportamento de um indivíduo específico – e o fenômeno dos efeitos sistêmicos, ou organizacionais, no qual a 'mobilização do bias' é entendida como uma forma de organização.[203] "Claro, tais coletividades e organizações são feitas de indivíduos – mas o poder que eles exercem não pode ser simplesmente concebido em termos de decisões ou comportamentos de indivíduos" (Lukes, 2005, p. 26).[204]

A segunda consideração que embasa a crítica de Lukes à visão bidimensional é a associação que ela faz entre o Poder e um 'conflito real observável'. Novamente, segundo Lukes, as duas visões anteriores – uni e bidimensional – se aproximam. Para ele, isso não seria adequado primeiro porque os próprios autores que desenvolvem a abordagem bidimensional apontam duas formas de poder que não demonstrariam, claramente, tal existência do conflito – embora possam ser vistos como conflitos de valores: autoridade e manipulação; e, segundo Lukes, questiona sobre o exercício do poder só existir em situações de conflito, uma vez que ele vê como "supremo exercício do poder" influenciar outros ao ponto daqueles virem a desejar o que você deseja.

> The trouble seems to be that both Bachrach and Baratz and the pluralists suppose that because power, as they conceptualize it, only shows up in cases of actual conflict, it follows that actual conflict is necessary to power. But this is to ignore the crucial point that the most effective and insidious use of power is to prevent such conflict from arising in the first place (LUKES, 2005, p. 27).[205]

---

[202] (...) o bias do sistema não é sustentado simplesmente por uma série de atos individualmente escolhidos, mas também, mais importante, pelo comportamento, socialmente estruturado e culturalmente padronizado, de grupos e práticas de instituições, as quais podem, na verdade, ser manifestadas pela inação (inércia) individual. (*Ibid*., p. 26)

[203] Sobre mobilização de bias, *cf*. Schattschneider, E.E.. **The Semi-Sovereign People**: a realist's view of Democracyin America. Nova York: Holt,Rhinehart&Winston, 1960.

[204] Lukes, op. cit.. (Tradução minha)

[205] O problema parece ser que ambos, Bachrach e Baratz e os pluralistas, supõem que porque o poder, como eles o concebem, só se mostra em caso de conflito real, isso definiria que o conflito real é necessário ao poder. Mas, isso é ignorar o ponto crucial que o mais efetivo e insidioso uso do poder é prevenir, em primeiro lugar, que tal conflito emerja. LUKES, 2005, p. 27.

A terceira consideração está vinculada à ideia de que o poder das 'não decisões' estaria vinculado à existência de queixas, só existindo na presença delas. Essa posição está próxima à descrita anteriormente. Os autores entendem que não existindo queixas, haveria "consenso genuíno". O argumento de Lukes sobre a inadequação desse posicionamento passa primeiro pelo questionamento sobre o que de fato seria uma queixa, entendendo que isso pode se manifestar de diversas formas; segundo, pelo entendimento que ele tem sobre a capacidade de alguém em modelar a percepção, as preferências, de outros, ao ponto deles não terem consciência de suas alternativas – ou acharem que o vigente é a melhor alternativa; ou que aquilo seria natural, e, assim, aceitarem sua condição imutável e não passível de contestação –, ser, também, um claro exercício do poder. Essa condição seria, então, um falso consenso ou um consenso manipulado (LUKES, 2005, p. 28).

A visão tridimensional do poder, então, é desenhada pela crítica ao foco comportamental[206] das duas anteriores que Lukes acredita ser demasiado individualista. Mas a diferença principal estaria em considerar que o 'exercício do poder' pode existir na ausência do conflito. Lukes considera que essa ausência pode ser vista como um potencial conflito, que pode nunca vir a se concretizar. A isso ele chama de "conflito latente", "o qual consiste em uma contradição entre os interesses daqueles que exercitam o poder e os reais interesses daquele que eles excluem" (2005, p. 28).[207]

Assim, a visão de poder chamada por Lukes de tridimensional apresenta uma critica do foco comportamental das visões uni e bidimensional e estaria centrada em: (a) tomada de decisão e controle da agenda política (não necessariamente por meio de decisões); (b) questões e questões potenciais; (c) conflito observável – aberto ou encoberto – e conflito latente; e (d) interesses reais e subjetivos (LUKES, 2005, p. 29). Mesmo apontando um caminho para os estudos do poder, Lukes reconhece que o conceito de Poder é um elemento de "disputas sem fim" e o chama de "um conceito inevitavelmente contestado" (2005, p. 30).

Outra visão sobre Poder nos leva ao ambiente político, o qual tem sido considerado, em si, o principal "teatro de operações" do Poder. O político, nesse caso, seria definido como as relações na esfera pública, sobre os assuntos públicos.[208] Joseph S. Nye Jr. nos apresenta uma discussão sobre o poder, a partir desse olhar, trazendo-nos os conceitos de 'poder duro', 'poder

[206] A visão tridimensional também trata o tema a partir de um olhar comportamental em seu senso mais amplo. A crítica de Lukes refere-se ao estrito senso do comportamento real e aberto, especificamente em decisões concretas.
[207] *Ibid.*, p. 28. (Tradução minha).
[208] Não entrarei no mérito da discussão do conceito de "público". Entretanto, nesse caso específico, o público estaria próximo ao que poderíamos entender com assuntos de Estado e governo. Essa explicação é para facilitar a compreensão da discussão que virá em seguida.

brando' e 'poder inteligente', na tentativa de apontar uma 'face' para o Poder nas relações entre governos. Embora seu olhar esteja direcionado ao campo das relações internacionais, vejo sua abordagem sobre poder aplicada a qualquer relação organizacional voltada para assuntos coletivos, ou públicos.

Acompanhando Parsons e Lukes, Nye Jr. também vê o conceito de Poder como "um conceito contestado". "Nenhuma definição é aceita por todos que usam a palavra, e a escolha de uma definição reflete os interesses e os valores das pessoas" (NYE Jr., 2012, p. 26). Para ele, porém, o importante no estudo do Poder é entender como uma ação pode produzir o que ele chama de "resultado preferido". Atos podem resultar em consequências poderosas sem que, necessariamente, conduza a um 'resultado preferido'. Em um atropelamento, o motorista do carro teve o poder de machucar ou mesmo de tirar a vida de alguém, mas este não era o resultado desejado; foi consequência de um ato involuntário – ao menos, assim se entende. Nesse exemplo, portanto, o resultado não foi o preferido.

> (...) se os efeitos não são intencionais, então há o poder de prejudicar (ou beneficiar), mas esse não é um poder para conseguir os resultados preferidos. (...) de uma perspectiva orientada para a política, as intenções são importantes para que se atinjam resultados preferidos (NYE Jr., 2012, p. 28).

Para Nye Jr., o contexto é fator primordial para se compreender o poder no ambiente político. Embora, seja comum que, mesmo nesse ambiente, haja uma forte utilização da ideia de poder relacionada aos recursos que podem atingir resultados. Assim, segundo o autor, se um país dispõe de território, capital e solidez econômicos, grande população, "força militar e estabilidade social", tal país seria visto como potencialmente poderoso. Essa abordagem – poder relacionado aos recursos – finda por se destacar porque seria capaz de apresentar um cenário no qual o poder poderia ser "mensurável e previsível" (2012, p. 28-29).

Embora Nye Jr. enxergue a importância dos recursos no poder, ele alerta para as dificuldades que essa visão pode apresentar. Quando se relaciona Poder a recursos que podem produzir ou mesmo produzem resultados, a dificuldade estaria em se deparar "com o paradoxo de que aqueles mais bem dotados de poder nem sempre conseguem os resultados que querem" (2012, p. 29). Isso porque os recursos válidos em uma situação nem sempre se mostram eficazes em outras. "No fim, como é com os resultados, não com os recursos, que devemos nos importar, precisamos prestar mais atenção ao contexto e às estratégias" (NYE Jr., 2012, p. 32). A capacidade de converter os recursos que se possui em 'resultados preferidos' depende da

habilidade que se tem para compreender o contexto e elaborar estratégias adequadas a ele. A isso, transcrito para uma definição de Poder, chama-se de poder relacional.

O poder relacional, segundo Nye Jr., apresenta três aspectos, os quais ele considera importantes: comando da mudança, controle das agendas e estabelecimento das preferências. Quando Nye Jr. estabelece esses aspectos, ele se aproxima do que já vimos anteriormente, com a visão tridimensional de Lukes. Na verdade, Nye Jr. nos traz os aspectos da visão de Dahl e de seus críticos Bachrach e Baratz, já tratados anteriormente: a capacidade para mudar as pessoas, levando-as a exercitar um comportamento distinto aos de suas "preferências iniciais"; e a capacidade de definir agendas. Bem como a visão de Lukes, na que alguém pode ter a capacidade de levar os outros a quererem o que ele quer, sem que para isso seja preciso se valer de qualquer recurso de comando.

Politicamente, Nye Jr. acredita que esses aspectos – os quais são as dimensões de Lukes – deveriam ser exercidos deixando o comando como ultimo recurso. "(...) aqueles que insistem em destruir a segunda e a terceira dimensões do poder em prol da primeira vão deixar escapar um aspecto crescentemente importante do poder (...)" (NYE Jr., 2012, p. 41).

No contexto do exercício do poder, Nye Jr. trabalha com os conceitos de "poder duro", "poder brando" e "poder inteligente". Assim, o 'poder duro' seria, por exemplo, o uso da força. Nesse tipo de poder, Nye Jr. inclui também o ajuste de agenda por imposição, ameaça, pagamento. O poder brando seria a capacidade de convencimento por outros caminhos – o da negociação é um exemplo. Ele também inclui algumas situações de ajuste de agenda nesse segundo tipo de poder, a saber: o que é visto como legítimo pelo "alvo"; a atração positiva; e a persuasão. "Poder duro é pressão; poder brando é influência" (NYE Jr., 2012, p. 44).

Para Nye Jr. tanto o 'poder duro', como o 'poder brando' podem ser encontrados nas três dimensões ou faces do poder. Na primeira – levar alguém a fazer o que normalmente não faria –, o poder duro estaria no uso da força para levar o outro a fazer o que se quer, o brando seria exercido pela atração e persuasão para mudar as preferências já existentes. Na segunda face, o poder duro pode se apresentara por meio de recompensas ou mesmo da força, de forma a complicar e/ou desviar a agenda, quer uma das partes aceite ou não; o poder brando, na atração positiva ou nas instituições (propaganda, por exemplo) como caminhos para mudança da agenda. Na terceira, o poder duro se vale da força ou da recompensa para definir as preferências dos outros (nesse caso o exemplo dado pelo autor é a "síndrome de Estocolmo"); o brando, por sua vez, se vale da atração positiva e/ou as instituições – exemplo: uma eleição para definir uma preferência (NYE Jr., 2012, p. 127).

‘Atração positiva’ é, obrigatoriamente, a atração que define o poder brando. Seria a atração exercida por personalidades, por ideias, por exemplos “sedutores”. A atração e a persuasão, segundo Nye Jr., estariam proximamente relacionadas. A persuasão, que consistiria no uso de argumentos que influenciariam sem o uso da força ou garantia de recompensas, fica fortalecida quando junta a ela há um atrativo significativo, como a admiração por alguém que defende aquela ideia. Nye Jr. também defende que na persuasão quase sempre se encontram elementos de manipulação, quando se enfatiza determinado ponto e se negligencia outro, por exemplo.

> [...] o ajuste de uma agenda está intimamente ligado à persuasão. Um argumento atrativamente preparado visto como legítimo pelo alvo tem maior probabilidade de ser persuasivo. Além disso, grande parte da persuasão é indireta, mediada muito mais pelas audiências de massa do que pelas elites (NYE Jr., 2012, p. 129-130).

Para que o poder brado funcione, as percepções do “alvo”, aquele ator a quem se quer atingir/convencer, torna-se parte vital da estratégia. A persuasão deve considerar essas percepções. A atração, por si só, não é suficiente para garantir seguidores. “As narrativas são particularmente importantes no arranjo das questões de maneira convincente para que alguns fatos se tornem importantes e outros sejam negligenciados” (NYE Jr., 2012, p. 130). Qualquer excesso na narrativa que transpareça manipulação comprometerá sua eficácia e reduzirá, ou mesmo eliminará seu poder de persuasão.

O poder brando pode afetar a quem se deseja alcançar de forma direta ou indireta. Na primeira, lideres influenciam lideres; na segunda, lideres influenciam outros atores, os quais, mesmo não ocupando claramente uma posição de liderança, dispõem de formas/mecanismos para influenciar outros líderes.[209] Na influência indireta, o poder brando pode gerar o que o autor chama de efeito capacitador, aquele efeito que vai gerar um resultado positivo em relação a quem tenta influenciar. Entretanto, caso haja uma atitude repulsiva por parte dos demais atores, esse resultado pode ser negativo, criando, assim, um efeito incapacitante. Entender o grupo em relação a esses efeitos é fundamental para construir estratégias eficientes. As percepções daqueles a serem influenciados precisam ser compreendidas.

Não raramente, atores envolvidos em disputas de poder não só tentam influenciar outros atores a se associarem a suas causas, como também se esforçam em negar as causas antagônicas, ou apenas concorrentes, buscando criar um ambiente incapacitante, seja entre os demais atores

[209] Estou adequando o conceito para uma situação próxima a do estudo. Originalmente, a ideia é que na forma direta, governantes influenciam governantes e na indireta, governantes influenciam outros atores – sociedade civil, corporações econômicas, instituições acadêmicas – que, por sua vez exercem a força da opinião pública sobre seus governantes. Para entender melhor, ver NYE Jr., 2012, p. 130-131.

do grupo, seja diante de atores externos – atores que podem exercer alguma influência sobre o grupo.[210]

Existe uma ampla variedade de recursos básicos que podem ser convertidos no chamado 'poder brando', tais como: "cultura, valores, políticas legítimas, um modelo doméstico positivo, uma economia bem-sucedida e forças armadas competentes" (NYE Jr., 2012, p. 137).

> Às vezes, esses recursos são especialmente desenvolvidos para propósitos de poder brando. [...]. Os recursos desenvolvidos proporcionam uma ampla variedade de instrumentos políticos, mas se produzirão reações positivas ou negativas nos alvos (e, portanto, resultados preferidos) vai depender do contexto, do alvo e da qualidade das estratégias de conversão do poder (NYE Jr., 2012, p. 137).

Os efeitos do poder brando são, assim, o resultado de ações desenvolvidas estrategicamente por quem o exerce, mas também depende do ambiente no qual ele é exercido, fazendo com que ele seja afetado, positiva ou negativamente, por atores integrantes do grupo e por atores externos ao grupo. Tais atores contribuem tanto para influenciar lideres em disputas de poder, quanto a seus pares, criando, assim, um ambiente capacitador, ou incapacitante, às pretensões desse ou daquele participante de contendas pelo poder.

Até o momento, tratei especificamente do 'poder duro' e do 'poder brando'. A razão para isso é que o poder inteligente seria, basicamente, a capacidade de se valer de estratégias que mesclem as características dos outros dois. "Uma narrativa de poder inteligente para o século XXI não diz respeito a maximizar o poder ou preservar a hegemonia. Diz respeito a encontrar maneiras de combinar recursos em estratégias bem-sucedidas no novo contexto de difusão do poder e na 'ascensão do resto'" (NEY Jr., 2012, p. 262).

Do ponto de vista de Ney Jr., uma estratégia , qualquer que seja, deve relacionar "meios e fins" (2012, 0p. 262) e "isso requer clareza quanto aos objetivos (resultados preferidos), recursos e táticas para seu uso" (2012, p. 262). Uma estratégia inteligente, diz Ney Jr., deve responder a cinco questões consideradas por ele com básicas: que objetivos ou resultados são preferidos? Que recursos estão disponíveis e em que contexto? Quais são as posições e as preferências dos alvos de tentativas de influência? Que formas de comportamento de poder têm maior probabilidade de sucesso? E, qual é a probabilidade de sucesso? (NEY Jr., 2012, p. 262-263).

O 'poder inteligente', para Ney Jr., portanto, está na capacidade de entender os contextos e traçar as estratégias com base nele, sabendo que tais estratégias,por melhores que sejam, não

[210] Novamente, estou adequando a um contexto de interesse do estudo. O autor trata essa questão dirigida a governos e opinião pública de algum país ou lacalidade.

levarão ninguém a uma posição de influência sem cobrar a capacidade de construir alianças e negociar interesses.

Apresento essas diversas abordagens sobre o poder na intenção de, mais adiante, trazer alguns elementos delas na análise dos dados coletados. Mostrarei que o Poder, em suas diversas faces, faz-se presente nas redes de ONGs, ou com a participação delas. O que foi possível ver até então é que alguns elementos estão sempre presentes nas discussões sobre poder e suas relações, notadamente, o ambiente político que parece ser o cenário no qual o poder frequentemente se manifesta e a questão dos conflitos que, embora não seja consenso, está no alicerce de basicamente todas as análises. Cabe, então, uma discussão sobre essas categorias – conflito e política. No próximo item, abordarei o 'conflito' e condizirei tal abordagem na perspectiva do olhar de Georg Simmel. Sobre 'política, tratarei mais adiante, no último item dessa seção.

4.2 O CONFLITO NAS REDES: UMA PESRSPECTIVA A PARTIR DE SIMMEL[211]

Diante da questão "como é possível a sociedade?", Simmel vai buscar o exemplo em Kant sobre "como é possível a natureza?" para tentar, por meio de uma analogia, responder a sua questão. Kant, de acordo com Simmel, só consegue responder a sua indagação pela ideia de que a natureza seria, na verdade, a representação da natureza, só podendo ser possível a partir de um observador. Observador que, em sua capacidade cognitiva, a partir de impressões dadas pelo mundo que o rodeia, "as arranja em objetos e séries de objetos, em substâncias e propriedades, em associações causais" (SIMMEL, 2013, p. 653). Diz-nos Simmel, que a visão de Kant seria que:

> (...) não há entre os elementos do mundo – assim como nos são imediatamente dados – aquela *ligação* que, por si só, faz deles a unidade compreensível, regular da natureza; ou, para ser mais preciso: não há entre eles justamente a

[211] Muitos dos escritos de Simmel foram publicados a partir de organizações de terceiros. Alguns têm conexões entre si, mas nem sempre formam uma obra específica, única. Vários editores organizaram esses escritos a partir de seleções definidas por eles próprios. Assim, alguns conteúdos aparecem organizados de forma distinta, por editores distintos. Eu utilizarei vários desses editores, portanto, adotarei o critério de apresentar as referências a partir do editor/organizador utilizado na citação a qual a referência estiver conectada. Isso vai variar ao longo do texto, mesmo que o texto de Simmel de origem seja o mesmo. Assim, citações retiradas de Wolff, por exemplo, terão as referências daquela obra e as retidas de Moraes Filho, daquela outra, sempre baseadas na forma de organização de cada obra (tanto Wolff, como Moraes Filho, por exemplo, compilam as obras de Simmel em grandes partes, entretanto os capítulos dessas partes se diferenciam entre as duas obras. Optei por utilizar as partes de Wolff e os capítulos de Moraes Filho para construir as referências). Essa metodologia me pareceu mais adequada a cada obra. Assim também será feito com outras publicações, sempre adequando a forma de apresentar as referências de acordo com a forma de organização de cada uma delas.

> ligação que denota o que há de *natureza* naqueles fragmentos do mundo em si incoerentes e surgidos desregradamente (SIMMEL, 2013, p. 653, grifos do autor).

Simmel, então, explica:

> A imagem de mundo kantiana se desdobra, assim, de modo a perfazer o mais peculiar dos contrastes: por um lado, as nossas impressões sensíveis são, para Kant, puramente subjetivas, já que dependem tanto da organização físico-psíquica (que poderia ser outra, em outros seres), quanto da casualidade do seu estímulo; e elas passam a ser "objetos" na medida em que são assimiladas pelas formas do nosso intelecto e por elas configuradas de modo a constituir uma regularidade firme e uma imagem coerente da natureza (2013, p. 653-654).

As condições necessárias para que a natureza exista se apresentariam, portanto, "mediante a procura das formas que constituem a essência do nosso intelecto e, com isso, realizam a natureza enquanto tal" (SIMMEL, 2013, p. 654). Ou seja, a ligação entre os elementos que realizam a unidade da natureza estaria no intelecto de quem observa. E é isso, segundo Simmel, o que a diferencia da unidade social. Para ele, o que é posto por Kant sobre as ligações não se situarem na coisa em si, mas apenas no observador, não caberia na

> ligação social, que antes, com efeito, se realiza imediatamente nas "coisas", nesse caso almas individuais. [...] a unidade que está de fato em questão quando se trata da sociedade é a consciência de formar com os outros uma unidade (SIMMEL, 2013, p. 654, grifos do autor).

Assim a resposta de Simmel para a questão "como é possível a sociedade?" estaria nas "condições situadas a priori nos próprios elementos, elementos estes que realmente se interligam para que se constitua a síntese 'sociedade'" (2013, p. 656). Simmel dedicou boa parte de sua obra na busca dos "processos, em última análise, realizados nos indivíduos, que condicionam sua existência enquanto sociedade [...]." (SIMMEL, 2013, p. 656). E segue:

> A questão agora é esta: que é que se encontra, universalmente e *a priori*, na base; ou que pressupostos precisam atuar para que os acontecimentos isolados, concretos, que se passam na consciência individual venham efetivamente a ser processos de socialização? E, ainda: quais elementos estão neles contidos que permitem que o seu resultado, abstratamente falando, seja a produção de uma unidade social feita a partir dos indivíduos? (2013, p. 657).

Simmel apresenta a possibilidade de que o indivíduo consiga perceber sua individualidade e, a partir disso, construir suas identidades, "ao mesmo tempo em que lhes permite a percepção da complexidade na relação com o outro" (FONTES, 2012, p. 95), bem como, este indivíduo voltado para si mesmo, pode se reconhecer "no outro enquanto componente indispensável para a construção de si, ao mesmo tempo como ingrediente que cimenta a possibilidade da existência do social" (FONTES, 2012, p. 95). Olhando por esse

prisma, pode-se identificar em Simmel um dos precursores – ou mesmo um fundador, como o vê Breno Fontes (2012, p. 88) - dos estudos de redes – ou sociologia das redes, ou ainda sociologia reticular, como propôs Donatti (DONATTI, 2008 *apud* FONTES, 2012, p. 86).

À sociedade seria possível, então, porque nas relações entre indivíduos há algo de organizador da unidade "sociedade". Assim, Fontes nos diz que:

> Simmel coloca aqui um dos pontos fundamentais de sua teoria (...): que a noção de redes tem algo de novo, substancial e diverso das outras principais abordagens da teoria sociológica, que é o fato de indicar uma possibilidade concreta para a superação da dicotomia entre agência e estrutura, entre o lugar do indivíduo e da estrutura social na determinação dos fenômenos sociais (2012, p. 96).

Entendendo a importância de Simmel para o tema redes, cabe-nos trabalhar com algumas perspectivas de "sociação"[212] que ele nos apresenta. A que quero abordar aqui é a que mais interessa a este trabalho: o caráter sociologicamente positivo do conflito. Simmel afirma, na verdade, que os aspectos positivos e negativos do conflito estariam integrados e que, mesmo que pudessem ser separados conceitualmente, empiricamente, isso não seria possível (1983a. p. 123).

4.2.1 O conflito e as interações sociais

> Admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações. Por outro lado, sob um ponto de vista comum, pode parecer paradoxal se alguém perguntar, desconsiderando qualquer fenômeno que resulte do conflito ou que o acompanhe, se ele, em si mesmo, é uma forma de sociação. A primeira vista, essa parece uma questão retórica. Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vividas interações, e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve, certamente, ser considerada uma sociação. (SIMMEL, 1983a, p. 122).

O conflito, segundo Simmel (1983a), existiria para resolver o que ele chama de "dualismos divergentes"; por meio dele, alcançar-se-ia uma unidade, mesmo que para isso uma das partes conflitantes fosse eliminada. Isso, porém, seria algo trivial, algo genérico, e apenas uma situação específica. Pra Simmel, o conflito é capaz de resolver, por ele próprio, "a tensão

[212] Encontrei, ao menos, dois termos distintos, em diferentes textos para tratar das formas de interação que nos apresenta Simmel: socialização e sociação. Optei pelo termo sociação, também utilizado pelo autor/tradutor Evaristo de Moraes Filho, para evitar alguma confusão que os outros termos poderiam trazer, já que no português eles também apresentam outro sentido.

entre contrastes" (1983a. p. 123). A natureza do conflito seria a "síntese de elementos que trabalham juntos, tanto um contra o outro, quanto um para o outro" (1983a. p. 123). Há que se entender que essas formas de relação, tanto a oposição como a convergência, seja numa relação entre indivíduos ou numa relação entre grupos, diferenciam-se da indiferença. Essa, por sua vez, afirma Simmel, seria "puramente negativa" (1983a. p. 123). O conflito teria, assim, aspectos negativos e positivos que, como já dito anteriormente, não podem ser separados empiricamente.

Considerando sua época, Simmel nos diz que, aparentemente, as questões subjetivas compatíveis com a "ciência do homem", em algum momento anterior a ele, seriam a "unidade do individuo e a unidade formada pelos indivíduos", a própria sociedade (1983a. p. 123.). Desta forma, o conflito, não contribuindo para essas unidades sociais, não aparecia como um tema relevante para estudos, já que seria a negação da unidade. Parecia, continua ele, que "uma classificação mais abrangente da ciência das relações humanas deveria distinguir (...) aquelas relações que constituem as unidades, isto é, as relações sociais no sentindo estrito, daquelas que contrariam a unidade" (1983a, p.123).

Contudo, ele considerava que ambas as relações se mostram nas "situações historicamente reais" (1983a, p. 123). Não haveria, segundo Simmel, como o individuo alcançar a unidade de sua personalidade apenas por meio "de uma harmonização exaustiva – segundo normas lógicas, objetivas, religiosas ou éticas – dos conteúdos de sua personalidade" (1983a, p. 124). Assim, o conflito e a contradição precederiam esta unidade e operariam "em cada momento de sua existência" (1983a, p. 124.). Um grupo totalmente harmonioso e convergente não só seria irreal empiricamente, "como não poderia mostrar um processo de vida real" (1983a, p. 124).

A sociedade não se constrói a partir de uma harmonia plena, ou daquelas forças ditas como positivas, ela necessita de categorias de interação que busquem a unidade, bem como aquelas que são entendidas como as que negam tal unidade. Nesse aspecto, afirma Simmel, ambas as categorias se põem como positivas (1983a, p. 124). Para ele, a "unidade" e a "discordância" se complementam.

A questão é que:

> Designamos como 'unidade' o consenso e a concordância dos indivíduos que interagem, em contraposição as suas discordâncias, separações e desarmonias. Mas, também chamamos de 'unidade' a síntese total do grupo de pessoas, de

> energias e de formas, isto é, a totalidade suprema daquele grupo, uma totalidade que abrange tanto as relações estritamente unitárias quanto as relações duais (1983a, p. 125).

Esse duplo sentido ajudaria a criar certa imprecisão sobre a relação entre esses conceitos. Imprecisão esta reforçada pelo também duplo sentido de "discordância", igualmente vista como "oposição". Simmel nos diz que algo negativo em uma relação entre indivíduos, quando isolado e particularmente direcionado, não significaria, obrigatoriamente, um efeito negativo na totalidade de um grupo de indivíduos. Ele acredita que "o conflito associado a outras interações não afetadas por ele" (1983a, p. 126), pode cumprir, mesmo a partir de seus elementos negativos e duais, um papel positivo, quando considerada uma situação mais ampla, ainda que culminando em prejuízos para relações particulares.

"Uma certa quantidade de discordância interna e controvérsia externa estão organicamente vinculadas aos próprios elementos que, em última instância, mantêm o grupo ligado; isso não pode ser separado da unidade da estrutura sociológica" (1983a, p. 126), afirma Simmel, quando tratando sobre grupos. Para ele, a ausência de ações repulsivas ou mesmo destrutivas não garantiriam uma existência feliz, mas poderiam se apresentar como algo "tão diferente e irrealizável quanto se um grupo fosse privado das forças de cooperação, afeição, ajuda mútua e convergências de interesses" (1983a, p. 126).

A posição de Simmel parece favorecer o direito de se rebelar, de se colocar contra, quando isso contribui para criar um ambiente possível de convivência. "A oposição de um membro do grupo a um companheiro, por exemplo, não é um fator social puramente negativo, quando muitas vezes tal oposição pode tornar a vida ao menos possível com as pessoas realmente insuportáveis" (SIMMEL, 1983a, p. 127). Tal situação pode ser encontrada cotidianamente e, se não houvesse o conflito, segundo o pensamento de Simmel, estaríamos fadados a nos submeter, inevitavelmente, à tirania, à arbitrariedade, ao mau humor e a falta de tato, o que seria insuportável (1983a, p. 127). Desse ponto de vista, a oposição apresentaria um caráter positivo, refreando ímpetos e garantindo tolerância, uma vez que sempre haveria a possibilidade de tensões e discordâncias. Sem tal condição,

> Nós nos sentiríamos impelidos a dar passos desesperados – e estes realmente acabariam com a relação, mas não constituiriam, talvez, um "conflito"; não só pelo fato (embora não seja essencial aqui) de que a opressão costuma aumentar quando é suportada calmamente e sem protestos, mas também porque a oposição nos dá satisfação íntima, distração, alívio, assim como, sob condições psicológicas diferentes, nos dá humildade e paciência. Nossa posição nos faz sentir que não somos completamente vítimas das circunstâncias. Permite-nos colocar nossa força à prova conscientemente e só dessa maneira dá vitalidade e reciprocidade às condições das quais, sem esse

> corretivo, nos afastaríamos a todo custo [SIC] (SIMMEL, 1983a, p.127, grifo do autor).

O pensamento de Simmel sobre o conflito, em boa parte, dedica-se a explicar como grupos podem se fortalecer uma vez que estejam em conflito com outros grupos. Sobre isso uma das ideias que parecem ser marcantes na construção dos caminhos para a sociação é a da centralização. Para ele, o conflito entre partes organizadas de forma unificada e com uma representação definida pode resultar em uma forte possibilidade de "paz", já que ambas poderão concentrar seus esforços em um mesmo campo e abrir grandes precedentes para a negociação. "[...] a forma objetivamente ideal de organização para o conflito deve ser aquela centripetalidade que o resultado real da luta apresenta do modo mais rápido e seguro" (1983c, p. 153). Para os conflitos intragrupal, Simmel acredita que quanto mais os membros do grupo tiveram algo em comum e forem próximos uns dos outros, mais intenso será o confronto (VANDENBERGHE, 2005, p. 121).

Mas, Simmel trata o conflito em vários aspectos. O seu pensamento social depende da noção de evolução, não a evolução biológica, (...), mas a evolução cultural (HELLE, 2015, p. 72).[213] E, para ele a forma evoluída do conflito seria a competição.

4.2.2 A competição em Simmel

Simmel considera a 'competição' como uma forma de luta indireta. "Na medida em que alguém se livra de um adversário, ou o prejudica diretamente, não está competindo com ele" (1983b, p. 135). Para ele, a 'competição' seria uma forma civilizada de conflito (HELLE, 2015, p. 71), descrita "como uma forma de luta lutada por meios objetivos de atuações, para a vantagem de uma terceira pessoa" (SIMMEL 1903 *apud* HELLE, 2015, p. 72).[214]

> What, according to Simmel, is so special about competition is not merely that this high level form of conflict does less damage to the participants; it even produces downright advantages to other people who are not even directly involved in the confrontation of two or more competitors (HELLE, 2015, p. 72).[215]

---

[213] HELLE, Horst J. **The social thought of Georg Simmel**. London: Sage Publications, 2015. p. 72. (Tradução minha).
[214] *Ibid*., p. 72. (Tradução minha).
[215] O que, de acordo com Simmel, é tão especial sobre a competição não é apenas que essa forma de conflito de alto nível prejudica menos os participantes; ela, inclusive, produz vantagens absurdas para outras pessoas que nem sequer estão diretamente envolvidas no confronto de dois ou mais competidores. *Ibid*., p. 72.

Na competição, não estaria, obrigatoriamente, caracterizado o comportamento ofensivo, ou defensivo, visto em outras formas de conflito. O ganho da disputa, no caso da competição, não estaria, necessariamente, em poder de um dos competidores. A vitória poderia estar, por exemplo, em conseguir mais aliados para suas causas, ou conquistar maior credibilidade perante os outros, sem, necessariamente, ter que tomar nada que pertença de fato a alguém.

"Em muitos outros tipos de conflito, a vitória sobre o adversário não apenas assegura automaticamente, mas é, em si mesma, o prêmio da vitória" (SIMMEL, 1983b, p. 136). Na competição seria diferente. Haveria duas outras combinações. Segundo Simmel. A primeira dessas combinações diz respeito a conseguir conquistar clientes, compradores, interessados em seus produtos serviços ou ideias. Vencer o "adversário", nesse caso, não significaria muito se o público a ser atingido não se voltasse para o vencedor. Como disse Simmel (1983b, p. 136), nesse caso, na luta competitiva, o "resultado em si mesmo não constitui a meta". É preciso que os interessados vejam nesse ou naquele competidor, a possibilidade de satisfazer suas necessidades. Portanto, a real "vitória" estaria em garantir a satisfação dessas necessidades e não na simples eliminação do outro competidor.

Na segunda combinação, ou segundo tipo de competição, cada competidor busca alcançar o êxito por si mesmo, sem precisar enfrentar diretamente outros concorrentes. O exemplo estaria nas ações que uma organização desenvolve para alcançar uma determinada meta, independente das ações de qualquer outra organização, mas que, uma vez alcançada esta meta, tal resultado construiria uma forte reputação para a organização, o que garantiria, por meio de diversas formas de apoio, a continuidade de suas ações.[216]

> Em intensidade e esforço apaixonado, esse tipo de competição é igual a todas as outras formas de conflito. É impelido à sua concentração máxima pela consciência mútua dos participantes de que cada um deles se concentra nessa medida. E, contudo, de um ponto de vista superficial, isso ocorre como se não existisse nenhum adversário, mas a meta somente (SIMMEL, 1983b, p. 136).

Temos, então, no primeiro caso, a inclusão de terceiros no processo de competição. O confronto direto entre os competidores é insuficiente para garantir o sucesso; este só é assegurado a partir de outros, não envolvidos na disputa direta. No segundo caso, nenhum competidor direciona sua energia a outro. Cada um tenta se valer de suas melhores competências, enquanto, ao menos naquilo que de fato se apresenta, ignora os demais competidores (HELLE, 2015, p. 73). Na segunda forma,

[216] É sabido que os fundos para apoio às ações das ONGs são limitados e, quase sempre, insuficientes para apoiar a todas as organizações existentes.

> (...) a subjetividade da forma final e a objetividade do resultado final se entrelaçam de maneira mais fascinante. Uma unidade supra individual, objetiva ou social, substitui ambas as partes e sua luta. Cada parte combate seu adversário sem se voltar contra ele, sem tocá-lo, por assim dizer. A motivação subjetiva e antagonista conduz assim à realização de valores objetivos e a vitória na luta não é realmente o sucesso da luta em si, mas, precisamente, da realidade de valores exteriores a ela (SIMMEL, 1983b, p. 137).

Simmel acreditava que essa segunda forma seria a forma pura da competição e, portanto, um estágio mais evoluído do conflito na sociedade. Entretanto, o que interessava a Simmel nesse modelo de conflito, mais do que essa "forma de interação peculiarmente entrelaçada" (1983b, p. 138), era o "seu processo imediatamente sociológico" (1983b, p. 139). A competição teria em suas características o alcance de 'outros', para além dos participantes, ou competidores diretamente interessados. Estabelece-se, dessa forma, o esforço dos competidores em se aproximar desses 'outros', aqueles que, no final, seriam o verdadeiro bem em disputa, promovendo, assim, um processo sociativo.[217]

Simmel também nos fala da competição interna dos grupos. Para ele, há certa distinção no caráter sociológico dos grupos por sua extensão e limites acerca dos tipos de competição. Grupos tendem a elaborar códigos – formais e informais, eu diria – com um conteúdo entendido "como o mínimo ético" (1983b, 142). Não raramente, tal conteúdo é insuficiente para coibir todo e qualquer distúrbio que possa vir a ocorrer nos grupos. Espera-se que tais atos considerados negativos, mas não incluídos no código, sejam inibidos por um comportamento minimamente pacífico e ético. "Com base na experiência, supõe-se que esses distúrbios deixados impunes não excedem por si mesmos um grau socialmente tolerável" (SIMMEL, 1983b, 142).

Quando, a despeito de todas as prevenções, a competição surge intragrupo, Simmel nos diz que em grupos fortemente coesos, hostilidades entre seus membros podem ter efeitos opostos (1983b, p. 142). Por um lado, um grupo intimamente conectado pode ter meios de suportar antagonismos internos, evitando sua diluição, "desde que o vigor das forças sintéticas possa competir com o vigor de suas antíteses" (1983b, p. 142). Por outro lado, esse mesmo tipo de grupo, que apresente, porém, como princípio fundante a unidade, torna-se significativamente vulnerável sempre que se apresente diante de um conflito interno.

Quanto à questão da extensão de um grupo, Simmel diz que grupos maiores e bem organizados tendem a trabalhar melhor os atritos internos:

---

[217] Simmel não ignora os efeitos danosos da competição já que a vê como uma forma de conflito. Ele apenas supera esses efeitos meramente negativos para encontrar formas de sociação.

> A unidade, que só pode ser obtida em um grupo maior através de uma organização complexa, pode equilibrar mais facilmente os créditos e débitos no interior de sua vida social e pode tornar qualquer força disponível para suportar os pontos fracos resultantes de discordâncias entre seus membros (ou resultantes de outras fontes de perda). [...]. Aqui o princípio social é, assim, uma certa separação das partes em colisão. Devem chegar a um acordo sobre o que cada uma delas faz à outra e devem suportar sozinhas os danos, sem prejudicar a existência do todo (1983b, p, 143).

Sobre isso, SIMMEL (1983b, p. 143) nos apresenta dois métodos como forma de proteção contra conflitos internos em um grupo: a solidariedade orgânica e o isolamento. No primeiro, "o todo supre os danos de conflitos parciais" e no segundo, "o todo se preserva de tal dano" (SIMMEL, 1983b, p. 143). A garantia da manutenção do equilíbrio no grupo dependeria da escolha correta ou da combinação entre esses métodos. Grupos maiores teriam, segundo Simmel, mais chances dessas combinações. Da mesma forma que quanto menores e mais coesos os grupos, maiores as dificuldades nessa combinação.

Como tipos sociológicos que excluiriam a competição, Simmel apresenta a família e os grupos religiosos. O olhar de Simmel, nesse caso, estaria contextualizado em sua realidade temporal. Hoje, sabe-se, tais grupos dificilmente estariam isentos de competição. Contudo, nos dias atuais, também se admite a possibilidade de que, nos mais diversos tipos sociológicos, para manter a definição de Simmel, há possibilidades de não se encontrar vestígios de competição, embora, essa pareça ser uma condição de exceção.

4.2.3 As formas de hierarquia em ambientes de tendências horizontais: a subordinação e a superordenação a partir de Simmel

A hierarquia é discutida explicitamente por Simmel nos seus escritos sobre as sociedades secretas (1950b, p 356-358). Sua abordagem é rápida e trata a hierarquia como forma de organização de determinados grupo restritos, os quais se desenvolvem sob uma forte ideia de afirmação de poder. [218]

> All system-building, whether of science, conduct, or society, involves the assertion of power: it subjects material outside of thought to a form which

[218] Toda construção de sistemas, seja de ciência, conduta ou sociedade, envolve a afirmação de poder: o que sujeita aquilo que está fora do pensamento a uma forma a qual o pensamento foi moldado. Se isso é verdade para todas as tentativas de organizar um grupo de acordo com princípios, é especialmente verdade para a sociedade secreta, que não cresce, mas é construída, e que pode contar com menos partes pré-formadas do que qualquer sistema despótico ou socialista. Além de fazer planos, além do impulso construtivo, os quais são, eles próprios, expressões de vontade de poder, existe aqui o desafio especial de controlar completamente um grupo grande, potencial e idealmente subordinado de seres humanos, desenvolvendo um esquema de posições com suas inter-relações de classificação. SIMMEL, 1950b, p. 357.

> thought has cast. If this is true of all attempts at organizing a group according to principles, it is especially true of the secret society, which does not grow but is built, and which can count on fewer pre-formed parts than can any despotic or socialistic system. In addition to making plans, in addition to the constructive impulse, both of which, themselves, are expressions of a will to power, there is here the special challenge of completely controlling a large, potentially and ideally subordinated group of human beings, by developing a scheme of positions with their rank interrelations (SIMMEL, 1950b, p.357).[219]

Contudo, quando da leitura de outros de seus escritos, percebe-se que ele aborda formas de interação, as quais não são explicitadas por ele como formas de hierarquia, mas que podem ser compreendidas como exercícios – ou afirmações (*assertion*), como dito na citação acima – de poder, que diferenciam, hierarquicamente, aqueles que as utilizam, ou melhor, aqueles que, por uma determinada condição – posição, por exemplo –, podem utilizá-las.[220] Em Simmel, essas interações são explicadas a partir da abordagem sobre superordenação e subordinação (1950a, 1983d).,

Simmel diz que, de maneira geral, ninguém deseja influenciar de forma completa o outro. "Mais desejável é que esta influência, esta determinação do outro, atue de volta sobre o próprio sujeito" (1983d, p. 107). Desta forma, a própria vontade de dominar seria um caso, segundo Simmel, de interação. Para quem tem o desejo de dominar, esse desejo conecta-se à consciência, por parte de quem o alimenta, de que a condição do outro é resultado de sua vontade. Para Simmel, sociologicamente, está seria "uma forma rudimentar" (1983d, p. 107), já que essa forma de dominação estaria na "consciência de sua eficácia". Pela força, afirma Simmel,

> [...] a associação ocorre tão pouco quanto entre o escultor e sua estátua, embora a estátua também influencie através da consciência de seu próprio poder criativo. A função prática deste desejo de dominação, mesmo nesta forma sublimada, não é tanto a exploração do outro quanto a mera consciência dessa possibilidade. De resto, isto não representa o caso extremo de falta de consideração egoísta (1983d, p. 107).

Mesmo reconhecendo que esse desejo de dominação busca eliminar resistências interiores do subjugado, Simmel entende que o outro a ser dominado representa um valor para

---

[219] Toda construção de sistemas, seja de ciência, conduta ou sociedade, envolve a afirmação de poder: sujeita uma matéria que está fora do pensamento a uma forma que o pensamento moldou. Se isso é verdade para todas as tentativas de organizar um grupo de acordo com princípios, é especialmente verdade para a sociedade secreta, que não cresce, mas é construída, e que pode contar com menos partes pré-formadas do que qualquer sistema despótico ou socialista. Além de fazer planos, além do impulso construtivo, ambos sendo expressões de vontade de poder, existe aqui o desafio especial de controlar completamente um grupo grande, potencial e idealmente subordinado de seres humanos, desenvolvendo um esquema de posições com seus *ranks* de inter-relações. SIMMEL, G. The secret and secret society. In WOLFF, Kurt H. (ed.). **The sociology of Georg Simmel**. Glencoe – IL (EUA): The Free Press, 1950b. p. 305-376. p. 357.

[220] Outros autores como Parsons (1957; 1963) e Lukes (2005), da mesma forma, não explicitam tais interações como formas hierárquicas, mas descrevem-nas de maneira que nos leva a compreendê-las com o tais.

aquele que deseja sua dominação. “Só quando o outro é absolutamente indiferente e um simples meio para finalidades que estão além dele é que foi eliminada a última sombra de qualquer processo de sociação” (SIMMEL, 1983d, p. 108). Seria rara, mesmo nos casos de subordinação clara, a exclusão de toda a espontaneidade. Mesmo sob a exigência de um preço que, quase nunca estaríamos dispostos a pagar, apenas um caso de violação física direta, em uma relação de superordenação/subordinação, destruiria por completo a liberdade do subordinado (SIMMEL, 1983d, p. 108-109).

> Não nos interessa aqui o lado moral dessa análise, mas somente seu aspecto sociológico. Este aspecto consiste no fato de que a interação, isto é, a ação mutuamente determinada, a ação que se baseiam exclusivamente nas origens pessoais, prevalece, mesmo onde frequentemente não é notada. Existe inclusive naqueles casos de superodenação e subordinação – e por esse motivo faz ainda destes casos, forma societárias – onde de acordo com as noções populares, a “coerção” de uma das partes priva o outro de qualquer espontaneidade, e assim de qualquer “influência” ou contribuição real ao processo de interação (grifos do autor) (SIMMEL, 1983d, p. 109).

Simmel preocupa-se em “esclarecer a espontaneidade e a cooperação do sujeito subordinado” (1983d, p.109), evitando, assim, um olhar superficial sobre a condição daquele em um processo de interação social. O esclarecimento de Simmel vem, primeiramente, a partir dos conceitos de “autoridade” e “prestígio”. A autoridade, segundo ele, pode se manifestar de duas formas: a partir de elementos pessoais ou a partir de elementos externos, como as instituições as quais um indivíduo pode pertencer. “Uma pessoa de importância ou força superior pode adquirir, em seu círculo social mais próximo ou mais remoto, uma relevância esmagadora de suas opiniões, uma fé, ou uma confiança que tem o caráter de objetividade” (SIMMEL, 1983d, p. 109).

Da mesma forma, a autoridade pode se estabelecer por meio de um “poder supra-individual” [SIC], uma instituição da qual o indivíduo faça parte e confira a ele uma condição de credibilidade, uma reputação, que não surgiria automaticamente por seus méritos pessoais. Nesse caso “a autoridade cai sobre a pessoa, por assim dizer, enquanto no caso tratado antes, surge de qualidades da própria pessoa” (SIMMEL, 1983d, p. 110). Nas duas formas, existe uma transformação, uma transição, da situação pessoa para a condição de autoridade, quando, acredita Simmel, “entra em cena a fé, mais ou menos voluntária da parte sujeita à autoridade” (1983d, p. 110). A transformação seria, então, realizada por aquele que acredita na autoridade.

> O elemento subordinado participa de um evento sociológico que exige sua cooperação voluntária. Na realidade, a própria sensação de “opressão” sugere que a autonomia da parte subordinada é na verdade pressuposta e nunca eliminada (grifos do autor) (SIMMEL, 1983d, p. 10).

O prestígio, por sua vez, precisa de elementos de "importância subjetiva". É preciso que haja a identificação da personalidade de quem o possui com "um poder ou norma objetivos" (SIMMEL, 1983d, p. 110). No prestígio, a liderança é definida, exclusivamente, por méritos pessoais de um indivíduo. O prestígio advém da capacidade, considerada como superior, de arregimentar, segundo Simmel, "seguidores incondicionais" (1983d, p. 110).

A autoridade pode, acredita Simmel, apresentar uma forma de liberdade mais ampla que o prestígio de uma liderança carismática. Entretanto, do ponto de vista de quem é liderado, sob a ótica da autoridade pode-se estar mais indefeso, enquanto diante de alguém possuidor de prestígio sempre existirá uma certa consciência de espontaneidade. No prestígio parece advir exclusivamente de fundamentos da personalidade, "com sua inalienável liberdade" (SIMMEL, 1983d, p. 111). "Mas de qualquer forma que interpretemos a liberdade, podemos dizer que ela está presente em alguma medida – mesmo que não seja na medida que supomos – onde quer que haja o sentimento e a convicção de liberdade" (SIMMEL, 1983d, p. 111).[221]

Ainda sobre superordenação e subordinação, cabe discutir o que Simmel nos traz acerca do indivíduo melhor posicionado em um grupo, portanto, superordenado: além de ser dependente, de alguma forma, das relações com aqueles subordinados, ainda se vê dependente de suas próprias decisões, ou decisões conduzidas, direta ou indiretamente, por sua influência. Ao se estabelecer uma unidade ideal, tende-se a despersonalizar as relações, surgindo, assim algo que pode ser visto como o poder ideal; um poder objetivo que estaria acima de todas as formas de superordenação ou subordinação. Alguém em uma posição de liderança ou comando exerceria tal poder como o "representante mais próximo desta força ideal objetiva" (SIMMEL, 19833, p.115).

Vemos aqui a subordinação, inclusive dos considerados superiores, a algo maior que qualquer posição no grupo. Um chefe estaria, assim, subordinado a uma determinada decisão tomada por ele mesmo. Em casos de grupos mais horizontais, todos estariam subordinados a uma norma, um princípio, uma decisão, elaborada pelo próprio grupo. Aquela decisão, norma, ou princípio transformado em "lei", adquire objetividade, afastando-se de sua "origem pessoal-

[221] Simmel, nesse momento, faz um esclarecimento sobre sua abordagem ao prestígio que me parece importante ser reproduzida aqui: "Aqui – e por analogia em muitos outros casos – a questão não consiste em definir o conceito de prestígio, mas apenas verificar a existência de uma certa variedade das interações humanas, sem nenhuma consideração por suas designações. Todavia, muitas vezes, a apresentação começa propriamente com o conceito que o uso linguístico torna relativamente mais adequado para a descoberta da relação, porque a sugere. Isto parece um procedimento meramente definitório. Na verdade, porém, o empenho não é nunca de encontrar o conteúdo de um conceito, mas de descrever, de preferência, um conteúdo real, que, somente ocasionalmente, tem a chance de estar abrangido, mas ou menos, por um conceito já existente" (1983d, p. 111, nota explicativa).

subjetiva" (1983e, p. 116). Estabelece-se que, tanto os que mais influenciam, como os que mais são influenciados, devem ser subordinados.

Os exemplos apresentados por Simmel referem-se a relações contextualizadas em sua época, entretanto, é possível atualizar esses exemplos de duas formas: trazendo diretamente para as relações trabalhistas atuais, algumas bem próximas às do final do século IX, início do século XX; e adequando a outras relações, comuns atualmente, as quais podem ser consideradas mais horizontais. Apresentarei exemplos da segunda situação mais adiante. Agora, vale salientar a importância do processo de tornar uma ideia impessoal, conduzindo-a a uma condição objetiva e, assim, poder enxergar um grupo como um todo "sob uma idéia [SIC] dominante, que dá a cada um de seus membros uma posição igual ou aproximadamente igual, em comparação com todos os que estão de fora" (SIMMEL, 1983e, p. 120).

4.3 A NATUREZA POLÍTICA DAS REDES E IMPLICAÇÕES EM SUAS RELAÇÕES DE FORÇA

4.3.1 Do político

"Se falássemos um pouco de política?" A frase é de Bruno Latour (2004, p. 11) e traz consigo um excelente gancho quando queremos falar sobre redes de ou com a participação de ONGs. A discussão que Latour invoca em seu artigo toca em pontos cruciais para a abertura de algumas daquelas que ele chamaria de "caixa preta" desas redes.[222]

Uma rede de ONGs ou com a participação delas pode ser vista como um espaço de negociação.[223] Seja sob sua Ideia-Força,[224] seja para fora de suas fronteiras. São essas negociações que abrem caminho para o alcance dos objetivos: os coletivos, a partir da Ideia-Força; ou os individuais, a partir de cada nodo da rede. A própria conquista da participação implica na capacidade de negociar de cada membro e da rede como uma organização; por sua

[222] Sobre "caixa preta" tratarei mais especificamente no próximo capítulo. Por agora, entendamos por caixa preta alquilo que deixa de ser objeto de controvérsias e passa a ser algo indiscutível, por ser entendido com ser algo definitivamente resolvido, ou por resultado de um forte processo de convencimento, tornando-se algo "definitivamente resolvido".

[223] Uma posição confirmada nos resultados da análise dos dados coletados nessa pesquisa. NO será melhor explicado nos capítulo 6 e 7.

[224] Conceito que irei discutir ao longo do trabalho. Entretanto, acredito ser importante dizer, desde já, que entendo a Ideia-Força como o propósito pelo qual a rede se constituiu e se mantém organizada.

representação coletiva. E se falamos de negociação, falamos de política. Ou melhor, como aponta Latour (2004), falamos da palavra política. Aclarando essa 'palavra política', Latour nos diz:

> A política, como a ciência, o Direito ou a religião constituem-se, é certo, em instituições heterogêneas que pertencem simultaneamente ao conjunto dos regimes de enunciação, mas gostaria justamente de suspender, por um tempo, todas as definições de instituições, de sujeito, de gênero, de agentes políticos, que nos deixariam na dependência de um certo tipo de *conteúdo*, para me fixar em um regime de palavra, em um tipo particular de *continente*. Podemos ser deputados na assembleia e não falarmos de maneira política. Inversamente, podemos nos encontrar em família, num escritório, em uma empresa, e falar politicamente de uma questão qualquer, mesmo que nenhuma das palavras pronunciadas indique que elas pertencem de algum modo ao domínio político (2004, p.13, grifos do autor).

Costuma-se não falar do político, em se tratando das relações internas em redes de ONGs. Esse receio de – ou do – ser político pode estar por detrás desse "esquecimento" em tratar essas coalizões como um ambiente prioritariamente político. O sentido desse espaço de negociação, esse espaço da política, muitas vezes é distorcido por exigências éticas contestáveis, com origem em análises superficiais do que seria a palavra política.

> Dizer da palavra política que ela é 'distorcida', não possui a mesma significação se tomarmos por modelo ideal de proliferação aquele da linha reta ou aquele da linha torta. Para desenhar um quadrado, as linhas retas são bem úteis; mas elas não são cômodas para dar conta de uma elipse. No primeiro caso, o falar político é julgado por um tipo de exigência que não lhe diz respeito em nada; no segundo caso, ele se faz, ele próprio, o juiz do que busca desenhar: seu problema não é mais o de se afastar ou não da retilínea direita, mas de verificar se ele traça ou não uma *boa* curva. (...) deveríamos ser capazes de emancipar o falar político da dominação – da ditadura – da palavra reta (LATOUR, 2004: 16, grifo do autor).

Ainda no pensamento de Latour: "o falar político só aparece como mentira em contraste com outras formas de verdade". (2004., p. 18) O falar político busca, segundo Latour, "o público como totalidade provisoriamente definida".[225] Um público delimitado por um tempo que validará a palavra ou a tornará falsa (2004, p. 18). Portanto, o falar político valida sua verdade enquanto existir aquilo que Latour chama de retomada do "trabalho contínuo de delineamento e da materialização do grupo que ela procura construir" (2004, p. 18-19). Em caso de suspensão desse trabalho, elas serão tidas como falsas. Não caberia, então, analisar a fala política a partir do verdadeiro ou do falso, como uma escolha direta. A análise deveria

[225] Cito a Latour naquilo que ele chamou de público: "não se trata daquilo que se opõe ao privado, mas daquilo que resulta das consequências inesperadas e invisíveis das ações. O público não é, portanto, a vontade geral, nem o Estado, nem o 'bem público', mas apenas o que nos escapa, o que perseguimos cegamente e para cuja perseguição autorizamos especialistas tão cegos quanto nós" (*op.cit.*, p.18)

considerar que verídico seria tudo aquilo que manteria o grupo vivo, existindo, e mentira o que interrompesse esse processo.

A literatura sobre ONGs dá conta que as ações desses atores, sobretudo em sua origem, tendem ao campo político.[226] Essa mesma tendência pode se verificar quando as ações são conduzidas a partir de redes de, ou com a participação daquelas organizações. Vemos nos estudos de Ranabold e Pinzás que as primeiras redes da região da América Latina instalam-se, em meados da década de 1970, para executar um trabalho com foco político. "Poder-se-ia falar de uma 'primeira geração' de redes, cujo foco era fundamentalmente político, da mesma forma que o era o das instituições ou ONGs ativas nesses anos" (2003, p. 11).[227]

Os mesmos autores apresentam o que eles definiram como "segunda geração de redes" (2003, p. 12), surgida nos anos de 1980, como redes dirigidas a temas emergentes daquela época – gênero, agroindústria e agroecologia, intercâmbio de aprendizagem, prestação de serviços, execução de projetos. Nos anos 1990, com o surgimento do que os autores chamaram de "terceira geração de redes", o foco, dizem eles, "retorna" à ação política.

> Se podría hablar de una "tercera generación" de redes, no incluida en nuestra muestra de redes encuestadas pero sí en algunas de las entrevistas. Se trata de agrupaciones de instituciones que trabajan democracia y ciudadanía, vigilancia social, sociedad civil, desarrollo local y descentralización, temas nuevos en el quehacer y en la agenda de las ONGs. (…). Resulta interesante notar que ONGs y redes parecerían haber completado un círculo y vuelto a centrar sus actividades en un trabajo de orientación básicamente política (RANABOLD; PINZÁS, 2003, p. 12, grifos dos autores).[228]

Entendo que a "orientação política", de que falam os autores, constantemente acompanhou esses arranjos sociais chamados de redes de ONGs. Os temas tratados pelas redes que os Ranabold e Pinzás (2003) denominaram como sendo da "segunda geração"– gênero, intercâmbio de aprendizagem, execução de projetos entre outros – seguiam se valendo do viés político. A década de 1980 foi de retomada da construção político-democrática na região e exigia cautela por parte dos atores da sociedade civil. Ainda não se sabia até onde os governos, muitos deles militares, tolerariam ações mais críticas do ponto de vista político, mas este

---

[226] Basicamente, toda a literatura que trata de ONGs usada neste trabalho apresenta, explicita ou implicitamente, essas organizações como atores do campo político. Como alguns exemplos temos: FERNANDES, 1994; MONTENEGRO, 1994; LANDIM, 1998; RANABOLDO & PINZÁS, 2003; MADIZABAL, 2006, 2008; FONTES, 2011.

[227] RANABOLDO, Claudia; PINZÁS, Teobaldo. **¿La unión hace la fuerza?** Estúdios sobre redes en el desarrollo sostenible. Lima e La Paz: ICCO e ETC Andes, 2003. p. 11. (Tradução minha).

[228] Poder-se-ia falar de uma "terceira geração" de redes, não incluída em nossa amostra de redes pesquisadas, mas sim em algumas das entrevistas. Se trata de agrupamentos de instituições que trabalham democracia e cidadania, vigilância social, sociedade civil, desenvolvimento local e descentralização, temas novos na ação e na agenda das ONGs. É interessante notar que ONGs e redes parecem ter completado um círculo e voltado a centrar suas atividades em um trabalho de orientação basicamente política. *Ibid*., p. 12.

componente estava presente nas ações e, principalmente, nas discussões internas daquelas redes.

Na realidade, as ações executadas em rede (de ONGs, nesse estudo de Ranaboldo e Pinzás) tendiam a privilegiar objetivos que, direta ou indiretamente, estavam voltados às ações governamentais e as políticas públicas advindas delas. Nos anos 1990, com a situação política mais estabilizada em direção à consolidação de democracias, houve mais espaço para que se atuasse de forma aberta, com críticas mais contundentes aos governos. Entretanto, isso não significaria, necessariamente, um retorno ao viés político, uma vez que esse nunca deixou de existir. Temos sim, acredito, uma revisão de estratégias e discursos, os quais se apresentavam mais diretos.

Há que se guardar as diferenças, contudo, como os próprios autores reconhecem. A "luta política" da década de 1970 era outra quando comparada com as questões políticas das décadas de 1980, 1990 e, principalmente, de hoje. Na primeira, a América Latina tentava sobreviver a governos autoritários, a ambientes políticos não participativos, totalmente verticalizados, a práticas políticas opressoras por parte das instituições oficiais, muitas vezes, com apoio do setor empresarial, o detentor do capital econômico; era um momento cujo público principal das instituições sociais concentrava-se, principalmente, no campo ou nos ambientes vistos como da classe proletária. Essa situação se acirra em meado daquela década e segue assim até meados da década de 1980, quando alguns países da região iniciam uma restauração de suas democracias. Nesse período temos uma atuação de resistência.

Nos anos 1990, o movimento era outro. As (re)aberturas políticas já haviam conduzido a sociedade civil latino-americana e, com ela, as próprias ONGs e suas redes, a buscar interesses distintos como participação e incidência política, controle social, ações de empoderamento. Contudo, nem as práticas de atenção direta, tão fortes nos anos 1980, nem temas emergentes naquela década, desapareceram na década seguinte. Os anos 1980 foram anos de crises econômicas, como a crise do petróleo, de amplitude global; crises que se estenderam – elas próprias ou seus reflexos – pela década de 1990. Isso, de alguma forma, forçava os movimentos sociais e, principalmente, as ações coletivas da sociedade civil, agora mais institucionalizados e com articulação global, a voltarem-se para temas como globalização e a crescente exclusão social (HAMEL; MAHEU, 2006, p. 262).

Mais recentemente, como uma característica que teve início no fim do século XX e que se fortalece no século atual, vemos a presença, cada vez mais significativa, do setor detentor do capital econômico naqueles espaços sociais, antes ocupados quase que exclusivamente, primeiro, pelos movimentos sociais e depois, de forma compartilhada, pelas chamadas ONGs.

Essa convivência parece incentivar duas práticas, teoricamente, antagônicas: a colaboração e a competição.

Com o redirecionamento dos recursos da cooperação internacional,[229] as corporações lucrativas converteram-se em uma clara fonte de recursos econômicos e, portanto, atores que se estabelecem como candidatos a uma potencial relação de troca.[230] Por outro lado, esses mesmos atores têm definido a atuação em rede como modelo a ser apoiado, forçando as organizações a buscarem esse tipo de ação coletiva. Fica estabelecida, assim, uma clara ação colaborativa.

Da mesma forma, a competição também surge em duas frentes: a primeira, com as próprias corporações, com quem se disputam aqueles espaços sociais, antes frequentados apenas pelas organizações oriundas da sociedade civil, principalmente dos movimentos sociais e, de certa forma, o espaço político pela influência no pensar dos demais atores da sociedade; a segunda frente seria uma competição direta entre pares pelos recursos disponíveis a partir daquelas corporações. Sobre isso, Breno Fontes nos diz que:

> Fator muito importante a ser considerado é que as ONGs – diante de um quadro de uma relativa escassez de recursos – constroem estratégias para alocar recursos onde deve ser considerado o fato de que há de fato uma competição relativamente acirrada entre suas congêneres (2011, p. 73-74).

Mas, ainda há outra frente de colaboração, independente das corporações lucrativas, ou qualquer outra fonte de recursos. Como já vimos em capítulos anteriores, as ONGs têm atuado em conjunto antes mesmo de apoiadores/financiadores definirem redes como um modelo potencializador de ações e redutor de custos.[231] As ações coletivas das organizações não governamentais, se considerarmos a história do termo, existem desde o primeiro momento de atuação dessas instituições; antes mesmo de serem rotuladas oficialmente como ações em rede.[232] Essa atuação coletiva, a qual tem se apresentado, cada vez mais, como um modelo predominante entre as chamadas ONGs, desenvolve-se com um objetivo político e estabelece um ambiente de ação e convivência, da mesma forma, eminentemente político.

---

[229] A América Latina, à exceção de alguns países, deixa de ser um foco de atenção da cooperação internacional, tanto governamental como não governamental – a segunda talvez como consequência da primeira..
[230] *Cf.* capítulo 3, seção 3.2.2.
[231] *Cf.* capítulo 2.
[232] Apenas como uma referência, se tomarmos como marco cronológico o surgimento do termo Organização Não Governamental, deslocamo-nos para o fim da primeira metade do século XX, quando da criação da Organização das Nações Unidas – ONU.

4.3.2 Das relações de força

Quero ilustrar essa seção com o evento ocorrido no Brasil no ano de 2013; especificamente, no mês de junho de 2013. Tratam-se das manifestações, que ocorreram naquele período em todo o país, supostamente sob o tema do Passe Livre.[233] Durante aquelas manifestações, diferentes grupos dividiram os espaços públicos, as ruas, as lentes de fotógrafos e cinegrafistas. Entretanto, mesmo que meios de comunicação insistissem em um tema único, aqueles grupos não compartilhavam as mesmas ideias, interesses, temas; e, em alguns momentos, pareciam participar de uma árdua disputa de forças.

Para citar alguns exemplos, grupos, notadamente político-partidários, quando, durante as passeatas, levantaram as bandeiras de seus partidos, passaram a ser hostilizados por grupos, os quais, assim se diziam, 'defendiam a democracia'. Outro 'conflito' pareceu tomar forma no protesto de grupos autoproclamados de esquerda dirigidos à participação de grupos vistos pelos primeiros como de tendência direitista. Aquele foi um movimento – uma mobilização, uma ação – tido como horizontal, portanto deveria ser antagônico a ideias de hierarquização. Naqueles conflitos, contudo, houve vitoriosos e esses vitoriosos impuseram suas vontades.

Para contextualizar aquele momento, começo citando Luis Felipe Miguel:

> Nos últimos trinta anos, a democracia eleitoral viveu uma fantástica expansão no mundo – aquilo que Samuel Huntington rotulou como "terceira onda" democratizadora, com o colapso de dezenas de regimes autoritários e totalitários. No entanto, outro processo, contraditório, ocorreu de forma simultânea: a deterioração da adesão popular às instituições representativas. É possível detectar uma crise do sentimento de estar representado, que compromete os laços que idealmente deveriam ligar os eleitores a parlamentares, candidatos, partidos e, de forma mais genérica, aos poderes constitucionais. (2003, p. 123)

O autor sustenta sua afirmação com base em "três conjuntos de evidências, relativas ao declínio do comparecimento eleitoral, à ampliação da desconfiança em relação às instituições, medida por surveys, e ao esvaziamento dos partidos políticos" (MIGUEL, 2003, p. 124). A questão do comparecimento eleitoral seria de difícil constatação no Brasil devido ao caráter de obrigatoriedade do voto. Eu não poderia analisar neste trabalho se há ou não um esvaziamento dos partidos políticos brasileiros. Entretanto, a desconfiança e o descrédito em relação às instituições podem ser observados analisando-se pesquisas dedicadas a avaliar a credibilidade

[233] O tema Passe Livre foi apresentado pelo Movimento Passe Livre de São Paulo que se autodenomina como "um grupo de pessoas comuns que se juntam para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade" (<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>).

de instituições públicas diante de temas como corrupção e capacidade de reformas políticas favoráveis à democracia.[234]

Movida, talvez, por essa insatisfação, uma parcela da população brasileira foi às ruas demonstrar que queria mudanças, queria algo novo, diferente do que lhe era dado pelas instituições e atores públicos do país. O estopim daquele momento teria sido, apontavam alguns, o aumentou nas tarifas dos transportes públicos. Com a consolidação dessa medida, o Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo convoca uma série de manifestações contrárias àquela decisão.[235]

Durante uma das passeatas – no dia 13 de junho, especificamente -, a Polícia Militar do estado de São Paulo foi acionada e atuou, segundo consideraram os analistas – sejam do meio acadêmico, sejam consultores/assessores de meios de comunicação – com o uso excessivo da força. Essa ação policial foi registrada por câmeras, tanto dos manifestantes, como de alguns veículos de comunicação, presentes naquele momento. Uma cena, em particular, chamou a atenção da grande mídia e foi ao ar no telejornal brasileiro de maior audiência: a cena de um rapaz, apartado do grupo de manifestantes, e espancado por quatro ou cinco policiais militares, armados com cassetetes. Esta cena, somada à imagem de uma jovem jornalista que cobria o protesto, [236] ferida por uma bala de borracha, supostamente disparada pelos policiais, converteram-se em manifestações de indignação por parte de muitos dos espectadores e foram assunto de discussões nas medias sociais.[237]

Isso pareceu despertar o interesse coletivo pelo protesto. De imediato, houve uma mobilização para a tomada das ruas, em resposta aquilo que foi entendido como 'um abuso', por parte do Estado. Por meio do 'boca-a-boca', em um âmbito mais próximo; do celular, dentro do ciclo de relacionamento direto de cada um; e das mídias sociais – notadamente, Facebook e Twitter –, essa de forma expandida – contatos diretos e contatos dos contatos. No dia seguinte àquela manifestação que gerou os eventos citados acima já havia outras mobilizações nas ruas de algumas cidades.[238] Começa, então, toda uma movimentação para um grande protesto nacional, a ter lugar no dia vinte de junho. O tema 'gancho': as tarifas dos transportes públicos.

A repercussão nos meios políticos seguiu o ritmo da mobilização das ruas. Prefeitura da Cidade e Governo do Estado em São Paulo vieram a público com suas justificativas. De início,

---

[234] Um exemplo de pesquisa é a realizada pela organização Transparência Internacional, disponível em: <http://files.transparency.org/content/download/604/2549/file/2013_GlobalCorruptionBarometer_EN.pdf>.
[235] Ver o programa Roda Viva de 17/06/2013, em http://www.youtube.com/watch?v=BYASRwXiQ4g .
[236] A jornalista em questão chamava-se Giuliana Vallone e trabalhava para a TV Folha.
[237] Outras imagens da ação policial contribuíram com a indignação dos que assistiram às reportagens, mas essas duas imagens forma as mais comentadas nos ciclos que frequentei naquele momento.
[238] São Paulo e Rio de Janeiro, seguramente.

a posição de ambos parecia estar em lados opostos, mas quando seus discursos demonstravam não ter eco nem na população – aquela indignada -, nem na grande mídia, teceram uma inusitada e momentânea aliança,[239] tentando explicar o que parecia não ter explicação. E parecia não ter explicação porque, aparentemente, não se sabia exatamente o que se explicar. O foco foi todo concentrado na questão do valor das tarifas dos transportes públicos, como em resposta aquilo que parecia ser a única e verdadeira causa das mobilizações.

Até aquele 20 de junho, sucederam-se manifestações – em São Paulo, principalmente, mas também em outras cidades. A grande mídia reforçava o olhar na questão das tarifas dos transportes público; alguns gestores públicos se anteciparam e reduziram as tarifas de ônibus em seus estados e municípios; tudo levava a crer que aquele era o tema; era aquela a ideia-força que conduziria todo o processo.

O dia 20 chegou e o que se viu nas ruas ficou longe de um olhar único. O tema dominante das tarifas dos transportes existia principalmente na mídia e nos discursos dos políticos; também estava nas manifestações, mas não era mais o centro da questão. Junto com ele, surgiu uma pluralidade de reivindicações. Temas outros emergiram e ganharam força e interesse. Já não se conseguia definir, ao certo, a origem da convocatória de tal mobilização. Ali, havia uma ação coletiva. Ou várias delas, resumidas em um grande evento, aparentemente único, mas de fato bastante diverso.

> *Ações coletivas* tem sido geralmente utilizado, mesmo na academia, como um conceito empírico para se referir a toda e qualquer forma de ação reivindicativa ou de protesto realizada através de grupos sociais, tais como associações civis, agrupamentos para a defesa de interesses civis ou públicos comuns, organizações de interesse público" (SHERER-WARREN s/d, p. 1, grifo da autora).

Segundo Charles Tilly e Sidney Tarrow (2007, p. 5), ações coletivas significam coordenar esforços em prol de um interesse compartilhado. Essa ideia de interesse comum compartilhado, remete à ideia de rede, uma característica, apontada por Hamel e Maheu (2006, p. 261) como da atuação dos novos movimentos sociais. Chamarei esse interesse comum compartilhado, olhando para a ação em rede, de Ideia-Força, um conceito já apresentado neste trabalho, mas que reforço aqui como aquilo que inspira as redes e que fomenta suas articulações. Temos então, ao menos a partir do que foi visto naquelas manifestações, uma ação coletiva, movida, aparentemente, por um interesse comum e conduzida por um movimento institucionalizado, mesmo que não legalmente: o MPL.

[239] A Prefeitura da Cidade de São Paulo é do Partido dos Trabalhadores (PT), e o Governo de São Paulo é do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), inimigos políticos na história recente do Brasil.

Olhando dessa maneira, poderíamos concluir que tínhamos uma organização – formalizada ou não – convocando outras organizações – havia grupos organizados, ONGs, representantes de coletivos, atuando nos protestos. Teríamos, então, organizações convocando organizações para uma atuação comum, segundo uma determinada Ideia-Força. Teríamos uma ação em rede. Uma rede de redes, na verdade.

Temos, então, uma rede; que me permitirei definir, sem pretensões de aprofundamento como um sistema organizado sob uma Ideia-Força. Essa Ideia-Força, por sua vez, só existe por meio da ação dessa arquitetura atuando sob ela – a própria rede – e a partir dos seus nodos. Cada nodo é em si outra rede, trazendo consigo complexidades próprias e razões particulares para querer participar de uma ação coletiva. Trata-se de um todo composto de partes, sem significar, contudo, que o todo possa ser visto como a simples junção dessas partes, ou que cada parte seja igual ao todo, ou que as partes sejam iguais entre elas. Cada parte, cada nodo, quer ver seus interesses específicos incorporados à Ideia-Força porque quando se olha uma rede de organizações o que se enxerga não é a rede materializada em seus nodos/componentes, mas a rede materializada em sua Ideia-Força.[240]

Sherer-Warren (s/d, p. 2-3) diferencia, no universo das "redes organizacionais de mobilização da sociedade civil ou redes propositivas de políticas sociais ou públicas", os Coletivos em Rede e as Redes de Movimentos Sociais. O primeiro "refere-se a conexões entre organizações empiricamente localizáveis" (SHERER-WARREN, s/d, p. 2-3) – articulações entre ONGs trabalhando em uma mesma esfera temática, por exemplo. Enquanto a segunda refere-se, pois, a uma comunidade de sentido que visa a algum tipo de transformação social e que agrega atores coletivos diversificados, constitutivos do campo da sociedade civil organizada: Entretanto, tomando por base as definições de Sherer-Warner, tem-se visto arquiteturas de redes híbridas, o que nos leva a considerar a possibilidade de se encontrar Redes de Movimentos Sociais com a participação – cliques, talvez – de Coletivos em Redes.

Olhemos outro componente que circunda esse modelo de atuação coletiva que é a rede. O componente participação, acredita-se, é uma das bases para essa relação coletiva. Cito o pensamento de Pedro Demo para afirmar que participação implica em conflitos, em relações de força. Ele afirma que "participação realista é aquela que toma a sério o poder, não aquela que o ignora, pois nisto vai a primeira ingenuidade, ou esperteza, dependendo do ponto de vista, se de cima, se de baixo" (DEMO, 1988, p.84).

[240] Essa ideia de invisibilização dos nodos de uma rede é reforçada na fala dos entrevistados das entrevistas e do questionário aplicados para esse estudo. A análise dessas falas será apresentada nos capítulos 6 e 7, deste trabalho.

Atuação em rede se entende como um espaço para ações coletivas. No entanto, também se enxerga na proposta de rede a possibilidade de expansão dos objetivos individuais de cada um dos atores envolvidos.[241] Assim, não é incomum ver os nodos de uma rede tentando ocupar um espaço que favoreça, dentro da rede, o desenvolvimento de seus objetivos. Em alguns momentos, foi possível enxergar essas características naquelas manifestações. E aqui, quero voltar a junho de 2013, no Brasil.

Quando falamos de redes e de institucionalizações, estamos falando de formas específicas de organizações: algumas, formalmente legalizadas, outras, organizadas a partir de normas acordadas, mas, no sentido legal, informalmente constituídas. "Todavia, há formas de protestos sociais de maior abrangência, por um lado, e mais conjunturais, por outro, compondo o terceiro nível organizacional" (SHERER-WARREN, s/d, p. 5). Ilse Sherer-Warren chama a isso de "mobilização na esfera pública" (s/d, p. 5).

Para ela, "mobilizações na esfera pública: diz respeito às marchas ou manifestações, no espaço público local, regional ou nacional [...], de defesa da cidadania ou em prol de direitos humanos ameaçados ou a serem conquistados" (s/d, p. 6). Parece-me que os protestos de junho também se enquadrariam nesse conceito. Vimos que a convocação das primeiras manifestações daquele junho foi atribuída ao Movimento Passe Livre e, mesmo com a incorporação de outros grupos àquele movimento, o tema de interesse, a Ideia-Força, que mais era visibilizada permaneceu sendo a pauta do MPL (as tarifas dos transportes públicos), que afirmava que aquela era uma discussão política (OLIVEIRA; CAMPELLO, 2013).

Um dos líderes do MPL – ainda antes da grande manifestação do dia 20 de junho – afirmaram, em um programa televisivo (Programa Roda Viva da TV Cultura), quando questionado sobre o principal tema das manifestações, que estava muito claro que a questão central daqueles protestos era o aumento da tarifa dos transportes públicos, referindo-se, inclusive – e talvez, principalmente, dada à pergunta do entrevistador – às manifestações ocorridas após a divulgação das imagens descritas no início desta seção (OLIVEIRA; CAMPELLO, 2013), mesmo reconhecendo a existência de outras pautas, citando, inclusive a questão da violência policial que veio a público com as imagens dos eventos do dia 13 de junho, reivindicando, assim, para o MPL o protagonismo quase que exclusivo da ação de convocação dos protestos, mesmo os que vieram depois do dia 13 de junho.

O *website* Causa Brasil[242] organizou uma espécie de medidor de temas principais que permitia uma visão, ainda que não totalmente confirmada, sobre qual pauta estava no centro

[241] *Cf.* capítulo 6 e 7. Análise dos dados coletados, os confirmam essa afirmação.
[242] http://www.causabrasil.com.br/

dos eventos a cada dia daquele período. De fato, por este *website*, o tema do aumento das passagens esteve no centro das reivindicações até o dia 18 de junho, quando o tema 'Qualidade dos transportes urbanos' ocupou esse espaço. Contudo, desde o dia 16 de junho – data inicial do acompanhamento dos temas pelo *website* – outros temas já haviam ganhado força entre os manifestantes, destacando-se 'Democracia', 'Postura da polícia' e 'Governo Dilma Roussef', além do próprio tema 'Qualidade dos transportes urbanos', que viria ocupar o lugar de principal tema de interesse a partir do dia 19 de junho.[243] No dia 20 de junho, dia do ápice das manifestações, o tema que aparecia no centro do medidor era o da 'Segurança' (CAUSA BRASIL, 2013).[244]

Porém, indiscutivelmente, foi o MPL quem se beneficiou politicamente daquele momento: chamou a atenção da Grande Mídia; conseguiu seu objetivo em São Paulo – a tarifa dos transportes públicos foi reduzida –; foi recebido em audiência pela Presidência da República; e teve sua pauta de interesses reconhecida em cidades onde antes mal era conhecido.

Cabe aqui o conceito de 'oportunidade política', definida por Sidney Tarrow como "sinais consistentes, mas não necessariamente formais, permanentes, ou nacionais, para atores sociais ou políticos, que os encorajam ou desencorajam a usar seus recursos internos para formar movimentos sociais" (2012, p. 133).[245] Segundo o autor, mesmo atores fracos e desorganizados podem confrontar adversários poderosos, valendo-se de oportunidades criadas por outros (TARROW, 2012, p. 133). O MPL não era necessariamente desorganizado, mas, no início daqueles eventos, não tinha o alcance nacional que logrou ter no final daqueles eventos.

Nesse caso, uma oportunidade surgiu quando os meios de comunicação divulgaram a repressão policial nos protestos de São Paulo, provocando, involuntariamente, acredito, a reação de um conjunto de grupos, organizados ou não, que, de alguma forma, sentia-se insatisfeito com a situação política do país. Isso, parece-me mais acertado, deu inicio a uma reação em cadeia, de alimentação recíproca. O MPL se valeu dessa reação para fortalecer suas reivindicações, ao mesmo tempo em que vários outros grupos viram na exposição daquele momento – esse sim, realmente convocado pelo MPL – a oportunidade de por nas ruas suas próprias Ideias-Força. Tínhamos instalada uma condição de ação coletiva, em alguns

[243] O website chega ao refine de apontar que essa mudança aconteceu entre 9h e 12h do dia 19/06.
[244] Em Fortaleza, por exemplo, as reivindicações estavam mais centradas nos gastos com estádios de futebol para a Copa das Confederações, evento esportivo que aconteceria naquele mês de junho de 2013. Em Brasília, o tema tarifa de transporte público não apareceu, ao menos nos meios de comunicação. Em Vitória/ES, a violência policial parecia dominar os interesses. E mesmo em Recife, o tema que no início chegou a ser pauta central, não pareceu chegar com fôlego na grande manifestação do dia 20.
[245] TARROW, S. **Stragers at the gate: movements and state of contentious**. Cambridge, MS (EUA): Cambridge University Press, 2012. p. 133. (Tradução minha).

momentos, com característica de rede, e com indícios de certa relação de força e disputa para ocupação de espaço político.

Aquelas foram manifestações de característica horizontal; deveriam ser abertas a quem quisesse participar; embora o MPL estivesse na origem dos protestos, em nenhum momento ficou clara sua convocação para um evento de ordem nacional – ao contrário do que afirmou o Movimento. Mesmo assim, pareceu existir uma diferenciação de ganhos políticos, em favor do MPL; houve, mesmo em uma ação aparentemente democrática e aberta, uma restrição na participação e, portanto, uma demonstração de poder – seja pela reação de grupos que não queriam a presença de partidos políticos e entidades de classe, seja pelos grupos que adotaram estratégias mais agressivas de confronto direto com as forças de segurança, inibindo a participação de grupos a favor de um evento 'pacífico'.

Os confrontos entre diferentes grupos e atores, participantes dos protestos, puderam ser vistos e documentados. E alguns grupos parecem ter logrado êxito em detrimento de outros. Os partidos e entidades de classe não apareceram de forma explicita nas manifestações; os grupos com estratégias de confronto quase monopolizaram os meios de comunicação; e o MPL, já comentamos.

Acrescente-se a tudo isso, como um ator à parte, os indivíduos com seus 'cartazes criativos' pareciam servir como contraponto àqueles, considerados e estigmatizados pela Grande Mídia como vândalos e, mesmo, criminosos. Aqueles cartazes eram o símbolo que os meios de comunicação mais tradicionais queriam apresentar como ícone daquela manifestação 'pacífica' e 'democrática'.

Em algum momento, veio-me a mente uma reflexão feita por Foucault (2003a) sobre o universal e o específico. No texto, Foucault analisa o papel exercido pelo intelectual nas lutas políticas e parece-me possível consultar essa reflexão em uma analogia, mesmo que ainda precária, com as características dessas ações coletivas, comparando-as com as ações coletivas e movimentos sociais de anos atrás. Os movimentos sociais ditos de esquerda costumam reivindicar para si o direito de justiça social. Algumas agremiações políticas igualmente apresentam tal característica. Grupos institucionalizados, também – ONGs, por exemplo. Assim, como o intelectual de um determinando momento histórico apresentado por Foucault, alguns desses movimentos, agremiações e grupos se viam como portadores de uma universalidade referente às lutas sociais. O que se percebe, já há algum tempo, é que essa universalidade cedeu lugar a certa especificidade, com as organizações sociais buscando uma especialização temática. Organizações Não Governamentais, Movimentos como o MPL, ou

mesmo como o Black Blocs, aparecem, como na ideia de Foucault apareciam os professores e as universidades, como “permutadores, pontos de cruzamentos privilegiados” (2003a, p. 9).

Novamente, deparo-me com uma ideia de rede. Não a ideia defendida como a que perpassava as ações coletivas nos anos 1960/70 e que não necessariamente desapareceu com a institucionalização dos movimentos sociais nos anos 1990, vindo a se fortalecer na primeira década dos anos 2000. Uma rede imaculada em sua coletividade e fortalecida em sua universalidade. Falo aqui de uma rede com elementos políticos; um ambiente de conflitos; um espaço para oportunidades políticas, no qual os atores se usam para fortalecer suas ideias individuais. Um modelo de mobilização, de ação coletiva, no qual as hierarquias se dão pela maneira de uso dessas oportunidades políticas. Onde se pode encontrar relações de forças, sem embate direto, mas ainda presentes. Possíveis formas de hierarquias presentes, de alguma forma, em relações com tendências à horizontalidade, ainda sim, relações políticas.

Vimos neste ultima item deste capítulo uma conexão entre redes e política. Uma forma de aprofundar essa relação, com base nessa visão menos maniqueísta de direita ou esquerda, verdadeiro ou falso, preto versus branco, é fazê-lo norteado pela abordagem exposta por Latour sobre esse contínuo na formação dos grupos e, portanto, das redes.

Para trabalhar melhor essa abordagem de inter-relações, ações em rede e poder, trabalharei com o conceito de ‘tradução’, a partir da Sociologia da Tradução, ou a Teoria Ator-Rede. O próximo capítulo será dedicado a entender tal temática.

4.3.3 A estratégia do coletivo

Outro exemplo que quero apresentar, e considero importante para história daquelas organizações, que chamo de ONGs, no Brasil, diz respeito a como uma estratégia de ação coletiva pode fortalecer politicamente um ator, mesmo que esse ator já tenha suas fortalezas. Lembrando que no início deste documento defini ONG, para este trabalho, agora resumidamente, como sendo aquela organização que apresenta seus objetivos vinculados a uma clara plataforma sociopolítica; que atua em campos muitas vezes próximos – quando não iguais –aos campos de atuação do Estado, mas que o fazem não para substitui-lo e sim como forma de apresentar propostas de possíveis políticas públicas, de novas metodologias de atuação social, etc. – uma atuação de *advocacy* e de controle social, por exemplo; organizações que têm

no cerne de seus objetivos a garantia e a defesa dos direitos. Mas, sem a pretensão de apresentar um conceito único, tampouco definitivo.

Até o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, a atuação dessas, aqui chamadas, ONGs contava com um forte apoio da cooperação internacional. ONGIs e/ou organismos oficiais de cooperação internacional, vinculados aos países vistos como desenvolvidos.[246] Tais organizações e organismos apoiavam essas organizações, de forma direta, em suas ações. Uma cooperação que ainda acontece, mas, com uma redefinição de temas, entendidos, por aquelas organizações e aqueles organismos, como prioritários para a região – ainda há apoio para a área de garantia e defesa dos direitos, mas em menor escala. Isso ficou mais forte em relação às organizações da sociedade civil de outros países que estabeleciam laços de cooperação técnico-financeira com organizações brasileiras, aquelas que chamo de ONGIs.

Essas organizações internacionais, no final da primeira década do século XXI acentuaram a estratégia, já existente, de apoiar o surgimento e/ou o desenvolvimento de organizações nacionais vinculadas às suas redes internacionais. Assim, organizações como OXFAM – a família OXFAM, como ficou conhecida –, ActionAid, Save the Children, CARE, entre outras, enxergam no Brasil, que, naquele momento, apresentava bons indicadores econômicos – momento iniciado nas gestões de Fernando Henrique Cardoso e continuado nas gestões de Luís Inácio Lula da Silva –, uma oportunidade de mobilização de recursos, estabelecendo como prioridade atuar no país por meio de uma representação nacional 'oficial',[247] deslocando, de certa forma, a condição de 'cooperação' para a condição de 'competição' com as organizações 'originalmente' brasileiras.

Nessa tendência, algumas articulações começaram a ser estabelecidas com dois intuitos bem diferentes e, por que não, conflitantes em certa medida: o de fortalecer as organizações locais nas capacidades de mobilização local de recursos (Aliança Interage e D3, em Recife, Pernambuco, por exemplo) e estabelecer parcerias locais para a implantação de uma representação nacional de redes de organizações internacionais.[248]

Na esteira desse momento, uma grande organização brasileira, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, foi convidada "a pensar o papel da Oxfam Internacional no Brasil" (IBASE, 2012). Esse convite instigou essa organização a buscar alguns de seus parceiros locais, todos membros da ABONG, para discutir, coletivamente, essa

[246] Para citar alguns exemplos: Comissão Europeia; USAID (cooperação estadunidense); DFiD (cooperação britânica); CIDA (cooperação canadense); entre outras.
[247] Exemplos: CARE Brasil, ActionAId Brasil; Save the Children Brasil.
[248] Algumas organizações internacionais optaram por criar uma organização nacional como membro de sua rede internacional (CARE Brasil, ActionAId Brasil, por exemplo).

proposta, acreditando que esse era um momento politicamente delicado e oportuno para tal debate. Dessa convocatória surge um grupo de discussão conhecido como "Grupo Pedras Negras" (ENTREVISTADO 3; IBASE, 2012, p. 7).

Reproduzo aqui partes do texto que explica a origem daquele grupo e permito-me apresentar um excerto longo do texto original, acreditando que isso facilitará a discussão que virá a seguir:

> O Grupo Pedras Negras (GPN) é um coletivo de dirigentes da Fase, Cecip, Polis, Ação Educativa, Geledés, Inesc, SOS-Corpo, Centro de Cultura Luiz Freire e Ibase, organizações brasileiras de cidadania ativa, todas afiliadas à Abong. O coletivo tem se encontrado [...] para compartilhar seus sonhos, buscas, análises e dúvidas diante dos novos desafios, das responsabilidades e das possibilidades das organizações para continuar com sua missão de contribuir na construção de sociedades mais justas, igualitárias e sustentáveis. O GPN se constituiu a partir de uma demanda que a Oxfam Novib fez ao Ibase para ajudar a pensar o papel da Oxfam Internacional no Brasil. Essa demanda se transformou em um pedido do Ibase a um grupo de seus parceiros no campo das organizações brasileiras de cidadania ativa para pensar conjuntamente tanto a Oxfam Internacional, quanto o nosso próprio futuro e o papel da cooperação internacional.
>
> Os encontros até aqui realizados permitiram reafirmar compromissos comuns, baseados em valores éticos e visões estratégicas compartilhadas ao longo de uma história profundamente ligada ao processo de democratização do Brasil. Constituímo-nos e nos legitimamos na luta contra a ditadura, na educação popular e no fortalecimento de movimentos sociais, nos mobilizamos pela nova institucionalidade cidadã, criada pela Constituição de 1988, participamos ativamente de redes, fóruns e conselhos, realizamos campanhas, monitoramos e avaliamos políticas públicas, e progressivamente, internacionalizamos nossas agendas e nossa atuação [...]. Agimos localmente com uma perspectiva mundial e incidimos nas temáticas mundiais com uma clara inserção local.
>
> Reconhecemos os riscos e as oportunidades do momento. Sabemos que, coletivamente, podemos assumir compromissos e tarefas que individualmente não conseguiríamos. Mas, acima de tudo, precisamos preservar, renovar e fortalecer a identidade e a autonomia de cada organização brasileira integrante do grupo. Queremos encontrar formas de somar sonhos, ideias e forças que nos potencializem e não absorvam ou comprometam nossa individualidade como sujeitos. A diversidade de nossas inserções, práticas e de nossos métodos são nosso 'patrimônio/matrimônio' e fortaleza. Ela é base para que o coletivo tenha viabilidade política e seja uma real novidade, um coletivo de novo tipo.
>
> Reconhecemos e valorizamos a oportunidade que a Oxfam Novib nos deu para constituir o GPN. Mas reafirmamos que não nos afiliamos a este ou aquele ator da cooperação internacional hoje existente. Queremos nos capacitar para estabelecer relações estratégicas de cooperação mais simétricas com todas as agências e sujeitos que compartem conosco valores, visões e propostas, onde nós também cooperamos no sentido de desenvolver ações que incidam nas estruturas e nos processos que possam moldar sociedades mais justas, comprometidas com a diversidade, democráticas e sustentáveis.

> O GPN não substitui e nem compete com a Abong. Não se pensa como representação. Quer encontrar novas formas de atuar para potencializar a incidência de cada organização membro do GPN e refazer seu modo de ser, suas bases de existência. As organizações participantes têm um claro compromisso em fortalecer a Abong e o campo das ONGs (IBASE, 2012, p. 20).

O convite – ou proposta – feita àquela organização e seu desdobramento específico cabe ser discutido em um estudo específico; aqui, o interesse está na consequência política de tal convite. Essa discussão sobre a proposta àquela organização é provocadora de outras discussões consideradas relevantes

> Foi uma ótima discussão [...] desse debate, gerou um novo debate que foi uma tomada de consciência que nós estávamos muito desafiados a avançar no diálogo sobre a necessidade de uma política de Estado para a cooperação internacional. Era exatamente assim que a gente chamava: Política de Estado para a Cooperação Internacional. Por quê? Porque a gente via que, nem do ponto de vista jurídico, nem do ponto de vista político nós estávamos sustentados, digamos assim, [...] na sociedade brasileira. Nós éramos organismos muito vulneráveis. Não só conceitualmente, por causa dessa disjuntiva ONG ou sei lá o quê, como também juridicamente (ENTREVISTADO 3).

O Entrevistado 3 ainda entende que o Grupo Pedras Negras tenha sido uma espécie de "laboratório analítico da própria situação das ONGs do campo ABONG diante de uma oferta externa de avançar sobre a identidade internacional no Brasil". Essa questão – o convite feito ao IBASE – não gerou embates no âmbito do grupo, mas funcionou como um alerta para avançar na discussão para uma "política de Estado para a cooperação cidadã"(ENTREVISTADO 3);[249] cidadã exatamente para "dar uma ampliada no espectro, para não ficarem só as grandes ONGs, nem só as ONGs do campo ABONG". Era o reconhecimento da existência de um amplo universo de organizações; outras organizações que "estavam também soltas" (ENTREVISTADO 3).

Assim, inicia-se o desenho daquilo que viria a ser o MROSC.[250] Nesse ambiente é possível encontrar uma grande diversidade de organizações que vão desde redes, fóruns e articulações (ASA – Articulação Semiárido Brasileiro é um representante desse grupo), passando por organizações locais, nacionais e membros de redes internacionais (Caritas Brasileira, KNH Brasil, Médicos Sem Fronteira Brasil, entre outros), cooperativas, grupos com vínculo religioso (a Pastoral da Criança é um deles), movimentos sociais (MST, por exemplo), até institutos, fundações e organismos empresariais ou vinculados a empresas com fins

[249] A expressão apresentada pelo Entrevistado 3, foi proposta por Cândido Gribovisk, Diretor Geral do IBASE à época. Hoje, Assessor da Direção.
[250] Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil (*cf.* capítulo 2, item 2.1)

lucrativos (Instituto Ethos, GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas). "O marco espelha toda essa diversidade identitária nesse campão que trazia as fundações empresariais, no campão igreja [...], o campão movimentos sociais e o campão ONG, ligado à ABONG [...]" (Entrevistado 3).

Esse movimento vem do interesse em se posicionar politicamente diante da sociedade, mais ainda, diante das organizações da sociedade civil. Claramente, como entendo, uma estratégia de posicionamento. Um posicionamento, primeiro, dentro da própria ABONG: o Grupo Pedras Negras poderia ser entendido como um 'clique', uma porção daquela associação, reunida para alcançar um interesse comum específico, que se via, naquele momento, como parte orientadora de uma discussão do interesse da ABONG.

Era um grupo de organizações 'influentes' da ABONG; bem posicionadas, segundo o olhar das redes de trocas (COOK et al, 1983) ou com base nos estudos de centralidade de Freeman (1979). A 'grande organização', o IBASE, procurou a aprovação de outras 'grandes organizações', politica e/ou estruturalmente falando.[251] Desse encontro – encontros, na verdade – surgem pautas de agenda – controle de agenda (LUKES, 2005; NEY Jr., 2012) – para toda a ABONG e além: a ideia da política de Estado para a cooperação internacional e a necessidade de se diferenciar de outras organizações pelo campo político, por exemplo.

Segundo, diante das demais organizações da sociedade civil. Aquelas organizações, por intermédio da ABONG, demonstraram grande capacidade mobilizadora e de convocatória, quando dão início e logram construir a Plataforma do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, agregando um número representativo de organizações dos diversos espectros da sociedade civil organizada.[252] Mais que o quantitativo, essa mobilização consegue reunir organizações consideradas bem posicionadas politicamente entre seus pares de área, bem como na sociedade (a Pastoral da Criança é um exemplo, o GIFE, pela área empresarial, e ASA, como uma das maiores articulações brasileiras, envolvendo os mais diversos tipos de atores, são outros).

[251] Se buscarmos a história de cada membro do GPN, perceberemos sua condição de "grande organização". Não apresentarei essas histórias para não me desviar do tema da tese.
[252] A Plataforma MROSC reúne, entre redes e organizações mais de 260 signatários, oriundos das mais diversas áreas da sociedade civil, como já apontado em parágrafo anterior.

5 ONGs EM AÇÃO: SEGUINDO AS RELAÇÕES DE SEUS OPERADORES REDE ADENTRO[253]

Como dito no final do capítulo passado, o que me ajudará no processo de compreensão das relações internas de uma rede, especificamente as relações de poder, é a noção de tradução. Para fazer com que elementos heterogêneos possam se conciliar, a tradução trabalha com etapas que podem se apresentar de forma entrecruzada: a problematização; o interesse; o recrutamento; e a mobilização de aliados (CALLON, 1984). A Sociologia da Tradução, que tem entre seus apresentadores, como visto no capítulo 3, Bruno Latour, Michel Callon e Madeleine Akrich,[254] é um quadro analítico "particularmente bem adaptado para o estudo do papel desempenhado pela ciência e tecnologia na estruturação das relações de poder" (CALLON, 1984, p. 1).[255]

O que proponho aqui é utilizar esse quadro teórico que, embora não estando articulado, neste trabalho, com a ciência e a tecnologia, parece-me adequado para tratar de relações de poder. Creio, e tentarei mostrar neste capítulo, que a abordagem da tradução será um ótimo contributo no embasamento teórico deste estudo.

Cabe aqui um rápido esclarecimento a respeito do termo 'tradução'. Em alguns textos que utilizei neste trabalho, a palavra "tradução" aparece, quando trazida para o português, como "translação". Acredito que isso tenha duas explicações: a primeira, e mais lógica, vem do fato de que os textos que se apresentam assim vieram para o português a partir de textos em inglês, cuja palavra utilizada é "*translation*"; a segunda, uma dedução minha, pode advir do problema que teríamos em compreender "tradução" como o ato de transferir algo daqui para ali. Usamos tradução, quase que especificamente, como significado de trazer algo de um idioma – nesse caso, as línguas faladas e escritas – para outro. No dicionário, tradução realmente significa isso, mas também significa essa transferência daqui para ali. Optei por manter o termo "tradução" por ficar mais próximo à definição do referencial teórico que vou utilizar – Sociologia da Tradução – e porque é a palavra usada no francês (*traduction)*, idioma de origem latina, como o português, e língua materna dos dois principais autores nos quais me baseei: Michel Callon e

[253] Referência à obra de Bruno Latour "Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora" (2000).
[254] Esses três autores são responsáveis por uma publicação intitulada "Sociologie de la traduction: textes fondateurs" (2006), na qual reúnem textos da década de 1980 considerados com textos que deram partida na construção do quadro teórico dessa área. Há outros autores com quem os três compartilham alguns desses textos, mas são Latour, Callon e Akrich que assinam a organização da publicação.
[255] O documento que estou usando é uma versão online do artigo. Esta versão tem a paginação diferente do original. Optei por usar a paginação do documento utilizado por não ter conseguido acesso ao original. Disponível em: <http://www.thetransformationproject.co.uk/pdf/Actor-Network-Theory.pdf >.

Bruno Latour. Contudo, quando transcrevendo citações dos textos nos quais "tradução" foi 'traduzida' como "translação", terei que ser fiel ao texto, usando este termo.

5.1 ENTENDENDO O DESAPARAFUSAR DO GRANDE LEVIATÃ[256]

O conceito de tradução, segundo Callon e Latour (1981, p. 301, nota 6), surge na obra de Michel Serres "*La traduction, Hermés III*" (1974) e foi trazido para a sociologia por Michel Callon, em seu trabalho "*L'opération de traduction*" (1975).[257] Para esses autores tradução seria:

> (…) all the negotiations, intrigues, calculations, acts of persuasion and violence, thanks to which an actor or force takes, or causes to be conferred on itself, authority to speak or act on behalf of another actor or force (1981, p. 279).[258]

Esta abordagem afirma que algo ou alguém se apresenta "maior" que outro em resultados de transações, ou, como dizem Callon e Latour, de "traduções". A superioridade estaria presente em atos específicos, em relações diretas ou indiretas. Parece-me, aqui que diferente de uma posição estabelecida, consolidada, nesta abordagem, a hierarquia se dá pelas ações, em determinados momentos.

Callon e Latour, acompanhando Hobbes, dizem que não há diferença original, a principio, entre o macro-ator e o micro-ator. Essa diferença, no que diz respeito ao tamanho, nível, ou escopo, só seria apontada quando de uma negociação.[259] Para entender melhor o que esta afirmação significaria, os autores nos apresentam o que eles chamam de paradoxo de Hobbes.

Imaginemos um ajuntamento de indivíduos – o que Hobbes chamou de "multidão" –, cada um com seus interesses próprios, e a inexistência de uma ordem comum. A convivência

---

[256] Em um dos primeiros textos, talvez o mais conhecido deles, nos quais Michel Callon e Bruno Latour tratam o tema da Tradução – "Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so" (1981) –, eles se baseiam na metáfora de Thomas Hobbes para o Estado (ou a República), "o grande Leviatã" – "*Deus mortal*, ao qual devemos, abaixo do *Deus imortal*, nossa paz e defesa" (HOBBES, 2003, p. 141, grifos do autor).

[257] In: ROQUEPLO, M. (ed.), **Incidence des rapports sociaux sur le développement scientifique et technique**. Paris: CNRS, I975.

[258] [...] todas as negociações, intrigas, cálculos, atos de persuasão e violência, graças aos quais um ator ou força toma, ou faz com que seja conferida a si mesmo, autoridade de falar ou agir em nome de outro ator ou força. CALLON; LATOUR, 1981, p. 279.

[259] Exemplo de macro-atores seriam as instituições, estados, classes sociais, partidos; enquanto de micro-atores seriam família, grupos, o próprio indivíduo. E por tamanho, os autores querem definir uma importância social dos atores.

seria praticamente impossível. Para resolver tal problema, o da total falta de ordem entre as pessoas, Hobbes – que defendia a ideia das pessoas serem iguais por natureza – sugere a necessidade de um "contrato" que garanta um estado de convivência social. Contrato, para ele, seria "A transferência mútua de direitos" (2003, p. 115). Nesse contrato aquela "multidão" instituiria o que Hobbes chamou de "grande Leviatã", a República ou Estado, que não seria

> [...] senão um homem artificial, artificial, embora de maior estatura e força do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado. E no qual a *soberania* é uma *alma* artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro [...] (HOBBES, 2003, p. 11, grifos do autor).

Define-se assim um "soberano", seja ele um indivíduo[260] ou uma assembleia (HOBBES, 2003, p. 283), a quem se outorgaria o direito de representar a "multidão" nesse Leviatã. Nas palavras de Callon e Latour:

> Thus .authorized, the sovereign becomes the person who says what the others are, what they want and what they are worth, accountant of all debts, guarantor of all laws, recorder of property registers, supreme measurer of ranks, opinions, judgments and currency. In short, the sovereign becomes the Leviathan (1981, p. 278).[261]

Esse soberano, descrito dessa maneira, parece-me ser aquele soberano identificado por Hobbes como o "soberano por instituição" (2003, p. 148).[262] Aquele escolhido pela "multidão", a qual concordou e pactuou para definir uma pessoa ou assembleia como seu representante. Tal multidão, entretanto, seria para Hobbes, segundo Callon e Latour, "ao mesmo tempo a Forma e a Matéria do corpo político". Assim, tal soberano – indivíduo ou grupo escolhido – nada mais seria do que "a soma dos desejos da multidão".

Embora a expressão 'Leviatã' seja comumente considerada sinônimo de 'monstro totalitário', "em Hobbes, o soberano [...] não diz nada sem ser autorizado pela multidão [...] de quem é porta-voz. O soberano não está acima nem por natureza, nem por função" (CALLON; LATOUR, 1981, p. 278).[263] Ele não seria superior, nem maior que o povo. O soberano seria "o próprio povo em outro estado – como nós falamos de um estado gasoso ou sólido" (CALLON;

---

[260] Hobbes fala de um "monarca". Tomei a liberdade de adequar para uma representação mais ampla.

[261] Autorizado, o soberano torna-se, assim, a pessoa que diz o que os outros são, o que querem e o que valem, contador de todas as dívidas, fiador de todas as leis, registrador de propriedades, mensurador supremo das categorias, opiniões, julgamentos e moeda. Em suma, o soberano torna-se o Leviatã. CALLON; LATOUR, 1981, p. 278.

[262] Outro tipo seria o soberano por aquisição. Aquele que organiza e mantém seu Estado pela força (HOBBES, 2003, 148).

[263] CALLON, M.; LATOUR, B.. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In KNORR, K.; CICOUREL, A. (ed.), **Advances in Social Theory and Methodology**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1981, p. 278. (Tradução minha).

LATOUR, p. 278).[264] Homens agindo como um único homem. Assim, segundo Callon e Latour, Hobbes não enxergava diferença de nível ou tamanho entre o Leviatã e os micro-atores, já que isso não seria o resultado de uma negociação (1981, p. 278). Para eles, portanto, a questão não seria classificar macro ou micro-atores, nem reunir o que sabemos deles, mas sim, entender "como micro-atores podem se tornar macro-atores? Como homens agem como um único homem?" (1981, p. 279).

A análise de Callon e Latour parte do pressuposto que não se pode concluir que macro-atores são, *a priori*, maiores ou superiores que os micro-atores. Isso, como já foi apontado, só poderia ser definido a partir de relações de poder e processos de tradução, os quais se tornam mais claros quando se adota a ideia de que os atores seriam isomórficos. Nesse caso, isomórfico não significaria, necessariamente, que todos os atores teriam o mesmo tamanho, mas esse tamanho, contudo, só poderia ser concluído como resultado de um processo de tradução.

A referência a Hobbes, claro, não se encaixaria completamente ao momento atual. Nem era isso que buscavam Callon e Latour. Na verdade eles apontam que a história mostrou que o "contrato social", a solução apresentada por Hobbes, não seria viável naquela forma. Entretanto, Callon e Latour veem o contrato "meramente como uma instancia específica de um fenômeno mais geral, aquele de tradução" (1981, p. 279).

Parece-me importante esclarecer essa visão sobre não haver diferença, *a priori*, entre os atores no que diz respeito à hierarquia ou ao tamanho. Sobre isso, uma das perguntas que Callon e Latour se fizeram foi: "se todos os atores são isomórficos e, por natureza, nenhum seria maior ou menor que o outro, como eles acabam por se definirem como macro-atores ou indivíduos?" (1981, p. 281).[265]

> There are of course macro-actors and micro-actors, but the difference between them is brought about by power relations and the constructions of networks that will *elude analysis* if we presume *a priori* that macro-actors are bigger than or superior to micro-actors. These power relations and translation processes reappear more clearly if we follow Hobbes in his strange assumption, that all actors are isomorphic. lsomorphic does not mean that all actors have the same size but that *a priori* there is no way to decide the size since it is the consequence of a long struggle (1981, p. 280).[266]

[264] *Ibid*., p. 278. (Tradução minha).
[265] *Ibid*., p., 281. (Tradução minha).
[266] Há, naturalmente, macro-atores e micro-atores, mas a diferença entre eles é provocada por relações de poder e as construções de redes, que vão desviar as análises se presumimos, *a priori*, que macro-atores são maiores que, ou superiores aos micro-atores. Essas relações de poder e processos de tradução reapareceram mais claramente se seguimos Hobbes em sua suposição estranha, que todos os atores são isomórficos. Isomórficos não significa

A questão, na visão de Callon e Latour, é que para se tornar um macro-ator, um indivíduo ou um grupo precisaria desenvolver relações sólidas, mais sólidas que simples interações cotidianas. Seria necessário elaborar estratégias e angariar recursos que permitissem fortalecer tais relações. A condição de macro-ator pode ser conseguida quando se consegue recrutar aliados estáveis e arrecadar "um grande número de materiais duráveis" (CALLON; LATOUR, 1981, p. 284).

> By associating materials of different durability, a set of practices is placed in a hierarchy in such a way that some become stable and need no longer be considered. Only thus can one 'grow, ln order to build the Leviathan it is necessary to enroll a *little more* than relationships, alliances and friendships. An actor grows with the number of - relations he or she can put, as we say, in black boxes (CALLON; LATOUR, 1981, p. 284-285).[267]

O que os autores compreendem por colocar em uma caixa preta seria definir uma situação ou condição como estabilizada. As controvérsias são encerradas, de modo que atores, temas ou condições que colocariam em dúvida a condição de um macro-ator deixam de ser consideradas. A construção de um ator como macro-ator será mais ampla tanto quanto for maior a capacidade desse ator em colocar elementos em caixas pretas (CALLON; LATOUR, 1981, p. 285).

As caixas pretas, contudo, nem sempre podem ser fechadas hermeticamente. Garantir que os elementos permaneçam ali colocados exige a manutenção das negociações e das estratégias. Para Callon e Latour, a questão de como um ator pode se tornar um macro-ator pode ser explicada com base no que foi apresentado no final do parágrafo anterior: a capacidade que alguns atores têm em colocar mais elementos em caixas pretas que outros. Essa capacidade criaria assimetrias entre os atores. E para eles – Callon e Latour –, isso também ajudaria a analisar macro e micro-atores, mesmo que não haja diferença nos tamanhos: a análise deve ser direcionada aos processos que um ator elabora para criar assimetrias duráveis (1981, p. 286)

> To summarize, macro-actors are micro-actors seated on top of -many (leaky) black boxes. They are neither larger, nor more complex than micro-actors; on the contrary, they are of the same size and, as we shall see, they are in fact simpler than micro-actors (CALLON; LATOUR, 1981, p. 286).[268]

---

que todos os atores têm o mesmo tamanho, mas que, *a priori*, não há nenhuma maneira de decidir o tamanho, uma vez que ele é a consequência de uma longa luta. *Ibid*., p. 280.

[267] Ao associar materiais de durabilidade diferente, um conjunto de práticas é colocado em uma hierarquia de tal forma que alguns se tornam estáveis e não precisam mais ser considerados. Só assim alguém pode 'crescer'. Para construir o Leviatã é necessário arrolar um pouco mais do que relacionamentos, alianças e amizades. Um ator cresce com o número de relações que ele ou ela pode colocar, como dizemos, em caixas pretas. *Ibid*., p. 284-285.

[268] Em resumo, macro-atores são micro-atores sentados em cima de muitas caixas pretas (vazando). Eles nem são maiores, nem mais complexos do que micro-atores; pelo contrário, eles são do mesmo tamanho e, como devemos ver, eles são de fato mais simples do que micro-atores. *Ibid*., p. 286.

5.2 TRADUZINDO

Vimos no início deste capítulo que um processo de tradução apresenta quatro momentos – a problematização; o interesse, o recrutamento e a mobilização de resultados –, os quais podem se entrecruzar. Durante este processo, "a identidade dos atores, a possibilidade de interação e as margens de manobra são negociadas e delimitadas" (CALLON, 1984, p. 6).[269]

Ao apresentar esses quatro momentos, aqueles que conhecem a abordagem da sociologia da tradução perceberão que estou propondo uma adequação mais próxima à questão do estudo. A sociologia da tradução mira todas as interações possíveis – aliás, esse é um dos princípios metodológicos propostos nesta abordagem.[270] A ideia é manter esse princípio, mas me desviado do aspecto natureza, que não cabe ao recorte proposto neste estudo.

Isso posto, apresentemos a 'problematização' que, grosso modo, seria a definição dos problemas. Mas, mais que isso, é na problematização que se torna uma questão indispensável. Trazendo para o âmbito deste estudo: no caso de uma rede de ONGs, ou com a participação delas, cada nodo já chega com seus próprios problemas/interesses; esses problemas/interesses podem ser comuns a todos os nodos, mas, também podem – e, em geral, isso costuma acontecer – guardar pequenas diferenças, ou enfatizar um aspecto específico daquele problema/interesse que seria central; iniciam-se as negociações que definirão qual aspecto, ou quais aspectos merecerão maior atenção.

Essa negociação, não raramente, torna-se constante. Ora se chegando a acordos, ora sendo reiniciada, quando apresentada alguma oportunidade. A identificação dos atores envolvidos em tal processo, no caso específico tratado no estudo não deveria ser complicada, uma vez que em uma rede de ONGs ou com a participação delas, os atores deveriam ser dados desde o primeiro momento. Também seria possível, nesse momento, identificar que atores, nodos, podem se interessar por esse ou aquele aspecto; quem está seguindo um caminho próximo ao de quem. Assim, seria possível estabelecer os argumentos a serem utilizados e repetidos, a fim de criar as conexões necessárias, o caminho a ser percorrido na rede para

---

[269] CALLON, Michel. Some elements of sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. Disponível em: <http://www.thetransformationproject.co.uk/pdf/Actor-Network-Theory.pdf >. Acesso em: 27 set. 2015. p. 6. (Tradução minha).

[270] Em resumo, os três princípios são: 1) o observador evita censurar os atores quando eles falam sobre eles mesmos ou seus ambientes sociais. Todos os pontos de vista devem ser considerados; 2) o observador deve utilizar um repertório singular quando descrevendo as questões analisadas (a sociologia da tradução foi pensada para estudos que envolvem ciência e tecnologia e suas controvérsias, e sabe-se que pontos de vista conflitantes e controvérsias podem ser tratadas em diferentes "idiomas" quando analisados a partir de diferentes áreas – o natural e o social, por exemplo); e 3) associação livre. O observador deve abandonar qualquer distinção *a priori* entre eventos naturais e sociais (*Ibid.*, p. 3-4).

fortalecer algum aspecto específico. Temos, então, no momento de 'problematização', a determinação de um conjunto de atores e a definição de suas identidades de forma a estabelecer um ponto de passagem obrigatório naquela rede em construção (CALLON, 1984, p. 6-8).

O momento seguinte é o chamado 'interesse', ou como é posto por Callon: '*intéressement'*. Todos os argumentos desenvolvidos na 'problematização' agora poderão ser testados; os atores identificados decidirão se acompanham os argumentos ou se os refutam. É aqui que temos as estratégias de convencimento,[271] buscando o alinhamento dos atores identificados na 'problematização' com os interesses que se acredita – alguém acredita – serem considerados os da rede.

Nas palavras de Callon, o "*intéressement* é o grupo de ações pelo qual uma entidade [...] tenta impor e estabilizar a identidade dos outros atores, que foi definida por sua problematização" (1984, p. 8).[272] Seria o colocar-se "entre" (inter esse). Assim, uma entidade – no nosso caso, um nodo da rede –, durante o momento de problematização, busca identificar potenciais aliados – entre os demais nodos, mas também para além deles –,[273] então tenta atraí-los a fim de fortalecer um determinado objetivo – interesse.

> In so doing they carefully define the identity, the goals or the inclinations of their allies. But these allies are tentatively implicated in the problematizations of other actors. Their identities are consequently defined in other competitive ways. It is in this sense that one should understand intéressement. To interest other actors is to build devices which can be placed between them and all other entities who want to define their identities otherwise (CALLON, 1984, p. 8-9).[274]

Uma série de estratégias deve ser pensada; um conjunto de ações deve ser elaborado; um rol de mecanismos, que inclua o maior número possível de artefatos – materiais ou imateriais – deve ser operado para garantir o máximo de durabilidade desse interesse. Reduz-se ao máximo a possibilidade de recusa por parte dos outros naquilo que seria levado a ser visto como um interesse coletivo. Mas os dispositivos de *intéressement* devem construir um cenário equilibrado de poder para que reais e potenciais aliados identifiquem-se com tal interesse.

Em geral, a palavra utilizada em português para definir o terceiro momento de um processo de tradução é "recrutamento". Contudo, é preciso compreender que o significado dessa

---

[271] Serão abordadas no subitem deste item, quando tratarei das táticas de tradução.
[272] *Ibid*., p. 8. (Tradução minha)
[273] Tratarei disso mais adiante.
[274] Ao fazer isso eles cuidadosamente definem a identidade, os objetivos ou as inclinações de seus aliados. Mas esses aliados estão implicados em tentativas de problematização de outros atores. Suas identidades são, consequentemente, definidas em outros caminhos competitivos. É neste sentido que se deve compreender o *intéressement*. Interessar outros atores é construir dispositivos os quais podem ser colocados entre eles e todas as outras entidades que, de outra forma, quereriam definir suas identidades. *Ibid*., p. 8-9.

palavra, embora também seja aquele comumente utilizado – o de matricular, alistar, pessoas ou coisas –, nesse caso também envolve outro aspecto: a palavra em inglês é *enrollment*,[275] e , segundo Callon, "designa o dispositivo pelo qual um conjunto de papéis inter-relacionados é definido e atribuído aos atores que os aceitam" (1984, p. 10).[276] Tal ação não implicaria, nem excluiria papéis pré-estabelecidos. Portanto, o recrutar tem o sentido, além de alistar atores, de fazê-los cumprir algum papel, novo ou já existente, no processo.

Além disso, Callon afirma que dispositivos de interesse – ou *intéressement* – não conduzem, necessariamente, ao sucesso. O recrutamento seria um momento de 'verificação de forças', de aplicação de estratégias, que junto ao *intéressement*, contribuem para que se alcance o sucesso. Estabelecer um papel a algum outro nodo, para que esse funcione como um defensor da ideia que se tenta implementar, implica, mesmo que o interesse já tenha sido despertado naquele ator, obrigatoriamente, em uma negociação.

Uma vez um sucesso atingido resta perguntar: "quem fala em nome de quem? Quem representa quem?" (CALLON, 1984).[277] A sociologia da tradução surgiu dirigida aos estudos da ciência e tecnologia, neste caso específico, o aparelho inventado funcionando, a equação solucionada resolvendo o problema, a maquina criada produzindo, por si já seriam excelentes mecanismos para que a rede se expanda Mas, ainda há uma série de negociações para ser assegurado que a expansão da rede seguirá seu fluxo. Nesse processo, a tendência é a de criar porta-vozes. Representantes que falem em nome de todos. Esse processo é mais comum nas redes de ONGs ou com a participação delas. Tais porta-vozes tornam-se os principais protagonistas e mobilizadores de novos aliados para rede.[278] Uma vez que o processo de mobilização tenha sucesso, todos os membros da rede se beneficiariam dos resultados. Assim, ao menos é o que se espera. Mas adiante, veremos que esse processo pode apresentar desvios.

Um ponto importante, a meu ver, na abordagem da sociologia da tradução é sua preocupação em garantir simetria nas análises. Ou seja, tudo deve ser entendido como relevante; não devendo haver diferenciação entre os diversos atores e seus olhares – inclusive atores não humanos. Isso não significa, contudo, que não possa haver diferenciações entre os atores envolvidos, como já vimos. Essa diferença, entretanto, não surge *a priori*. Ela é fruto de

[275] Tanto no inglês como no francês utiliza-se a mesma palavra, guardando pequena diferença na grafia (no inglês a palavra pode escrita de duas maneiras: enrollment – inglês estadounidense; ou erolment – inglês britânico. No francês a palavra é enrôlement). Talvez a melhor tradução para o português fosse "arrolamento", mas preferi deixar a tradução mais comum entre os que estudam o tema.
[276] *Ibid*., p. 10. (Tradução minha).
[277] *Ibid*., p. 12. (Tradução minha)
[278] Veremos a sustentação sobre o protagonismo desses atores quando analisadas as entrevistas e o questionário – capítulo 6.

relações, interações, transações, conflitos, traduções. Isso significa que as ações dos atores fazem com que os processos de tradução aconteçam incessantemente, em uma constante luta por garantir a durabilidade de uma ideia, de um interesse. Essa durabilidade depende da capacidade de cada ator em eliminar controvérsias e retirar do campo das disputas os elementos que podem lhe desfavorecer. Tais elementos devem ser postos no que pode ser chamada de "caixa preta". Uma vez ali, ali devem ser mantidos. Mais uma vez, devem ser desenvolvidas as capacidades de manter tais elementos nas caixas pretas. Para isso, fazem-se necessárias novas rodadas de negociações. Traduções e retraduções – ou tradução de traduções.

5.2.1 De como fechar e manter fechadas as caixas pretas: estratégias nos processos de tradução

Controvérsias aparecem como um elemento importante na sociologia da tradução – veremos isso ao longo deste subitem. Por trás de uma controvérsia vamos encontrar fatos; adiante dos fatos, deparamo-nos com as opiniões, ou posicionamentos, contra ou a favor. Fatos se propagam por meio de quem, ou do que os apresenta; a tendência, então, é a construção de versões. O fato pode seguir sendo discutido, mantido ou modificado. Pode vir a ser parte de uma caixa preta e passar a ser uma verdade a não ser contestada. Mas, a caixa preta pode também ser reaberta e o fato ser reconstruído. A questão é que o fato sozinho, provavelmente, não sobreviverá. Sua existência depende de uma construção coletiva (LATOUR, 2000).

O fortalecimento de um fato, ou seu enfraquecimento, depende de estratégias e táticas utilizadas. Tais ações necessitam, obrigatoriamente, da participação de aliados. Esses aliados podem ser outro ator, ou actante, humano ou não-humano. No caso de uma rede, um nodo que pretende firmar uma posição, em favor de alguma ação ou tema, precisará fortalecer seu argumento com dados que o confirmem, outros fatos ou acontecimentos já consolidados que o fortaleçam e, claro, com outros nodos que o aceitem.

Esse percurso passa por ações de 'tradução de interesses' (LATOUR 2000, p.178-199),[279] apresentadas em cinco estratégias assim definidas por Latour (2000, p. 178-199): (1) "eu quero o que você quer"; (2) "eu quero; por que você não quer"; (3) "se você desviasse um pouquinho ..."; (4) "remanejando interesses e objetivos"; (5) "tornar-se indispensável". A

[279] O principal texto consultado usa o termo "translação". A explicação sobre a opção pelo uso do termo "tradução" foi feita no início deste capítulo.

tradução 4 (remanejando interesses e objetivos) ainda apresenta cinco táticas que apresentarei mais adiante.

A primeira estratégia de tradução, aquela que afirma “eu quero o que você quer” (LATOUR, 2000, p. 178), baseia-se na ideia de que a transformação de afirmações em fatos nossos objetivos individuais, em objetivos coletivos , passa “pelas mãos” dos outros. Para despertar o interesse de possíveis aliados, um ator deve se colocar entre eles e seus objetivos. Não no sentido de impedir seu caminho, mas de apresentar um objetivo que lhes pareça atraente. Ele adequa o seu objetivo original ao ponto dos outros se identificarem imediatamente com ele. Desta forma, é possível utilizar o caminho dos outros como atalho para o seu, uma vez que “os dois interesses estão-se movendo na mesma direção” (LATOUR, 2000, 179). Se algum outro ator apresenta um caminho que permita o alcance mais rápido ou mais seguro ao seu objetivo, é considerável que se possa usar esse mesmo caminho para fortalecer sua posição.

Por si só, essa estratégia não será suficiente para consolidar seu interesse, transformando-o no interesse de todos. Mas seria uma maneira de “facilitar” o percurso, exatamente por não serem necessários grandes esforços de convencimento o ator interessado deixou-se recrutar por outros atores que tinham o mesmo interesse que ele. Seria uma ação mais fácil que a ação de ter que recrutar seus próprios aliados. Essa estratégia pode ajudar a atores mais “fracos” se valerem dos recursos de atores mais empoderados (LATOUR, 2000, p. 181).

No entanto, há desvantagens nessa escolha, já que: seu objetivo pode não ser identificado como seu, já que há outros atores envolvidos no processo; os outros atores podem se apoderar de seu objetivo e fazer parecer que eles construíram a maior parte do trabalho que nos conduziu até ele; como o ator saiu de seu próprio percurso para utilizar o percurso de outro, ele perde o controle sobre o que será dito e/ou feito acerca de seu objetivo.

A segunda estratégia, “eu quero, por que você não quer?” (LATOUR, 2000, p.183), ocorre quando um ator é convencido por outro a desviar de seu caminho em prol do caminho daquele outro. Essa estratégia de tradução acontece quando o primeiro ator é convencido de que seu objetivo ainda é prematuro, ou muito difícil de ser alcançado. É um caso raro de tradução. Principalmente, quando se é um ator com poucos recursos. O sucesso dessa estratégia dependeria do caminho do primeiro ator (principalmente, se este for mais forte) estar bloqueado (LATOUR. 2000. P. 183).

A terceira estratégia de tradução, “se você desviasse um pouco ...” (LATOUR, 2000, p. 183), constitui-se em apresentar a outros atores o seu caminho como um atalho para que eles possam alcançar seus próprios objetivos. “Isso é atraente desde que sejam atendidas três

condições: o caminho principal está claramente bloqueado; o novo desvio está bem sinalizado; o desvio parece pequeno" (LATOUR, 2000, p. 184).

> Essa comunhão de interesses é resultado de uma difícil e tensa negociação que pode desfazer-se em algum ponto. Em particular, ela se baseia numa espécie de contrato implícito: deve haver um retorno à estrada principal, e o desvio deve ser pequeno. O que acontecerá se ele for longo, tão longo que aos olhos dos grupos envolvidos ele se mostre como uma mudança de rota, e não como um atalho? (LATOUR, 2000, 185).

Provavelmente a aliança se desfaria. Aqueles que desviaram seus percursos sentir-se-iam ludibriados, como se, tomando por base a segunda estratégia de tradução, fossem levados a abandonar seus objetivos. Portanto, essa terceira estratégia de tradução tem a desvantagem de estar sempre vulnerável a mal-entendidos e desconfianças, colocando a tradução de interesses em alto risco. Além disso, caso o caminho original não esteja bloqueado, caso não fique bem claro que ele não pode ser utilizado, dificilmente alguém aceitaria o desvio; e, uma vez feito o desvio e todos estando de acordo e contemplados com ele, torna-se difícil identificar quem de fato foi o responsável por essa mudança (LATOUR, 2000, p. 186). Isso poderia acarretar novas disputas e, dessa forma, quebra de confiança e/ou perda dos méritos, levando a prejuízos de várias ordens, mesmo depois de tudo ter corrido bem.

Temos, então, a quarta estratégia. A estratégia de tradução agora seria o remanejamento de interesses e objetivos (LATOUR, 2000, p. 187). Essa estratégia é proposta para superar as dificuldades da terceira, para isso é preciso: ser impossível a avaliação da extensão do desvio pelos atores arrolados recrutados ; ser possível arrolar outros atores, mesmo que seu caminho original não esteja claramente bloqueado; ser impossível identificar quem arrolou e quem foi arrolado no processo; ser claro, contudo, quem são os construtores dos objetivos, que aparecem "como a única força propulsora" (LATOUR, 2000, p. 187).

Quando olhamos as três estratégias anteriores, percebemos que os objetivos de todos os envolvidos são explícitos; eles sabem o que querem; onde querem chegar; o percurso a ser seguido; quem participou e como o fez no processo. "Enquanto um grupo possuir tanto conhecimento, será extremamente difícil alistá-lo na construção do fato, e ainda mais difícil controlar seu comportamento" (LATOUR, 2000, p. 188). A solução, segundo Latour, que os construtores de fatos apresentam seria simples e radical: a eliminação dos objetivos explícitos, aumentando sua margem de manobra (2000, p.188). Para isso existe um conjunto de táticas.

A primeira tática, ou "tática um", como apresentada por Latour (2000, p. 188) seria a de "deslocar objetivos". O significado dos objetivos, mesmo quando explícitos, permitem diferentes interpretações. Não tendo seu caminho interrompido, um ator dificilmente se voltará

ao problema de outro, mesmo que seu problema não seja tão claro. Há que se apresentar, então, um problema mais claro, o qual faça com que os outros atores sintam que seus percursos podem sofrer interferências caso esse problema não seja solucionado. Uma vez que isso seja feito, apresenta-se a solução para tal problema.

A tática dois propõe "inventar novos problemas" (LATOUR, 2000, p. 189). Mesmo com o deslocamento dos objetivos, ainda permanecem as ideias originais, adiadas, mas não abandonadas. Portanto, criar novos objetivos que parecem do interesse de todos consolidaria o desvio dos percursos originais. Aqueles arrolados seriam convencidos de que esses novos objetivos poderiam se converter nos objetivos coletivos de todos e, portanto, sua solução seria indispensável.

"Tática três: inventar novos grupos" (Latour, 2000, p. 190). Embora pareça uma tática difícil, Latour entende que, na verdade, é a "estratégia mais fácil" (2000, p. 190). Os interesses dos grupos vêm de suas ações; é difícil desviar um grupo daquilo que ele faz. Se pensamos em ONGs, convencer uma dessas organizações, dedicadas à defesa dos direitos da infância, a desviar sua atenção para a proteção dos animais seria uma tarefa quase impossível. Nesse caso, mais fácil do que 'inventar novos objetivos' seria 'inventar novos grupos', os quais seriam convencidos a adotar novos objetivos que só poderiam ser alcançados por meio da colaboração de quem os criou.

A vulnerabilidade dessa tática estaria na possibilidade desses grupos, mesmo sendo grupos criados pelos arroladores recrutadores , enxergarem distanciamentos entre os seus objetivos e os objetivos de seus arroladores e sentirem-se, de alguma forma, ludibriados. Surge a necessidade de uma tática que permita se executar os desvios necessários em direção ao que foi previsto pelos recrutadores dos grupos, sem que fique evidente que o objetivo almejado é o desse grupo e não o daqueles.

Tornar o desvio invisível seria a tática quatro (LATOUR, 2000, p. 192). Traduzir os objetivos de forma lenta, daqui para ali, tem a vantagem de vincular problemas de ordem mais restrita a problemas de maior amplitude, de forma a que fiquem "tão bem amarrados que ameaçar os primeiros equivale a ameaçar os segundos. Sutilmente urdida e cuidadosamente atirada, essa finíssima rede pode ser muito útil para manter os grupos em suas malhas" (LATOUR, 2000, p. 194).

"Tática cinco: vencer as provas de atribuições" (LATOUR, 2000, p. 194). As táticas anteriores ajudam a construir um espaço de manobra para aquele ator que entendemos como construtor do fato; aquele que quer garantir que seus objetivos sejam os perseguidos. Elas ajudam a eliminar os objetivos explícitos; não se sabe mais quem foi arrolado e quem arrolou;

quem desviou e quem foi desviado do caminho. Mas o sucesso dessa estratégia de tradução traz um problema. Como a ação é sempre coletiva, como saber quem tem o mérito de tê-la conduzido? Quem realmente esteve à frente do processo?

A construção dos processos para alcançar qualquer objetivo, já vimos, é coletiva; todos são necessários em igual escala. Entretanto, é possível levar todos a aceitarem que um ou alguns poucos são os principais responsáveis para o sucesso de uma ação. Torna-se importante, assim, distinguir entre o processo de 'arregimentação de aliados' e o de 'atribuição de papeis'. Latour (2000, p. 196) chama de "mecanismo primário" aquele que vai permitir solucionar a questão da arregimentação ou do alistamento de aliados e conduzir ao sucesso uma ação coletiva. E de "mecanismo secundário" aquele que levará ao reconhecimento de um, ou de poucos como responsáveis pela construção do fato. Esses dois mecanismos nunca devem ser confundidos. Enquanto o mecanismo secundário estaria vinculado a um modelo difusionista, o primário seria o que estaria em conexão com as traduções. Voltaremos, mais adiante, a abordar esse assunto.

A quinta estratégia de tradução, ou tradução cinco, "tornar-se indispensável", está vinculada ao sucesso obtido em interessar os outros. Digamos que um ator logrou interessar outros atores a partir do uso das táticas apresentadas na tradução quatro. Agora há espaço para manobras; os aliados estão mobilizados e acreditam na ideia; a tendência é vê-los adotando e propagando a ideia até que ela se converta em uma caixa preta. A partir desse momento, as estratégias deixam de ser necessárias. Agora, o precursor da ideia, o ator inicial, passa a ser indispensável, tudo passa por ele. Ele não mais precisaria

> [...] atender aos interesses dos outros – primeira translação – nem convencê-los de que os caminhos habitualmente trilhados estão bloqueados – segunda translação – nem atraí-los para um pequeno desvio – terceira translação; nem sequer seria mais necessário inventar novos grupos, novos objetivos, criar sub-repticiamente derivações nos interesses, ou travar ferozes batalhas pela atribuição das responsabilidades (LATOUR, 2000, p. 198).

Entretanto, caso qualquer um dos elos formadores dessa rede que mantém a ideia como um fato, uma caixa preta, é ao mesmo tempo um reforço e uma ameaça para tal manutenção. A ideia está em uso, passando de um para outro, sem questionamento. Mas, quando questionada, ela necessitará da ação de seus aliados. Se um desses aliados falha, a caixa preta poderá ser reaberta e as estratégias deverão ser retomadas.

A manutenção da ideia como fato dependerá, então, não só da ação de seus aliados, mas também da arregimentação de outros aliados que possam seguir disseminando-a como algo inquestionável. Para que o comportamento da rede que suporta a ideia não seja imprevisível; para que não haja a tentação de se reabrir a caixa preta, alterar a ideia, ou mesmo se perder o

interesse por ela, é preciso que se impossibilite qualquer ação nessa direção, tornando esse ato algo impensável.

> Alguma coisa mais é necessária para que a justaposição de interesses deixe de ser temporária e passe a ser duradoura. [...] a única maneira de manter os discordantes encurralados é atar o destino da alegação com tantos elementos congregados que ela resista a todas as tentativas de desagregação (LATOUR, 2000, p. 202).

Latour (2000) nos mostra que estratégias de tradução bem sucedidas na verdade reúnem todas as traduções aqui apresentadas. O objetivo final é fazer com que uma 'ideia' (um conceito, uma concepção política, uma metodologia) se torne indispensável; seja um ponto de passagem obrigatório. Dessa forma, há a garantia de que foi criada uma caixa preta. Agora o trabalho é mantê-la fechada, assegurando-se de que todos os aliados, arregimentados ao longo do percurso, mantenham-se interessados e contribuam com a manutenção da ideia como uma ideia central, mesmo com a arregimentação de novos aliados.

Ou seja, uma vez fechada, a caixa preta precisa permanecer assim, pensam seus propositores. Cada aliado deve cumprir com o seu papel; há que se arregimentar novos aliados e também fazê-los cumprir com seus papeis. Um leve descuido e todo o interesse, antes dirigido a uma única ideia, pode se desviar repentinamente. Uma mudança na lei, uma reorganização na sociedade, outra organização que apresente uma nova metodologia, outra rede gerando interesses. Cada um desses detalhes pode reabrir a caixa preta; pode desinteressar os antigos aliados. Portanto, o processo de manutenção da uma ideia como ideia central exige atenção aos menores detalhes; pede que se fique atento aos elos mais fracos. "Para manter tudo na linha, é preciso arranjar e reunir outros aliados, e assim por diante" (LATOUR, 2000, 205).

Uma rápida recapitulação para retomar o tema: como apontado anteriormente, Latour (2000) apresenta a existência de mecanismos que servirão ao processo de arregimentação de aliados e à condição de reconhecimento de quem estará no centro da ação; aquele que é identificado como o "pai" da ideia. Essas posturas precisam ser diferenciadas entre si. A primeira, também como já visto, é entendida por Latour como um modelo primário, modelo que estaria vinculado aos processos de tradução; enquanto a segunda, a que ele denomina como modelo difusionista, seria um modelo secundário.

O 'modelo difusionista' se preocupa em criar referências e atribuir méritos. O restante da 'cadeia' seria mero difusor de ideias. Nesse modelo, os que defendem os interesses, sem ter estado no momento de sua criação, são vistos como aliados, mas não como detentores da ideia. Os precursores, ou como diz Latour, "os grandes iniciadores" (2000, p. 222), têm grande importância na história das ideias. Aqueles que apoiam a ideia, seus defensores, têm a

necessidade de saber quem começou tudo. “Essa questão, de fato secundária, passa a ser crucial aqui, pois o vencedor *leva tudo*” (LATOUR, 2000, p. 222, grifo do autor). Quando um objetivo alcançado não ganha o devido crédito, ou quando algo é utilizado de forma diferente da que foi proposta, ou quando uma ideia não é seguida da maneira que se previa, diz-se, nesse modelo difusionista, “que alguns grupos estão resistindo” (LATOUR, 2000, p.224).

> Os difusionistas simplesmente acrescentam ao quadro grupos sociais passivos que, pela sua própria inércia, podem retardar o trajeto da idéia [SIC] ou absorver o impacto da técnica. Em outras palavras, o modelo de difusão agora inventa uma sociedade para responsabilizá-la pela inconstância da difusão de idéias [SIC] [...].Segundo esse modelo, a sociedade é simplesmente um meio de diferentes resistências percorrido por idéias [...]. [...]. A sociedade ou os ‘fatores sociais’ apareceriam só no fim da trajetória, quando alguma coisa não desse certo. A isso se deu o nome de princípio de *assimetria*: só se apela para os fatores sociais quando o verdadeiro trajeto da razão ‘entorta’, mas não quando vai em linha reta (LATOUR, 2000, p. 223-224, grifos do autor).[280]

Outra característica desse modelo seria sua tendência a não considerar todo o processo de tradução ocorrido quando grupos, antes resistentes, cambiam e passam a ser condutores da ideia. “Passando batido por complicados sistemas de associações, o modelo de difusão [...] inventa grupos que inicialmente resistiram, mas aos quais, finalmente, ‘ocorreu’ aceitar a descoberta” (LATOUR, 2000, p. 225).

Por outro lado, temos uma “multidão” de beneficiários de uma ideia ou usuários de uma metodologia, que mesmo que ignorem a existência de todos que contribuíram para sua criação, usufruem dela porque outros, tanto os que estão por trás, como os que ao longo de seu percurso, mantiveram-na “viva”. Se olharmos para ela como uma caixa preta algo aceito e incontestável , essa caixa preta só durará, adquirirá inércia – ganhará vida própria para seguir aceita –, por meio da ação desses outros, novos atores, que a adotaram e seguem utilizando-a. Caso contrário, ela padecerá, não importando quantos a adotaram anteriormente. Esses novos atores, contudo, são novos usuários, com outras qualificações e, seguramente, acrescentarão aspectos, modificarão circunstâncias, no processo de utilização da ideia – ou metodologia, ou objeto – (LATOUR, 2000, p. 227).

Sempre haverá atores envolvidos na história da ideia, mas nem sempre os mesmos atores. Assim, diz Latour (2000, p. 228), a história dessa ideia pode ser vista a partir “a forma mutante” da ideia – ligada a atores diferentes –, ou a partir do “tipo mutante” de atores – ligados à ideia. E segue Latour (2000, p. 229):

---

[280] O conceito de assimetria, Latour vai tomar emprestado de David Bloor, a partir de sua obra *Knowledge and social imagery* (1976).

> Tome uma caixa-preta qualquer e congele: você pode então considerar o sistema de alianças que ela une de duas formas diferentes. Em primeiro lugar, observando quem ela tem por finalidade alistar. Em segundo, considerando a que ela está ligada, a fim de tornar o alistamento inelutável. Por um lado, podemos traçar seu *sociograma;* por outro, o seu *tecnograma.* Para cada ínforrnacáo obtida num sistema há também uma informação no outro. (Grifos do autor)

A caixa preta estaria entre esses dois sistemas de alianças, "ela é ponto de passagem obrigatório interligando os dois e que, quando é bem-sucedida, concentra em si o maior número possível de solidíssimas associações" (LATOUR, 2000, p. 230). Associações que manterão todas as coisas "amarradas". Entretanto, essa amarração depende do sucesso das outras estratégias. Para Latour isso é parte de um 'sistema complexo'; um sistema de alianças comparado as que vemos na política e, portanto, um sistema social.

Agora, descongele a caixa preta, sugere Latour, e será visto que ela muda, simultaneamente, "aquilo de que é feita" (2000, p. 230) e o ator "a quem está convencendo" (2000, p. 230). Cada modificação feita em um sistema (sociograma ou tecnograma) é feita para superar limitações no outro. Esse jogo de convencimento, e todas as negociações implicadas no processo de manutenção de uma ideia, Latour entende como "traduções".

As traduções implicam em processos envolvendo muitos atores, humanos e não humanos, e permite que uma caixa-preta, uma ideia irrefutável, percorrendo um caminho próprio, cheio de interferências e participações, permaneça fechada. Ao contrário, no modelo secundário, o difusionismo, esse percurso não é considerado e o mérito da ideia fica nas mãos de poucos, os pais da ideia e seus principais seguidores. A sociedade só é chamada a participar quando serve para justificar um desvio, um insucesso. Em geral, é esse segundo modelo, o secundário, que se apresenta à sociedade.

Cabe entender como os autores que desenvolveram esse modelo chamado de tradução veem esse "híbrido" de agente e estrutura convergindo a um sistema simétrico de alianças e se alimentando mutuamente de argumentos que fortalecerão as caixas pretas que se encontram em suas intercessões. Aquilo que eles definiram como Ator-Rede.

5.2.2 O Ator-Rede e além

Podemos entender que uma rede de ONGs, ou com a participação delas,[281] apresenta uma série de elementos heterogêneos, os nodos, com interesses e caminhos próprios – independente de formarem um mesmo 'todo' –, os quais se apresentam conectados entre si, seguindo uma mesma ideia, que, nesse caso específico, denominarei de Ideia-Força.[282] Essa "sociação" (SIMMEL 1983c) proposta – essa interconexão entre os nodos – só se manterá em aliança se cada parte envolvida[283] aceitar e cumprir com os papéis que lhe forem designados – processo este entendido como o *enrollment* (CALLON, 1987, p. 93; LATOUR, 2000). Podemos explicar essas conexões, esse emaranhado de elementos, tomando por base a noção de "ator-rede".

O ator-rede não se reduz nem a um ator único, nem a uma rede como tradicionalmente apresentada. Existem conexões, como nas redes, mas sem a estabilidade que, de alguma maneira, cobra-se que exista em redes de forma geral; pode funcionar como um ator, mas não como tradicionalmente apresentado pela sociologia, a qual não admite elementos não-humanos e jamais o conceberá como uma rede. Para Callon, um ator-rede é simultaneamente ator, o que busca conexões com diferentes elementos, e rede, com a capacidade de se redefinir e transformar-se (1987, p.93).

Esta dinâmica pode se explicar a partir de dois mecanismos: simplificação e justaposição. A simplificação aparece quando nas associações heterogêneas, que podem ser infinitas em teoria, mas na prática se limitam a elementos que têm características específicas que, por sua vez, interessam à Ideia-Força da rede. Entretanto, para que a Ideia-Força daquela "sociação" tenha espaço como elemento aceitável na sociedade, faz-se necessário que outros elementos a confirmem e sustentem-na. A isso Callon (1987) chama – e assim Latour (2000) o usa – de "justaposição". As simplificações só são possíveis se elementos estiverem justapostos em uma rede de relações; a justaposição de elementos requer, no sentido inverso, que eles estejam simplificados (CALLON, 1987, p. 95).

---

[281] Uso esse exemplo por ser o interesse do estudo.

[282] Esta é uma nomenclatura já utilizada por outros autores. *Cf*. INOJOSA, Rose Marie. Redes de compromisso social. **Revista de administração pública**, Rio de janeiro, v. 33, n. 5, p 115-141, set./out., 1999, p. 120.

[283] Falo dos nodos, membros diretos da rede delimitada, mas também de outros elementos que circundam essa rede por identificação com, ou interesse pela Ideia-Força: financiadores, meios de comunicação, governos e suas políticas, estudos sobre o tema, entre outros. A esses elementos, Latour chama de actantes: o conjunto de atores, humanos ou não humanos, que compõem uma rede (LATOUR, 1997)

O que se pode apreender disso é que os impactos gerados por uma rede de ONGs, ou com a participação delas (para manter a ideia no âmbito do estudo), não necessariamente corresponderão ao impacto que é objetivado por cada um dos nodos dessa rede. Cada nodo sendo outra rede, justaposta àquela primeira, a qual, por sua vez, apresenta-se como uma forma simplificada por uma Ideia-Força e assim por diante.

Fortalecendo a afirmação: mesmo que uma Ideia-Força, a simplificação da rede, esteja voltada a gerar seus próprios impactos, independente dos impactos gerados por cada nodo da rede, haveria uma dependência em relação aos nodos, os quais devem assumir seus papéis de sustentação da Ideia-Força da rede, buscando outras conexões e permitindo, assim, novas justaposições e, por consequência, o fortalecimento daquela Ideia-Força. Como já dito, mas acho importante reforçar, em minha concepção, é ela, a Ideia-Força, que materializa uma rede de, ou com ONGs.

Essa ideia de um ator-rede, pelo qual as traduções acontecem, concretiza-se na Teoria Ator-Rede, desenvolvida por estudiosos da ciência – entre eles Bruno Latour, Michel Callon e John Law. A Teoria Ator-Rede, ou simplesmente ANT (por sua sigla em inglês) foi organizada visando o estudo da ciência e da tecnologia. Segundo Antonio Arellando Hernández (2003, p. 87), os estudos da ciência de Latour e Callon sofrem influencia da filosofia das ciências, de Michel Serres, de onde vem o conceito de tradução, e do "programa forte em sociologia do conhecimento", de David Bloor, do qual Latour e Callon estendem, a partir de uma revisão, o princípio de simetria "às controvérsias da sociedade" (HERNÁNDEZ, 2003, p. 90).[284][285]

Além disso, há também que se considerar as influências de ideias de autores vistos como pós-estruturalistas como: Gilles Deleuze e Félix Guattari, dos quais vem a ideia de "Rizoma"; Jacques Derrida e sua noção de "inscrição"; e Michel Foucault, quem contribui no pensamento de Callon e Latour com a visão sobre "dispositivo" (HERNÁNDEZ, 2003, p. 88).[286]

---

[284] Para entender melhor o princípio de simetria generalizada desenvolvido por Michel Callon ler HERNÁNDEZ, 2003, p. 90 e nota 4; para entender melhor as abordagens de Serres e Bloor, ler: SERRES, M. **Hermés III**: la traducción. Paris: Editorial de Minuit, 1974; BLOOR, David. **Knowledge and social imagery**. 2ª Ed. Chicago (EUA): University of Chicago Press, 1991.

[285] Mais tarde, David Bloor escreve uma crítica ao pensamento de Latour intitulada *Anti-Latour* (BLOOR, David. Anti-Latour. **Studies in History and Philosophy of Science**, Nova York, v.30, n.1, p.81-112, 1999). Latour, por sua vez, critica a falta de evolução do Programa Forte de Bloor e, no mesmo 1999, escreve uma resposta aos escritos de Bloor sobre ele intitulado *For David Bloor... and Beyond: a reply to David Bloor's "Anti-Latour"* (**Studies of History and Filosophy of Science**, v. 30, n. 1, p 113-129). Como resultado desse embate, os grupos de Paris e da Escola de Edimburgo, ao qual estava ligado Bloor se afastam (HERNÁNDEZ, 2003, p. 90).

[286] Não me aprofundarei nesses temas; eventualmente, quando e se necessário, poderei abordá-los. Para entendê-los melhor, o leitor pode consultar: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs I**. São Paulo: Editora 34, 2011; DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999; FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade do saber. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1999; e FOUCAULT, M. Sobre a História

No cerne de todo o arcabouço conceitual de ANT parece estar a noção de "tradução".[287]

> Los actores (individuales y colectivos, humanos y no humanos) trabajan constantemente para traducir sus lenguajes, sus problemas, sus identidades o sus intereses en los de los otros. Es a través de este proceso que el mundo se construye y se desconstruye, se estabiliza y se desestabiliza (HERNÁNDEZ, 2003, p. 92).[288]

O uso da noção de rede, segundo Hernández, parece ter vindo para substituir a noção de sistema, a qual "se interessa em delimitar e colocar em relação os elementos de uma parte delimitada da realidade, mas sem uma hierarquia precisa" (2003, p.93-94).[289] Rede, por sua vez, considera a circulação de informação como o meio pelo qual os elementos se inter-relacionam (HERNÁNDEZ, 2003, p. 94). Ainda, qualquer elemento em um sistema pode assumir posições de destaque; assumir, como indivíduo, um papel fundamental para o todo (CALLON, 1986). Nas palavras de Hernández, "por esta razão se interpretou que esse elemento protagônico tem uma posição de ator representativo do sistema organizado em termos de rede" (2003, p. 94).[290]

Latour, explicando o termo ator-rede, aponta alguns "mal-entendidos" (1996) e "algumas coisas que não funcionariam mais" (1999). Comecemos com os "mal-entendidos". O primeiro seria sobre dar ao termo rede o "significado técnico comum no sentido de esgoto, ou trem, ou metrô, ou 'rede' de telefone" (1996, p.2).[291] Isso não corresponderia à ideia de ator-rede. Tal noção traz apenas uma visão parcial de ANT. Uma rede técnica, como nessa visão da engenharia, não apresenta necessariamente uma abrangência ampla, ou caminhos obrigatórios, ou nodos posicionados estrategicamente.

Tampouco, e aqui temos um segundo 'mal-entendido', ANT pode ser confundida com a noção de rede vinda dos estudos de redes sociais. Embora, ANT compartilhe uma série de elementos com tais estudos, ela estende o entendimento de ator (actante, como propõe Latour) "às entidades não humanas e não individuais" (LATOUR, 1996, p. 2). A ideia de rede social

---

da sexualidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 18ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2003b. p. 243-276.

[287] Sobre tradução ver o item 5.2.1 $_{deste}$ trabalho.

[288] Os atores (individuais e coletivos, humanos e não humanos) trabalham constantemente para traduzir suas linguagens, seus problemas, suas identidades ou seus interesses para os outros. É através desse processo que o mundo se constrói e desconstrói-se, estabiliza-se e desestabiliza-se. HERNÁNDEZ, Antonio Arellano. La sociología de las ciencias y de las técnicas de Michel Callon y Bruno Latour. In: LEDESMA, Jorge Ocampo; MARTÍNEZ, Elia Patlán; HERNÁNDEZ, Antonio Arellano (coord.). **Un debate abierto.** Escuelas y corrientes sobre la tecnología. Chapingo, Mexico: Universidad Autónoma Chapingo/CIESTAAM, 2003, p.92.

[289] *Ibid*., p. 92. (Tradução minha).

[290] *Ibid*., p. 92. (Tradução minha)

[291] LATOUR, Bruno. On actor-network theory: a few clarifications. **Soziale Welt,** vol. 47, p. 369-381, 1996. p. 2. (Tradução minha). A paginação refere-se ao texto consultado, conseguido via *website*, não correspondendo à paginação do texto original, publicado na revista citada. O texto consultado pode ser encontrado em: <http://faculty.georgetown.edu/irvinem/theory/Latour-clarifications.pdf>.

faz parte do processo de descrição em ANT, mas sem privilégios ou destaque (LATOUR, 1996, p.2-3).

O elemento ‘indivíduo humano’ é considerado, mas os ‘elementos não humanos’ também o são. Ambos esses elementos agem como mediadores nos processos de tradução e devem ser considerados de forma simétrica, com igual importância nas análises com base em ANT. Achar que a noção de rede pode ser entendida como transmissão de informação de forma direta, rápida, sem interferência desses intermediários, constitui-se para ANT em um terceiro ‘mal-entendido’, segundo Latour (HERNANDÉZ, 2003, p. 95). Desta forma, ANT prioriza essas ações executadas por intermediários, vistos, na verdade, como mediadores; ações que podem deslocar o sentido original das ideias postas em movimentos; ações que executam as traduções.

O uso da palavra ‘rede’ foi defendido por evitar divisões entre matéria e corpos, por exemplo, como no pensamento cartesiano. Ademais, Latour a justifica por ter sido uma palavra usada nos estudos de Diderot, trazendo sempre um forte componente ontológico (1996, p. 3). A ideia de rede provocaria, segundo o autor, uma mudança da metáfora de superfícies para a de filamentos; uma mudança de parâmetros topológicos: ao invés de tratar o ambiente das interações de maneira bidimensional ou tridimensional – superfície ou esfera –, ANT provoca o pensar em um ambiente no qual os nodos têm tantas dimensões quanto o número de conexões que possuam (1996, p. 3). Ideia desenvolvida com base na noção de Rizoma, emprestada de Gilles Deuleze e Félix Guatari (2011).

> As a first approximation, the AT[292] claims that modern societies cannot be described without recognizing them as having a fibrous, thread-like, wiry, stringy, ropy, capillary character that is never captured by the notions of levels, layers, territories, spheres, categories, structure, systems. It aims at explaining the effects accounted for by those traditional words without having to buy the ontology, topology and politics that goes with them. […] it is utterly impossible to understand what holds the society together without reinjecting in its fabric the facts manufactured by natural and social sciences and the artefacts designed by engineers. As a second approximation, AT is thus the claim that the only way to achieve this reinjection of the things into our understanding of the social fabrics is through a network-like ontology and social theory (LATOUR, 1996, p. 3).[293]

[292] O autor utiliza neste texto especificamente o acrônimo “AT” para se referir à Actor-Network Theory. Entretanto, o acrônimo mais utilizado é “ANT” e este será o mais utilizado ao longo deste trabalho, uso AT aqui por ser uma citação direta.

[293] Como primeira aproximação, a ANT afirma que as sociedades modernas não podem ser descritas sem reconhecê-las como tendo um caráter fibroso, em forma de fio ou de corda, capilar, que nunca é capturado pelas noções de níveis, camadas, territórios, esferas, categorias, estrutura, sistemas. Ela pretende explicar os efeitos contabilizados por essas palavras tradicionais sem ter que comprar a ontologia, a topologia e a política que as acompanham. [...] é absolutamente impossível entender o que mantém a sociedade unida sem reinjetar em seu

Essa seria uma visão intuitiva sobre ANT. “A força não vem da concentração, pureza ou unidade, mas da disseminação, heterogeneidade e do cuidadoso entrelaçamento de laços fracos” (LATOUR, 1996, p. 3).[294] No aspecto contra intuitivo, para ANT não existiria nada além de redes, assim, ela não se preocupa em preencher espaços entre os “filamentos”. Isso faria de ANT uma teoria reducionista e relativista, mas Latour afirma que isso seria o primeiro passo para entender ANT como “uma ontologia irreducionista e relacionista” (1996, p. 4).

ANT ainda faz uso de algumas propriedades relativas a redes: Distante/proximo; pequena escala/grande escala; e dentro/fora. Sobre o aspecto distante/próximo, quando pensamos com base em redes, elementos/atores/actantes que se encontram afastados por diferentes aspectos (espaciais ou comportamentais, por exemplo) podem aparecer próximos quando analisadas as suas conexões. O mesmo pode-se dizer de elementos/atores/actantes que se encontram, por exemplo, espacialmente, ou no comportamento, próximos, mas que são completamente distantes por não apresentarem nenhum tipo de conexão entre eles. Disso entendemos que quando se trabalha com a noção de rede, com base em ANT, o espaço intermediário (entre as coisas), seja ele social ou ‘real’, transforma-se em um espaço inexplorado, já que o olhar estaria nas interconexões existentes (LATOUR, 1996, p. 5). Nesse caso, o ‘intermediário’ não seria tal espaço entre as coisas, mas, sim, os nodos posicionados entre a ‘ideia’ (conceito, artefato, etc.), por exemplo, e o momento de sua transformação em – ou manutenção como – um fato. Esse intermediário, reforçando a afirmação, seria, na verdade, um mediador dessa transformação e/ou manutenção.

Sobre escala, a visão com base em redes faz desaparecer a ideia de micro-macro. “Uma rede nunca é maior que outra rede, é simplesmente mais longa ou mais intensamente conectada” (LATOUR, 1996, p. 5).[295] Latour entende que considerar a propriedade ‘escala’, é ficar sujeito a características “as quais têm se provado devastadoras para a teoria social” (1996, p. 5):[296] basear-se em uma noção de ordem que iria do topo para o fundo e vice e versa;[297] entender que um elemento de macro escala deveria ser estudado de forma diferente de um de micro escala,

tecido os fatos fabricados pelas ciências naturais e sociais e os artefatos projetados pelos engenheiros. Como segunda aproximação, a ANT é, portanto, a afirmação de que a única maneira de conseguir essa reinjeção das coisas em nossa compreensão acerca dos tecidos sociais é por meio de uma ontologia e uma teoria social semelhante a uma rede. *Ibid*., p.3.

[294] *Ibid*., p. 3. (Tradução minha).

[295] LATOUR, op. cit., 1996, p. 5. (Tradução minha)

[296] *Ibid*., p. 5. (Tradução minha)

[297] No texto consultado, em inglês, os termos que o autor usa são “top” e “bottom”, e poderiam ser traduzidos por ‘cima’ e ‘baixo’. Preferi utilizar a ideia de ‘topo’ e ‘fundo’ para não confundir com noções de classes sociais como dominantes e dominados ou hegemônicos e subalternos (subordinados).

por acreditar que suas naturezas seriam diferentes; e, por fim, seria totalmente incapaz de acompanhar como um elemento vai de individual para coletivo e então volta a ser individual.

Para ele:

> A network notion implies a deeply different social theory: it has no a priori order relation; it is not tied to the axiological myth of a top and of a bottom of society; it makes absolutely no assumption whether a specific locus is macro – or micro – and does not modify the tools to study the element "a" or the element "b"; thus, it has no difficulty in following the transformation of a poorly connected element into a highly connected one and back (LATOUR, 1996, p. 5).[298]

A noção de rede permite que se trabalhem algumas características da sociedade – "seu espaço vertical, sua hierarquia, sua distribuição em camadas, sua escala macro, sua totalidade, seu caráter abrangente" (LATOUR, 1996, p. 5) –[299] de forma mais maleável; facilita a compreensão sobre "como essas características são alcançadas e de que material elas são feitas" (LATOUR, 1996, p. 6).[300]

> Instead of having to chose [SIC] between the local and the global view, the notion of network allows us to think of a global entity -a highly connected one- which remains nevertheless continuously local... Instead of opposing the individual level to the mass, or the agency to the structure, we simply follow how a given element becomes strategic through the number of connections it commands and how does it lose its importance when losing its connections (LATOUR, 1996, p. 6).[301]

É importante perceber que, para Latour – e, eu diria, para ANT –, a importância de um nodo em uma rede pode ser definida pelo número de conexões que ele apresenta. Esse número de conexões definiria a posição desse nodo porque em ANT os nodos não seriam meros intermediários, como já visto, mas sim mediadores das ideias, contribuindo fortemente para transformá-las em fatos – ou bloqueando sua disseminação –, bem como as modificando conforme seus próprios interesses.

---

[298] Uma noção de rede implica uma teoria social profundamente diferente: não tem relação de ordem a priori; não está ligada ao mito axiológico de um topo e de um fundo da sociedade; não faz absolutamente nenhuma suposição se um *locus* específico é macro – ou micro – e não modifica as ferramentas para estudar o elemento "a" ou o elemento "b"; portanto, não tem dificuldade em seguir a transformação de um elemento pobremente conectado em um altamente conectada e de volta (LATOUR, 1996, p.5).

[299] Tradução minha.

[300] *Ibid*., p., 6. (Tradução minha).

[301] Em vez de ter que escolher [SIC] entre a visão local e a visão global, a noção de rede nos permite pensar em uma entidade global – uma altamente conectada – que permanece, no entanto, continuamente local ... Em vez de opor o nível individual ao de massa, ou a agência à estrutura, simplesmente seguimos como um determinado elemento se torna estratégico através do número de conexões que ele comanda e como ele perde sua importância ao perder suas conexões. *Ibid*., p. 6.

A terceira característica a se considerar – além de perto/longe e grande escala/pequena escala – é a questão do 'dentro/fora'. Uma vantagem de trabalhar com a noção de rede é o ponto, diz Latour, de que, utilizando a noção de rede, os espaços entre as conexões não precisam ser considerados, somente as conexões em si importam. "Uma superfície tem um lado de dentro e um lado de fora, separados por uma fronteira. Uma rede é toda fronteira sem um lado de dentro e um lado de fora. A única questão é se uma conexão entre dois elementos está estabelecida ou não" (LATOUR, 1996, p. 6).[302]

Com a noção de rede, as ideias de distância, tamanho, superioridade, localização (em termos de fronteira), são substituídas pela noção de associações, conexões. Mas, tal assertiva não implica em dizer que não haja, por exemplo, uma sociedade macro, "mas que para obter os efeitos de distância, proximidade, hierarquia, conectividade, condição de estar fora e superfície, um enorme trabalho complementar tem que ser feito. Este trabalho, contudo, não é capturado pela noção topológica de rede" (LATOUR, 1996, p. 6).[303] Com base nisso, ANT propõe agregar à noção matemática de rede a noção de 'ator'. A ideia desse "híbrido", como diz Latour, ator-rede nos conduz para um mundo que ainda não estaria tão ordenadamente construído, pondo-nos diante de propriedades dinâmicas e ontológicas (LATOUR, 1996, p.6).

> A network in mathematics or in engineering is something that is traced or inscribed by some other entity -the mathematician, the engineer. An actor-network is an entity that does the tracing and the inscribing. It is an ontological definition and not a piece of inert matter in the hands of others, especially of human planners or designers. It is in order to point out this essential feature that the word "actor" was added to it (LATOUR, 1996, p. 7).[304][305]

Em ANT, 'ator' assume o significado semiótico de 'actante': qualquer coisa que produza ou que sofra uma ação.[306] ANT não se preocupa em apresentar "um modelo de competência humana" (LATOUR, 1996, p. 7), uma vez que o actante pode ser qualquer coisa, inclusive um indivíduo humano; em ANT o ator tradicional – o indivíduo humano – não aparece como o agente exclusivo. Em sua agenda, ANT se interessa por:

> The attribution of human, unhuman, nonhuman, inhuman, characteristics; the distribution of properties among these entities; the connections established

[302] *Ibid*., p. 6. (Tradução minha).
[303] *Ibid*., p. 6. (Tradução minha).
[304] Uma rede em matemática ou em engenharia é algo que é traçado ou inscrito por alguma outra entidade - o matemático, o engenheiro. Um ator-rede é uma entidade que faz o traçado e a inscrição. É uma definição ontológica e não uma pedaço de matéria inerte nas mãos de outros, especialmente de planejadores ou *designers* humanos. É para apontar essa característica essencial que a palavra "ator" foi adicionada a ela. *Ibid*., p. 7.
[305] Tanto a noção de "traço" como de "inscrição" podem ser melhor compreendidas em DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
[306] Segundo Greimas e Courtés, "O actante pode ser concebido como aquele que realiza ou que sofre o ato [...]" (s/d, p. 12); "[...] são os seres ou as coisas que [...] participam do processo " (TESNIÈRI apud *Ibid*., p.12)

> between them; the circulation entailed by these attributions, distributions and connections; the transformation of those attributions, distributions and connections, of the many elements that circulates and of the few ways through which they are sent (LATOUR, 1996, p. 7).[307]

Na explicação de Latour, em ANT não existe uma rede separada do ator, mas sim um ator cuja "definição de mundo" descreve, traça, aquilo que se pode chamar de rede (1996, p. 14). Não existe rede sem o ato de traçá-la. "Uma rede não é uma coisa, mas o movimento registrado de uma coisa" (LATOUR, 1996, p. 14).[308] A discussão, então, deixa de ser se rede é uma coisa, ou uma representação, se é parte da sociedade, da natureza, ou do discurso. ANT vai olhar o que se move e como esse movimento é registrado. Considerando os movimentos de dentro da rede, bem como aqueles que a mantêm como rede, seguindo um determinado caminho, os movimentos externos (LATOUR, 1996, p. 14).

Seria importante, então, manter uma simetria na análise dos movimentos, sem se preocupar com a ideia de dentro/fora desses movimentos. Não há que se pensar em preencher o 'espaço−entre'; os movimentos são considerados em seu todo. ANT procura rejeitar, a uma só vez, a ideia de naturalização, socialização e textualização em nome de uma simetria.

> AT claims that these "(x)-lisations" have to be dissolved all at once and that the job is not done better if one of them gains hegemony or if the three are carefully circumscribed. All (x)-lisations are the filling in of what is "in between" the networks, and which one is chosen or rejected makes no practical difference since nets have no "in between" to be filled in (LATOUR, 1996, p. 16).[309]

E o que não funcionaria mais? Após toda a explicação sobre a decisão por esse híbrido, ator-rede, Latour, repensando suas explanações, vai nos colocar em uma situação de desconforto, embora sem abandonar a base conceitual que sustenta ANT. Parece-me que ANT segue como tal, mas a Teoria Ator-Rede começa a apresentar o seu 'além'.

Latour, em uma autocrítica à Teoria Ator-Rede, aponta quatro coisas a serem repensadas: as palavras "ator", "rede", "teoria" e o hífen posto nesse termo composto "ator-rede". Quanto ao uso da palavra rede, para ele, concordando com John Law (1999) sobre o uso do termo rede, é sempre um perigo usar metáforas técnicas de forma a parecer estar um

---

[307] A atribuição de características humanas, desumanas, não humanas, inumanas; a distribuição de propriedades entre essas entidades; as conexões estabelecidas entre elas; a circulação implicada por essas atribuições, distribuições e conexões; a transformação dessas atribuições, distribuições e conexões, dos muitos elementos que circulam e das poucas formas pelas quais são enviados. Latour, Bruno. Op. cit., p. 7.

[308] OP. cit., p. 14. (Tradução minha).

[309] ANT afirma que estas "(x)-lisações" devem ser dissolvidas de uma só vez e que o trabalho não é feito de melhor maneira se uma delas ganhar hegemonia ou se as três estiverem cuidadosamente circunscritas. Todas as (x)-lisações são o preenchimento do que é "entre" as redes e qual é escolhido ou rejeitado não faz diferença prática, uma vez que as redes não têm nenhum "entre" para preencher. LATOUR, op. cit., p. 16.

pouco à frente de seu uso comum a todos (1999, p. 15). Latour diz que agora todos parecem entender o que rede significa, graças ao advento da "World Wide Web", enquanto que no final do anos 1970

> There was still some freshness in the term as a critical tool against notions as diverse as institution, society, nation-state and, more generally, any flat surface, it has lost any cutting edge and is now the pet notion of all those who want modernize modernization (LATOUR, 1999, p. 15).[310]

A diferença que aponta Latour entre a visão anterior e, eu diria, a ainda atual sobre rede é que antes o termo identificava com clareza uma série de transformações – o que ele chama de "traduções e transduções" – "as quais não poderiam ser capturadas por nenhum dos termos tradicionais da teoria social" (1999, p. 15).[311] A noção atual, diz Latour, é a ideia de acesso imediato a qualquer informação, sem nenhum tipo de transformação ou mediação (1999, p.15). Essa segunda noção de rede, como caminho imediato e curto da informação, não representaria, como já apontado anteriormente, a noção de rede que interessa a ANT e eliminou a vantagem crítica que existia na noção anterior, acredita Latour (1999, p. 15-16). O autor chega a propor o abandono do termo no ambiente de ANT. Em suas palavras: "Eu não acho que devamos mais usá-lo, pelo menos não para exprimir o tipo de transformações e traduções que queremos agora explorar" (1999, p. 16).[312]

Outro problema estaria na palavra "ator", conectada à noção de rede por meio do hífen. Essa composição, para ele,[313] pode nos levar à ideia bastante forte na sociologia de agência/estrutura. Latour concorda que o termo posto como foi, com o hífen conectando esses dois polos, dificulta o entendimento do verdadeiro interesse de ANT sobre essa polaridade macro-micro.

> The original idea was not to occupy a position in the agency/structure debate, not even to overcome this contradiction. Contradictions most of the time and especially when they are related to the modernist predicament, should not be overcome, but simply ignored or bypassed (LATOUR, 1999, p. 16).[314]

---

[310] [...] ainda havia alguma frescor no termo como uma ferramenta crítica contra noções tão diversas como instituição, sociedade, estado-nação e, em geral, qualquer superfície plana, ele perdeu qualquer vantagem e agora é a noção predileta de todos aqueles que querem modernizar a modernização. LATOUR, B. On recalling ANT. In: LAW, John; HASSARD, John (eds.). **Actor network theory and after**. Oxford (GB): Blackwell Publishing/The Sociological Review, 1999., p. 15.

[311] *Ibid*., p. 15. (Tradução minha).

[312] *Ibid*. p. 16. (Tradução minha).

[313] Latour afirma ter discordado da construção do termo ator-rede, hifenizado, desde o início (1999, p. 16).

[314] A ideia original não era ocupar uma posição no debate sobre agência/estrutura, nem mesmo para superar essa contradição. As contradições, na maior parte do tempo e especialmente quando estão relacionadas ao predicamento modernista, não devem ser superadas, mas simplesmente ignoradas ou passamos por cima. *Ibid*., p. 16.

Esse olhar sobre o micro versus o macro é entendido por Latour como insatisfações advindas da dificuldade em analisar as relações locais, face a face, o que determinaria o micro, sem se deparar com a necessidade de buscar algumas explicações em outro nível, mais amplo, o que nos levaria à noção de macro. Contudo, uma vez alcançados os elementos nesse nível macro, tornam a surgir dificuldades que só poderão ser esclarecidas se se tomar o caminho de volta ao micro, e assim, seguidamente. ANT seria, dessa maneira, um meio de olhar essas insatisfações, sem querer superá-las ou resolvê-las, mas estudando as condições que as tornam possíveis (LATOUR, 1999, p. 17).

> By topicalizing the social sciences own controversies, ANT might have hit on one of the very phenomena of the social order: may be the social possesses the bizarre property of not being made of agency and structure at all, but rather of being a *circulating entity* (LATOUR, 1999, p. 17, grifo do autor).

O interesse de ANT estaria, então, no movimento, nessa circulação, nessa mudança entre os níveis micro e macro, sem necessariamente distingui-los em termos de importância. Em ANT, quando se explora as estruturas do social não se é afastado dos ambientes locais, mas se aproxima ainda mais deles (LATOUR, 1999, p. 18). Os termos ator e rede, diz Latour,

> Designates two faces of the same phenomenon, like waves and particles, the slow realization that the social is a certain type of circulation that can travel endlessly *without* ever encountering either the micro-level – there is never an interaction that is not framed – or macro-level – there are only summing up which produce either local totalities (‘oligoptica’) or total localities (agencies) (1999, p. 19, grifos do autor). [315][316]

Diz Latour que a contribuição mais útil de ANT é essa transformação do social, vista em geral como uma superfície, um território, em uma circulação. Mas, ele também apresenta essa contribuição como uma contribuição negativa, já que nos conduz ao terceiro problema: o de apresentar ANT como uma teoria.

---

[315] designa duas faces do mesmo fenômeno, [...], a percepção lenta de que o social é um certo tipo de circulação, que pode viajar indefinidamente sem nunca encontrar o nível micro - nunca há uma interação que não está enquadrada - ou o nível macro - há apenas resumos que produzem totalidades locais ("oligóptica") ou localidades totais (agências). *Ibid*, p. 19.

[316] O termo oligóptica foi apresenatdo por Latour e Hermant no texto *Paris: cidade invisível*(1998), inspirado no “Panóptico de Bentham”, apresentado por Michel Foucalt em sua obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (2002). O Panóptico, pensado por Jeremy Bentham, tratava-se de um projeto arquitetônico de vigilância, composto por um círculo externo – onde ficariam celas, por exemplo –, um grande pátio e uma torre de vigilância no centro do pátio, de onde todas as celas poderiam ser vigiadas. Oligóptica (no texto original, *oligopticon*), por sua vez, refere-se à possibilidade de enxergar grandes extensões a partir de um ambiente restrito (salas de vigilâncias com monitores, por exemplo). Sobre o Panóptico, também pode-se consultar o trabalho do próprio Bentham: *O Panóptico ou a casa de inspeção* (2008).

Latour destaca a questão de ANT não atentar para os espaços existentes entre as redes. “Esses espaços vazios ‘entre’ as redes [...] são os aspectos mais excitantes de ANT porque eles mostram a extensão de nossa ignorância e a imensa reserva que está aberta a mudanças” (1999, p. 19). O que deixa essa possibilidade, ainda obscura para ANT, Latour define em uma pergunta: se ANT é uma teoria, é uma teoria de que? Para ele, ANT jamais foi uma teoria sobre do que é feito o social; ANT não seria mais uma forma de tentar explicar “o comportamento de atores sociais” (LATOUR, 1999, p. 19).

Estudos com base em ANT partem da ideia de que os atores sabem o que eles fazem e a intenção de ANT é aprender com eles o que eles fazem, como e por quê. ANT é, desde o início, “um método bem grosseiro de aprender com os atores, sem lhes impor uma definição *a priori* de suas capacidades de construção de mundo” (LATOUR, 1999, p. 20). ANT seria:

> [...] simply a way for the social scientists to access sites, a method and not a theory, a way to travel from one spot to the next, from one field site to the next, not a interpretation of what actors do simply glossed in a different more palatable and more universalist language (LATOUR, 1999, p. 20-21).[317]

Disso, entende-se que os próprios fundadores de ANT enxergam necessidades de atualizações, contudo também veem em ANT aspectos e contribuições importantíssimas. A principal intenção de ANT talvez seja a de demonstrar uma característica de circulação que se encontra na sociedade, não predefinido um ator; o ponto positivo mais importante, tratando-se da abordagem sobre a ideia de ator, seria, segundo Callon, “que ANT é baseada em uma teoria não estável do ator; ao invés disso, ela assume uma *indeterminação radical* do ator” (1999, p. 181, grifo do autor).[318]

Para ANT, o importante é registrar tais capacidades de construção de mundo. Nesse aspecto, ainda há muito o que explorar, principalmente as implicações políticas de uma teoria social que busca tão somente entender os processos “que tornam os atores hábeis em negociar seus caminhos entre uma e outra atividade de construção de mundo” (LATOUR, 1999, p. 21).[319]

---

[317] [...] simplesmente um caminho para os cientistas sociais acessarem locais, um método e não uma teoria, uma maneira de viajar de um ponto para o outro, de uma posição no terreno para outra, não uma interpretação do que os atores simplesmente fazem, glosado em uma linguagem diferente, mais palatável e mais universalista. *Ibid*, p. 20-21.

[318] CALLON, M. Actor-Network Theory: the market test. In: LAW, John; HASSARD, John (eds.). **Actor network theory and after**. Oxford (GB): Blackwell Publishing/The Sociological Review, 1999. p. 181-195. (Tradução minha).

[319] Op, cit., p. 21. (Tradução minha).

6 *SOCIETAS AB PARES*[320]

Redes têm que ser horizontais, abertas, não hierárquicas e descentralizadas. Esta afirmação resume, grosso modo, algumas afirmações sobre a condição de ser ou não uma rede, as quais surgiam repetidamente nos ambientes das organizações não governamentais e de seus apoiadores. Algumas das assertivas que levaram a essa afirmação geral ainda eram enfáticas em dizer que centros de poder são incompatíveis com redes; que redes são colaborativas e, para serem entendidas como tal, devem atuar de forma uníssona, evitando o conflito interno. É daí que surge a inquietação que levou a este estudo: se fosse entendido como os operadores de redes de, ou com a participação de ONGs percebem as relações de poder e hierarquias naquelas redes, seria possível encontrar sustentação para tais afirmações? Ou memso outras afirmações tal como "poder é uma medida de não rede"?

O Poder é constantemente exercitado pela sociedade. Como visto, especificamente, no capítulo 4, bem como, pode-se dizer, ao longo de todo este trabalho, o Poder é um tema estudado há séculos, apresentando diferentes abordagens, sugerindo diversas interpretações. Quando analisando as 10 (dez) entrevistas e cruzando os os conteúdos dessa análise com as respostas do questionário, foi possível compreender que entre as ONGs e seus aglomerados, ou os aglomerados dos quais elas participam, o exercício do poder, como imaginado, faz-se presente, mesmo que a contragosto de alguns, e que, por vezes como uma espécie de produto desse exercício, ali se encontram manifestações de relações que se pode considerar hierárquicas. Nem sempre aquela hierarquia tradicional, absolutamente vertical, mas uma hierarquia baseada em sutilezas como o prestígio, a influência e, como em casos encontrados neste estudo, nos recursos disponíveis em cada ator – seus capitais.

6.1 DANDO FORMA ÀS PERCEPÇÕES, PERCEBENDO AS TRADUÇÕES

Como apresentado no primeiro capítulo, as 'falas' de cada entrevistado foram analisadas a partir de duas categorias e suas subcategorias: (1) Características de uma rede de ONGs ou com a participação delas – (a) horizontalidade/hierarquia; (b) abertura; (c) centros de poder; e (d) centralidade –; e (2) Tipos de relações encontradas em uma rede de ONGs ou com a participação delas – (a) conflito político; (b) conflito pessoal ou organizacional; (c) competição;

[320] 'Sociedade entre pares (iguais)' em latim.

(d) disputa por espaço; (e) influência; (f) prestígio/reconhecimento; e (g) dominação. As subcategorias sendo utilizadas para o refinamento do processo de análise.

Em alguns momentos da análise, as categorias, por meio de algumas de suas subcategorias se entrelaçaram, gerando um resultado que tanto poderia ser considerado como uma característica das redes, como um tipo de relação existente nelas. Aliás, a compreensão das percepções passa muito por esses entrelaçamentos, sendo impossível separar determinadas características de determinados tipos de relações existentes nas redes.

Acredito ser importante esclarecer algumas escolhas referentes à análise do questionário. Todos os respondentes são identificados pelo nome Respondente, associado a um número: números de 1 a 13, para os respondentes do Brasil, e de 1i a 4i, para os de outros países.[321] As respostas foram analisadas como um todo, sem separar os respondentes do Brasil dos de outros países, mas alguns dados poderão ser apresentados desagregando a origem e/ou o respondente, permitindo, assim, aprofundar a compreensão de algumas respostas. As respostas do questionário serão tratadas como sendo parte da 'fala elaborada' do respondente. As respostas abertas serão tratadas como respostas específicas, que podem contribuir com o discurso predominante na questão ou como uma visão diferenciada a ser considerada.

A categoria 'Características de uma rede de ONGs', por si, estaria na base da análise da afirmação que inspirou este estudo: "toda rede tem que ser horizontal, desprovida de hierarquia e centros de poder e deve ser totalmente aberta". E, em análise ampla das 'falas' dos entrevistados e das respostas ao questionário, já seria possível afirmar que tal descrição poderia ser uma condição buscada, entretanto inexistente. No questionário, instrumento no qual este tema foi tratado de forma direta,[322] as respostas se concentraram exatamente em ser uma condição ideal, mas, não real e tal condição dependeria do propósito da rede.

A única resposta aberta (todas as questões davam a possibilidade de respostas abertas) vai ao encontro do que foi visto em algumas entrevistas: "a rede deve ser horizontal, mas os centros de poder existem e emergem o tempo inteiro e não vemos problema nisso" (RESPONDENTE 10, participante de redes). Essa é a opinião, por exemplo, dos Entrevistados 3 e 9, que conectam centros de poder, ou a tentativa de criá-los, aos conflitos, de certo modo, importantes para a construção de uma ambiente democrático que deve existir nas redes de, ou com a participação de ONGs. Portanto, já inicio a análise sabendo que para operadores de redes,

[321] Esta divisão entre respostas do Brasil e de outros países tem pouca importância na análise, apenas foi um forma que encontrei para saber a origem da resposta. Método de organização pessoal, nada mais.
[322] Ver apêndice B, questão 4.

tal afirmativa, sustentada por alguns escritos sobre redes de ONGs, (INOJOSA, 1999; MARTINHO, 2003; SCHLITHLER, 2004; FRANCO, 2009), não encontra forte concordância.

Dito isso, começo pela categoria 'Características de uma rede de ONGs'. Essa categoria estaria em sua subcategoria horizontalidade/hierarquia. Mas, antes de uma análise mais aprofundada, quero salientar que o modelo entendido como hierárquico para parte dos entrevistados – quatro dos dez entrevistados – baseava-se no mesmo modelo apresentado por Augusto de Franco (2009; 2012): uma hierarquia estaticamente vertical, do tipo militar ou empresarial tradicional, representada por organogramas clássicos ou piramidais. Para eles, não são consideradas outras formas de relações, mais flexíveis, como podendo representar formas hierárquicas.[323] Entretanto, a noção de superordenação e subordinação que Simmel nos apresenta (1950a; 1983d) descreve relações que, entendo, podem ser vistas como hierárquicas, mas não necessariamente inflexivelmente verticais – apesar de não serem exatamente horizontais. Posicionar-se em uma condição superordenada pode ser pelo prestígio (BOURDIEU, 1986; SIMMEL, 1983c) ou por méritos outros que não definem imediatamente uma verticalidade. Embora, Simmel aborde o conceito de Hierarquia com base em uma situação social distinta, essa sim, desenhada de forma indiscutivelmente vertical: as sociedades secretas (SIMMEL, 1950b).

A ideia de hierarquia, para esses entrevistados, bem como alguns autores que atuam como facilitadores de rede, ou consultores de seus apoiadores, ou referências para esses (MARTINHO 2003; SCHLITHLER, 2004; FRANCO, 2012), não é vista como uma característica possível de existir em ambientes com tendência a horizontalidade. Essa pareceu ser uma visão predominante, embora, não para todos, entre os entrevistados vinculados aos apoiadores de redes, como se a existência de manifestações hierárquicas, de qualquer espécie, fosse incompatível com o que se entende como uma rede de forma geral. Isso ficava claro nas 'falas elaboradas', mas, não raramente, essa opinião via-se involuntariamente questionada por afirmações de algumas 'falas não elaboradas'.

Se não vejamos, o Entrevistado 1 (participante e apoiador), que aponta fortemente a 'não hierarquia' como uma característica necessária para se compreender alguma articulação como rede – sua primeira resposta quando perguntado sobre as características de uma rede foi:

[323] Talvez, se explicado, alguns concordassem com a possibilidade da existência de outros modelos hierárquicos, como em diferentes formas de exercícios de poder apontados por alguns autores – influência, por exemplo –, mas isso não surgiu espontaneamente e eu não podia sugerir nada que pudesse contaminar a resposta do entrevistado.

"não pode haver hierarquia" –, descrevendo um processo de organização e atuação de uma determinada rede, com a qual se relacionou como apoiador, diz:

> Tem vários elementos para se olhar nessa estrutura de redes. Desde as lideranças, porque tem lideranças; tem pessoas com capacidade, não só de mobilizar, mas de acolher, de movimentar, de estar junto, de não estar na dimensão de 'mais', mas, assim, se colocar. Então tem uma habilidade de algumas pessoas que é incrível. E tem essa pessoa que é "o maravilhoso" na avaliação – porque eu coloquei que ele era maravilhoso – [...]. Ele tinha uma função, por exemplo, de articular, mas é claro que ele vai mais além. Porque ele tem um perfil para isso; ele tem características muito interessantes, legais de observar.

Essa condição de "maravilhoso" foi posta pelo 'apoiador', aquele que traz os recursos para que a rede funcione, em um processo de avaliação oficial da rede. A partir desse momento, parece-me difícil que a rede não passe a olhar para aquele indivíduo e/ou para a organização que ele representa, como um elemento diferenciado. Como afirma o Entrevistado 9 (participante, apoiador e facilitador):

> Se alguém cai nas graças de um financiador, essa pessoa, ou organização, passa a ocupar um lugar de certo destaque na rede, [...], seja como uma liderança a ser respeitada e ouvida, seja como, digamos, um concorrente a ser enfrentado. Em qualquer dessas situações, eu acredito que temos uma condição hierárquica [...].

Quando essa subcategoria 'Horizontalidade/Hierarquia' é cruzada com a subcategoria de 'Tipos de relações encontradas nas redes', 'Influência', apenas dois dos 10 entrevistados apresentaram-na, espontaneamente, como uma modalidade de exercício de poder, e só um construiu um vínculo direto da 'influência' como sendo uma condição hierárquica.

> Se um membro da rede é respeitado pelo seu acúmulo de conhecimento, sua trajetória, [...] se é uma referência, a tendência é que ele exerça uma forte influência sobre a maioria dos demais membros – ou gere algum tipo de resistência sobre aqueles que querem ocupar espaços mais importantes na rede. De qualquer maneira, sua posição é vista como hierarquicamente superior, seja para merecer o apoio, seja para ter seu *status* desafiado (ENTREVISTADO 9).

Vejamos o seguinte exemplo: uma organização elabora um projeto de articulação com o intuito de expandir suas ações, torná-las de alcance nacional; com esse projeto, mobiliza, junto a uma grande fundação internacional, apoiadora de iniciativas sociais de defesa dos direitos, os recursos necessários para iniciar essa articulação; convida/convoca organizações escolhidas por ela para tornarem-se membros dessa articulação; define o nome da rede, igual ao seu próprio nome; elabora e apresenta a logomarca da rede, vinculada a sua própria logomarca; distribui os recursos seguindo seus próprios critérios, negociados com o apoiador

principal; e implementa sua metodologia de ação como a metodologia a ser aplicada pela rede.[324]

Para o Entrevistado 6, tal atitude descrita acima não definia uma condição hierárquica. Sua organização teria aceitado participar daquela articulação, tinha interesse nos recursos e entende que ser membro daquela articulação agregaria valor à sua instituição, menor e com menos recursos que a outra. Para ele, "havia um acordo"; a condição de condução da outra organização era legítima.

O Entrevistado 9, participante da mesma articulação, mas que teve a participação de sua organização, embora menor e com menos recursos que a organização articuladora, garantida por apoiadores próprios, não dependendo, assim, dos recursos mobilizados pela outra organização, via diferente:

> [ela] se via como dona da rede. Nossa relação era boa, mas conflitante. Nós não dependíamos dela para estar ali. Aliás, nossa participação foi, de certa forma, imposta pelos apoiadores (um deles também era o apoiador principal da rede). [...] Não fosse a intervenção deles, nós não estaríamos naquela rede. Nós nem saberíamos que a rede estava sendo organizada. Embora fôssemos uma organização bem reconhecida localmente, não fazíamos parte da rede de relacionamento mais próxima dela. Até nos conhecíamos, mas não éramos próximos. [...] Dentro da rede, fizemos uma espécie de contraponto. Outra organização também, mas essa era porque sua diretora tinha uma relação pessoal muito próxima com o diretor [dela]. Claro que havia hierarquia, mas terminava sendo controlada, ou escondida, não sei, por esses contrapontos. Mas, ainda sim, havia. A referência era [ela] (ENTREVISTADO 9, colchetes meus).[325]

Respondendo a uma pergunta específica sobre a existência de hierarquias em ambientes com tendências a horizontalidade, como as redes de ONGs, ou com a participação delas, o Entrevistado 6 diz: "esse negócio de totalmente horizontal, eu nunca vi funcionar em lugar nenhum". Essa resposta é justificada pelo fato de que atores diferentes têm capacidades diferentes e de que a atuação em rede exige coordenação: "em determinado momento, determinados processos precisam de coordenação. Não pode ser tão horizontal" (ENTREVISTADO 6). Quando cruzamos as duas afirmações do Entrevistado 6, a compreensão que se tem é que aceitar a condução do processo por uma organização, sem definir tal postura como hierárquica, pode ter sido uma estratégia de tradução – especificamente, a primeira estratégia de tradução: "eu quero o que você quer!" (LATOUR, 2000, p. 178-182) Uma instituição bem posicionada oferece a oportunidade à instituição do Entrevistado 6 de

[324] "Mais tarde, uma vez que a rede estava organizada e atuante, tanto os critérios de distribuição dos recursos, como a metodologia de atuação foram discutidos na rede como um todo e sofreram modificações, mas, ainda assim, prevaleceu muito da visão da instituição que deu nome à rede" (ENTREVISTADO 9).
[325] Os colchetes substituem o nome da organização convocadora.

desenvolver uma ação bem próxima a suas ações. Por que não se beneficiar dessa oportunidade e ainda conseguir agregar recursos financeiros e *status* político para sua organização? Concessões são feitas, ajustes são planejados. Com a construção desse pacto, uma organização se submete aos interesses de outra porque também está fortalecendo seu próprio interesse. É justificável. A questão é: não há percepção de que foi construída uma relação de hierarquia? Ou, para não demonstrar a posição de subordinação, nega-se a existência de uma posição de superordenação?

Nesse caso específico, duas 'falas elaboradas' terminaram por demonstrar uma posição contraditória. Na primeira, quando o entrevistado apresenta sua posição, em uma relação hierárquica, parece-me, bem evidente, seja pelo caminho mais comum de se entender hierarquia, seja pelo caminho de um 'poder brando', o do 'convencimento', da 'atração positiva' e da 'influência' (NEY Jr., 2012), quando há uma negação dessa relação; e na segunda, quando o mesmo entrevistado é bem claro em apontar a existência, em sua opinião, natural, de posições hierárquicas que definiriam uma horizontalidade não tão permanente. No caso da relação hierárquica não reconhecida, são traçadas estratégias que beneficiariam a ambas as partes: em negociação, por um lado, estariam os recursos financeiros, a transferência metodológica e a possibilidade de maior visibilidade, o que ajudaria na posição política da instituição alistada. Por outro lado, o aliado recrutado amplia o alcance geográfico da ação da organização recrutadora, além de difundir a sua imagem, já que a rede traz o nome dessa organização.

Particularmente, eu estaria inclinado a situar tal relação no ambiente de ANT e de suas traduções. As traduções foram recíprocas. Tanto o alistador, como o alistado tinham interesses coincidentes, mas o alistador tinha possibilidades mais consolidadas em sua rede expandida, para além daquele grupo específico, no qual estavam alistador e alistado. Ao mesmo tempo, para fechar ainda mais a caixa-preta na qual a ação do alistador se transformara, era preciso ampliar o alcance de sua metodologia. Assim, o alistado passa a ter um papel importante e é tratado como um par, evitando que se desvie demasiado do objetivo principal – a ampliação do alcance da metodologia da ação, criada pelo alistador. Esse tratamento como igual, mesmo que com menos recursos e menos possibilidades de mobilizá-los, pode criar essa ideia, ou esta percepção, de não hierarquia.

Mesma rede, formas de percepção diferentes. O Entrevistado 9 – quem, como já visto, participou dessa rede e entende que havia ali um exercício de hierarquia – aponta para uma visão que poderia ser explicada da seguinte maneira: quando um membro de uma rede qualquer de ONGs ou com a participação delas consegue definir como objetivo da rede, um objetivo,

portanto, coletivo, o seu próprio objetivo, o objetivo da instituição, esse membro terá maior reconhecimento para fora da rede identificada. Consequentemente, esse membro fortalecerá sua condição perante possíveis apoiadores, o que, por sua vez, fortalece sua condição de influência dentro da rede.[326]

O Entrevistado 9 ainda deixa claro que "a questão não é se há ou não hierarquia. Isso existe na sociedade, as redes não estão isentas disso". A questão seria como resistir, quando necessário, ao exercício dessa hierarquia. Como, mesmo de um lugar considerado 'inferior', você faz valer sua opinião? Diz ele: "rede para mim é um ambiente de negociação. Isso é o interessante, para mim, essa possibilidade de negociar de fazer política". E sobre a participação da organização que representava na rede tratada nessa questão do Entrevistado 6, ele acrescenta:

> No nosso caso, construímos alianças específicas, dentro da rede e fora dela. Nós entramos (na rede) com recursos próprios, mobilizados pela nossa instituição. Isso nos deu possibilidade de movimentos dentro da rede. Movimentos éticos, quero acreditar, mas movimentos de poder. Nunca chegamos a ocupar uma posição igual a do idealizador da rede (o alistador). Para fora da rede, sociedade e mesmo outras organizações apoiadoras, a imagem deles (a organização convocadora da rede) continuou bem mais fortalecida que a nossa, mas isso nos deu possibilidades de questioná-los dentro da rede (ENTREVISTADO 9, parênteses meus).

A percepção do Entrevistado 9 tem três pontos de vistas em relação a redes de ONGs ou com participação delas: 1) foi participante, ou como representante de sua instituição ou atuando em instituições membros de redes – sempre com atuação por dentro das redes –; 2) foi apoiador de redes, trabalhando em organizações financiadoras (ONGIs e institutos ligados a empresas); e 3) foi facilitador de redes, como consultor, tanto das próprias redes, como de seus apoiadores. Para ele, de qualquer desses três lugares, as relações de poder e as hierarquias são evidentes. Junto com os Entrevistados 2 e 3, suas opiniões têm pouca ou quase nenhuma contradição sobre isso (as 'falas elaboradas' são confirmadas pelas 'falas não elaboradas'). Suas análises – dos três – corroboram com a abordagem simmeliana sobre o conflito. Os três acreditam que relações de força podem contribuir com o avanço conceitual de uma rede e enxergam várias situações entendidas como hierárquicas: um membro mais proeminente em determinado assunto assume uma posição conceitual, política, mais bem posicionada, ou mais reconhecida; a própria divisão de trabalhos possibilita a construção de hierarquias. "A rede tem que existir e há trabalho político e operacional [...]. Esses trabalhos não são distribuídos igualmente [...]. Não é totalmente horizontal" (ENTREVISTADO 3).

[326] Veremos mais adiante, e com mais detalhes, que a construção da influência interna em uma rede identificada de ONGs está fortemente vinculada às relações externas a esta rede, segundo seus operadores.

A opinião desses entrevistados, segundo eles, não aponta para a ideia de que a hierarquia tenha que existir. Nesse aspecto, a visão do Entrevistado 6, mesmo afirmando não perceber a existência de uma clara condição hierárquica a qual foi submetida sua instituição, alinha-se a dos outros três entrevistados e do Entrevistado 7: condições hierárquicas existem em redes porque existem na sociedade, não necessariamente porque se queira tê-las. "A horizontalidade, ou a hierarquia – ou algo contra a hierarquia – está muito no nível dos valores; são valores; são princípios, na verdade. E nem todas as redes nascem com esses princípios" (ENTREVISTADO 3). E ainda: "o princípio se substancializa na prática" (ENTREVISTADO 3), se está só no discurso, não se materializará na rede. A horizontalidade é vista como um ideal de rede, como algo a ser perseguido, "mas algum grau de hierarquia, [...] vai acabar tendo que haver, quanto mais institucionalizada ela (a rede) é, ou quanto mais ampla ela (a rede) é" (ENTREVISTADO 7, parênteses meus).

A influência dos apoiadores é um ponto abordado por todos os entrevistados. Alguns – a maioria – apontando esse ator como um elemento com forte influência nas redes de ONGs ou com participação delas. Seja um apoiador financeiro ou um apoiador político. Essa influência não é apontada como algo realmente forte por apenas um entrevistado. Influência que pode ser "para o bem ou para o mal" (ENTREVISTADOS 3, 7). Essas organizações apoiadoras – a maior parte delas participantes de suas próprias redes – atuam como fomentadoras, propositoras, ou mesmo definidoras de agendas de seus interesses (ENTREVISTADOS 3; 4; 9). A partir da análise das 'falas' sobre os apoiadores é possível entrelaçar quase todas as subcategorias, das duas categorias de análise.

Duas situações foram descritas pelos entrevistados. A primeira, em uma 'fala não elaborada' do Entrevistado 1, atuante em uma dessas organizações apoiadoras, a qual define seus apoios por meio de editais. Esses editais determinam que a atuação, sobre um determinado tema, ou temática mais ampla, deve ser executada em rede. Esses processos podem se apresentar como uma oportunidade para mobilizar organizações que atuam em áreas similares, ou têm interesses convergentes, em uma direção comum. Mesmo que as redes não existam de forma declarada, as relações, as redes sociais das organizações, muitas vezes, estão postas e o edital provoca a criação de uma rede, digamos, institucionalizada.[327] O proponente, no caso desses editais, necessariamente, deve ser uma instituição específica, a qual se torna a referência para o apoiador. Essa instituição pode ser uma estrutura gestora, criada pela própria rede (uma

[327] Esse tipo de rede de organizações, formalizada para responder a um determinado edital, pode ser vista como um "clique" da "rede social" daquelas organizações.

secretaria executiva ou uma organização criada pela rede para este fim, por exemplo),[328] ou uma das organizações-membro da rede.

A segunda situação descrita foi sobre a Rede ANDI. A Rede ANDI Brasil foi constituída por convocatória – ou mobilização, dependendo do entendimento conceitual do entrevistado – a partir de uma organização (ENTREVISTADOS 1; 6; 9). A organização convocadora – ou mobilizadora – já havia construído uma 'boa imagem' entre apoiadores na área de promoção e defesa dos direitos da infância[329] e com a criação da rede, houve uma expansão na cobertura geográfica do tema. Uma ONGI, atuante na temática, propõe e apoia a criação da Rede ANDI América Latina. Essa proposta foi direcionada exclusivamente à organização 'idealizadora' da rede brasileira e não incluiu nenhum outro membro daquela aliança (ENTREVISTADO 9).

Nos dois casos – afora o exemplo de uma secretaria executiva ou de uma organização criada pela rede, que responde obrigatoriamente à rede –, as organizações de referência passam a ocupar uma posição de destaque na rede; uma posição estrutural favorável, privilegiada, fortalecida pelo apoiador, mesmo que apenas como representante do coletivo dos nodos.[330] Essa percepção de hierarquia, que inclui a relação com os apoiadores como uma das razões de influência no âmbito interno das redes de ONGs, principalmente, foi demonstrada por oito dos dez entrevistados. Relações com outros apoiadores, que não são (ainda) apoiadores diretos das redes, também aparecem como um fator de influência interna nas redes. Sobre isso, nove dos dez entrevistados estão de acordo.[331]

Essa influência 'externa' à rede, como um fator nas relações de poder, aparece de forma totalmente imbricada ao tema da posição ocupada pela instituição membro, o nodo, na rede. 'Influência', 'Prestígio /Reconhecimento' e 'Dominação', pela categoria 'Tipos de relações encontradas em uma rede de ONGs', e 'Centralidade' e 'Centros de poder', pela categoria 'Características de uma rede de ONGs', são as subcategorias que demonstraram total possibilidade de análise a partir da compreensão dessa relação de um nodo de uma rede de

[328] Um exemplo disso é a ASA que criou uma organização para funcionar como apoio institucional aos seus programas e projetos, inclusive com certificação de OSCIP. Informação disponível na página de internet da ASA (<http://www.asabrasil.org.br/>).
[329] A Rede ANDI contribuía para "mobilizar a mídia e, por conseguinte, a opinião pública em torno das questões relativas aos direitos da criança e do adolescente" (ANDI, s/d), por meio de ações de monitoramento da mídia e sugestões de pautas, principalmente.
[330] A Rede ANDI Brasil, em algum momento, cria uma secretaria executiva, deslocando a coordenação da rede para fora da organização considerada como idealizadora (Entrevistados 1, 6, 9).
[331] O décimo não opinou de forma espontânea sobre isso. A pergunta feita aos entrevistados era sobre fatores que poderiam gerar influência, por parte de um nodo, dentro de uma rede. No questionário, as opções de resposta sugeriam essa possibilidade.

ONGs com os apoiadores, ou potenciais apoiadores, ou 'pontes'[332] para esses potenciais apoiadores. Nove entrevistados apontaram as relações com organizações apoiadoras como um dos recursos utilizados para o exercício do poder dentro das redes de ONGs ou com participação delas. As redes precisam de recursos, é caro fazê-las funcionar, manter sua estrutura (ENTREVISTADOS 2; 7); uma relação próxima – com capacidade de garantir negociações – a potenciais financiadores, ou mesmo àqueles financiadores que já estão com a rede, mas precisam ser convencidos a continuar com ela, contribui para o êxito na mobilização dos recursos necessários. "Mesmo que um participante (da rede) não queira se utilizar dessa vantagem dentro da rede, o fato [...] dele ter um relacionamento mais próximo ao financiador funciona como um recurso de poder, às vezes, por decisão dos outros (nodos)" (ENTREVISTADO 9. Parênteses meus).

O resultado da análise das respostas do questionário agrega força a essa conclusão. Com o objetivo de entender como os respondentes percebiam a 'influência' – entendida, por alguns autores, como uma forma de exercício do poder –[333] dentro das redes de ONGs ou com a participação delas, foi pedido em uma das questões (10), que optassem por algumas situações de influência como exercício de poder. Essa questão permita mais de uma resposta por respondente, portanto o número total de opções chegou a 32.

O resultado mostrou que a maioria afirmou que membros da rede com maior capacidade de articulação interna ou maior capacidade de ação – mais recursos financeiros, humanos, políticos – apresentaria maior influência em uma rede, juntas somaram 20 respostas (ou 62,4% das respostas, caso se queira ter uma referência mais quantitativa), 10, cada uma. A terceira opção mais escolhidas, com 6 respostas, entende que os participantes que tenham fortes relações com atores influentes, que não participam da rede, também apresentariam grande capacidade de influência dentro da rede; com três respostas aparece a ideia de que a influência é fortalecida, também, naqueles que mantêm relações próximas com os apoiadores das redes; e apenas duas respostas dizem que não há como um membro da rede exercer maior influência que outro, portanto, uma possível rejeição a qualquer forma de exercício de poder pela influência.

A única resposta aberta entende que a capacidade financeira e a "político-institucional" não seriam suficientes para dar a algum membro a capacidade de influenciar fortemente a rede. A proximidade com uma comunidade onde se atua pode ser um ponto de fortalecimento de uma

[332] Tanto pela abordagem dos "laços fracos" de Granovetter (1973), como a dos "vazios estruturais" de Burt (1992). A 'ponte' como uma possibilidade de ampliação da rede, ou como forma de superação de vazios estruturais, em ambos os casos, uma estratégia de ampliação do capital social.
[333] *Cf.* 4.1 deste trabalho.

instituição dentro da rede. De qualquer maneira, essa capacidade pode ser entendida como a capacidade de se articular com um ator 'forte' fora da rede. Esse coletivo, essa 'comunidade', pode adquirir esse *status* de ator que fortaleceria a influência perante a rede. Talvez, um fortalecimento de nodos que estariam mais identificados com a Ideia-Força da rede, aquilo que se percebe quando se é apresentado a uma rede de ONGs ou com a participação delas.

Como já dito, essa questão admitia mais de uma resposta e alguns respondentes associaram as respostas "maior capacidade de articulação interna" à que apontava para maior capacidade de ação (recursos), bem como a relacionaram com as respostas que sugeriam a proximidade de atores externos influentes e/ou apoiadores da rede como fator de influência interna. Ou seja, maior quantidade de recursos pode significar maior capacidade de articulação; uma boa relação com atores influentes, não membros da rede, pode significar maiores recursos para aquela instituição e, por consequência, maior capacidade de articulação interna. Tudo, levando a uma maior capacidade de influência na rede.

Metade dos respondentes que apontaram maior capacidade de articulação interna como fator de influência, também apresentaram maior capacidade de ação e relação próxima com atores externos influentes como características que fortalecem a influência interna em uma rede de ONGs ou com a participação delas.

Portanto, a visão predominante entre os respondentes, assim como entre a maioria dos entrevistados – mesmo alguns que viam a não hierarquia e a não existência de centros de poder como característica obrigatória das redes – vai na direção do fato de que ter capacidade de mobilizar mais recursos, o que requer maior capacidade de articulação com outros atores fortes – financiadores, por exemplo –, leva a uma maior capacidade de ação e contribui com a capacidade de exercer maior influência interna nas redes. Uma dedução disso tudo leva a relacionar capacidade de influência a um maior capital social.[334]

Essas organizações influentes, por suas capacidades e recursos (capitais) assumem uma condição de "organização de referência" na rede. De acordo com a opinião de quatro entrevistados, elas teriam uma condição dúbia. Como dito pelo Entrevistado 7: "um bônus e um ônus. Visibilidade nem sempre mobiliza recursos. [...] se você aparece para o *marketing*, você também aparece para as críticas" (ENTREVISTADO 7). Usando o termo protagonista e

[334] Sem querer dar muita relevância a observação a seguir, pareceu-me curioso que entre os respondentes e os entrevistados que apontam que nenhum ator pode exercer influência dentro de uma rede, só um era apenas participante, todos os outros eram apoiadores ou facilitadores de rede (não todos os apoiadores e facilitadores entenderam assim, mas todos que apontaram essa opção eram apoiadores e/ou facilitadores). E o participante de redes, um respondente, (nenhum exclusivamente participante entre os entrevistados) declarou ter participado de apenas uma rede.

relativizando essa condição hierárquica, embora afirme que são esses protagonistas os primeiros a serem vistos quando se ‘olha’ para uma rede, ele justifica um maior destaque, uma maior visibilidade, para alguns indivíduos e/ou organizações na rede:

> A questão do protagonismo, eu acho que ela passa, entre outras coisas – e aí é o ônus dessa coisa do protagonismo – [...] é quem responde aos financiadores, por exemplo. Porque não é a rede que responde aos financiadores, é o indivíduo – ou a organização, melhor dizendo – que vai responder frente aquele financiador. Então, hierarquia, em função de um certo protagonismo, de uma certa funcionalidade específica, se a gente quiser chamar de hierarquia, vai acabar acontecendo (ENTREVISTADO 7).

Apontado pelo Entrevistado 9 e confirmado em falas elaboradas de alguns entrevistados (6; 7) e ‘não elaboradas’ de outros (1; 2; 10) , essa posição influente de algum nodo da rede, não raramente, emerge de vontade coletiva da rede; é uma condição concedida. Isso me remete aos pensamentos de Parsons (1957; 1963) e Arendt (1970); a ideia de ‘legitimidade’ do primeiro e do poder como algo coletivo da segunda. Alguns Entrevistados parecem acreditar nessa forma de exercício de poder no interior das redes: é reconhecida, pela coletividade, a capacidade de um nodo, ou um pequeno grupo de nodos, em representar a rede, seja perante um ou mais apoiadores, seja perante a sociedade (ENTREVISTADOS 1; 2; 3; 6; 7; 9).

Essa interferência externa nas relações de poder internas à rede ainda pode aparecer de forma direta, como um exercício de poder do próprio apoiador, apontam alguns Entrevistados. Na escolha, ou na indução de escolha, de um porta-voz da rede (fala não elaborada do Entrevistado 1), na proposição/definição de temas para a rede – uma ação direta, portanto – (fala elaborado do Entrevistado 9), em alguma ação indireta, para garantir que seus interesses sejam considerados pela rede (falas não elaboradas dos Entrevistados 2; 3 e 7).

Nesse último caso, vale o relato de uma ação de um financiador, o qual, oficialmente, não era membro da rede, mas esteve no processo de criação e participava dos encontros da rede. O apoio era considerado importante porque vários membros daquela aliança atuavam em seus temas de interesse. A Ideia-Força da rede não era o tema principal do apoiador, mas tinha conexões diretas, bem como tinha conexões diretas com outros temas, alguns de interesse central de outros nodos da rede. Um dos nodos, parceiro da organização apoiadora em questão e que tinha garantidos os recursos para sua participação na rede por aquele apoiador, tinha outros temas – não exatamente o da organização apoiadora –, conduzido por outro setor da organização, o qual não tinha o apoio direto daquele mesmo apoiador.

Quando da escolha do representante da organização na rede, o setor com o qual o apoiador da rede tinha parceria direta, portanto, com quem compartilhava os mesmos interesses, não foi considerado, por questões internas da instituição, sendo escolhida uma pessoa de outro

setor, atuante no tema, mas com outro interesse. O representante escolhido daquela organização era uma voz influente na rede; a organização era bem posicionada politicamente na região geográfica e movia-se fortemente em temas da agenda política de atuação da rede. Além disso, o representante escolhido era bem posicionado na própria organização, membro, inclusive de sua alta gestão.

Esse representante demonstrou clara tendência a posicionar o seu tema de interesse na rede, enfraquecendo os demais temas propostos, mesmo por sua organização, muitas vezes se utilizando de estratégias de 'não decisão' (LUKES, 2005).[335] O apoiador não podia – ou não queria – interferir na escolha da organização, mas também entendeu que não podia arriscar a que seu tema de interesse perdesse espaço político na rede. A decisão foi a de apoiar a ida do representante oficial da organização e convidar outro membro da organização, esse vinculado e comprometido com o seu o tema de interesse, a participar do encontro como uma espécie de conselheiro de sua organização. O representante do apoiador sabia que essa outra pessoa também era influente na rede, sabia que os dois, o representante oficial da organização e seu convidado, mesmo pertencendo à mesma instituição, divergiam nas opiniões sobre as estratégias da rede – um queria posicionar um tema, reduzindo a importância dos demais na agenda da rede, o outro queria garantir a importância de outros temas de forma mais simétrica.

Não houve nenhum tipo de recomendação por parte do apoiador sobre a forma de atuar do segundo indivíduo – o convidado –, apenas 'apostou' que o conflito entre os dois surgiria naturalmente e que a opinião de seu convidado teria acolhimento entre outros membros da rede, não deixando a posição do representante oficial da organização tão fortalecida. Além disso, o apoiador deixou claro para a organização parceira que estava convidando aquela segunda pessoa porque ela era a responsável pelo projeto que ele apoiava na instituição e que ela garantiria a defesa dos interesses do projeto e do tema na rede, coisa que o representante oficial, provavelmente, não faria.[336]

O apoiador exercitou seu poder como detentor de recursos, mas também utilizou seus aliados, apostando em um processo de tradução que fortaleceria seu tema de interesse. Ele simplesmente deixou que o fluxo das traduções acontecesse. Evitando, ou mitigando um processo de difusão que, jugou ele, seria conduzido por interessados em outros temas. Um dos elementos dessa estratégia de tradução foi o de gerar as condições para que houvesse um conflito. Sem sair da subcategoria 'Influência', adentro nas subcategorias 'Centros de poder',

[335] Ver capítulo 4, item 4.1, deste trabalho.
[336] Relato de uma situação observada por mim.

na categoria ‘Características de uma rede de ONGs’, e ‘Conflito político’, ‘Conflito pessoal ou organizacional’ e ‘Competição’, na categoria ‘Tipos de relações encontradas em uma rede de ONGs’.

“O conflito é exatamente o combustível para chegar a algum lugar, o combustível das relações democráticas. Gosto de valorizar o consenso quando ele é antecedido do conflito” (ENTREVISTADO 3). “Não é uma disputa no campo pessoal, é de concepção política” (ENTREVISTADO 10). “Desde que os interesses sejam legítimos e tenham a ver com agendas políticas legítimas, o conflito também é legítimo” (ENTREVISTADO 9). A discussão sobre o poder “parte do conflito. Se chegar ao consenso, ganhamos todos. (Se partir do) consenso, queima etapas” (ENTREVISTADO 3, parênteses meu). As “organizações são muito diferentes [...] a gente também tem perspectivas diferentes (do mesmo grande tema). (São) discussões de concepção teórica” (ENTREVISTADO 10, parênteses meus).

Quando vou ao questionário, a questão 7, que apresentava aos respondentes situações de relações de força e centros de poder, trazia o tema de uma divergência interna e o caminho para sua resolução. Os respondentes só teriam uma escolha ou a possibilidade de uma resposta aberta. A maioria deles afirmou que em seus espaços coletivos, as divergências “são postas em votação para que todos os membros participem” da resolução. Isso a partir de uma análise isolada de cada resposta, mas essa é uma maioria relativa. A soma das demais respostas supera a primeira visão. A segunda categoria mais escolhida, por exemplo, é a que afirma que “grupos de membros desenvolvem estratégias para fortalecer sua opinião”; seguida daquela que diz que “o membro mais influente da rede faz valer sua opinião”; e em um caso, o respondente afirma que “a coordenação (da rede) decide” (parêntese meu). Logo, quando de uma análise mais detalhada, a maioria demonstra que os processos de resolução de divergências tendem a ser conflituosos, ou a identificar centros de poder e/ou centralidades. As respostas abertas fortalecem a posição do conflito e dos centros de poder e/ou centralidades – apenas uma resposta aberta parece não acompanhar essa ideia, mas também não corrobora com a ideia da votação, apenas diz que “quando há divergência, não avançamos. Esperamos a divergência ser sanada ou não vamos em frente” (Respondente 7). Outra das respostas abertas vai dizer que “the most influencial members stir the conversation to a solution that suits them” (RESPONDENTE 3i, participante).[337] Uma terceira afirma que:

> Muitas vezes as divergências não são solucionadas. Elas fazem parte do processo. As discussões são realizadas em roda e ficam por ali, ecoando nos membros. Agora, existem, sim, decisões pautadas pelos dirigentes das

[337] Os membros mais influentes movem a conversa para uma solução que lhes convém. (Tradução minha).

> instituições presentes na rede, as quais são respeitadas (RESPONDENTE 10, participante).

Importante entender que essa condição predominante do ‘conflito por interesses’ não representaria uma condição antidemocrática, como explica outro respondente dessa questão:

> A rede, como qualquer espaço coletivo, está sujeito a processos permanentes de agenciamento e negociação de interesses. Dificilmente as decisões emergem da opinião coletiva "genuína", pois mesmo se a tomada de decisão segue processos democráticos ela é resultado dessas tensões/negociações. E nesse "mercado simbólico" haverá sempre aqueles que possuem maior poder de influência, o que pode variar dependendo da questão a ser resolvida. Eventualmente os membros mais periféricos podem ter potência para agenciar seus interesses, ou para se associar aos interesses de membros mais potentes, mas em geral prevalece o atendimento aos interesses de membros mais visíveis, economicamente mais fortes, ou politicamente mais influentes (RESPONDENTE 13, participante).

Novamente, nota-se um alinhamento com o que apresentam os entrevistados. O conflito não necessariamente representa a não prática da democracia ou a não existência de participação em uma rede, segundo a maioria dos consultados pelo estudo, seja pelas entrevistas, seja pelo questionário. Na verdade, essa conclusão vem ao encontro da compreensão, por parte da maioria dos operadores de redes de ONGs ou com a participação delas ouvidos pelo estudo, de que rede é um espaço político, ambiente de negociações, como será apresentado logo adiante.

Ainda sobre centros de poder. Metade dos entrevistados afirma sua existência e metade tem diferentes opiniões sobre esse ponto. Cinco deles (2; 3; 6; 7; 9) foram diretos em afirmar a existência desses centros, mesmo que eles pudessem se apresentar de diferentes maneiras: uma organização específica, ou uma secretaria executiva, criada para gerenciar os recursos e liderada pela coordenação da rede; um grupo de organizações mais empoderadas, as quais se reúnem sob um interesse comum e traçam estratégias comuns de defesa desse interesse; uma organização específica que, por várias razões, consegue se destacar para fora da rede e usa isso em seu favor dentro da rede; organizações mais estruturadas, com mais recursos, são reconhecidas como mais capazes em conduzir determinados temas ou situações.

Mesmo assim, esses entrevistados reconhecem a possibilidade desses centros serem móveis, ou da existência de mais de um centro de poder simultaneamente, nessa situação, as ‘falas’ mesclam os conceitos de centros de poder e centralidade dos nodos. O primeiro, na maioria das vezes, vinculado a situações como as descritas por Franco (2012), quando falando de da conexão entre hierarquia e poder. Enquanto o segundo estaria associado a vários centros, emergindo ao mesmo tempo em uma rede, definindo posições estruturais dos nodos. Pelo conflito, por estratégia ou por característica da rede, esses ‘centros’, os segundos, podem surgir

e desaparecer de igual maneira, ainda assim, poderiam ser compreendidos enquanto centros de poder, ainda que momentâneos e não estáticos (ENTREVISTADO 9).

Sobre redes serem espaços políticos. No questionário foi apresentada a seguinte afirmação aos respondentes (Questão 8): "como espaço político, uma rede que conte com a participação de organizações como ONGs sempre apresentará conflitos. Isso, contudo, é um processo natural nas relações internas dessas redes. Estratégias de negociação e convencimento fazem parte desse processo". A categoria aqui é a 'Tipo de relações encontradas em redes ...', por suas subcategorias vinculadas ao conflito. As possibilidades apresentadas no questionaram eram: discordar totalmente; discordar em parte, não acreditando que isso deveria ser visto como um processo natural dessas redes; não é a situação ideal, mas o conflito é algo natural e não há como fugir dele; e concordar totalmente, além da possibilidade de uma resposta aberta. Apenas uma resposta era possível.

Apenas um respondente discordou totalmente, entendendo que essa condição de existência de conflitos não seria uma condição de redes; outros dois corroboram com essa posição de alguma forma; admitem a existência do conflito, mas entendem que essa deva ser uma condição natural das redes; três, mesmo compreendendo como uma situação não ideal, acreditam que o conflito é natural e inevitável. Mas, a maioria dos respondentes concordou totalmente com a afirmação; não veem problemas na existência do conflito, concordando que é um processo natural em ambientes coletivos.

Quando comparado com o resultado das entrevistas, essa conclusão não é destoante. Da mesma forma que a maioria dos respondentes, a maior parte dos entrevistados fica entre duas posições: ou entende que a situação ideal não seria essa, mas é o que se apresenta, ou que essa é uma condição natural de um espaço político como o ambiente de uma rede de ONGs ou com participação delas. No questionário, contudo, a visão de tal condição como uma situação normal do processo apresentou-se ainda mais forte. Entre os entrevistados, metade pensava assim, contra onze dos 17 respondentes, mais que a metade.

Voltando à categoria 'Característica de uma rede ...', especificamente na subcategoria 'Abertura', outro ponto abordado nas entrevistas, vimos que há concepções diferentes sobre esse conceito quando dirigido às redes. A ideia de abertura como a capacidade de interação com o meio externo (MARTINHO, 2003); a capacidade de absorver novos participantes, novas adesões (INOJOSA, 1999; SCHLITHLER, s/d);[338] a possibilidade de ser uma rede com pouca densidade, com "malha grande" (BARNES, 1987), ou com malha frouxa (BOTT, 1971).

[338] Inojosa e Schlithler também entendem a relação com o meio externo, apresentada por Martinho, como uma ação de abertura de rede.

Essa diferença de abordagem mostrou-se importante para entender a concepção de cada entrevistado. A ideia que predomina entre eles é a ideia de relação com o meio externo e novas adesões. Apenas um entrevistado apresentou a possibilidade do entender abertura ou fechamento de uma rede a partir da concepção de densidade, mesmo assim, esse entrevistado tratou a discussão sobre 'abertura' pelo viés da ideia hegemônica entre as organizações participantes de redes, alegando saber que "a visão nas redes de ONGs era essa" (ENTREVISTADO 9).

A maioria deles afirma que as redes até deveriam ser abertas, mas não o são. Em geral, as redes de ONGs se organizam por convocatória ou por entendimento entre aliados. As redes com participação de ONGs têm sido uma tendência mais recente e costumam surgir a partir da demanda de um apoiador ou de organismos estatais. "Há exemplos de redes de ONGs sendo formadas a partir da mobilização de apoiadores, mas isso pode ser considerado uma convocatória de um aliado, pois assim eles se veem" (ENTREVISTADO 9).[339] Os editais de instituições financiadoras também podem funcionar como o ponto de partida para a organização de uma rede, seja de ONGs, seja com a participação delas.

À exceção de dois entrevistados, todos concordaram que a condição de abertura não existe na maioria das redes de ONGs. Mesmo assim, esses dois entrevistados (1; 10) afirmam que redes são abertas em suas 'falas elaboradas'. Suas 'falas não elaboradas' contradizem isso. O Entrevistado 1, por exemplo diz que "não acredita em redes induzidas" (fala elaborada), mas defende a ideia de editais para apoio a redes como executoras de projetos e descreve o edital como um incentivador de criação de novas redes (fala não elaborada). Outro entrevistado diz que qualquer um pode participar das reuniões e que não haveria nenhum empecílho para essa participação (fala elaborada). Entretanto, caso não houvesse alinhamento com o pensamento conceitual da rede, indivíduos ou organizações seriam desestimulados a seguir na rede (fala não elaborada). Um terceiro entrevistado apresenta a ideia de que se a rede for "constituída (por elementos externos) deixa de ser horizontal" (ENTREVISTADO 4, parêntese meu), vinculando abertura à hierarquia (fala elaborada). Contudo, aponta a iniciativa de mediação de conflitos internos a um facilitador, no caso específico, contratado pelo apoiador e convocador da rede (fala não elaborada).

Na verdade, para a maioria dos entrevistados, a convocatória ou a decisão a partir de uma rede de relacionamentos – rede social das organizações – é o passo inicial para essas redes, isso inclusive entre os que acham que redes devem ser totalmente abertas (afirmam isso em

[339] Para a maioria das ONGs, os seus apoiadores/financiadores, quando ONGIs, são vistos como aliados/parceiros.

suas ‘falas não elaboradas’). As novas adesões, a partir daí, dependem do alinhamento conceitual ao propósito da rede, da sua Ideia-Força, ou do alinhamento sociopolítico aos demais membros. Em geral, afirmaram sete dos entrevistados, acontece uma mescla dessas duas condições.

O questionário, mais uma vez, aproxima-se do resultado das entrevistas. Na questão sobre processos de formação de redes, a qual possibilitava mais de uma escolha, e alcançou 29 opções, 10 respondentes entenderam que alguma, ou algumas, das redes das quais participam ou participaram foram criadas “a partir de uma convocação de um grupo de organizações, o qual liderou o processo”.

O surgimento espontâneo da rede foi relatado em 5 oportunidades. Mas, quando analisamos a demais respostas, a experiência dos respondentes mostra que por traz de cada rede havia algum tipo de convocação ou mobilização: 4 falam da iniciativa de uma organização que liderou o processo; 3, a partir da mobilização de um grupo de apoiadores; outras 3, a partir de um edital para apoio a projetos específicos para redes; e 2, pela iniciativa de um apoiador específico. Quando somadas todas as formas de convocação, encontra-se 24 testemunhos desse caminho de formação de redes (há que se entender que esses testemunhos podem alcançar um número significativo de redes, bem além de 24). As respostas abertas nos trazem a experiência de uma rede mobilizada por organizações comunitárias e outra fala da iniciativa de um doador (financiador) que se encaixaria na opção de mobilizado por um único apoiador.

Uma vez estabelecida a rede, a questão era como se dá a adesão de novos membros. A maioria diz que isso se dá por meio de um convite de um ou mais membros da rede; logo em seguida, a adesão é pela relação natural com um ou mais membros da rede, mas sem seguir nenhum processo de autorização formal – tipo *plug and play*. Depois, os respondentes dizem que isso é feito por meio de um convite ou um pedido por parte do candidato, que deve ser submetido a um processo prévio de aprovação, a cargo do conjunto da rede; e, por fim, os respondentes indicam o mesmo procedimento anterior, só que com a aprovação a cargo da coordenação da rede.

Duas respostas abertas indicam um processo vinculado a projetos específicos: o candidato a participante tem um projeto aprovado pelo financiador/criador da rede (RESPONDENTE 13); o candidato passa a atuar em um projeto específico da rede (RESPONDENTE 4i). A opção de participação espontânea, por iniciativa única do pretendente a membro não foi indicada por nenhum dos respondentes. A exceção foi encontrada nas entrevistas: o Entrevistado 10 apontou essa possibilidade em uma das redes que participa (fala elaborada), mas, a permanência do candidato estaria vinculada a seu alinhamento com a

concepção política da rede – não do tema, mas como a rede aborda o tema (fala não elaborada). Explicando: a organização, ou o indivíduo (a rede aceita as duas participações), vai às reuniões, pode até atuar com a rede, mas se demonstrar incongruências com a concepção política do tema na rede é convidado a se retirar (pode até participar das reuniões, mas não das ações).

Embora, não se encaixando em subcategorias específicas, mas dentro da categoria 'Características de uma rede ...', encontrei que tanto entrevistados, como respondentes entendem as redes como um ambiente político de ações coletivas. As redes fortalecem as ações, afirmam respondentes e entrevistados. Mas há certa discordância entre a opinião da maioria dos operadores e o entendimento de alguns autores que tratam do tipo de rede que estudo aborda – de ONGs ou organizações da sociedade civil, ou comunitárias – (INOJOSA, 1999; SCHLITHLER, s/d; SCHLITHLER 2004): a de que tais redes existem para enfrentar problemas complexos que não poderiam ser enfrentados individualmente. Essa é uma afirmação correta em parte, segundo entrevistados e respondentes. A opção pela ação em rede, afirma a maioria dos operadores consultados, tem também como base outras premissas.

Na questão 5 do questionário, a maioria dos respondentes afirma que "as redes são espaços coletivos que permitem a troca de experiências e a colaboração, e independem da complexidade dos problemas para atuarem". "Encaminhar soluções a problemas complexos que não podem ser resolvidos individualmente" correspondeu a 7 experiências, algumas delas combinadas com a de maior escolha, o que se alinha com o que os autores dizem, mas discorda que essa seja a única razão, ou mesmo a principal, para a atuação em rede. Quando combinada a primeira com a terceira opção mais escolhidas, fortalece-se ainda mais a ideia de que atuar em rede vai além da complexidade do problema e do interesse exclusivamente coletivo. Essa terceira opção diz que "as redes são espaços políticos que legitimam e fortalecem as ações de seus membros individualmente".

A principal vantagem de atuar em rede, quando combinando as questões 5 e 9 parece ser a de contribuir para fortalecimento da ação colaborativa entre os pares, bem como as ações individuais de seus membros, corroborando com sua legitimação perante a sociedade. Tal afirmação encontra eco entre 8 (oito) dos entrevistados.

Na questão 9, por exemplo, a opção mais escolhida diz que "a rede desenvolve o espírito colaborativo e isso, por sua vez fortalece a atuação de seus membros mesmo em suas ações individuais, já que seus pares – outros membros da rede – ajudam na legitimação dessas ações" (15 respostas). Essa opção é seguida de perto pela que afirma que "a rede desenvolve em seus membros uma visão colaborativa, única forma de se alcançar objetivos sociais realmente

válidos", com 11 respostas. Mas a terceira opção mais escolhida (10 respostas) afirma que "como membro de uma rede, uma organização consegue abrir portas que não conseguiria se atuando isoladamente". Uma afirmação sobre a importância de colaboração, mas com um posicionamento mais individual que coletivo e sem vínculo com qualquer complexidade dos problemas.

Quando tratadas nas entrevistas, as respostas ficaram muito próximas. "A rede é um exercício de ação coletiva. Ela ajuda no aprendizado da colaboração e da concessão; ela ajuda no aprendizado da negociação" (ENTREVISTADO 9). "Rede pressupõe distribuição, embora nem sempre seja realidade. [...] Estar em rede é fazer concessão e influenciar (externamente)" (ENTREVISTADO 8, parênteses meu). A rede é vista como um espaço político, mas também como "um ato político, uma escolha política antes de tudo" (ENTREVISTADO 9). "Têm pontos de convergências. [...] Em geral as redes misturam bem conflitos e consensos. Nesse sentido, são bons laboratórios de políticas" (ENTREVISTADO 3). Todas as falas dos entrevistados apresentadas neste parágrafo foram 'falas elaboradas', sem contradições encontradas nas 'falas não elaboradas'.

Muitas vezes esse movimento político gera situações que levam as organizações, os nodos da rede, a elaborar estratégias que as permitam usufruir do fortalecimento que a rede pode trazer para a organização. Estratégias que são elaboradas porque as redes tendem a 'invisibilizar', de forma geral, seus membros. Segundo afirmam entrevistados e respondentes, quem olha a rede: "vê primeiro seus protagonistas, depois o seu propósito" (ENTREVISTADO 7); "se a autoria aparece desde o início como de todo mundo, a tendência é que a rede apareça mais" (ENTREVISTADO 3); se há uma aproximação, talvez se consiga ver aquele que é local, o executor local da ação da rede, se o olhar for mais afastado, o que se vê é a rede, por seu propósito, ou as organizações que mais se destacam (ENTREVISTADOS 2; 9).

7 ÚLTIMAS REFLEXÕES, PRIMEIRAS DISCUSSÕES

Este trabalho partiu de ideias controversas no ambiente de redes. Por um lado, temos alguns escritos apresentando redes como uma arquitetura organizacional horizontal, na qual não caberiam relações hierárquicas, vendo o poder como "uma medida de não-rede" (FRANCO, 2009, p. 3) e afirmando que as redes, necessariamente, precisam ser abertas – apresentando abertura para o meio externo e para novas adesões e desistências de forma autônoma e voluntária – para serem compreendidas como redes. Por outro, temos uma série de estudos de redes mostrando que o poder fluía em redes, posições assimétricas entre os nodos eram notadas e abertura ou fechamento de uma rede definidos pelo seu grau de densidade. Não havia nada, salvo opiniões, que mostrasse que em arranjos coletivos de ONGs ou com a participação delas, os quais se auto intitulavam redes, essa condições fossem muito diferente.

Então, tínhamos o cruzamento das ideias de que redes eram, em resumo, desprovidas de hierarquias e deveriam evitar relações de poder, mantendo-se abertas a novas adesões ou a desistências, de forma autônoma, com a visão de que redes, mesmo com tendência à horizontalidade e à colaboração, não estariam isentas de apresentar características que fossem definidas como relações de poder e hierarquias. Esta segunda abordagem é sustentada em vários estudos acadêmicos ao longo dos séculos XX e até este momento do século XXI. A problematização foi construída sob a ótica de que entender essa controvérsia a partir do olhar dos operadores de redes – neste caso, redes com a participação de ONGs – seria mais relevante para o ator social ONG e seus públicos associados. O ponto de passagem obrigatório foi definido, então, como sendo os operadores daquelas redes em particular: representantes de apoiadores, facilitadores e, principalmente, participantes, membros daquelas redes.

Para que esses apoiadores participassem, era preciso criar um interesse comum, um conjunto de ações para garantir que cada um deles se interessasse em cumprir seu papel no processo. Redes sociais foram acionadas, argumentos foram elaborados e apresentados, recursos tecnológicos e plataformas virtuais foram utilizados, tudo para assegurar que o interesse seria despertado. Ainda assim, alguns potenciais aliados 'escaparam do controle'.

O passo seguinte foi definir 'papéis'. Os operadores vinham de diversas origens e precisavam apresentar sua visão da maneira mais fiel possível, ou haveria o risco da descrição ser apenas mais uma apresentação do mesmo. As 'falas elaboradas' precisavam ser contrapostas às 'falas não elaboradas' para que fosse possível a construção de um quadro amplo, no qual se pudesse identificar, realmente, todas as nuanças existentes – ou, ao menos, o máximo possível

delas. As entrevistas e o questionário precisavam garantir esse objetivo, tornando-se, assim, nodos importantes para o estudo.

Por fim a mobilização ainda haverá de acontecer. Talvez este trabalho seja um porta-voz que contribua com o fluxo das traduções. Talvez seja apenas alvo de resistências. No momento, cabe seguir com as ideias que fortaleçam o objetivo do trabalho. Trabalho que em si é um ponto de resistência em relação às visões predominantes entre alguns dos escritos apresentados aqui (INOJOSA, 1999; MARTINHO, 2003; SCHLITHLER, 2004, s/d; FRANCO, 2009. 2012), os quais veem a presença do poder nas redes como um equívoco a ser corrigido ou evitado.

Entender o poder como algo puramente negativo talvez seja o verdadeiro equivoco. "O poder em si não é bom nem é mau" (NEY Jr., 2012, p. 261). Existe nas relações sociais e dispender muito esforço em evitá-lo talvez desvie a atenção de algo mais importante quando tratamos de redes de ONGs ou com a participação delas. Como apontou Arendt (1970), pode ser difícil tratar de poder a partir de uma única forma de sua manifestação. O que parece mais comum é entender o poder como dominação, levar alguém a fazer o que esse alguém não quer fazer. Arendt pondera sobre diversas possibilidades de se exercer o poder: força, violência, mas também, autoridade. Lukes (2005) ainda nos apresenta a influência, a manipulação e a coerção, como formas de exercício do poder. Ney Jr. nos traz o poder brando e o poder inteligente, para se juntarem ao poder duro (a força), abrido possibilidades às negociações e às ações não violentas (um abordagem também apresentada por Lukes, 2005).

Afirmar que o poder é uma "medida de não-rede" (FRANCO, 2009, p. 3) é demonstrar que não se ouviu, em momento nenhum, aqueles que estão envolvidos diretamente com as redes. E falo aqui de redes em geral. Quando nos voltamos às redes com participação de ONGs fica ainda mais complexo entender tal afirmação. Nessa segunda abordagem de rede, ao menos, existe a possibilidade de vê-las como não redes. Seria uma discussão conceitual: o que é e o que deixa de ser rede. De qualquer, entender o empoderamento como algo distinto de poder é uma visão demasiado idealística. O empoderamento, seria exatamente o poder emanando da coletividade (PARSONS, 1957; PARSONS, 1963; ARENDT, 1970), mas ainda sim, "poder".

Ao logo do trabalho, demonstrei que inúmeros estudos, de Barnes (1954) a Fontes (2011; 2012), passando por Bott (1957), Granovetter (1973), Cook et al (1983), sobre ANT (CALLON, 1999; LAW, 1999; LATOUR, 2000), para citar alguns, têm apresentado o Poder como tema presente nos estudos de redes. Claro, esses estudos podem fazer parte daquilo que Franco chama de "velha sociologia" (2009, p. 2), mas são estudos que seguem metodologia

cuidadosas, sempre passível de discordância, por ser ciência, contudo, ainda assim, estudos que sustentam seus achados de forma competente, e nem todos na sociologia.[340]

Que foi confirmado neste estudo – a partir de escritos como os de Ranaboldo e Pinzás (2003), Mendizabal (2006; 2008), entrevistados, respondentes e mesmo os de Inojosa (1999), Schlithler (2004; s/d) e Martinho (MARTINHO; FÉLIX, 2011) – é que os operadores de redes de ONGs ou com a participação delas enxergam tais aglomerados como sendo redes, embora possam ser apresentados, em situações específicas, com outros nomes – um tipo específico de rede (redes de solidariedade, por exemplo), coalizão, aliança, fórum. Qualquer que seja nome que se queira apresentar, esse aglomerado de organizações, principalmente, é aquela articulação voltada a um objetivo comum e a predominância é a chamada rede.

Outra controvérsia a ser colocada em cheque repousa na visão de abertura de uma rede, ao menos das redes objeto este estudo. Tomando o capítulo anterior, com base nas análises das entrevistas e do questionário – logo, com base no olhar dos operadores de redes de ONGs e com a participação delas –, nota-se que redes de, ou com a participação de ONGs tendem a ser engendradas por articulações e/ou convocatórias a partir de seu universo de relacionamentos; a adesão daqueles membros que vêm depois de sua organização inicial depende de critérios predeterminados por seus membros já estabelecidos. Critérios que podem ir dos mais simples – ser apresentado por um dos membros estabelecidos, por exemplo –, a alguns mais complexos – apresentar uma candidatura e comprovar que responde a uma série de requisitos formalizados pela rede. Não raramente, a decisão da aceitação de um novo membro tem que passar, ou pelo coletivo da rede, em redes com menor número de membros, na maioria das vezes, ou por algum tipo de comissão – membros fundadores, coordenação colegiada, para citar dois formatos possíveis. Menos comum, mesmo assim passível de se encontrar: os membros de uma rede de ONGs são convocados por apenas um dos membros, aquele que mobiliza os recursos necessários para o funcionamento da rede, por exemplo.[341]

Ir e vir de forma voluntária sempre foi uma premissa de redes; o ir a qualquer momento é bastante comum; mas o vir – ser aceito a qualquer momento, por decisão de quem está chegando – nunca foi uma condição existente, aponta a maioria dos entrevistados e

[340] Particularmente, não vejo muito sentido em se apontar uma velha ou uma nova sociologia. Paradigmas, pode ser. Embora muitos deles, desenvolvidos há bastante tempo, sigam respondendo questões atuais.

[341] Eu testemunhei tal situação em pelo menos três ocasiões e também um dos entrevistados (Entrevistado 6) relatou um caso semelhante. Entretanto, nessas situações, isso aconteceu no momento inicial de organização da rede. Uma vez organizada, as redes em questão estabeleceram seus próprios critérios. Para esclarecimento, o que testemunhei foram situações em dois modelos: em um deles, o mobilizador dos recursos convocava quem ele acreditava que poderia seguir suas ideias; no outro, os apoiadores tomaram a iniciativa de reunir um grupo de organizações as quais eles acreditavam compartilhar seus interesses.

respondentes, ainda que por questões ditas informais, como incompatibilidade de ideias. Mesmo com a abertura dos espaços de reunião, a permanência na rede, ser reconhecido como membro, depende de algum critério preestabelecido (um desses critérios, o mais simples talvez, seria o alinhamento à concepção política, construída pela rede, sobre sua Ideia-Força. Um critério de qualquer forma). Portanto, redes de, ou com a participação de ONGs, ao menos no tocante a novas adesões, não podem ser consideradas abertas.

Menos ainda se for considerado o critério de abertura de Bott (1971), vinculado ao de densidade da rede (redes abertas são aquelas que apresentam uma malha frouxa; um baixo grau de densidade). Redes de ONGs ou com a participação delas apresentam, quase todas, um alto grau de densidade. Elas tendem a surgir das redes sociais totais (BARNES, 1987) e, em geral, apresentam todos os seus nodos conectados entre si.[342]

Muitas das redes, principalmente as formadas só por ONGs – redes de ONGs –, estabelecem uma coordenação, tanto política como executiva, e/ou uma secretaria, responsável por sua representação, seu controle, execução de suas estratégias coletivas, entre outras funções. Algumas vezes, a coordenação ou secretaria executiva dessas redes é abrigada ou fica sob a responsabilidade de alguma das organizações-membro da rede – um dos nodos –, não raramente, ficando sob a influência direta desse nodo, estabelecendo assim um centro de poder na rede (ENTREVISTADOS, 2; 3; 6; 9). Mesmo quando se definia um rodízio dessa coordenação/secretaria entre os nodos da rede, era identificado um centro móvel, mas um centro de poder (ENTREVISTADO 9). Também era possível estabelecer nas coordenações/secretarias executivas o próprio centro desse poder, portanto, um centro estático de poder (ENTREVISTADOS 2; 9). Outro tipo de centro de poder era visto quando uma organização ou grupos de organizações elaboram alguma estratégia de controle da rede (ENTREVISTADOS 2; 3; 7; 9).

Um parêntese. O conceito de descentralização no modelo de organização que chamamos de rede admite a existência de vários centros. De alguma forma, esses centros acumulariam poder, mas a existência deles não corroboraria com a existência de um centro estático único, ou seja, a concentração do poder em um só lugar. Isso estabeleceria o que Augusto de Franco entende como a impossibilidade do poder ser exercido em uma rede (2009, p. 4). A condição ideal para uma rede, ou aquela condição que deveria ser perseguida por ela, seria, segundo alguns autores (MARTINHO, 2003; FRANCO, 2009) a de rede distribuída. Nesse modelo não haveria centros, apenas os nodos em absoluta condição de igualdade. O oposto dessa condição

[342] Há exceções, claro, mas essa é uma tendência da maioria das redes de ONGs, pelo menos.

seria a rede centralizada, com um único centro.[343] Os mesmos autores entendem que a condição de rede distribuída dificilmente é encontrada nas redes, mas, por outro lado, entendem que uma estrutura centralizada não poderia ser definida como rede.[344]

Entrevistas e respostas do questionário mostraram existir redes com centros estáticos e únicos, redes com diversos centros, bem como redes mistas – com centros únicos, contudo, com outros centros emergentes. O que não foi confirmada, nem nas observações e vivências, nem nas entrevistas e respostas ao questionário, foi a existência de redes que se apresentassem realmente distribuídas.

O estudo mostrou haver diferenciações entre alguns dos operadores de redes a respeito de centralidade e centros de poder. A maioria deles concordou que redes de ONGs ou com a participação delas tendem a ser descentralizadas; apresentam diversos centros, com interesses variados (centralidades). Uma rede feminista, por exemplo, cuja Ideia-Força seja o empoderamento da mulher, pode apresentar uma diversidade de organizações.

> Essas organizações são muito diferentes. Tem organizações mistas e organizações especificamente feministas. E no feminismo, a gente também tem perspectivas diferentes [...]. Quem é feminista e discute a questão da igualdade racial tem questões específicas; Quem é LBT, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, têm questões específicas; quem é de partido político tem concepções diferentes. E nós temos também companheiras que são militantes, mas que estão no governo. Então quando a gente vai construir alguma pauta, os conflitos giram entorno dessas concepções diferentes (ENTREVISTADO 10).

De qualquer forma, a maioria das entrevistas e das respostas ao questionário aponta para a existência do exercício do poder mesmo em redes descentralizadas: o fato de existirem vários centros de poder, não elimina o conflito. Ao contrário, favorece! (ENTREVISTADO 9). O Entrevistado 3 acredita, inclusive, que isso é um caminho para a democracia na rede.

Assim, as relações de poder e os centros de poder estão presentes nas redes de ONGs ou com a participação delas. As relações de poder existem porque existem especificidades mesmo em posições convergentes. Os interesses podem se particularizar. Vê-se, então, a conexão entre conflitos e relações de poder. A existência dessas relações também é explicada pelo fato da rede ser um ambiente político, no qual prevalecem as negociações. Esse mesmo ambiente político, embora não só isso, contribui para o surgimento dos centros de poder. Esses

---

[343] Esses modelos foram apresentados por Paul Baran em um documento − um memorando − da Força Aérea dos Estados Unidos da América sobre redes de comunicação (BARAN, P.. On distributed communications: introduction to distributed communication networks. In: USAF, **Memorandum RM-3420-PR**. Ago., 1964. Disponível em: <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_memoranda/2006/RM3420.pdf >. Acesso em: 20 jul. 2013).

[344] Uma cadeia de lojas, com uma matriz definida, por exemplo, não poderia ser caracterizada como uma rede.

emergem com certa frequência em ambientes coletivos. Mas, o conflito também é apontado como uma forma de forçar o movimento desses centros, evitando o estabelecimento de um ambiente monopólico ou de oligopólios.

Essa visão encontra explicação na abordagem de Simmel sobre o conflito, particularmente na competição. Os nodos se empenham em garantir, na rede, um espaço para suas concepções políticas (ENTREVISTADOS, 3; 5; 7; 10), mas isso não significaria, necessariamente, um embate direto – embora, este, não raramente, exista – e sim na construção de estratégias e articulações e na busca de aliados, para o posicionamento de suas ideias.

Outra forma descrita de exercício do poder e de construção de centros informais de poder aponta para redes com nodos – organização/organizações ou um grupo/grupos de organizações – que concentram o poder de decisão, que direcionam as ações da rede, mesmo não sendo membros de uma coordenação instituída pela rede. São redes que apresentam uma multicentralidade, ou descentralização, mas com capacidades de mobilização/articulação diferenciadas: entre esses centros, um deles, ou alguns poucos, caracterizam-se por concentrar mais poder, por diferentes razões.

Os centros que emergem disputam espaços, desenvolvem estratégias de poder para garantir que seus temas de interesse se sobressaiam na rede. Por vezes, essa garantia implica em enfraquecer outros interesses. Um enfraquecimento que busca uma equidade, um equilíbrio entre os temas existentes (de certa maneira é o que diz o Entrevistado 3), ou um enfraquecimento que simplesmente busca posicionar o tema de interesse dessa ou daquela instituição, sem se preocupar em deixar espaços para outros temas, ou mesmo eliminando-os (ENTREVISTADO 9).

O conflito por concepções conceituais e/ ou políticas estaria no cerne dessas relações de poder, foi o que o estudo mais encontrou nas entrevistas. Todavia, houve afirmações de que os espaços políticos pessoais/organizacionais, não só conceituais, eram objeto de disputa. Novamente, a competição, vista por Simmel (1983b), como uma forma de conflito, no qual a disputa não se caracteriza simplesmente pela eliminação total do 'oponente', mas em fazer com que potenciais aliados enxerguem vantagens em se unir a uma determinada instituição, junto da qual satisfariam seus interesses; ou independente de qualquer outra instituição, agir de tal forma que contribuiria para a elevação da reputação particular de uma instituição, fazendo-a se sobressair diante de outras.[345] A forma considerada por Simmel como a forma pura da competição (1983b).

[345] *Cf.* subitem 4.2.2.

Claro que os códigos elaborados no ambiente das redes, aqueles que apontam o comportamento considerado "como o mínimo ético" (SIMMEL, 1983b, p. 142), fornecem condições para, quando necessário, minimizar os efeitos dessas disputas. Entretanto, a possibilidade de determinados comportamentos extrapolarem os códigos existe. É quando se espera que os membros da rede atuem, unilateralmente, de forma a não comprometer o ambiente coletivo. Esse pressuposto, contudo, nem sempre se mostra real. Nesse momento, as disputas vão além de uma competição e os aliados se tornam importantes.

O quadro descrito no parágrafo anterior foi abordado por alguns entrevistados, referindo-se a disputas conceituais (ENTREVISTADOS 2; 3; 6) ou disputas pessoais/organizacionais (ENTREVISTADO 4; 5; 9). "Se esses aliados têm certo prestígio dentro da rede, o apoio por parte deles empodera a causa daquela organização a quem eles se aliaram" (ENTREVISTADO 9). Novamente, centros de poder que emergem, nem sempre aquele poder que Nye Jr. (2012) identifica como um "poder brando".

O estudo aponta, então, que redes de ONGs ou com a participação delas, não raramente, apresentam uma condição de arquitetura fechada, com centros de poder/centralidades (embora ainda possam ser vistas como descentralizadas) e com certos indícios de elementos hierárquicos, os quais não definem necessariamente uma estrutura ou arquitetura hierarquizada, em modelo verticalizado.

Permitam-me retomar algumas questões referentes a um dos atores nucleares deste trabalho: as organizações que estou chamando de ONGs.[346] Podemos olhar as ONGs como parte da sociedade civil, ou do Terceiro Setor, que também busca estratégias que facilitem/potencializem sua atuação. Dessa forma, as ONGs tendem a se organizar de forma coletiva, formando redes para uma atuação supostamente mais eficiente ou para mobilização de maiores e melhores recursos.

Sobre isso, Breno Fontes[347] nos diz que:

> Na análise dos processos de como ONGs constroem suas estratégias para alocar recursos para seus projetos, há de se considerar as estruturações das redes sociais dessas instituições enquanto importantes elementos na explicação do sucesso (ou do fracasso) (2011, p. 72).[348]

E segue:

> [...] as ONGs [...] constroem estratégias para alocar recursos onde deve ser considerado o fato de que há de fato uma competição relativamente acirrada

[346] Por falta de uma denominação que me pareça melhor, como já explicado nos capítulos 1 e 2.
[347] Um dos poucos autores que desenvolveram estudos e tratam do tema redes de ONGs.
[348] Este texto foi publica originalmente em 2002, na revista Sociedade e Estado, vol. XVI, p. 186-221, entretanto, para este trabalho, estou utilizando a versão que está como capítulo de livro do próprio autor, publicado em 2011.

> entre suas congêneres, e que um dos elementos a ser considerados para o êxito são os círculos sociais e contatos com uma gama a mais ampla possível de atores, possibilitando desta forma posições relativamente privilegiadas no círculo social de atores envolvidos neste campo ocupacional. (2011, p. 73-74)

Aos benefícios que essas relações podem agregar às organizações (ou aos indivíduos), entende-se por capital social. Capital este que não é tangível e só existe enquanto resultante de relações sociais (COLEMAN, 1990; BURT, 1992; LIN, 1999; LIN, 2001). Nan Lin complementa dizendo que a premissa por trás da noção de capital social é simples e direta: investimento em relações sociais na expectativa de algum tipo de retorno (2001 apud LIN; COOK; BURT, 2008, p. 6).

Assim, podemos entender que quando uma ONG se engaja em uma rede, ela está buscando construir esse capital social, o qual poderá lhe auxiliar na mobilização de recursos para a execução de suas ações. Esse recurso, porém, não se trata necessariamente de ordem financeira. Fazer parte como nodo de uma rede contribui para a mobilização de recursos outros, tais como: status político; influência; acesso a novos contatos e, com isso, a ampliação de sua própria rede. O capital social seria nas palavras de Ronald S. Burt, "o arbitro final do sucesso competitivo" (1992, p. 58).

Chego agora a um ponto que nos remete ao objetivo deste trabalho. Uma das características do capital social é que ele só existe se existirem interações; ele é algo que pertence ao conjunto das partes de uma relação; é só por meio das relações que o capital social pode contribuir para que as partes envolvidas nelas possam criar oportunidades de transformar seu capital humano ou financeiro em algum tipo de ganho (BURT, 1992, p. 58). Acrescentemos a isso o fato de que redes de ONGs ou com participação delas costumam ter um numero especifico de membros[349] e, portanto, as relações tendem a ser muito próximas (todos se relacionam com todos. São redes com alto grau de densidade), provocando o que Granovetter (1973) e Burt (1992) chamam de redundância, fazendo com que, em parte, o valor dos recursos trazidos por alguns membros esteja no acesso que esses membros possam ter a contatos para além daquele agrupamento. As 'pontes'[350] que esses membros podem construir.

[349] Diferente do modelo tradicional de redes sociais, nas quais os laços podem se estender indefinidamente, o tipo de rede que abordo nesse estudo se apresenta com uma arquitetura limitada, conforme seus objetivos, mesmo que haja conexões para fora dessa arquitetura nuclear. Argumentarei melhor sobre esse ponto mais adiante, quando falar do conceito de ideia-força de uma rede de ONGs.

[350] Uma "ponte" para redes sociais é aquele nodo que tem conexões com outros atores fora da rede definida, expandindo, de certa forma, o alcance daquela rede. Este conceito pode ser encontrado no texto de Granovetter, The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, vol. 78, n. 6, p. 1360-1380. (1973). Mas a metáfora da ponte como forma de ligação/conexão foi utilizada antes por Simmel, em seu ensaio **A ponte e a porta**

Já seguirei com o raciocínio. Primeiro preciso deixar claro essa ideia de número limitado de membros. Pelos dados obtidos nas entrevistas e no questionário, o tipo de rede que abordo neste estudo se apresenta com uma arquitetura limitada. Diferente do modelo tradicional de redes sociais – nas quais os laços, se não limitados por algum critério metodológico, podem se estender indefinidamente –, nas redes de ONGs, (principalmente) ou com a participação delas, as fronteiras são estabelecidas segundo algum critério da própria rede (conforme seus objetivos, sua função, sua localidade, ou uma mescla de critérios). Faz parte da rede aquele ator que cumpre ou alinha-se a tais critérios. A rede de ONGs a ser considerada seria essa arquitetura nuclear, sob esses critérios, não incluídas conexões fora dela.

Voltando. Se uma organização busca uma rede para ampliar suas possibilidades de recursos, até onde ela estaria disposta a compartilhar seus recursos, já existentes, com outra organização? Se um nodo da rede consegue manter-se como ponto de referência de recursos externos que podem ser acessados pela rede como um todo, este membro/nodo passa a ser detentor de certo poder na rede e, portanto, desfrutar de uma posição privilegiada em sua arquitetura. "A posição na estrutura social de um determinado ator (neste caso, uma ONG) é também determinada por sua posição na estrutura da rede social" (FONTES; EICHNER, 2011a, p. 73, parêntese do autor). Abre-se, então, um espaço para as negociações, estratégias de troca, traduções. Esse é um dos momentos quando as relações de poder tendem a se manifestar. A ideia, *a priori*, de que todos os nodos compartilharão seus recursos sem restrições, em nome de um ganho coletivo para a rede e sua causa, pode ser demasiado forte, ou ingênua – apesar desta ser compreendida como a condição ideal para o funcionamento de uma rede (ENTREVISTADOS 3; 6; 10).

Cada ONG traz consigo seus recursos (sejam humanos/culturais, físicos – financeiros/econômicos – ou sociais): as habilidades/capacidades instaladas em sua equipe; seus contatos com apoiadores/financiadores/patrocinadores; seus programas/projetos, com suas metodologias desenhadas e experimentadas; etc.. Mas, querem expandir e/ou agregar valor a sua atuação.[351] Uma rede de, ou com a participação de ONGs, desta forma, pode ser vista como um espaço de negociação, um ambiente de oportunidades de trocas, um ambiente essencialmente político.[352]

(1909), publicado no Brasil na revista **Política e Trabalho, n° 12**, 1996. Disponível em < http://www.oocities.org/collegepark/library/8429/12-simmel-1.html>.

[351] Entrevistas e questionário confirmam isso.

[352] Afirmação confirmada em 8 (oito) entrevistas e no questionário.

Com base no que foi visto nos capítulos anteriores, podemos comparar essa situação a uma rede residual ou parcial (parte das redes ampliadas de cada ONG participante de uma rede específica), com oportunidades de troca, em relações, muitas vezes negativadas[353]. Em redes assim, dizem os estudos (COOK et al., 1983; BURT, 1992) o poder costuma fluir. Os recursos estão postos e, para se ter acesso a eles, os atores/nodos terão que negociar. O ambiente descrito apresenta uma forte possibilidade, voltando ao tema, de competição pelos recursos existentes.

> Um importante elemento a considerar a análise das ONGs diz respeito às estratégias de mobilização de recursos empregadas e o consequente sucesso para o financiamento de suas ações. As ONGs [...] se tornam cada vez mais dependentes de fundos públicos ou de financiamentos externos à cooperação voluntária de seus membros, de um lado, por outro, o florescimento das ações do Terceiro Setor resulta em uma maior competição por recursos, o que significa que essas instituições são cada vez mais levadas a pensar em estratégias de arrecadação de recursos indispensáveis para o desenvolvimento de suas ações. (FONTES; EICHNER, 2011a, p. 71-72).[354]

Acrescento a isso um dado mais recente: a entrada do poder econômico – o setor com fins lucrativos – nesse universo das ações de atenção social. Esse é um dado interessante porque notadamente os institutos e fundações empresariais, em geral,[355] não arrecadam recursos para suas ações e nem se dedicam a temas considerados politicamente controversos, não competindo, assim, diretamente com as ONGs. Entretanto, esses novos atores poderiam ocupar os espaços deixados por alguns apoiadores tradicionais – cooperação internacional, principalmente – quando da crise econômico-financeira de 2008 ou pela reorganização de suas estratégias, mas, à exceção de um número pequeno, não o fazem, preferindo desenvolver suas próprias ações (DEBONI, 2013, p. 26). O resultado é o surgimento de um elemento de competição em relação às organizações da sociedade civil, de forma geral, e ONGs, ou "organizações de cidadania ativa" (IBASE, 2012), de maneira particular.

Como resultado, o pouco recurso oferecido por esses agentes tornam-se objeto de grande disputa e as áreas ocupadas por eles, por meio de seus projetos próprios, findam por reduzir as áreas de atuação de algumas instituições da sociedade civil ou que pode ser entendido como

---

[353] *Cf.* capítulo 3, subitem 3.2.2.

[354] A experiência pessoal me mostrou que mesmo quando os recursos financeiros existiam em maior quantidade e eram de mais fácil acesso (anos 1980, principalmente), a competição já se mostrava presente, ainda que mais voltada para a ocupação de espaços sociopolíticos − uma forma de competição que sempre existiu e continua a existir, como confirmado nas entrevistas.

[355] Em geral, porque alguns institutos e fundações empresariais desenvolvem campanhas de arrecadação de recursos (por exemplo: "McDia Feliz" da McDonald, em prol do Instituto Ronald McDonald; campanhas da Fundação Abrinq, vinculada a Abrinq − Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos), constituindo-se, assim, como competidores por recursos financeiros.

algo que vem a contribuir com o quadro competitivo entre as chamadas ONGs (ENTREVISTADO 9).

O poder está, assim, presente naquelas redes de ONGs ou com participação delas e é exercido nas disputas/competições por questões conceituais ou por espaços políticos institucionais, por recursos diretos ou por interações que possam contribuir para o acesso a esses recursos (capital social). O poder em exercício flui nas redes e definem as relações de poder, bem como possíveis diferenciações de posicionamento existentes em seu interior.

A rede tende a 'invisibilizar' seus nodos em geral, concluo, com base no que dizem os entrevistados. "O que se vê é a pluralidade" (ENTREVISTADO 10); o propósito da rede e depois os protagonistas (ENTREVISTADO 7); o que se vê é a rede. Essa rede, em geral, materializa-se naquilo que este trabalho apresentou como Ideia-Força. Como a rede tende a se 'simplificar' (CALLON, 1987) em sua Ideia-Força, uma estratégia de não invisibilização pode ser a de aproximar-se dessa Ideia-Força: quanto mais próximo a ela, seja por seus objetivos ou por sua função, maior é a possibilidade do nodo ser visto. Isso pode ser entendido, também, como uma estratégia para se tornar um 'protagonista' na rede.

Essa proximidade pode se dar por traduções que levem o nodo até essa Ideia-Força (entendendo que isso pode acontecer naturalmente pelo objetivo individual no próprio nodo), ou por traduções que tragam a Ideia-Força até o nodo. No segundo caso, os nodos precisam desenvolver estratégias que convençam a rede a moldar a Ideia-Força aos interesses deles.

Alguns nodos traduzem de outra maneira: o coletivo da rede é convencido a aceitar que a identificação da rede seja um de seus nodos. Desta forma, a Ideia-Força passa a ter pouca influência. A visibilidade é desse nodo 'protagonista'. Um exemplo disso são as redes cujo nome se confunde com um de seus nodos; ou redes que têm um nodo referência para o financiador, aquele que responde perante o apoiador por toda a rede (os editais de apoio a redes contribuem para a existência desse tipo de protagonista).

Nesse caso, alguns dos nodos que se fazem protagonistas alcançam essa condição por meio de traduções, mas, uma vez ocupada essa posição, o modelo que passam a utilizar é o que Latour (2000) chama de difusionista. Os nodos que tentarem se desviar dessa condição de subalterno, não protagonista, serão vistos como resistentes, 'provocadores de conflitos', entendidos, nessa perspectiva, como algo negativo.

Quando a rede é resultado ou depende do recurso oriundo de um edital, não é incomum a intervenção do apoiador, diretamente, ou por meio de seus facilitadores, quando 'as resistências' surgem. "Quando uma organização quer se sobressair, a gente chama para uma conversa. Quando chama para conversar, acaba quebrando essa ideia do poder", diz o

Entrevistado 4, um facilitador de redes, atuando sob contrato com um apoiador. Já o Entrevistado 1, antes participante, agora representante de um apoiador, fala de estratégias para horizontalizar a rede. A ideia – dos apoiadores –, muitas vezes, é não deixar fugir ao controle (ENTREVISTADO 9).

O conflito surge como um problema, majoritariamente, na opinião dos entrevistados vinculados a apoiadores.[356] Participantes tendem, por sua vez e em sua maioria, a perceber o conflito como inevitável; não necessariamente negativo; como algo que pode, inclusive, contribuir na construção da democracia (ENTREVISTADO 3). Simmel entendia que o conflito tem uma função de "sociação", ajudando a resolver "dualismos divergentes", "a tensão entre contrastes" (1983ª, p. 123).

Sem os conflitos, as relações em uma rede poderiam se estagnar, não produzindo o avanço que cada nodo, como participante, espera daquela aliança. Se tomarmos por base Latour (2000), a rede ficaria sujeita ao difusionismo, evitando as traduções que contribuiriam com a dinâmica da rede. Redes devem fazer fluir transformações não apenas informações. Latour apresenta como um lema de ANT a frase "não há in-formação, apenas trans-formação" (2012, p. 216). Essas transformações seriam as traduções que ANT nos apresenta.

Isso significa que cada nodo alistado por uma rede – ou pela Ideia-Força da rede –, produz transformações na rede e em sua Ideia-Força. Eles assim o fazem porque, em suas ações, cada nodo tende a agregar a sua experiência, o seu modo de fazer. Mas algumas redes tentam impor o modo de fazer a seus nodos – difusionismo – porque os apoiadores esperam que a forma de apresentar os resultados seja uma forma específica, única. Assim, algumas redes que optam por organizar uma estrutura de controle dos recursos findam por criar um centro de poder estático, mesmo que menos potente que a Ideia-força da rede. Tal condição foi apresentada como necessária para garantir a existência da rede. Para garantir seus recursos (ENTREVISTADO 2).

Entretanto, mesmo em redes com essa característica, a ideia de horizontalidade é buscada. O centro responsável pela mobilização e controle dos recursos não teria – ou não deveria ter – influência política sobre os nodos. Estes seriam soberanos na decisão de, por exemplo, definir a origem dos recursos – quem deve ou não ser um apoiador da rede. Porém, quando uma rede é extensa, mesmo dentro de sua fronteira, sua Ideia-Força – uma rede com 3.000 (três mil) membros, por exemplo –, esse centro de decisão, portanto de poder, também

[356] Embora, não em todos. Dos três que tinham ou tiveram vínculo com apoiadores, um não vê problema em conflitos internos nas redes, até acha que é um caminho para garantir o equilíbrio.

tende a ser restrito, embora, não estático, porque os membros do centro de decisão podem mudar, dependendo de suas estratégias de empoderamento e de ocupação de espaço político.

Em redes assim, o poder pode se distribuir quando ela é de alcance nacional, regional ou global, com representações em cada estado ou país que tenham membros na rede. Uma das grandes redes apresentadas pelos entrevistados, por exemplo, uma rede nacional, brasileira, tem uma coordenação nacional e coordenações estaduais. Os membros da coordenação nacional são representantes dos estados e escolhidos em suas coordenações estaduais. A escolha desses membros busca ser democrática, mas essas escolhas podem estar sujeitas a posições internas. Organizações que formam organizações podem ser mais fortes, "existe algum tipo de hierarquia? Não sei, mas elas influenciam" (ENTREVISTADO 2).

Hierarquia, para alguns, só se manifestaria em uma verticalidade absoluta. Segundo Augusto de Franco, à hierarquia associa-se a possibilidade de "suprimir caminhos (obstruir fluxos, filtrar ou eliminar conexões)" (2012, p. 23). Ainda a ela, o autor associa a 'centralização' e também o 'poder'. O segundo, para ele, como já citado, uma medida de "não-rede". O estudo coletou dados que apontam para outra ideia. Os entrevistados e os respondentes não questionaram se estavam atuando em rede. Eles se viam nessas coletividades, com essa denominação. Nenhum dos entrevistados – os respondentes não tinham como expressar tal opinião – diferenciou as denominações. Aliança, coalizão, frente, fórum. Todas se resumiam em "rede". E em todas, afirmaram eles, encontramos o 'poder' e, talvez, hierarquias, expressos nas relações.

Relações essas, muitas vezes, fortalecidas por atores 'externos' às redes nas quais atuavam. Muito do empoderamento dos nodos, afirmaram, deve-se às relações construídas em outros espaços que não os daquela rede específica. As relações existentes em suas "redes sociais", as redes de cada nodo que não estavam circunscritas àquela rede específica; suas relações estendidas; seu capital social para além da rede específica.

Esses atores que influenciam – e/ou dão condições para que os nodos da rede a influenciem – são vistos como parte da rede total de alguns nodos, mas não necessariamente como membros daquela rede parcial, específica, que se põe sob uma determinada Ideia-Força. Pelas respostas obtidas nas entrevistas e no questionário, esses atores são chave nas relações de poder e hierarquias que se desenvolvem nas redes de ONGs ou com participação delas. Alguns deles podem ser vistos, inclusive como relés sociais, mobilizadores de redes de redes (FONTES, 2011b), mesmo não fazendo parte dela.

Sobre relés sociais, Fontes diz:

> O fenômeno “relé social”, grosso modo, pode ser descrito como o mecanismo que produz e divulga a mobilização dos indivíduos para novas redes, criando-se, desta forma, “redes de redes”.
> [...].
> [...], relés sociais são redes que funcionam como contexto para relações face a face (p. 94-95).

Funcionam como conexões entre redes que não são conectadas; funcionam por meio de círculos sociais, criando condições para “relações face a face”; como redes de mediação, são capazes de formar novas redes, o que termina por renovar o conteúdo de outras redes; e sua mobilização ultrapassa suas próprias fronteiras e funcionam como “elementos importantes para a construção de práticas de sociabilidade” (FONTES, 2011b, p. 97). Redes de apoiadores poderiam ser caracterizadas como relés sociais, formando redes entre seus apoiados. Embora nem sempre essa seja a intenção daqueles apoiados, portanto, a ação do relé também pode ser considerada uma tradução, o que englobaria relações de poder.

7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos então, quando buscamos a visão de operadores de redes, na categoria Tipos de Relações em uma rede de ONGs ou com a participação delas, a ideia de que relações de poder: (a) existem e (b) podem ser vistas como naturais em redes de ONGs ou com a participação delas; mas, também (c) podem ser vistas como incômodas, quando o olhar é daqueles operadores – exclusivamente desses – vinculados às instituições empresariais (institutos, fundações e as próprias empresas), sejam como apoiadores ou como facilitadores; bem como, (d) são necessárias, quando vistas, pela perspectiva do conflito em Simmel, como elemento importante para a construção de um ambiente democrático.

O conflito, por sua vez: (a) é visto como inevitavelmente presente nessas redes; (b) acontece principalmente por diferenças de concepções político-conceituais; mas, também, (c) por busca de espaço político para a organização (a maioria dos entrevistados não entende esse conflito como positivo; um entrevistado, com experiência como participante, apoiador e facilitador, percebe como natural).

Quando a categoria é Características de uma rede e tratamos de hierarquia, a percepção dos operadores é que: (a) as redes tendem a uma arquitetura não hierarquizada e (b) buscam a horizontalidade nas relações entre seus nodos; contudo, (c) isso não significa que não há presença de relações hierárquicas em uma rede de ONGs ou com a participação delas. A ideia

de hierarquia, para a maioria dos consultados – houve quem entendesse hierarquia pelo modelo tradicional, absolutamente vertical e opressor –, não se limita a uma estrutura vertical, com práticas inevitáveis de interrupção de fluxos ou de conexões (FRANCO, 2012). A hierarquia pode ser momentânea, vinculada a uma ação específica, ou a uma posição ocupada pelo nodo por sua própria capacidade. Nodos bem posicionados foram entendidos como aqueles mais estruturados, com mais recursos, com boas relações com instituições apoiadoras, o que os levaria a serem mais influentes na rede. A hierarquia pode ser detectada nos "protagonistas" da rede e trazem consigo "bônus e ônus" para quem usufrui dela (ENTREVISTADO 7).

Outra conclusão vinculada à categoria 'Característica de uma rede ...' é sobre centralidade que , por sua vez, nos conecta à hierarquia: a posição de um nodo – uma maior centralidade desse nodo em uma rede –, no caso das redes deste estudo, tende a se dar pela qualidade de suas conexões, não, necessariamente, pela quantidade delas. A arquitetura dessas redes se apresenta, em geral, com alto grau de densidade, não sendo raro encontrar algumas dessas redes com 'densidade 1' (totalmente conectada). A diferença surge, então, pelas conexões fora da 'rede delimitada', nas redes sociais de cada nodo, e com base na qualidade dessas conexões – laços fortes com nodos qualificados na compreensão da rede (apoiadores com boas conexões com outros potenciais apoiadores, por exemplo), mas também laços fracos, que possibilitam "pontes" a novos atores, potenciais apoiadores/aliados. Capital Social.

Pode-se entender a presença das ideias de Freeman (1979) tratando a centralidade a partir da ideia de 'grau', 'proximidade' e 'intermediação'. A questão é que no caso de redes de ONGs, principalmente, ou com a participação delas, essas medidas se aplicam em poucas situações considerando a rede delimitada, ou determinada, pela Ideia-Força. Como já dito, muitas dessas redes apresentam um grau de densidade tal que não justificaria uma centralidade pela medidas de Freeman se relativa ao seu âmbito interno. A centralidade, portanto, se é que se pode definir como centralidade, talvez só possa ser medida pelas conexões fora dessa rede delimitada; as conexões da "rede social" do nodo, mas não da rede de ONGs que ele faça parte (aquela definida pela Ideia-Força). O que definiria a posição estrutural de um nodo em uma rede de ONGs ou com a participação delas seria sua posição em sua "rede social total" para citar Barnes (1954; 1987).

Isso corroboraria com a posição de que a ideia hegemônica é ser horizontal, mesmo que com posições diferenciadas (posições essas fortalecidas pelas conexões 'externas'). Os conflitos ajudam na busca dessa horizontalidade. Sem eles, essa condição seria muito difícil de se alcançar (ENTREVISTADOS, 3; 9). A rede desprovida de hierarquias, totalmente

horizontal, sem centros de poder/centralidades e aberta, entendendo a abertura como conexão com o meio e possibilidade de ir e vir continuamente, é uma situação ideal para a maioria dos entrevistados e respondentes, mas não real. Para dois dos entrevistados, essa situação nem é vista como ideal, mas sim, como irreal. Redes são espaços políticos, isso é opinião de nove dos dez entrevistados – e da maioria dos respondentes – e, para a maioria deles (sete dos entrevistados), dificilmente poderiam ser apresentadas como na condição descrita anteriormente.

De alguma forma, a maioria dos entrevistados e dos respondentes reconheceu haver algum critério, formal ou informal, para a participação nas redes as quais estão ou estiveram vinculados, basicamente excluindo, ao menos em suas redes, a condição de abertura total para novas adesões. Os discordantes, entre os entrevistados, apresentaram seus argumentos em suas 'falas elaboradas' e demonstraram contradições em suas 'falas não elaboradas'. Ter conexões em redes nem sempre é o suficiente para participar dela, mas não tê-las é, basicamente, certeza de não participação. Redes de ONGs ou com a participação delas são convocadas, de alguma maneira, ou surgem de pequenas articulações entre organizações, expandindo-se pelas redes dessas organizações, mas, em geral têm sua expansão controlada.

Mas, para os operadores, atuar em rede tem uma finalidade também educativa. Quando se pode exercitar a colaboração (ENTREVISTADO 9 e maioria dos respondentes), pressupõe-se distribuição (ENTREVISTADO, 8), ainda que só na intenção. As redes fortalecem seus nodos, aproximam pares, permitem o exercício da participação, ampliam horizontes, possibilitam o aprendizado, compartilham experiências, geram proteção (ENTREVISTADOS).

Estudar tais arranjos sociais exige, portanto, uma grande flexibilidade conceitual. As visões são muitas. Mesmo vendo certa predominância em algumas formas de percepção, seria leviano afirmar: "isso é assim". Embora seja possível dizer que no que este estudo conseguiu coletar, as relações de poder movimentam-se pelas redes de ONGs ou nas redes nas quais elas participam, é o que percebem os operadores; as hierarquias são vistas como existentes, por alguns, mesmo que se apresentem em várias formas (maior capacidade de influência, mais prestígio, mais competência, mais capacidade de representação, maior protagonismo, mais visibilidade), e não são exatamente verticalizadas. Mas, nem todos veem assim. Para outros consultados essas formas não poderiam ser entendidas como hierárquicas, mas apenas como uma forma de empoderamento, diferenciando os dois conceitos. Para esses últimos, o empoderamento não significa "posse de poder", mas apenas "reconhecimento".

As conclusões que posso apresentar – umas com certa margem de segurança, outras nem tanto – são que: primeiro, redes de ONGs ou com a participação delas não devem ser abordadas como redes sociais, no sentido clássico. Há elementos claros de redes sociais naquelas redes (poderiam ser entendidas, usando alguns conceitos apresentados neste trabalho, como redes parciais, ou ciclos de uma rede, ou uma rede residual, algumas vezes como uma rede de trocas, ou mesmo um clique), mas há outros que, caso tratados como redes sociais, podem desviar a compreensão que se tem delas (a ideia de abertura, por exemplo). Abordá-las a partir do conceito clássico de redes sociais pode ser um dos pontos que geram algumas das controvérsias que vemos sobre elas.

Segundo, existem algumas opiniões sobre redes que buscam uma condição idealizada. Essas opiniões têm exercido certa influência junto a operadores que facilitam ou apoiam as redes de ONGs ou com a participação delas. Manter esse olhar pode levar a equívocos de condução de processos, ou pode direcionar os processos a interesses que não são os dos participantes das redes. São jogos de tradução, mas também são táticas difusionistas de quem quer otimizar os recursos e obter ganhos políticos e econômicos, os quais não necessariamente levarão a ganhos sociais.

E, finalmente, o olhar sobre relações de poder e hierarquias são resultados de traduções. Vão ao encontro de abordagens como as Arendt, Parsons, Lukes e, claro, os estudos da Teoria Ator-Rede (sociologia das traduções) e seus autores, do Poder emergindo de uma coletividade. O posicionamento de nodos em redes de ONGs ou em redes das quais elas participam, muitas vezes está relacionado a uma condição concedida pelos demais nodos. Aquilo que Augusto de Franco apresenta como “empoderamento”.

A questão é que Franco o faz como algo diferente do Poder. Tal condição não implicaria em situações de hierarquias. Enquanto, partindo dos estudos sobre o Poder, bem como baseado na Sociologia das Traduções, a hierarquia pode também ser identificada nas ações e pode se manifestar de forma transitória, momentânea. E isso aparece nas entrevistas deste trabalho. Empoderamento seria, então, uma modalidade de Poder, ou um exercício dele.

A compreensão sobre esses conceitos, novamente, predominantemente, mas não só, nos operadores que facilitam e/ou apoiam essas redes, apresenta-se, muitas vezes, contraditória. Nas ‘falas elaboradas’ esses conceitos eram trabalhados com bastante cuidado, sempre

buscando uma explicação coerente com uma visão de negatividade. Nas ‘falas não elaboradas’, principalmente na descrição das práticas, ia contra aquela construção do conceito na ‘fala elaborada’.

Permitam-me, neste encerramento apresentar uma posição pessoal, desenvolvida ao longo da coleta de informações: depois de todas as “conversas” que tive sobre este trabalho, seus atores principais, as ONGs e seu objeto, as redes das quais participam essas organizações, já não me sinto mais impelido a defender, e ‘insistir nisso’, como disse no início do trabalho, o termo Organização Não Governamental – ONG. A razão é simples: tais organizações já não conseguem mais se identificar com esse termo. Aceitam-no e usam-no porque não surgiu algo mais concreto, ou porque se aproveitam da trajetória do termo, ou porque não se sentem necessariamente ofendidos por ele. Não sei. Como vamos chamá-las, então? Não serei eu quem responderá.

REFERÊNCIAS

ADULIS, Dalberto. A profusão das redes: gestão e fomento na promoção do desenvolvimento. In: MARTINHO, Cássio; FÉLIX, Cristiane (org.). **Vida em rede**: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade. Barueri: Instituto C&A, 2011. p. 129-159.

ALVES, Mario Aquino. **Terceiro setor**: as origens do conceito. 2002. Disponível em: <www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2015.

ANDI, Comunicação e Direitos. **Rede ANDI Brasil**. s/d. Disponível em: <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/page/rede-andi-brasil>. Acesso em: 25 set, 2016.

ANTUNES, Cátia. A história da análise de redes e a análise de redes em história. In: **História – Revista FLUP**, IV série, v. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Londres: Allen Lane, 1970 (publicação original). Versão em português disponível em: <http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2014/02/harendtdv.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BAKER, Wayne E.. Market network and corporate behavior. **American journal of sociology**, Chicago (EUA), v. 96, n. 3, pp. 589-625, nov. 1990.

BARAN, Paul. On distributed communications: introduction to distributed communication networks. In: USAF, **Memorandum RM-3420-PR**. Ago, 1964. Disponível em: <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_memoranda/2006/RM3420.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013

BARRAT, A.; BARTHÉLEMY, M; VESPIGNANI, A. **Dynamical processes on complex networks**. Cambridge: Cabridge UniversityPress, 2008.

BARNES, John A. Class and committees in a norwegian island parish. In: **Human Relations**, n° 7, fev. 1954, p 38-58. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/001872675400700102>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. Redes sociais e processo político. In FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.

BENTHAM, Jeremy. O Panóptico ou a casa de inspeção. In: TADEU, Thomaz (org.), **O Panóptico**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editra, 2008. p. 13-88.

BORBA, Elizandro Max. **Medidas de centralidade em grafos e aplicações em rede de dados**. 2013. 61p: il. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Matemática Aplicada) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.

BOTT, Elizabeth. **Family and social network**: roles, norms and external relationships in ordinary urban families. 2 ed. Nova York: The Free Press, 1971.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Westport, CT: Greenwood, 1986, pp. 241–258. Disponível em: <http://www.socialcapitalgateway.org/sites/socialcapitalgateway.org/files/data/paper/2016/10/18/rbasicsbourdieu1986-theformsofcapital.pdf>. Acesso em 20 nov. 2016.

_____. **O poder simbólico**. 16ª ed., TOMAZ, F. (trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. LEI N 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 mar. 1999. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: 29 nov. 2015.

_____. Lei LEI N 13.019, DE 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as leis nºs 8.429, de 02 de junho de 1992 e 9.790, de 23 de março de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º ago. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. Lei LEI N 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que "estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as leis nºs 8.429, de 02 de junho de 1992 e 9.790, de 23 de março de 1999"; altera as leis nºs 8.429, de 02 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm#art1>. Acesso em: 25 jan. 2016.

BURT, Ronald S.. **Structural holes**: social structure of competition. Cambridge (EUA): Harvard University Press, 1992.

CALLON, Michel. Some elements of sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. **Sociological Review** (Special Issue. LAW, John (ed.), Power, action and belief: a new sociology of knowledge?), Londres, v. 32, n. S1, mai., 1984. p. 196-233. Disponível em: <http://www.thetransformationproject.co.uk/pdf/Actor-Network-Theory.pdf >. Acesso em: 27 set. 2015.

_____. Society in the making: the study of technology as a tool for sociological analysis. **The social construction of technological systems**: new directions in the sociology and history of technology. MIT Press, Cambridge (MS, EUA), 1987, p.83-103.

_____. Actor-Network Theory: the market test. In: LAW, John; HASSARD, John (eds.). **Actor network theory and after**. Oxford (GB): Blackwell Publishing/The Sociological Review, 1999. p. 181-195.

CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In KNORR, K.; CICOUREL, A. (ed.), **Advances in Social Theory and Methodology**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1981, p. 277-303.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAUSA BRASIL. Medidor de temas: manifestações de junho de 2013. 2013. Disponível em: <http://www.causabrasil.com.br/>. Acesso em: 19 set. 2013.

COLEMAN, James S.. **Foundation of social theory**. Cambridge, MA (EUA): Harvard University Press, 1990.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

COOK, Karen S.et al. The Distribution of Power in Exchange Networks: Theory and Experimental Results. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 89, n. 2, pp. 275-3, set. 1983.

COUTINHO, Joana. As ONGs: origens e (des)caminhos. **Lutas sociais**, dossiê: trabalhadore(a)s em luta, São Paulo, n.13/14, p. 57-64, jul./dez. 2004 e jan./jun. 2005.

DAHL, Robert A.. **Who governs?** Democracy and power in American city. New Haven, CT (EUA): Yale University press, 1961.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs I**. São Paulo: Editora 34, 2011

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FAZITO, Dimitri; SOARES, Weber. Capital social, análise de redes e os mecanismos intermediários do sistema migratório. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, pp. 27-41, jan.-jun. 2010.

FERNANDES, Rubem César. **O que é Terceiro Setor?**. s/d. Disponível em: <https://www.rits.org.br>. Acesso em: 29 de out. 2005.

_____. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FONTES, Breno A. S. M. A construção das redes sociais de operadores de ONGs: os mecanismos de recrutamento a partir dos Relés Sociais. In: FONTES, Breno A. S. M. **Redes, práticas associativas e poder local**. Curitiba: Editora Appris, 2011a. p.91-119.

––––––––––––––. **Redes sociais e poder local**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

FONTES, Breno A. S. M.; EICHNER, Klaus. Sobre a estruturação de redes sociais em associações voluntárias: estudo empírico de organizações não governamentais da Cidade do Recife In: FONTES, Breno A. S. M. **Redes, práticas associativas e poder local**. Curitiba: Editora Appris, 2011b. p. 55- 89.[357]

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade do saber. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 26ª edição. Petrópolis, RJ: Editira Vozes, 2002

_____. **Microfísica do poder**. 18ª ed.. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003a. p. 1-14.

_____. Sobre a História da sexualidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003b. p. 243-276.

FRANCO, Augusto de. **O poder nas redes sociais**. São Paulo: Escola de Redes, 2009. Disponível em: <https://www.slideshare.net/augustodefranco/o-poder-nas-redes-sociais-2a-versao>. Acesso em: 20 ag. 2014.

_____. **Hierarquia**: Explorações de Augusto de Franco em A Matrix Realmente Existente. São Paulo: Escola de Rede, 2012. Disponível em: <http://escoladeredes.net/group/hierarquia-a-matrix-realmente-existente>. Acesso em: 20 ago. 2014.

FREEMAN, Linton C.. Centrality in social networks: conceptual clarification. **Social networks**, Lausane (NL), n. 1, pp. 215-239, jan.1979. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/222447730>. Acesso em: 21 mar. 2015.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

GIFE. **Quem somos**. Disponível em:< https://gife.org.br/quem-somos-gife/>. Acesso em: 25 mar. 2013.

GRANOVETTER, Mark S.. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, mai. 1973, pp 1360-1380.

[357] Este estudo também foi publicado em outras obras. Na obra aqui citada, ele aparece como um capítulo e é esta versão que uso neste trabalho.

GREIMAS, Algirdas J.; Courtés, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Editira Cultrix, s/d.

HAMEL, Pierre; MAHEU, Louis. Beyond new social movements: social conflicts and institutions. In NASH, Kate e SCOTT, Allan (Org.), **The Blackwell companion to Political Sociology**, 4ª edição. Londres: Blackwell Publishing, 2006. p. 261-270

HANNEMAN, Robert A.; RIDDLE, Mark. **Introduction to social network methods**. Publicação online, 2005. Disponível em:<http://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/Introduction_to_Social_Network_Methods.pdf >. Acesso em: 22 jul. 2015.

HELLE, Horst J. **The social thought of Georg Simmel**. London: Sage Publications, 2015.

HANNEMAN, Robert A.; RIDDLE, Mark. Social network data. In: **Introduction to social network methods**, capítulo 1. Publicação online, 2005. Disponível em:<http://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/Introduction_to_Social_Network_Methods.pdf >. Acesso em: 22 jul. 2015.

HERNÁNDEZ, Antonio Arellano. La sociología de las ciencias y de las técnicas de Michel Callon y Bruno Latour. In: LEDESMA, Jorge Ocampo; MARTÍNEZ, Elia Patlán; HERNÁNDEZ, Antonio Arellano (coord.). **Un debate abierto.** Escuelas y corrientes sobre la tecnología. Chapingo, Mexico: Universidad Autónoma Chapingo/CIESTAAM, 2003.

HOBBES, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Grupo Pedras Negras**: um debate sobre o futuro das organizações de cidadania ativa. Rio de Janeiro: IBASE, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/ibase/docs/grupopedrasnegras>. Acesso em: 12 dez. 2016.

INOJOSA, Rosie Marie. Redes de compromisso social. **Revista de administração pública**, Rio de janeiro, v. 33, n. 5, p 115-141, set./out., 1999.

LANDIM, Leilah. Defining the non-profit sector:Brazil. SALAMON, L. M.; Anheier, H. K. (ed.). **Working papers of the the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project**, n, 9. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 1993.

_____. Experiência militante: história das assim chamadas ONGs. In LANDIM, Leilah (org.). **Ações em sociedade:** militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: Nau/ISER, 1998. p. 23-87.

LATOUR, Bruno. On actor-network theory: a few clarifications. **Soziale Welt,** vol. 47, p. 369-381, 1996. Disponível em:

<http://www.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-9801/msg00019.html>. Acesso em: 08 set. 2012.[358]

_____. On recalling ANT. In: LAW, John; HASSARD, John (eds.). **Actor network theory and after**. Oxford (GB): Blackwell Publishing/The Sociological Review, 1999. p. 15-25.

_____. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. Se falássemos um pouco de política?. **Política e sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 4, p. 11-40, abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2000/1747>. Acesso em: 16 jul. 2006.

_____. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria Ator-Rede. Salvador, Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LATOUR, Bruno; HERMANT, Emilie. **Paris: invisible city**. Texto online, 1998. Disponível em:< http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/viii_paris-city-gb.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2015.

LAW, John. After ANT: complexity, naming and topology. In: LAW, John; HASSARD, John (eds.). **Actor network theory and after**. Oxford (GB): Blackwell Publishing/The Sociological Review, 1999. p. 1-14.

LIEBLER, Claudia; FERRI, Marisa. **NGO Networks: Building Capacity in a Changing World**. Washington DC: USAID, Nov. 2004. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnadb767.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2016.

LIN, Nan. **Social capital**: a theory of structure and action. Cambridge, UK: Cambridge university press, 2001.

LIN, Nan. Building a network theory of social capital. In: LIN, Nan; COOK, Karen; BURT, Ronald S. (Eds.). **Social capital**: theory and research. New Brunswick (EUA), Londres: Aldine Transaction, 2008.

LOURY, Glenn C. A dynamics theory of racial income differences. In: WALLACE, P.A.; LA MOND, A.M. (ed.). **Women, minorities and employment discrimination**, pp. 153-186. Lexington: Health, 1977.

LUKES, Steven. **Power**: a radical view. 2ª edição. Hampshire (EUA): Palgrave Macmillan, 2005.

MARTINHO, Cássio. **Redes**: uma introdução à dinâmica da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF Brasil, 2003.

[358] O texto utilizado neste trabalho foi baixado do endereço apresentado nas referências, contudo, parece não estar mais disponível naquela URL. O mesmo texto, porém, pode ser encontrado ainda na seguinte URL: <http://faculty.georgetown.edu/irvinem/theory/Latour-clarifications.pdf>.

MARTINHO, Cássio; FÉLIX, Cristiane (Orgs.). **Vida em rede**: conexões, relacionamentos e caminhos para a nova sociedade. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista crítica de ciências sociais**, Coimbra (Portugal), n. 73, p. 45-66 dez. 2005.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MAYER, Adrian C. The significance of quasi-groups in the study of complex societies. In: BANTON, M. (ed.) **The social anthropology of complex societies.** A.S.A. Monographs, n. 4. London: Travistock Publications, 1966, p. 97-122.

MENDIZABAL, Enrique. Understanding Networks: the functions of research policy networks. **ODI Working paper**, Londres, n. 271, jun. 2006. Disponivel em: < https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/150.pdf>. Acesso em: 27 jul 2016.

_____. Supporting networks: ten principles. **ODI Opinion**, Londres, n. 107, jul. 2008. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/1734.pdf>. Acesso em: 27 jul.2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 123-140, fev. 2003.

MONTENEGRO, Thereza. **O que é ONG**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NELKIN, Dorothy. Science Controversies: the dynamics of public dispute in the United States. In: JASANOFF, Sheila et al (Eds.). **Handbook of science and technology studies**, edição revisada. Thousand Oaks (CA, EUA): SAGE Publications, 1995. p. 444-456.

NUÑEZ, Martha; WILSON-GRAU, Ricardo. **Towards a conceptual framework for evaluating international social change networks**. 2003. Disponível em: <http://portals.wi.wur.nl/files/docs/ppme/Conceptual_framework_evaluating_networks.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

NYE Jr., Joseph S.. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, Lucas M. de; CAMPELLO, Nina. Movimento Passe Livre [17 jun. 2013] Mario Sérgio Conti et al. **Programa Roda Viva**, TV Cultura, São Paulo, jun. 2013. Programa jornalístico de entrevistas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY>. Acesso em: 19 set. 2013.[359]

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Website oficial da ONU, seção: Civil Society. Disponível em <http://www.un.org/en/sections/resources/civil-society/index.html>. Acesso em: 28 jul. 2015.

[359] Quando do primeiro acesso, esse material estava no seguinte URL: <http://www.youtube.com/watch?v=BYASRwXiQ4g>. Esse endereço já não está mais disponível, por isso o novo endereço, criado em mar. 2015. Mas, o primeiro acesso foi em set. 2013, por isso a decisão de manter essa data de acesso.

_____. **Carta das Nações Unidas e estatuto da Corte Internacional de Justiça**. São Fracisco (EUA): ONU, 1945. Disponível em: < http://www.onu.org.br/docs/carta_da_onu.pdf>. Acesso em 29 abr. 2014.

PACT TANZANIA. **Building and Maintaining Networks and Coalitions**. Advocacy expert series. Dar es Salaam: Pact Tanzânia & USAID, 2005. Disponível em <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnadh526.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016

PARSONS, Talcott. The distribution of power in American society. **World politics**, v. 10, n. 1, out. 1957, p. 123-143. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/distribution-of-power-in-american-society/B9467233EF5E438979272DD1BC318556>. Acesso em: 13 nov.2016.

_____. On the concept of political power. **Procedins of the American philosophical society**, v. 107, n. 3, jun. 1963, pp. 232-262. Disponível em: <https://www.hse.ru/data/2012/11/27/1301625729/Parsons%20Power.pdf>. Acesso em 13 nov. 2016.

PERKIN, E.; COURT J. Network and policy processes in international development: a literature review. **ODI Work papers**, Londres, n. 252, ago. 2005. Disponível em: < https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/160.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.

PORTES, Alejandro. Social capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual review of sociology**, Palo Alto, CA (EUA), v. 24, pp 1-24,[360] ago 1998.

PORTUGAL, Silvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. **Oficina do CES**, Lisboa, n. 271, março, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/11097>. Acesso em 27 ago. 2015.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. R. **Structure and function in primitive society**: essays and addresses. Glencoe, IL: The free press, 1952.

RANABOLDO, Claudia; PINZÁS, Teobaldo. **¿La unión hace la fuerza?** Estúdios sobre redes en el desarrollo sostenible. Lima e La Paz: ICCO e ETC Andes, 2003.

SCHLITHLER, Célia R. B.. **Redes intersetoriais de desenvolvimento comunitário**. São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, s/d. Disponível em: <http://idis.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Redes-intersetoriais-e-desenvolvimento-comunit%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2015.

_____. **Redes de desenvolvimento comunitário**: iniciativas para a transformação social. São Paulo: Global; IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, 2004.

SHERER-WARREN, Ilse. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais**. s/d. Disponível em:

[360] As páginas indicadas referem-se ao formato original. O material consultado era um livro eletrônico em formato "mobi". O formato "mobi" não apresenta paginação. Ele se divide em "posições", as quais podem variar conforme a configuração e/ou o dispositivo usado.

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=0CG8QFjAH&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F25175575%2F653286761%2Fname%2FDas%2BA%25C3%25A7%25C3%25B5es%2BColetivas%2B%25C3%25A0s%2BRedes%2Bde%2BMovimentos%2BSociais.pdf&ei=c_o-Ut6OMLjd4AOyeg&usg=AFQjCNH3ZVuTl1yelhkOhf-NAnzs5Yqr9A&sig2=RorOJ_2d3dzppj8knZCBQg>. Acesso em: 15 set. 2013.

SIMMEL, Georg. Superiority and subordination as subject-metter of sociology. **American Journal of Sociology**, v. 2, n. 2, set. 1896, p. 167-189. Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/210600>. Acesso em: 24 set. 2014.

_____. Superodination and subordination. In WOLFF, Kurt H. (ed.). **The sociology of Georg Simmel**. Glencoe – IL (EUA): The Free Press, 1950a. p. 181-303.

_____. The secret and secret society. In WOLFF, Kurt H. (ed.). **The sociology of Georg Simmel**. Glencoe – IL (EUA): The Free Press, 1950b. p. 305-376.

_____. A natureza sociológica do conflito. In MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel**: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983a, p. 122-134.

_____. A competição. In MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel**: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983b. p. 135-149.

_____. Conflito e estrutura do grupo. In MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel**: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983c. p. 150-164.

_____. Superodenação e subordinação: introdução. In MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel**: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983d. p. 108-114.

_____. O efeito da subordinação sobre o princípio das relações entre superiores e subordinados. In MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel**: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983e. p. 115-121.

_____. Excurso sobre o problema: como é possível a sociedade. **Sociologia e Antropologia** (online), Rio de Janeiro, v. 03, n.06, p. 653-672, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752013v3614>. Acesso em: 20 jul. 2015.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

_____. **Stragers at the gate: movements and state of contentious**. Cambridge, MS (EUA): Cambridge University Press, 2012.

TILLY, Charles e TARROW, Sidney. **Contentious politics**. Boulder, Colorado (EUA): Paradigm Publishers, 2007. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=DjWDqIjRx00C&oi=fnd&pg=PP2&dq=tarrow&ots=8wlPknYE5e&sig=ZSfSz8hMJDSXZntyGEO84SYx4PE#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 15 set. 2013.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Simmel**. Tradução: Marcos Roberto Flamínio Peres. Bauru; Belém - PA: EDUSC; EDUFPA, 2005.

VAN ZEE, Arin; ENGEL, Paul. **Network for learning**: what can participants do? Leist: ICCO e ECDPM, 2004.

WILSON-GRAU, Ricardo. O desafio da complexidade na avaliação das redes. In: MARTINHO, Cássio; FÉLIX, Cristiane (org.). **Vida em rede**: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade. Barueri: Instituto C&A, 2011. p. 161-193.

_____. Evaluating the Effects of International Advocacy Networks. In: **Advocacy Impact Evaluation Workshop** (Evans School for Public Affairs, University of Washington), dez. 2007, Seattle, WA, EUA. Disponível em: <http://mande.co.uk/blog/wp-content/uploads/2008/12/evaluating-the-effects-of-international-advocacy-networks-ricardo-wilson-grau-20071.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

APÊNDICE A – REDES ALCANÇADAS PELAS ENTREVISTAS E PELO QUESTIONÁRIO

1. ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
2. ACCP
3. AEPA - associação estudos e projeto atitude
4. ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
5. ANCED – Associação Nacional de Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
6. ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
7. ASA – Articulação pelo Semiárido
8. Child Friendly City
9. Clave – Coalición Latino Americana de Prevención a la Violencia Armada
10. Comitê Popular da Copa em Pernambuco
11. Concord Sweden
12. Construindo em Rede pela primeira Infancia em Nova Iguaçu, RJ
13. Coque Rexiste
14. CPDE – CSO Partnership for Development Effectiveness
15. CRNSA – Child Rights Network for Southern Africa
16. EARC
17. Fiandeiras
18. Fórum Cultural de Niterói,
19. Fórum da Juventude da Grande BH
20. Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil em PE
21. Fórum Nacional DCA;
22. Fórum Nacional de Reforma Urbana
23. Frente Feminista de Caruaru
24. Frente de Mineira de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

25. Grupo de Articulação Cidadania Popular
26. GT de Trabalho da Convivência Familiar e Comunitária
27. Homens e Equidade de Gênero
28. Iansa – International Network on Small Arms
29. Inter-entidades
30. Intervozes- Coletivo Brasil de Comunicação Social.
31. MenEngaging Alliance
32. Misereor
33. Movimento Nossa Betim
34. Movimento Nossa BH
35. NGO Advisory Council
36. Parliamentarian Forum on Small Arms and Light Weapons
37. Plataforma de Infancia España,
38. RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental
39. REBRIP – Rede Brasileira para Integração dos Povos
40. Rede ANDI América Latina;
41. Rede ANDI Brasil
42. Rede Brasil Popular
43. Rede Brasileira de Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis
44. Rede CEP - Comunicação, Educação e Participação
45. Rede Coque Vive
46. Rede da Juventude pelo Meio Ambiente
47. Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Pernambuco
48. Rede de Educadores Populares
49. Rede de Pesquisadores Sobre Masculinidade
50. Rede do Esporte pela Mudança Social (REMS),

51. Rede Feminista de Caruaru
52. Rede Latino-americana de Cidades Sustentáveis.
53. Rede Maranhense de Justiça Juvenil
54. Rede Mineira do 3º Setor
55. Rede Nacional Primeira Infância
56. Rede Não Bata Eduque
57. Rede Nossas Crianças,
58. Rede Observatório das Metrópoles
59. Rede PTA – Rede Projeto Tecnologias Alternativas
60. REDLAMYC Red Latinoamericana y Caribeña por la Defensa de los Derechos de Niños, Niñas y Adolescentes
61. Reducom –Rede de Educação e Comunicação
62. Save the Children International

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Participação de ONGs em redes

Leia antes de responder

O objetivo deste questionário é coletar dados que contribuam para a compreensão sobre a participação de Organizações Não Governamentais – ONGs - em redes (redes de desenvolvimento; redes de solidariedade; redes de advocacy; redes de mobilização, etc.).

Os colaboradores devem ter participado em pelo menos duas redes que contem com a presença de ONGs como membros.

Essas redes podem ter as mais diversas finalidades - redes de discussão, de troca de conhecimentos, de intervenção política - advocacy -, de desenvolvimento local, de solidariedade, de ação social, etc.. – mas, devem ter um objetivo de referência (ou seja, não estamos falando de redes de relacionamento. Aquelas formadas apenas pelo conhecimento entre organizações e com eventuais ações articuladas. As redes em questão são aquelas formadas a partir de um interesse comum e com ações executadas regularmente de forma coletiva).

Como orientação para o estudo (sem pretender uma definição final), considera-se ONG aquelas organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, sem orientação de credo ou partido político, embora atuando de maneira sócio política (podem ser organizações que executem projetos/programas de atenção direta - cursos, oficinas, ajuda humanitária, etc. -, mas que sempre atuem para além disso - atuação política: defesa de direitos; incidência política; propostas de criação, mudanças e aprimoramento de políticas públicas; ações de mobilização social, entre outras) e que ofereçam às populações (ou públicos) prioritárias de suas ações seus principais produtos e/ou serviços de forma gratuita.

1. Seus dados (Nome, gênero, idade, local onde vive).

   Nome:
   eMail (para futuro feedback opcional):
   Gênero:
   Idade:
   Onde vive (país, estado, cidade):
   Organizações com as quais esteve vinculado/a (cite quantas quiser explique

a natureza dessas organizações)
Redes que tenham participação de ONGs da qual faz/fez parte e o tipo de sua participaçãomembro, apoiador, consultor, etc. (sempre que possível, descreva a finalidade da rede ou indique um website onde essa informação possa ser encontrada). Indique quantas quiser:

2. Como essa(s) rede(s) foi/foram formada(s)? (pode indicar mais de uma forma se houver)
    a. De forma totalmente espontânea (sem convocação, sem mobilização, sem convite, apenas a partir das relações já existentes entre as organizações e/ou demais membros), com as ações acontecendo sempre que surgiam oportunidades.
    b. A partir de uma convocação de um grupo de organizações, o qual liderou o processo.
    c. A partir da convocação de uma organização que liderou o processo
    d. A partir da mobilização de um grupo de apoiadores
    e. A partir da mobilização de um apoiador específico
    f. A partir de um edital para apoio a projetos específicos para redes
    g. Outra maneira (especifique)

3. Uma vez formada a rede, como se dá a entrada de novos membros? (pode indicar mais de uma forma se houver)
    a. De forma totalmente espontânea; sem a necessidade de prévia relação com outros membros da rede; simplesmente chega e participa.
    b. A partir de uma relação natural com um ou mais membros da rede - sem necessidade de uma autorização ou qualquer outro processo formal – chega e participa
    c. A partir de um convite de um ou mais membros da rede
    d. A partir de um convite ou um pedido e devendo se submeter a um processo prévio de aprovação pelo conjunto da rede
    e. A partir de um convite ou um pedido e devendo se submeter a um processo prévio de aprovação pela coordenação da rede
    f. Outro (indique)

4. Qual a sua opinião sobre a seguinte afirmação:
   "Toda rede tem que ser horizontal, desprovida de hierarquia e centros de poder e deve ser totalmente aberta."
   a. Concordo totalmente
   b. Está é a visão do ideal, mas não é assim que acontece.
   c. Depende do propósito da rede.
   d. Discordo totalmente.
   e. Outra opinião:

5. Escolha uma ou mais dessas afirmações:
   a. As redes servem para resolver ou encaminhar soluções a problemas complexos que não podem ser resolvidos individualmente.
   b. As redes são espaços coletivos que permitem a troca de experiências e a colaboração, e independem da complexidade dos problemas para atuarem.
   c. As redes são espaços políticos que legitimam e fortalecem as ações de seus membros individualmente.
   d. As redes têm que ser vistas como um ator coletivo único, independente de seus membros.
   e. Outra afirmação que lhe pareça mais adequada (escreva)

6. Na sua opinião, quando se olha para uma rede, o que se enxerga é (**importante**: a questão se refere ao que realmente se vê e não ao que deveria ser visto):
   a. A rede em si; em seu todo. Um ator social único.
   b. A rede por seu objetivo (seu tema de atuação).
   c. Os membros daquela rede (todos os participantes da rede)
   d. Alguns membros daquela rede (participantes que mais se destacam).
   e. Um ou outro membro da rede (participantes que ocupam funções de liderança)
   f. Outro (especifique)

7. Quando há divergência de opiniões, como o coletivo da rede (o conjunto de seus membros) soluciona a questão (**importante**: a resposta deve ser sobre o que acontece e não o que deveria acontecer)?
   a. A coordenação decide
   b. É posto em votação para que todos os membros participem.

c. O membro mais influente da rede faz valer suas opiniões.
d. Grupos de membros desenvolvem estratégias para fortalecer sua opinião.
e. Outro (indique)

8. Analise a seguinte afirmação:
   "Como espaço político, uma rede que conte com a participação de organizações como ONGs sempre apresentará conflitos. Isso, contudo, é um processo natural nas relações internas dessas redes e estratégias de negociação e convencimento fazem parte desse processo".
   a. Discordo totalmente.
   b. Discordo em parte. Não creio que isso deveria ser visto como um processo natural dessas redes.
   c. O ideal seria que não fosse assim, mas o conflito é natural e não podemos fugir dele.
   d. Concordo totalmente.
   e. Outra opinião:

9. Escolha uma ou mais das afirmações abaixo com as quais você concorda
   a. A atuação em rede é uma panaceia; não funciona; sempre gera conflitos e disputas por espaço político e recursos.
   b. Participar de uma rede ajuda a organização a mobilizar mais recursos e a fortalecer sua imagem junto à sociedade e ao governo.
   c. Como membro de uma rede, uma organização consegue abrir portas que não conseguiria se atuando isoladamente.
   d. A rede desenvolve em seus membros uma visão colaborativa, única forma de se alcançar objetivos sociais realmente válidos.
   e. A rede desenvolve o espírito colaborativo e isso, por sua vez fortalece a atuação de seus membros mesmo em suas ações individuais, já que seus pares – outros membros da rede – ajudam na legitimação dessas ações.

10. Escolha uma ou mais das afirmações abaixo com as quais você concorda
    a. Membros de uma rede que apresentam maior capacidade de articulação interna conseguem exercer maior influência nessa rede.
    b. Participantes de uma rede que tenham fortes relações com atores influentes não membros da rede, logram maior influência dentro da rede.
    c. Membros da rede que se destacam junto aos apoiadores dessa rede (constroem relações mais próximas desses apoiadores) exercem maior influência dentro da rede.
    d. Uma maior capacidade de ação (mais recursos financeiros, humanos, políticos) contribui para que membros de uma rede exerçam maior influência nessa rede.
    e. Não há como um membro exercer maior influência que outro em uma rede que tenha participação de ONGs
    f. Outra opinião:

APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Apresentar-se; explicar a razão da entrevista, sem explicitar o objetivo real do estudo (dizer que não pode apresentar o objetivo, explicar porque e dizer que apresentará o objetivo no final da conversa).
2. Dados dos entrevistados (nome, gênero, idade, formação, informações sobre sua trajetória nas ONGs – quais, natureza, função, etc. –, redes de, ou com ONGs, das quais participa/se relaciona ou participou/se relacionou e tipo de participação – participante/membro, facilitador, apoiador).
3. O que seria rede?
4. Quais características você destacaria em uma rede?
5. Para que serve uma rede de, ou com a particção de ONGs?
6. Como são formadas as redes de, ou com a participação de ONGs? Como novos membros chegam nessas redes?
7. Quando se olha para uma rede, o que se enxerga? (com cuidado para não conduzir, explicar a ideia da rede em sua coletividade, alguns membros, o propósito da rede – Ideia-Força).
8. Que relações você identificaria em uma rede de ou com a participação de ONGs ?
   Obs.: deixar a fala fluir se o entrevistado for respondendo as perguntas sem que elas sejam feitas
   Obs.: Se aparecer temas como hierarquia, conflitos, poder, já entrar nesses temas e apresentar, quando tiver chance, a afirmação “toda rede tem que ser horizontal, desprovida de hierarquia e centros de poder e deve ser totalmente aberta” voltar depois ao roteiro inicial. Caso não apareçam esses temas, aguardar a chance para isso (no momento que surgirem os temas, interromper o fluxo da entrevista e seguir por esse caminho. Essa interrupção não pode ser abrupta, para não comprometer o raciocínio do entrevistado).
9. Caso não tenha aparecido antes: para você, há centros em redes? Pedir para desenvolver.
10. Você entende ser possível que um membro de uma rede apresente maior capacidade de influência naquela rede que outros? Se sim, como isso se daria?podem se destacar por influência na rede.

11. Como uma organização se relaciona com redes de, ou com a participação de ONGs, a partir das diversas funções que podemos ver nos operadores de rede (membro, facilitador, apoiador).